**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**HERMENÊUTICA DO PATRIMÔNIO
E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO
EM OURO PRETO - MG**

JOÃO NAZÁRIO SIMÕES VILLASCHI

**SÃO PAULO
2014**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**HERMENÊUTICA DO PATRIMÔNIO
E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO
EM OURO PRETO - MG**

João Nazário Simões Villaschi

**Tese apresentada ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Doutor em Geografia.**

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato

**SÃO PAULO
2014**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo da Publicação □

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

VILLASCHI, João Nazário Simões.

Hermenêutica do Patrimônio e Apropriação do Território em Ouro Preto - MG / João Nazário Simões Villaschi; orientador: Francisco Capuano Scarlato. São Paulo, 2014, 303 p.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de Concentração: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. Cidade Colonial Barroca. 2. Patrimonialização. 3. Dinâmica Territorial. 4. Percepção e Interpretação. 6. Cotidiano.

FOLHA DE APROVAÇÃO

João Nazário Simões Villaschi

Hermenêutica do Patrimônio e Apropriação do Território em Ouro Preto - MG

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato (orientador) ☐
DG-USP - São Paulo - SP

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota
EA-UFMG - Belo Horizonte - MG

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa
DG-UnB - Brasília - DF

Profª. Drª Maria Adélia Aparecida de Souza
DG-USP - São Paulo - SP

Profª. Drª Simone Scifoni
DG-USP - São Paulo - SP

À minha estrela Dalva.

AGRADECIMENTOS

Agradecer participações na trajetória de produção de um trabalho acadêmico, mais do que necessário é prazeroso, mesmo que complexo, por sua abrangência e especificidades. São muitos envolvidos nessa empreitada e não há hierarquia na listagem que a memória alcança:

À espiritualidade superior de luz que nunca desistiu de me acompanhar, intuir e direcionar o pensar e o caminhar;

À família próxima de mulheres supimpas - Nêga Ana, Ju, Nina e Lola - pela tolerância às ausências e respeito à reclusão do “homem na caverna” e pelo porto seguro onde ancorar a “vida que acumula”;

À Ufop e à Capes por apostarem na contribuição de um “idoso aposentável”;

Ao professor Scarlato pela acolhida no PPGGH e por me permitir lançar voos com autonomia, na gentileza de suas rédeas curtas. Meritosas são suas intervenções e precisas suas indicações.

À seriedade e empenho da equipe de campo: Flávia Alves, Laís Vale e Leila Medina;

À presença diuturna de Vitória, Sinhá e Menina, companheiras e ouvintes fiéis. À Mafalda Souris, pela doçura e serenidade agregadas à reta final;

Aos incansáveis amigos César Teixeira, Flavia Soares, Luciana Mancini, Celmar Ataídes, Simone Fernandes, Everaldo Costa e Rodrigo Burkowsky pela torcida e apertos em parafusos e engrenagens;

Ao Conrado, pelo pouso e ombro amigo em São Paulo, retirado de cena no 2º sinal;

Aos ouro-pretanos, cidadãos-patrimônio, que romperam seu ensimesmamento e nos abriram seus mistérios e perspectivas de um cotidiano mais íntegro e integrado.

RESUMO

No processo de patrimonialização vertical e excludente de Ouro Preto - que perpassa do tombamento, em 1933 ao título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1980 -, conflitos entre a comunidade e os órgãos reguladores do patrimônio símbolo nacional se materializam nas modalidades cotidianas de apropriação do território. A abordagem dialética das contradições socioterritoriais encontra na *hermenêutica dialógico-reflexiva do patrimônio* o esteio para a proposição da *metodologia de percursos sensoriais interpretativos*. No âmbito deste doutoramento, sua avaliação crítica acena para a compreensão do universo simbólico, histórica e socialmente produzido, na perspectiva de construção de práxis emancipadoras, do refazimento do exercício íntegro e integrado da cidadania e do empoderamento sociocultural. A partir da análise das relações objetivadas no centro histórico, descortinam-se os movimentos de totalização urbana, no entendimento da realidade local e global, do particular e universal, do horizontal e vertical.

Palavras Chave: 1. Cidade Colonial Barroca. 2. Patrimonialização. 3. Dinâmica Territorial. 4. Percepção e Interpretação. 6. Cotidiano.

ABSTRACT

In the vertical and excludent heritagisation process of Ouro Preto - which takes place since its federal conservation law in 1933 until the title of Cultural Heritage City of the Humanity in 1980 - conflicts between the community and the regulatory organs of the national heritage symbol are materialized in the daily modes of territory appropriation. The dialectical approach of socio-territorial contradictions finds in the *dialogical-reflective hermeneutics of the heritage* the bases for the proposition of the *sensory interpretative pathways methodology*. Within this thesis, its critical evaluation signals for understanding the historical and socially produced symbolic universe, in the construction perspective of emancipatory praxis, of the repair of the integrated exercise of citizenship and of the socio-cultural empowerment. From the analysis of the relations objectified at the historical center, the movements of urbane totalisation are unveiled, towards the understanding of the local and global reality, of the particular and universal, of the horizontal and vertical.

Keywords: 1. Baroque colonial city. 2. Heritagisation. 3. Territorial Dynamics. 4. Perception and Interpretation. 6. Daily life.

LISTA DE FOTOS, FIGURAS, GRÁFICOS E MAPAS

Foto 01 - Aproximação à paisagem ouro-pretana	17
Foto 02 - Telhado com água furtada	47
Foto 03 - Chafariz da Praça Tiradentes	48
Foto 04 - Lambrequim de madeira	48
Foto 05 - Oratório de rua	48
Foto 06 - Pinhas de balcão	49
Foto 07 - Fachada da Casa da Ópera, Teatro Municipal de Ouro Preto	49
Foto 08 - Verga de janela	49
Foto 09 - Casal de pequenos produtores porta-a-porta	55
Foto 10 - Ponto de flores e verduras	55
Foto 11 - Praça da Independência ocupada pela Tropa Voluntários da Pátria	71
Foto 12 - Praça da Independência após 1867	71
Foto 13 - Inauguração do Monumento a Tiradentes na Praça Tiradentes	72
Foto 14 - Praça Tiradentes sendo arborizada e com iluminação pública	72
Foto 15 - Praça Tiradentes na década de 1950	73
Foto 16 - Praça Tiradentes com coreto e sem arborização	73
Foto 17 - Mercado de Tropeiros no Largo de Coimbra	74
Foto 18 - Mercado Municipal no Largo de Coimbra	74
Foto 19 - Morfologia da cidade na obra de Tunico dos Telhados	86
Foto 20 - Morador marca presença panóptica no espaço público	88
Foto 21 - Vista geral do Largo do Cinema	92
Fotos 22 e 23 - Liceu de Artes e Ofícios (1886-1946)	93
Foto 24 - Moradia construída no interior de um mundéu	95
Foto 25 - Vista do Bairro Padre Faria e dos morros Santana e da Queimada	96
Foto 26 - Vista do centro histórico com o Morro do Cruzeiro não ocupado	97
Foto 27 - Vista do centro histórico com o Morro do Cruzeiro ocupado	97
Fotos 28 e 29 - Vista da Vila Aparecida a partir do centro histórico	99
Foto 30 - Acidente por escorregamento com destruição do Chafariz do Pilar	106
Foto 31 - Ruínas do Hotel Pilão, atual Centro Cultural Fiemg na Praça Tiradentes	106
Fotos 32 e 33 - Antigas modalidades de apropriação e fruição da rua	115
Foto 34 - Apresentação pública de Reinado no centro histórico	116
Foto 35 - Poluição visual do comércio	121
Foto 36 - Concentração de sinalização comercial	121
Foto 37 - Roda de conversa casual no alargamento de calçadas da Rua São José	122
Foto 38 - Estacionamento de automóveis e animais de transporte individual	125
Foto 39 - Sustentação de fachada de sobrado ameaçado de desabamento	128
Foto 40 - Vista das extensões dos imóveis da Rua São José sobre quintais	128
Foto 41 - Modalidade de apropriação indevida do espaço público	128
Foto 42 - Acesso asfaltado ao Museu Casa dos Inconfidentes	129
Foto 43 - Tapume + Arte para proteção de monumentos durante o carnaval	130
Fotos 44 e 45 - Evento Down Hill de competição de bicicletas no centro histórico	132
Foto 46 - Ensaio fotográfico do concurso Miss Brasil	133
Foto 47 - Audição de música na Praça Tiradentes	134
Foto 48 - Apropriação do território pela tradição	134
Foto 49 - Bloco carnavalesco Zé Pereira dos Lacaios	136
Foto 50 - Banda Bandalheira Ouro-Pretana	136
Foto 51 - Manifestação pública de desagravo à política habitacional	139

Foto 52 - Garagem improvisada em entrada de mina abandonada	140
Foto 53 - Fachada retrátil de quarto transformado em garagem	140
Foto 54 - Vista da Igreja Nossa Senhora das Mercês e Perdões	152
Foto 55 - Portal do tempo, intercessão da Rua do Pilar e Av. Juventino Dias	161
Foto 66 - Fachada da Câmara Municipal em protesto ao cerimonial do Estado	164
Fotos 57 e 58 - Exterior e interior de tapume de obra de demolição total	172
Foto 59 - Obra irregular com taxa de ocupação e volumetria excessivas	172
Foto 60 - Incompatibilidade do transporte coletivo com ruas antigas	211
Fotos 61 e 62 - Entrega em domicílio transportada por animais	212
Foto 63 - Jogo de futebol nos jardins do adro posterior da Igreja do Rosário	212
Foto 64 - Encontro casual no centro histórico no alargamento de calçadas	212
Foto 65 - Jogo diário de cartas nos nichos de calçadas da Ponte da Barra	213
Foto 66 - Anúncio de falecimento em quadro de avisos padronizado	214
Fotos 67 e 68 - Manifestações “Vem prá rua, vem”	215
Foto 69 - Praça Tiradentes ocupada por manifestação política	215
Fotos 70 e 71 - Supressão do espaço de participação popular em eventos cívicos	216
Foto 72 - Praça Tiradentes sitiada: preparativos do 21 de abril	216
Foto 73 - Interpretação dramática do Descendimento da Cruz	218
Foto 74 - Procissão do Enterro com visitação aos Passos da Paixão	219
Fotos 75 e 76 - Tapetes devocionais de rua confeccionados coletivamente	219
Fotos 77 e 78 - Malhação e Queima de Judas	220
Foto 79 - Encenação do Triunfo Eucarístico	220
Foto 80 - Festival de Inverno Ouro Preto e Mariana - Fórum das Artes	221
Foto 81 - Oficina de croquis da paisagem urbana no Fórum das Artes	221
Fotos 82 e 83 - Projeto Moradores - A humanidade do Patrimônio Histórico	222
Foto 84 - Concentração do evento Caminhada da Inconfidência	223
Foto 85 - Encontro de tropeiros e cortejo no centro histórico	223
Foto 86 - Festival Regional de Corporações Musicais	224
Foto 87 - Dança de rua em evento contra a violência às mulheres	224
Foto 88 - Cortejo de Reinado	225
Foto 89 - Projeto Doe uma Flor	225
Foto 90 - Serenata na Rua São José	226
Foto 91 - Chuva de Poesia	226
Foto 92 - Procissão do Enterro	231
Foto 93 - Desfile de escola na Semana da Pátria	250
Fotos 94 e 95 - Exercícios de auscultar e perscrutar meandros do território	254
Fotos 96 e 97 - Oficina de sensibilização e acuidade sensorial	263
Fotos 98 e 99 - Observação e descoberta do “nunca visto” na paisagem	264
Foto 100 - Entrada do Beco do Pilão	264
Foto 101 - Interior do Beco do Pilão	264
Foto 102 - <i>Pop-card</i> vazado para pinçamento de detalhes da paisagem	265
Foto 103 - Exercício com <i>pop-card</i> para foco visual	266
Fotos 104 e 105 - Detalhes “inperceptíveis” da paisagem histórica	266
Foto 106 - Álbum de fotos antigas	267
Foto 107 - Observação com protetor auricular	267
Foto 108 - Caminhamento de costas	267
Foto 109 - Caminhamento de olhos fechados	268
Fotos 110 e 111 - Tateamento de revestimentos com diferentes partes do corpo	268
Fotos 112 e 113 - Oficinas de encerramento de percursos sensoriais interpretativos	269
Foto 114 - Desenho de memória da paisagem histórica	278

FIGURAS

Figura 01 - Obra “Liberação” de M.C. Escher	32
Figura 02 - Distribuição dos primeiros assentamentos mineradores	61
Figura 03 - Crescimento dos assentamentos mineradores em Vila Rica	63
Figura 04 - Obra “Cidade Imperial do Ouro Preto” de Rugendas	64
Figura 05 - Representação da malha urbana de Ouro Preto no século XIX	65
Figura 06 - Praça da Independência. Pintura de José Rosário	72
Figura 07 - Anteprojeto de praça de Lucio Costa	76
Figura 08 - Obra de Alberto da Veiga Guignard “Paisagem de Minas”	84
Figura 09 - Representações de um mesmo objeto	193
Figura 10 - Logomarca do projeto “Sou do Morro eu também sou patrimônio	251
Figura 11 - Representação do trajeto de roteiros sensoriais	269

GRÁFICOS

Gráficos 01 e 02 - Avaliação da reurbanização da Rua São José	123
Gráfico 03 - Origem do morador de Ouro Preto	137
Gráfico 04 - Vontade de morar no centro histórico entre trabalhadores	142
Gráfico 05 - Percepção do centro histórico	142
Gráfico 06 - Percepção do trajeto dos trabalhadores ao centro histórico	143
Gráfico 07 - Meios de locomoção entre local de residência e trabalho	144
Gráfico 08 - Número de bairros que conhecem os trabalhadores do centro	145
Gráfico 09 - Número de bairros que conhecem os usuários em fluxo	145
Gráfico 10 - Frequência aos equipamentos culturais do centro histórico	148
Gráficos 11, 12 e 13 - Avaliação da atuação do Iphan	168
Gráfico 14 - Incidência de processos judiciais por tipologia de usos	170
Gráfico 15 - Distribuição de processos judiciais por região	170
Gráfico 16 - Tipologia de processos judiciais por objeto de infração	171
Gráfico 17 - Outras atividades exercidas por trabalhadores no centro histórico	203
Gráfico 18 - Frequência ao centro histórico nos finais de semana	204

MAPAS

Mapa 01 - Localização de Ouro Preto no Brasil	22
Mapa 02 - Localização regional do Município de Ouro Preto	22
Mapa 03 - Distritos e sede do Município de Ouro Preto	23
Mapa 04 - Perímetro Tombado de Ouro Preto	26
Mapa 05 - Núcleo histórico de Ouro Preto - Zona de Proteção Especial	39
Mapa 06 - Localização do centro no núcleo histórico de Ouro Preto	44
Mapa 07 - Centro histórico de Ouro Preto	45
Mapas 08 e 09 - Comarca de Vila Rica e ampliação da região de Vila Rica	53
Mapa 10 - Planta da Cidade de Ouro Preto em 1888	66

LISTA DE SIGLAS

APOP - Associação Patrimonial de Ouro Preto

ASCOM/CMOP - Assessora de Comunicação da Câmara Municipal de Ouro Preto

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CIAM – Congresso(s) Internacional(is) da Arquitetura Moderna □

CPPC - Coordenadoria das Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

FAOP - Fundação de Arte de Ouro Preto □

FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

GAT – Grupo de Assessoramento Técnico

ICOMOS - International Council on Monuments and Sites,

ICSA/UFOP - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Ufop

IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico,

IFAC - Instituto de Filosofia, Arte e Cultura da Ufop

IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional □

OPTC - Ouro Preto Tênis Clube

PMOP – Prefeitura Municipal de Ouro Preto □

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (também Secretaria)

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto □

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

S U M Á R I O

Considerações Iniciais	17
- Rumo ao doutoramento: uma trajetória	22
- Localização regional de Ouro Preto	22
- Questões investigativas relevantes	24
- Suportes teóricos	33
- Definições de método	34
- Procedimentos teórico-metodológicos	35
- Recorte espacial	37
- O trabalho investigativo	40
- A pesquisa de campo	41

Capítulo 1 - De antes de Vila Rica a Ouro Preto

1.1. Notas sobre a formação histórica de Ouro Preto: dos primórdios da ocupação do território ao processo de desterritorialização.....	51
1.1.1 Do espaço natural habitado à conquista e ocupação do território	52
1.1.2. Participação de Ouro Preto na formação da rede urbana mineira e consolidação da rede urbana brasileira	56
1.2. Estruturação de um território fragmentado: Conurbação de arraiais mineradores e consolidação da malha urbana	61
1.2.1. Centralidades urbanas desdobradas em Ouro Preto	69
1.2.2. Elementos de uma morfologia urbana diferenciada	82

Capítulo 2 - O processo de patrimonialização de Ouro Preto e as manifestações culturais territorializadas

2.1. A dimensão territorial no estudo do patrimônio cultural	89
2.2. O processo de patrimonialização de Ouro Preto, sua negação à cidadania e as dinâmicas socioterritoriais	90
2.2.1. A política de patrimônio efetivada pelo Programa Monumenta	107
2.2.2. Usos, formas de ocupação e modalidades de apropriação do território: racionalidades e contra-racionalidades	112
2.3. Percepção da totalidade urbana e de seus fragmentos	137
2.4. Descaracterização silenciosa e progressiva do patrimônio	149
2.5. Territorialização e desterritorialização em Ouro Preto	156
2.6. Conflitos territorializados: Controle de práticas socioculturais no território patrimonializado	166
2.6.1. Processos judiciais contra moradores infratores	169

Capítulo 3 - Dialética do território e hermenêutica reflexivo- dialógica do patrimônio cultura

3.1. Fundamentos filosóficos da hermenêutica	173
3.2. O método hermenêutico aplicado à compreensão e apropriação do patrimônio	183
3.3. Dialética da apropriação do território e do patrimônio cultural em Ouro Preto	194
3.4. Vida cotidiana como potência	201
3.4.1. Apropriação e empoderamento cotidianos do patrimônio e suas dimensões: por uma abordagem sensível do território	210
3.5. Da teoria crítica à reflexão emancipatória	227
3.5.1. Interpretação de patrimônio e práxis cotidiana	229

Capítulo 4 - Da Informação Unilateral e Monológica à Comunicação Dialógica, Polifônica e Praxiológica

4.1. Breve apreensão de roteiros urbanos em Ouro Preto	236
4.2. A comunicação praxiológica na apropriação do território pelo patrimônio	237
4.3. Dimensões fundamentais da experiência	241
4.4. Metodologia de percursos sensoriais interpretativos	244
4.4.1. Elaboração, aplicações e desdobramentos	247
4.4.2. O Projeto Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania	251
4.4.2.1. Objetivos	252
4.4.2.2. Roteiros e percursos sensoriais interpretativos	253
4.4.2.3. Estratégias de sensibilização, leitura e interpretação do patrimônio: os "Alteradores de Percepção"	262
4.4.2.4. O acontecimento percurso sensorial interpretativo	270
4.4.2.5. A experiência vivenciada e a formação de público	277
4.4.3. Revisão conceitual e operacional	283
 Considerações Finais	 288
Referências Bibliográficas	297
Anexo 1: Questionário aplicado com trabalhadores do centro histórico	302
Anexo 2: Questionário aplicado com moradores em fluxo no centro histórico	303

Considerações Iniciais

Por mais conjuntural que possa parecer a seleção de uma temática de pesquisa, muitos fatores de ordem subjetiva compõem tal empreitada, numa caudalosa confluência de história pessoal, de percursos profissionais, de anseios e inquietações, de maturação emocional, de convicções ideológicas e de um sem fim de motivações e influências a serem reunidas e sistematizadas. Este trabalho não é uma exceção a essa tendência. Nunca uma redação introdutória nos pareceu tão oportuna, como neste presente momento de apresentação e contextualização do processo criativo que é a gestação de uma tese de doutoramento.

Foto 01 - Aproximação à paisagem ouro-pretana. Cenário de tela viva desde a “caverna” do doutorando, com vista para a Serra de Ouro Preto: Pico do Itacolomi e Campus da Ufop.

Fonte: Acervo do autor, 2014.

- Rumo ao doutoramento: uma trajetória

No âmbito dessas considerações iniciais, avaliamos ser importante ousarmos sintetizar e contextualizar as bases disciplinares que se complementaram na pavimentação de nosso

processo formativo. O presente doutoramento em Geografia Humana consubstancia-se como certo “coroamento” de percurso individual, acadêmico e profissional, na qualidade de arquiteto e urbanista engajado em pesquisa acadêmica desde o final dos anos 1970. Coroamento este, no sentido de consagração de tempos atravessados por abordagens ecléticas que a questão urbana, tanto permite quanto exige. A presente tese traz, pois, na intimidade da produção acadêmica, a perspectiva de fechamento de *gestalts*, o enfrentamento de inquietações profissionais, o encaminhamento de novas questões aos estudos urbanos e o delineamento de ações propositivas ao exercício da cidadania pela apropriação do patrimônio cultural. Vale considerar que trata-se de nova imersão nos estudos geográficos, após amadurecimento intelectual e metodológico com registros, mergulhos e aprofundamento teórico-conceitual.

Graduado pela Escola de Arquitetura da UFMG, em 1976, concluímos o Mestrado em Urbanismo, em 1979, com a dissertação *Petites Activités et Espace Urbain: Cas de Sfax (Tunisie), Kinshasa (Zaire) et Campina Grande (Brésil)*; e, em 1980, cumprimos os créditos de doutorado em *Aménagement du Territoire*, um *Diplôme d'Études Approfondies* - DEA, ambos no Institut d'Urbanisme de Paris - IUP. Centrados no papel da dinâmica territorial de feiras regionais e do pequeno comércio local na estruturação urbana de cidades de pequeno e médio portes, a base conceitual e metodológica adotada foi a então recente teoria dos circuitos inferior e superior da economia, desenvolvida por Milton Santos, nos anos 1970. Já o doutoramento, cujo objeto de tese era *Les Foires du Nordeste Brésilien: Contribution à l'Étude de l'Organisation de l'Espace*, foi abandonado após dois anos de pesquisas junto à Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - FUNDEC/UFRN. Além de motivos de ordem pessoal, as dificuldades de orientação à distância foram condicionante, naqueles anos 1980 de limitados recursos técnicos e informacionais de comunicação.

Como professor-pesquisador efetivo das universidades federais do Rio Grande do Norte/UFRN (1978-86) e de Minas Gerais/UFMG (1986-2000), nossas atividades de docência, pesquisa e extensão persistiram em explorar e expandir as fronteiras e interfaces do Urbanismo com a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a História e a Economia, tratando o fenômeno urbano como processo socioespacial contraditório, desigual e de grande complexidade.

Nos anos 1990, consolidada a crítica ao modelo modernista de produção capitalista da cidade, e perante a hegemonia do Estado como agente de sua reprodução, embates ideológicos no seio da atividade profissional deslocaram nosso foco do estudo de instrumentos de política urbana e regional, para questões relativas à formulação de políticas públicas de preservação do patrimônio edificado. Como profissional de projeto executivo de intervenção no espaço, avaliamos que a imposição continuada da racionalidade das “cirurgias urbanas” - ecos prolongados do sucesso do modelo haussmanniano de reorganização territorial - nos provocou certo “desvio” de percurso. Visto por outro ângulo e assim ressignificado, contradições inerentes ao exercício profissional e ao pensamento acadêmico unidirecional nos impulsionaram a ampliar a abordagem do fenômeno urbano e seu planejamento funcionalista, para além de sua concretude objetiva, na valorização de seus aspectos simbólicos, poéticos e vivenciais. Trata-se de considerar o inesgotável universo da cultura como motor da dinâmica urbana cotidiana e como responsável pela produção de contra-racionalidades que confrontam as exigências de reprodução ampliada do capital, de racionalidade hegemônica.

A convite da Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop, no início dos anos 2000, para compor seu quadro docente permanente, a questão patrimonial em Ouro Preto, Minas Gerais - cidade mercantilizada como Patrimônio Cultural da Humanidade, sob chancela da Unesco desde 1980 - ganhou centralidade nas nossas inquietações, reflexões, debates, pesquisas, projetos extensionistas, consultorias, intervenções e atividades didáticas. É de destaque a constatação dos conflitos inerentes à vida cotidiana contemporânea em território tricentenário patrimonializado, das dinâmicas socioespaciais diferenciadas pelo lugar que ocupam no tempo e no espaço, e dos impactos na comunidade advindos da espetacularização das representações da cultura, tornadas foco de interesse, visitação e fruição em nível nacional e internacional.

Nossa inserção no território, na cultura e na dinâmica ouro-pretanas foram marcadas por ambiguidades: trata-se de uma cidade de 70 mil habitantes (IBGE, 2010), de configuração territorial diferenciada pelo espraiamento que sua determinação topográfica impôs à malha urbana, porém de uma vivacidade cultural e fluxos de informação de caráter cosmopolita; integrada ao universo globalizado, mantém ritmos e costumes locais tradicionais, lidando permanentemente com a inserção do universal no particular; valores de troca contrapõem os

valores históricos e de uso; e demandas de consumo e tendências desenvolvimentistas não dialogam com a “galinha dos ovos de ouro” que é a cidade patrimônio e seu legado histórico.

A participação na concepção e execução de projetos de sinalização indicativa, educativa e, sobretudo, interpretativa do patrimônio cultural despertou nossa atenção para a gama de contradições relacionadas à gestão do patrimônio, também produzidas pelo precário conhecimento disponibilizado ao cidadão sobre sua própria história impressa no espaço. Dois desses projetos se destacam:

- O “Museu Aberto-Cidade Viva”, conjunto de selos interpretativos instalado em cento e dez edificações de Ouro Preto, selecionadas pela função originalmente residencial e pelo grau de preservação de suas características arquitetônicas formais, estruturais e fachadísticas;
- Sinalização Interpretativa de vinte e três cidades mineiras, barrocas e modernas, contemplando seu acervo religioso, civil e afetivo.

Afora a convivência com diversificado universo universitário, com baixa participação de estudantes locais, as oficinas e cursos de curta duração ministrados em bairros de Ouro Preto, antes e durante nossa presença no PPGGH, representam importante fonte de perguntas e hipóteses sobre a participação da comunidade, a dinâmica social e a representação do patrimônio cultural. É a destacar a riqueza dos contatos diretos e privilegiados estabelecidos com essas comunidades, a originalidade do conhecimento que detêm, e, sobretudo, a sensibilidade e força de suas reflexões e proposições.¹

Resultados são processuais, assim como certos processos já representam um resultado por si só. E os primeiros resultados de cursos ministrados e pesquisas desenvolvidas nessas comunidades, ganham relevância no estudo e na percepção da totalidade urbana de Ouro Preto, para além de seu território patrimonialmente consagrado. Inúmeros temas para reflexão ali surgiram, na medida em que sinalizam questões de peso, como: a existencia de muitas “cidades” na cidade; dinâmicas socioespaciais cotidianas no entorno do habitat precarizado,

¹ Todos esses cursos têm a característica de serem oferecidos a público voluntário, aglutinado em processos comunitários de organização, cujo objetivo é o reconhecimento, valorização e empoderamento de seus valores culturais, para exercício mais efetivo da cidadania.

muito específicas e diferenciadas das que se materializam em outras regiões da cidade; representações simbólicas que os moradores revelam, com relação tanto ao patrimônio cultural localizado em suas áreas de vizinhança, quanto ao patrimônio consagrado do centro histórico; percepção fragmentada e interpretação vaga e superficial que detêm sobre a cidade em sua totalidade; discrepância entre a qualidade de vida nos bairros e a que observam no centro histórico;² baixa assimilação da noção de si mesmos como “sujeitos-patrimônio”³ e dos valores que detêm como patrimônio cultural não reconhecido: fauna, flora, culinária, medicina caseira, sociabilidade orgânica, dentre outros elementos de grande valia para fins de análise. Dessa realidade diferenciada e contraditória emerge a proposição metodológica de uma *hermenêutica reflexivo-dialógica do patrimônio*, analisada nesta tese, potencialmente fornecedora de compreensão das relações de produção e consumo do espaço urbano - uma contribuição aos estudos geográficos. Considerando a dialética particularidade-universalidade dos casos em questão, o conhecimento adquirido na produção coletiva de conhecimento ensejada naqueles cursos, oficinas e pesquisas, além de afirmar a assertividade da interpretação sensorial aplicada ao ensino, direcionou a demarcação de nosso objeto de estudo, bem como o aprofundamento teórico-metodológico necessário.

A entrada no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, em 2010, demarcou nossa reinserção nos estudos geográficos, com imersão específica na perspectiva crítica da Nova Geografia. A escolha das seis disciplinas cursadas durante os dezoito primeiros meses do curso de doutorado se pautou no aprofundamento das escolas miltoniana e lefebvriana, na compreensão de método em Geografia e na abordagem multidisciplinar do patrimônio cultural no mundo contemporâneo globalizado.

² É corrente a denominação da região central como sendo “a cidade” ou mesmo “Ouro Preto”.

³ “Por sujeitos-patrimônio entendemos o ser da existência corpórea em sua relação direta com o mundo; produto e produtor material e imaginativo deste dito mundo em vias de patrimonialização.” (COSTA, 2011a, p. 6).

- Localização regional de Ouro Preto

Mapa 01 - Localização de Ouro Preto no Brasil
Fonte: Google maps.

Mapa 02 - Localização regional do Município de Ouro Preto.
Fonte: Base Altimétrica GDEM/ASTER, edição gráfica Varajão e Villaschi, 2014.

Município de Ouro Preto

População Population	Área Area	Bioma Biome
70.208 hab	1.246 Km²	Mata Atlântica

Fonte: IBGE

Distrito District	Distância da Sede Distance from Main City
Amarantina	25 Km
Antônio Pereira	25 Km
Cachoeira do Campo	18 Km
Engenheiro Correia	35Km
Glaura	26 Km
Lavras Novas	13 Km
Miguel Burnier	40 Km
Santa Rita	23 Km
Santo Antônio do Leite	25 Km
Santo Antônio do Salto	35 Km
São Bartolomeu	15 Km
Rodrigo Silva	18 Km

ORGANIZAÇÃO	EDIÇÃO GRÁFICA	TÍTULO DO MAPA
João N. S. Villaschi	Flávia Soares	Ouro Preto: distritos e sede
TESE DE DOUTORADO	FONTE	ESCALA
Hermenêutica do Patrimônio e Apropriação do Território em Ouro Preto - MG	Prefeitura Municipal de Ouro Preto - MG	Sem escala
	Atualização de dados 2014	03

- Questões investigativas relevantes

A presente tese tem origem em dúvidas e inquietações relativas às modalidades de apropriação do território patrimonializado de Ouro Preto, Minas Gerais, modalidades essas que se materializam nas contradições inerentes ao cotidiano, em que se mescla a vida comum da população moradora com suas formas de resistência ou de submissão a novos tempos, ritmos e valores que se acumulam e superpõem naquela cidade tricentenária. Sob a égide capitalista da lógica modernizante e da internacionalização da cultura pelo viés do consumo dos lugares, a questão patrimonial assume papel central na gestão urbana contemporânea. A diversidade temporal e espacial que demarcam as dinâmicas urbanas no território reflete o processo de valorização patrimonial - em escalas nacional e internacional - e a equivalente mercantilização dos lugares de memória histórica e social, no contexto da escalada da atividade turística, mobilizada pelos reconhecidos valores materiais e simbólicos daquela cidade.

O processo de reconhecimento, valorização e patrimonialização das denominadas “cidades históricas” no Brasil teve sua gênese em Ouro Preto, nos anos 30 do século XX, tendo sido a primeira cidade brasileira a ser declarada Monumento Nacional, em 1933. Já em 1938, inaugurando as atividades do recém criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan, em 1937, a cidade foi objeto de tombamento em nível federal - contemplando seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico - e, em 1980, foi reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. Esses são alguns dos principais elementos do processo de patrimonialização, trabalhado no Capítulo 2.

É controversa a avaliação dos impactos efetivos do conjunto de normas técnicas e medidas jurídicas sobre a formulação de políticas de proteção e salvaguarda do patrimônio, na medida em que a preservação da cidade tricentenária de Ouro Preto é atribuída, por inúmeros estudiosos de diferentes correntes de pensamento, tanto a fatores de caráter endógeno - como o abandono, a estagnação econômica, a pobreza generalizada e a pressão imobiliária nula -, quanto a iniciativas exógenas de valorização e proteção. De toda forma, aquelas distinções obtidas em níveis nacional e internacional repercutem de forma desigual e contraditória sobre o território circunscrito em seu amplo perímetro tombado e sobre a organização e o funcionamento da vida cotidiana. Tais desigualdades também se articulam a variados fatores

históricos de ocupação e estruturação do território, a serem abordados no decorrer deste trabalho.

Das ações estatais hegemônicas, destaca-se o caráter externo e vertical do processo de patrimonialização, de iniciativa e interesses mais institucionais do que propriamente comunitários. Suas determinações, instrumentos e operacionalização caracterizam uma “ordem distante” – na leitura de Henri Lefebvre –, ou as “flechas do tempo”, conforme Milton Santos.

Por mais que o conceito de patrimônio tenha evoluído ao longo da história - desde sua origem de ordem privada no Direito Romano, até a consideração de excepcionalidades arquitetônicas e, nas últimas décadas, de conjuntos urbanos e de manifestações culturais diversificadas -, no mais das vezes o olhar protecionista sobre as cidades-patrimônio mantém antigos vícios conceituais, técnicos e políticos de abordá-las e tratá-las como monumentos prontos e acabados, se não estanques e congeláveis no tempo. Esse paradigma conflita frontalmente com a vitalidade sociocultural e com a dinâmica urbana desses lugares de temporalidades, representações e territorialidades diversas. Vale considerar que as temporalidades se constituem como “... matriz das espacialidades vividas em cada lugar”, como concretude do tempo que só se obtém a partir de “... sua interpretação, na vida ativa, pelos diversos agentes sociais.” (SANTOS, 2009, p. 136).

O interior do vasto perímetro tombado de Ouro Preto (Mapa 03, p. 23) se apresenta como instância de certa abstração operacional, desconectada do planejamento urbano. Desconsiderado como totalidade em movimento, aquele território de grande heterogeneidade é submetido a tratamentos desiguais e contraditórios, quer se trate do centro histórico, do núcleo histórico ou de bairros periféricos, historicamente precarizados e segregados, social e geograficamente. (COSTA, 2011a). Seu tratamento institucional se materializa em medidas híbridas de ordenamento e controle do uso e ocupação do solo, e na destinação de recursos financeiros e técnicos para salvaguarda de objetos patrimoniais e de frações selecionadas do território, consagrados pela promoção turística.

Nesse cenário assim esboçado, uma pergunta paira sobre as cidades antigas e turisticamente exploradas, a exemplo de Ouro Preto: como evoluiu e se efetiva a relação da comunidade com o patrimônio cultural? Inicialmente, importa averiguar o significado atribuído ao termo “patrimônio” pela população, histórica e sistematicamente expropriada de seus recursos, e excluída dos processos decisórios e dos benefícios da patrimonialização. Tal exclusão deve ser relativizada, já que, à segregação elitista se somam processos complexos de auto-exclusão perante o assédio turístico a que se submete a cidade, de visibilidade internacional ampliada, notadamente a partir da atribuição do título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. As respostas mais frequentes, registradas em pesquisa de campo em 2013, demonstram que patrimônio é um conceito abstrato e distante do morador, “coisa de bacana” ou “para turista”. Ainda mais significativa é a associação à atuação regulatória do escritório do Iphan-OP, assim expressa: “o patrimônio é que não me deixa mexer na minha própria propriedade particular”. Tal distorção interpretativa - uma transgressão conceitual do objeto patrimonial - que confunde o objeto com a instituição responsável pelo estabelecimento e execução de normas que deveriam restringir sua descaracterização, por si só, sinaliza a turbulência conceitual e a diminuta compreensão da comunidade sobre os valores e o sentido do legado histórico e sobre a importância de sua preservação.

O próprio conceito institucional vigente de preservação de patrimônio desconsidera a qualidade de vida urbana do “sujeito-patrimônio” ou os desafios cotidianos da comunidade que resente “ter” de conviver com o cenário barroco tombado, com restrições às melhorias arquitetônicas e com a estrutura físico-territorial herdada do século XVIII - perante as inúmeras possibilidades técnicas e de consumo que o século XXI, sedutoramente, oferece.

Algumas pistas e múltiplos fatores convergentes no tempo devem ser delineados e qualificados, para a compreensão das relações sociais e institucionais com o patrimônio e com a produção da totalidade urbana de Ouro Preto, historicamente fracionada, a começar pelas especificidades da estruturação de seu território, como veremos.

Nesse sentido, o **tema** da presente tese converge para as possibilidades de renovação de processos socioculturais de apropriação cotidiana do patrimônio cultural e do território em cidades patrimonializadas, pelo viés de uma metodologia de leitura, compreensão e interpretação crítica do patrimônio cultural. Trata-se, mais especificamente, de apreender as

relações que se estabelecem entre *Hermenêutica do Patrimônio e Apropriação do Território em Ouro Preto, MG*.

Tais dinâmicas socioculturais, expressas e impressas no território, devem ser analisadas à luz da dialética do território e da hermenêutica do patrimônio, métodos aqui adotados para balizar a compreensão das relações de produção do espaço urbano patrimonializado.

Comparecem nessa temática, conflitos e processos socioculturais contraditórios, com expressivas representações no espaço urbano, norteadores dessa investigação, a exemplo da: multiplicidade identitária do lugar e com o lugar; pseudo-identidades atreladas a imagens midiaticamente produzidas para valorização e mercantilização da cidade-patrimônio; determinações políticas e econômicas exógenas, verticais e distantes, sobre o acervo patrimonial parcialmente conhecido pelo morador; tratamento institucional desigual, fragmentado e setorial da totalidade do território; descompasso entre apropriação simbólica e mercantilização do patrimônio; compreensão comunitária esgarçada e fragmentada dos símbolos e significados de sua própria história, tradições e valores culturais; dentre outros.

É considerável o caleidoscópio de contradições, conflitos e impasses que compõem as relações socioterritoriais de comunidades de cidades patrimonializadas. No caso de Ouro Preto, condicionantes legais e intervenções estatais pontuais, desarticuladas e de diferentes naturezas - conforme a coloração política das fontes de recursos financeiros captados -, são aspectos relevantes de sua dinâmica urbana. Apenas as instâncias federal e municipal comparecem no trato da normatização patrimonial de Ouro Preto, sem participação relevante do Governo do Estado nos fóruns de decisão sobre os instrumentos de patrimonialização.⁴ Para além das intervenções estatais e de ações ancoradas em cooperações internacionais - que incidem, tanto sobre a regulação de medidas de preservação, como sobre a promoção mercantil da cidade -, as relações cotidianas do morador com o legado cultural e sua vinculação ao território revelam contradições de grande complexidade. Tais questões têm sido objeto de investigação e análise, nos últimos tempos, sob diversas óticas das ciências, confluindo perspectivas sociológicas, antropológicas, arquitetônicas, geográficas, históricas e do direito urbanístico.

⁴ Exceção para ações educativas e preservacionistas promovidas pela Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop, único braço da Secretaria de Estadual de Cultura no interior de Minas Gerais.

Nesse cenário, atitudes individuais e coletivas para com o acervo patrimonial se pautam, tanto na defesa de sua preservação e conservação, quanto na irreverente e progressiva descaracterização do legado cultural, mesmo aquele de reconhecimento internacional.

Compreender, portanto, a natureza das contradições identificadas nessas questões introdutórias, constitui o eixo central da investigação realizada, expresso no seguinte **problema de pesquisa**: Como se engendraram e como se materializam, hoje, as contradições entre a vida cotidiana e a apropriação do patrimônio cultural no centro histórico de Ouro Preto?

Nossa **hipótese central** considera que o centro histórico de Ouro Preto é usado, hoje, para materializar funcionalmente a vida cotidiana e sua comunidade, entretanto, pouco se apropria e usufrui de seu próprio legado cultural. Através de quais processos, fatores e mecanismos teria a relação do morador com o centro histórico se esvaziado ao longo do tempo, com a consequente retração da apropriação comunitária dessa fração do território? O que teria caracterizado essa relação em outros períodos da história da cidade? Subsidiária de processos de naturezas e formas diversas, a dinâmica socioterritorial progressivamente desvinculou o entendimento do patrimônio cultural e suas simbologias do movimento da vida urbana cotidiana.

Dentre as **hipóteses explicativas** subjacentes à hipótese central, por um lado, se destaca o caráter vertical, contraditório e desigualmente distribuído do processo elitista de patrimonialização da cidade. Trata-se, em particular, da fruição dos bens materiais - móveis e imóveis - produzidos e consagrados autoritariamente e verticalmente pelos poderes estatal e religioso, no bojo do processo denominado “patrimonialização global” (COSTA, 2011a). A própria refuncionalização progressiva das cidades remanescentes do passado colonial brasileiro, contribui fortemente para a alteração e redução das possibilidades de apropriação comunitária de seus centros históricos e das práticas socioculturais no território. O que se constata em Ouro Preto é que, nem a consagração do patrimônio histórico em âmbito nacional e internacional ou os títulos atribuídos à cidade, nem mesmo sua refuncionalização econômica, encontra eco em parte significativa da população moradora atual, que não conhece ou reconhece os valores atribuídos à cidade. Não os reconhece nem valoriza, seja

porque efetivamente não os conhece em sua essência, seja porque não se identifica com o legado histórico relacionado à soberania do poder colonial, seja ainda porque sequer participou de qualquer dos processos de patrimonialização, de caráter mais exógeno e institucional do que comunitário. Apesar do amplo perímetro de tombamento legal da cidade, é mister considerar o teor elitista, concentrador e segregador dos investimentos naquele patrimônio cultural.

Por outro lado, nossas pesquisas anteriores constataam leituras urbanas opacas e difusas, resultantes do baixo grau de conhecimento, compreensão e interpretação do legado cultural por parte do morador. Sobre essa **segunda hipótese explicativa**, o método hermenêutico demonstra ser uma chave operacional de acesso à informação qualificada e vai ao encontro da compreensão fragmentada e distorcida que o morador demonstra ter sobre a questão patrimonial. A hermenêutica, a ser aqui analisada, trabalha a incompreensão e a comunicação distorcida, favorecendo a produção de leituras e interpretações aprofundadas e consistentes da cidade, em sua totalidade e totalização.

Em suma, o que a presente tese persegue é a perspectiva de que a compreensão pela reflexão e, por consequência, a apropriação ampliada do significado das tradições possa transformar profunda e suficientemente os sujeitos, alterando sua experiência comunicativa cotidiana e instrumentalizando-os para a ação cidadã e para práxis emancipadoras. Por seu caráter futurista, ou de expectativa de um devir, essa é uma hipótese passível de ser perseguida em outro momento de nossas investigações, com o aval do recuo do tempo e da experimentação continuada da metodologia aqui proposta: *Percursos sensoriais interpretativos* calcados na *hermenêutica reflexivo-dialógica do patrimônio*.⁵

O distanciamento ou “recolhimento” que se observa na população ouro-pretana com relação ao centro histórico, a precária apreensão de significados, sua participação na descaracterização do patrimônio e a baixa aderência ao território expressam, dentre outros fatores, as restrições ao acesso à informação e sua exclusão da gestão urbana, ambas historicamente impostas à comunidade local. É nesse âmbito que se manifesta, com evidência,

⁵ Estudos em nível de pós-doutoramento poderão desenvolver a avaliação crítica e a análise de impactos e resultados objetivos das aplicações dessa metodologia sobre a apropriação concreta e simbólica do território, o empoderamento sociocultural no exercício da cidadania e o comprometimento da comunidade com a preservação do patrimônio.

a negligência das políticas públicas de Ouro Preto quanto à consideração holística, integrada e hermenêutica do patrimônio, o que expõe a necessidade premente de perspectivas que promovam a abordagem sensível do território, objeto central deste debate. Trata-se, em suma, de promover a democratização do patrimônio cultural e sua valorização preservacionista por parte, sobretudo, da população nativa ou moradora.

Compreender como se engendraram historicamente e analisar como se materializam, hoje, as contradições entre a dinâmica da vida cotidiana e a apropriação do patrimônio cultural no centro histórico de Ouro Preto, pela comunidade local, constituem o **objetivo geral** desta investigação. Como tratado mais adiante, a apropriação do patrimônio e do território é tributária, antes de tudo, de sua compreensão e interpretação. Dentre os procedimentos metodológicos necessários ao alcance deste objetivo, destacam-se: o refinamento do conceito de apropriação; a análise socioespacial do processo de patrimonialização de Ouro Preto; a caracterização de práticas culturais territorializadas; e a apreensão das formas singulares de uso e apropriação cotidianas do centro histórico, nos séculos XX e XXI.

Das questões relativas à participação comunitária nos processos contraditórios de preservação-descaracterização do patrimônio e de continuidades-rupturas da tradição, ambos tributários do entendimento individual e coletivo dos valores culturais, se desdobram **dois objetivos específicos** desta investigação. Um, de analisar, a partir da ótica dos moradores de Ouro Preto, a dinâmica territorial no centro histórico, hoje, e as relações que estabelecem com o patrimônio cultural. Afinal, quais são as lógicas que presidem a dialética da valorização-preservação / desconhecimento-descaracterização e da apropriação-afastamento da comunidade de seu patrimônio? Parte dos procedimentos, técnicas e fontes necessários à execução desse objetivo são comuns e correlatos aos do objetivo geral. A pesquisa de campo, descrita no item Trabalho Investigativo destas Considerações Iniciais, tratou de apreender a ótica e a lógica dos moradores de Ouro Preto, através de questionários aplicados com trabalhadores e demais usuários do centro histórico, em fluxo.

O **segundo objetivo específico** é efetuar a revisão crítica da estrutura teórico-metodológica de construção e implementação de roteiros sensoriais interpretativos do patrimônio, fundamentada na dialética e na hermenêutica, e avaliar seu potencial de universalização como método de ensino-aprendizagem pelo patrimônio. Trata-se da *Metodologia de Percursos*

Sensoriais Interpretativos, de nossa autoria em 2008, que fundamentou o Projeto e, posteriormente, o Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania, descrito no item 4.2., Capítulo 4.

Tal concepção metodológica pressupõe seu potencial de engendramento de práxis emancipadoras, rumo ao exercício mais pleno e “encarnado” da cidadania. (QUÉRÉ, 1991). Com tal proposição, buscamos a disseminação, em curso, de uma metodologia de educação não formal, pelo patrimônio, na perspectiva de que venha a se estabelecer como instrumental de políticas públicas. Práxis transformadoras podem ser promovidas e intensificadas pelos moradores, através da tomada de consciência de si próprios, de sua cultura, de seu território e do papel que exercem no fazer história. Após ampla experimentação dessa metodologia, há indícios de processos individuais e coletivos de despertar e engajamento em questões urbanas cotidianas, de valorização do patrimônio cultural e de auto fortalecimento da comunidade. Nossa utopia envolve a instrumentalização e o engendramento de ações de apropriação concreta e simbólica do território, em diferentes níveis e setores de participação social.

(...) qualquer reflexão que não se contenta apenas em reflectir, em confirmar os constrangimentos, aceitar os poderes e legalizar a força das coisas, possui em si uma utopia. O que significa que ela procura o seu ponto de inserção na prática e não separa o conhecimento de uma política que não coincida com a do poder em vigor. (Lefebvre, 1969, p.107)

Identificamos, na Figura 01 uma representação metafórica dessa perspectiva emancipatória do cidadão consciente, “desperto” e ativo, na obra “Liberação”, do artista gráfico holandês Maurits Cornelis Escher (1898-1972).

Figura 01 - Obra “Liberação”, M.C. Escher, litografia, 1955.
Fonte: <http://www.etropolis.com/escher/scroll.htm>

Sobre a superfície cinza uniforme de uma tira de papel que se desenrola, acontece o desenvolvimento simultâneo de forma e contraste. Triângulos, inicialmente pouco visíveis, mudam para figuras mais complexas, à medida que aumenta o contraste de cor entre eles. No meio, são transformados em pássaros pretos e brancos e, de lá, voam no mundo como criaturas independentes. Então, a tira de papel onde foram desenhados, desaparece. (Tradução livre do texto do site, sem autoria)

Este segundo objetivo específico envolve, dentre outros procedimentos, a identificação de ações educativas que se utilizam de roteiros urbanos e a revisão crítica das estratégias pedagógicas de leitura e interpretação do patrimônio, estruturais na metodologia de percursos sensoriais em questão, implementada nas linhas de atuação do citado Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania.

- Suportes teóricos

No interior do vasto espectro de estudos urbanos e geográficos, a pluralidade de abordagens do território socialmente produzido e consumido, mais do que constituir importante arcabouço analítico, aponta para a complexidade de sistematização das diferentes leituras da cidade e das múltiplas interpretações do patrimônio cultural. Tais questões têm sido objeto de investigação e análise, nos últimos tempos, sob diversas óticas das ciências, confluindo perspectivas de áreas variadas do conhecimento urbano.

Aqui, corroboramos a necessária e profícua transgressão das fronteiras disciplinares da Arquitetura, do Urbanismo, da Geografia, da História, da Sociologia, da Antropologia, da Semiologia, da Comunicação, da Filosofia e demais disciplinas afins aos fenômenos de territorialização de práticas socioculturais. O trânsito e o diálogo entre essas bases disciplinares têm diluído fronteiras forjadas pela ciência moderna e consubstanciam análises transversais, ao mesmo tempo específicas e totalizantes. É o que nos confirma a trajetória de Milton Santos, de formação em Direito, sobretudo após seu rompimento teórico com a ortodoxia francesa e se lançar na defesa da interlocução interdisciplinar e da expansão da discussão interna e restrita aos campos disciplinares. Sobre suas pegadas críticas a toda unicidade analítica, nos utilizamos na elaboração desta tese, de certo ecletismo metodológico, inserindo referências artísticas e autores diversos em nossas argumentações.

Na ousadia de extrapolar, portanto, nossa formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, recorreremos sobremaneira à Filosofia, na busca de suportes teórico-metodológicos apropriados à temática desta tese. Dentre as linhas de pensamento e suas correntes teóricas, encontramos na dialética e na hermenêutica os caminhos adequados às reflexões, análises e proposições aqui expostas. Seus fundamentos pavimentam a abordagem crítica do fenômeno urbano contemporâneo em “cidades históricas” e se aplicam à percepção ampliada, ao (re)conhecimento e à interpretação reflexiva e dialógica do legado cultural inscrito nos espaços de uso cotidiano.

Nesse sentido, nos ancoramos em duas teorias maiores que suscitam interfaces entre algumas de suas categorias de análise. Trata-se da teoria do espaço de Milton Santos e da teoria da vida cotidiana desenvolvida por Henri Lefebvre, na condição de marcos teóricos que se complementam. Além desses pilares analíticos selecionados para fundamentação desta tese, comparecem nesta investigação trabalhos de pesquisadores de diferentes áreas acadêmicas - que trazem a cidade e a questão patrimonial como objeto de análise. A abrangência que a temática escolhida sugere, nos faz dialogar, portanto, com estudos e olhares diversos, inserindo no debate acadêmico que se amplia, renovadas modalidades de leitura e interpretação do patrimônio cultural e da dinâmica territorial cotidiana. Pensadores, poetas e artistas participam desta empreitada, o que enriquece e colore o conteúdo sensível do objeto de análise, na qualidade de recursos à expansão do conhecimento científico a outras dimensões de livre expressão.

- Definições de método

A dialética e a hermenêutica ganharam atualidade como caminhos polarizados para debater método, racionalidade e produção de sentido, enriquecendo o encontro da Filosofia com as ciências humanas nas questões sobre reflexão e ação. Convergindo divergências, esses métodos demarcam possibilidades de o ato da reflexão encontrar a realidade histórica, tornando conscientes os condicionamentos que determinam sua posição na constelação histórica. Essa postura avança sobre a ideia de uma totalidade que se opera no próprio processo teórico-prático, que se refaz a cada momento da produção de níveis de racionalidade, sem pretender alcançar um estágio final definido ou idealizado.

(...) a reflexão crítica acentua a diferença, o contraste e a reflexão hermenêutica acentua a identidade. O método crítico se apresenta basicamente como um instrumento para detectar a ruptura do sentido, enquanto o método hermenêutico busca nos muitos sentidos a unidade perdida. (STEIN, 1987, p. 103).

Enquanto a teoria crítica privilegia a oposição, a hermenêutica trata da mediação integradora e essa polaridade da reflexão torna os dois métodos compatíveis, além de instaurar o diálogo entre eles: a crítica não recusa a mediação e a hermenêutica não dispensa a crítica, o que os torna complementares na busca de reflexão e construção de práxis emancipadoras. Aplicados ao presente objeto de tese, mais do que a somatória de seus fundamentos e princípios metodológicos, vislumbramos sua fusão no trato das contradições, da crítica e da mediação crítica, como instrumental de apropriação do território e do patrimônio cultural.

O aprofundamento desse diálogo, ainda que ousado, se enriquece pela inserção das possibilidades que o método hermenêutico aporta às ciências sociais e à pesquisa geográfica atual, voltada para a análise e interpretação de particularidades culturais inseridas na totalidade mundo. Trata-se de buscar suplantando abordagens marxistas e estruturalistas, de caráter doutrinário e globalizante, predominantes no pensamento acadêmico até os anos 1980-90.

“O horizonte da hermenêutica abriria espaço para um conhecimento não hierarquizado, menos pretencioso em suas generalizações e mais atento às especificidades, pois não está comprometido com uma ordem lógica, estável e geral”. (GOMES, 1996, p. 24).

- Procedimentos teórico-metodológicos

Sobre a compreensão do legado patrimonial na dinâmica cotidiana de Ouro Preto, recorreremos ao instrumental hermenêutico - potencialmente promotor de empoderamento cultural do e pelo território - que, por sua vez, engendre práxis cidadãs de caráter efetivo, afetivo, cuidadoso e preservacionista de valores renovados. Isso, a partir da releitura apurada e da interpretação de símbolos e valores impressos nos objetos e expressos nas práticas culturais territorializadas - sobretudo em contextos em que sua compreensão tenha se tornado distante, vaga ou opaca. A apropriação concreta e simbólica do território é, pois, tributária da tomada

de consciência individual e coletiva, o que, entretanto, parece extrapolar em amplitude e profundidade o que a educação e a comunicação formais, de estruturas metodológicas monológicas e unidirecionais podem objetivar.

Milton Santos afirma que “O entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências.” (SANTOS, 2009, p. 159), e que, quando falta explicação a uma certa situação, “... acabamos por não saber o que nos rodeia...” (idem, p. 214). Por outro lado, a contribuição conceitual e metodológica de Lefebvre sobre a definição de cotidiano e suas relações com a modernidade caminha no sentido de interrogar fatos, pessoas e seus discursos, localizar resistências e especificidades, para desvendar sua essência: trata-se de significações, implícitas ou explícitas, ou de fatos aparentemente “não significativos”, até que a reflexão os revele em sua profundidade e conteúdo. Ou, ainda, conduz a investigação para além da aparente superficialidade do cotidiano.

(...) você não sabe bem onde se encontra neste mundo. Vê-se iludido por múltiplas miragens, que misturam os significados com os significantes evanescentes, imagens, objetos, palavras – e os significantes com os significados, declamações e declarações, propagandas pelas quais significa o que se deve acreditar e ser. Se deixa passar sobre si as nuvens de signos representados na televisão, na rádio, no cinema, na imprensa, e se deixa conduzir pelos comentários que lhe determinam o sentido, você apresenta-se como a vítima passiva da situação. Mas introduza algumas distinções, por exemplo a da quotidianidade e da modernidade, e a situação muda; você torna-se o intérprete activo dos signos. (LEFEBVRE, 1969, p. 39).

Dessas duas premissas deriva a adoção de instrumentos metodológicos para compreensão de nossa temática em sua amplitude e complexidade temporal e espacial: depoimentos, entrevistas, questionários, registros fotográficos e avaliação de objetivações e impactos de eventos sobre o cotidiano.

Ao método hermenêutico tradicional de tradução unilateral e impositiva de significados, acrescentamos a possibilidade de construção coletiva de interpretações dialógicas, estruturadas sobre dados históricos factuais que o mediador aporta, porém potencializada pelo conhecimento e vivência diferenciada do patrimônio e do território, a partir da memória coletiva e da experimentação dos recursos sensoriais de cada indivíduo. Associando a dialética e a fenomenologia à comunicação praxiológica, para estruturação do que ora

denominamos *hermenêutica reflexivo-dialógica do patrimônio*, defendemos que é a partir do registro corporal da experiência espacial que a interpretação pode vir a se expandir para além do binômio transmissão-recepção de informações, na perspectiva da sensibilização, da reflexão, do despertar e da mudança de comportamentos sociais, aqui problematizados.

Como, então, tocar o indivíduo e pequenos coletivos? Esse é o objetivo da *metodologia de percursos sensoriais interpretativos*, em execução desde 2008, a ser criticamente revisada neste trabalho. A abordagem lefebvriana do cotidiano trata de compreendê-lo e interpretá-lo para poder metamorfoseá-lo. “As insignificâncias do cotidiano sòmente podem tomar um sentido quando transformadas, metamorfoseadas num conjunto diferente da actual quotidianidade.” (LEFEBVRE, 1969, p. 136). E, no entendimento do método hermenêutico, comparece a controvérsia filosófica entre Jürgen Habermas e Hans-Georg Gadamer, este último reconhecido como aquele que quer “lançar pontes de aproximação entre territórios inicial e aparentemente distantes”. Em comum, ambos expressam a mesma expectativa de promoção de práxis desalienantes e emancipadoras dos indivíduos, capazes de assumirem-se como sujeitos que regem sua história e a do seu lugar.

- Recorte espacial

A análise de fragmentos territoriais e suas totalidades, em constante movimento e transformação, exige recortes para a reflexão localizada pretendida. As considerações anteriores sinalizam a possibilidade de múltiplos recortes e sobreposições geográficos, sociais e culturais para sustentação de uma análise territorial abrangente do cotidiano: elementos identitários territorializados, que variam desde o nível micro comunitário, fragmentos urbanos, bairros inteiros, o centro ou o núcleo histórico consagrados, a totalidade da cidade ou até mesmo referências históricas e simbólicas de âmbito nacional.

Nossa opção metodológica recai no foco em parte do núcleo histórico e, nele, a delimitação do centro histórico como universo das pesquisas de campo, para análise da totalidade urbana. Aquela é a região de maior concentração de objetos patrimonializados e espaço privilegiado de encontro, fruição urbana, efervescência sociocultural, aglomeração e circulação da população que nela reside ou que dela se utiliza para trabalho, lazer, comércio e serviços ali concentrados. Para esse recorte analítico de uma porção do espaço, evocamos Milton Santos

que, mesmo tendo tratado a totalidade prioritariamente em escala nacional, também aborda o espaço local como totalidade, pelas questões específicas que abrange. Como assevera Karel Kosík (1976), a realidade deve ser concebida como um todo indivisível.

O Caminho Tronco de Ouro Preto, identificado por Sylvio de Vasconcellos e que expressa a permanência das primeiras marcas da produção do espaço, atravessa a cidade longitudinalmente, desde o Bairro Cabeças ao Bairro Padre Faria. No interior do núcleo histórico identificamos o centro histórico na região entre o Largo do Rosário e o Largo de Coimbra, pela concentração de funções centrais que detém, com exclusividade.

Esse recorte espacial prévio, cuja adequação foi testada e confirmada em campo pelos usuários, se vincula ao objetivo principal desta tese: Compreender como se engendraram e analisar como se materializam, hoje, as contradições entre a dinâmica da vida cotidiana no centro histórico e a apropriação do patrimônio cultural de Ouro Preto. Nesse recorte, necessário à análise proposta, encontra-se parte da estratégia de compreender as relações da população ouro-pretana com o território central: mapear os principais pontos de emissão e recepção de fluxos no centro histórico (ver Mapa 07, p. 45); desvendar as modalidades e funções dos principais deslocamentos, tempos e ritmos; e caracterizar as modalidades de apropriação daquela fração do território. Evitando resvalar em “estrabismo metodológico” e orientada pela abordagem dialética da produção do espaço urbano, esta investigação vasculhou o centro histórico buscando compreender a totalidade urbana a partir e através de sua dinâmica. Afinal, a configuração e a apropriação do território como um todo se apresentam, simultaneamente, como produtos e produtores daquela dinâmica.

Ao longo da pesquisa, foi posta em evidência a assertividade da premissa de que a totalidade do cotidiano não é recortável, sob risco de mutilação de sua dinâmica totalizante; mas é possível deslumbrar a dinâmica do cotidiano ouro-pretano a partir das relações sociais que os moradores estabelecem com o centro histórico e suas manifestações ali territorializadas. O sujeito que trabalha, estuda, se abastece, resolve sua vida administrativa ou apenas frequenta o centro histórico, inserindo-o no seu cotidiano maior, traz consigo sua história, memória, emoções, expectativas, valores e sua percepção do território, seja como uma totalidade em movimento, seja como fragmentos estanques ou desconexos. Afinal, é ali que ele operacionaliza práticas específicas do seu dia-a-dia, a maioria delas indisponíveis no cotidiano do entorno residencial ou em outras centralidades urbanas de Ouro Preto.⁶

- O trabalho investigativo

Parte do desafio metodológico enfrentado na pesquisa de campo, assertivamente alertado pelo professor Scarlato, foi dar voz e deixar a comunidade ouro-pretana expressar-se sobre suas práticas cotidianas como um todo, e no centro histórico em particular, em sua relação com o patrimônio cultural e o território. Para tanto, o trabalho de campo se voltou para a aplicação de questionários e entrevistas com segmentos diversificados da população presente no dia-a-dia do centro histórico. Os procedimentos metodológicos e as técnicas de pesquisa foram assim delineados:

- Revisão e fichamento da literatura;
- Avaliação do processo de patrimonialização no tempo e no espaço, associado às manifestações socioterritoriais, para captação da totalidade em movimento, do universal ao particular e singular e vice-versa:
 - ✓ Investigação de ações sobre a comunidade ouro-pretana, o território e o patrimônio cultural, implementadas por órgãos públicos - Prefeitura Municipal, Iphan, Faop e Ufop - e por iniciativas individuais e coletivas - fontes primárias e secundárias;
 - ✓ Avaliação das possibilidades, conflitos, imposições, contradições e da satisfação de necessidades que os eventos desencadearam ou inibiram;

⁶ As novas centralidades de Ouro Preto serão abordadas no item 2.1. do Capítulo 1.

- Análise dos processos judiciais do Estado contra moradores infratores do patrimônio edificado, com ênfase nos objetos das ocorrências que revelam tendências de leitura e, sobretudo, de “escrita” da cidade por parte de seus produtores;
- Identificação de lugares preferenciais de apropriação coletiva do centro histórico, suas dinâmicas cotidianas e circunstanciais, funções, fluxos, modalidades de apropriação do território e relações que se estabelece com a cultura e o patrimônio: pontes, chafarizes, adros, largos, becos, recantos, calçadas, mirantes e áreas verdes;
- Observação direta, entrevistas, debates temáticos e aplicação de questionários;
- Registro fotográfico e captação de outros olhares locais sobre as múltiplas modalidades de apropriação cotidiana do território.

- A pesquisa de campo

No trabalho de campo, efetuado entre os meses de janeiro a julho de 2013, foram aplicados duzentos questionários semiestruturados no centro histórico, para prospecção de dois grupos:

- **Os Trabalhadores do Centro Histórico** - 100 entrevistas com trabalhadores de estabelecimentos comerciais e de serviços no centro histórico, em seus locais de trabalho. Sempre que possível, foram entrevistados o dono do estabelecimento e um funcionário. (Anexo 1, p, 102);
- **Demais Usuários em Fluxo no Centro Histórico** - 100 entrevistas com usuários em trânsito no centro histórico, em pontos de transporte coletivo - ônibus e taxi-lotação -, nas vias de acesso ao centro histórico e no seu entorno imediato, em filas de banco e outros locais de pausa. (Anexo 2, p.103).

A preparação, execução e análise de dados da pesquisa de campo passou por:

- seleção de 3 profissionais auxiliares: uma de História e duas de Turismo;
- Treinamento da equipe em percepção ambiental, registros corporais e interpretação de símbolos: leituras dirigidas e experimentação de roteiros sensoriais interpretativos no núcleo histórico de Ouro Preto;
- Aplicação de pré-testes dos questionários e entrevistas;
- Refinamento das técnicas, estratégias e formas de abordagem dos entrevistados;

- Tabulação e organização de dados primários e secundários.

Ambos os questionários, ligeiramente diferenciados entre si, foram aplicados aleatoriamente, observando garantir: 1) a representatividade da distribuição espacial da amostragem no centro histórico, e 2) a observação do tempo e dos ritmos cotidianos da cidade, minimizando a interferência de eventos sazonais sobre os dados coletados. Para tanto, a pesquisa de campo não foi contínua, de forma a evitar embaraços de abordagem e inserção dos pesquisadores nos locais de trabalho em épocas de maior demanda, e evitar alterações na avaliação da dinâmica da cidade em períodos de fluxos alterados. Além de eventos prolongados, como Carnaval (fevereiro) e Festival de Inverno (julho), são inúmeras as ações de uso e apropriação sazonal do território no centro histórico: congressos, atividades religiosas, civis, folclóricas e manifestações artísticas e políticas.

Locais de aplicação dos dois questionários:

- ao longo do trecho previamente delimitado - entre os largos do Rosário e de Coimbra - e bifurcações do eixo que constitui o centro histórico, com moradores em fluxo e com trabalhadores do comércio e serviços em seus locais de trabalho;
- nos seis principais pontos de acesso ao centro histórico por transporte coletivo, com moradores em fluxo (ver mapa 07, p. 46):
 - Terminal Barão de Camargos e Praça Tiradentes (22 questionários) - origens e destinos na região Norte: Mariana, Passagem de Mariana e bairros Alto da Cruz, Santa Cruz, Taquaral, Lajes e morros de Santana, Piedade, São João e São Sebastião.
 - Estação Ferroviária (04 questionários) - origens e destinos na região Sul: Distritos de Lavras Novas, Santa Rita, Itatiaia e bairros Pocinho, Bauxita e Saramenha;
 - Largo do Rosário (09 questionários) - origens e destinos nos bairros Jardim Alvorada, Cabeças, Passa Dez, Veloso e São Cristóvão;
 - Largo de Coimbra (15 questionários) - origens e destinos variados;
 - Rua Paraná / Fórum (18 questionários) - origens e destinos variados;
 - Prefeitura Municipal (25 questionários) - origens e destinos variados;
 - Rua São José (05 questionários);
 - Rua das Flores (02 questionários).

Vale destacar que a fase de aplicação de pré-testes dos dois questionários foi essencial para definição do número necessário de questões, dos conteúdos fundamentais, da forma de abordagem e do sistema de compilação e tratamento dos dados. Com a avaliação dos pré-testes foi possível condensar conteúdos e confirmar o tamanho e o tempo de aplicação dos questionários, aparentemente muito extensos. Apesar de muitas questões intencionalmente abertas, para cada questionário foram necessários, em média, 15 minutos de aplicação. Algumas exceções se deveram à disponibilidade e interesse dos entrevistados em estender a conversa sobre a temática abordada.

Uma das questões dos questionários que, *à priori*, deveria se limitar à qualificação dos pré-testes, acabou por ser mantida na pesquisa: “O que achou deste questionário?” Em sua grande maioria, os entrevistados se manifestaram entusiasmados, e de certa forma gratos pela possibilidade de pensar, discutir e repensar certas questões levantadas pela temática patrimonial e suas práticas cidadãs no território, geralmente pouco debatidas. Muitos entrevistados manifestaram curiosidade, inquietação e interesse em buscar se inteirar do que não sabiam responder de imediato, o que se consubstancia em um primeiro sub-produto da pesquisa: o despertar. E muitos entrevistados forneceram seus contatos pessoais para novas consultas.

Legenda

- Feira de Artesanato
- Câmara Municipal
- Iphan
- Ministério Público
- Fórum
- Cartório
- Correios
- Banco
- Prefeitura
- Receita Federal
- Entrada do Parque
- Ponto de Ônibus
- Centro Histórico

ORGANIZAÇÃO	EDIÇÃO GRÁFICA	TÍTULO DO MAPA
João N. S. Villaschi	Flávia Soares	Centro Histórico de Ouro Preto
TESE DE DOUTORADO	FONTE	ESCALA
Hermenêutica do Patrimônio e Apropriação do Território em Ouro Preto - MG	Prefeitura Municipal de Ouro Preto - MG	Sem Escala
		MAPA
		07

Afora os que não gostaram e acharam o questionário “complicado”, “um pouco chato e longo” ou “com muitas perguntas idiotas”, em sua grande maioria foi avaliado positivamente e algumas declarações são significativas: “Adorei! Gosto de conversar e falar de Ouro Preto”; “Aflorou várias lembranças perdidas”; “Abrange diversos fatores da cidade que nos faz pensar sobre ela”; “Achei muito subjetivo. Muitas coisas eu nunca tinha parado para pensar”; “Me deixou pensativa e aguçou a curiosidade”; “Bom para reconhecer as coisas”; “Normal, mas eu nunca havia pensado nessas respostas”; “Interessante repensar, oportunidade de manifestação, une as ideias”; “Difícil, porque nunca parei pra pensar na cidade desse ponto de vista”.

De uma forma geral, a aplicação dos questionários provocou interesse sobre questões pouco ou nunca pensadas, sobre a participação na dinâmica da cidade, sobre o lugar que o indivíduo ocupa na totalidade urbana e sobre o cotidiano em uma cidade- patrimônio. Assim, a pesquisa de campo, por si só, cumpria uma função não prevista de despertar curiosidades, provocar o debate e fazer a mediação com as dimensões patrimonial e territorial da vida na cidade. Por outro lado, mesmo que o objetivo tampouco fosse esse, a aplicação dos questionários pôde disponibilizar informações básicas - quando solicitadas - e provocar a reflexão dialética, revelando-se um embrião de cunho educativo transformador do complexo processo de empoderamento cultural e apropriação do território, pelo esclarecimento parcial e colocação de novas perguntas.

Os dois modelos finais de questionários mantiveram, em sua estrutura, uma primeira parte de questões voltadas para a apreensão da totalidade urbana e da compreensão das relações cotidianas com o território, para além do centro histórico e dos objetos patrimoniais.

Uma avaliação global e subjetiva foi feita de cada entrevistado, relativa ao nível de apreensão que manifestou ter sobre o(s) trajeto(s) que utiliza até o centro histórico: uma “nota” de 0 (zero) a 4 (quatro), em que 0 qualifica o indivíduo alheio ao seu entorno e 4, aquele que demonstra maior acuidade de percepção do território que frequenta e pelo qual circula diariamente.

Ao final de cada entrevista, para avaliação mais apurada do grau de percepção, reconhecimento e compreensão do patrimônio edificado e sua simbologia, foram mostradas

duas fotos a cada entrevistado, dentre sete registradas em diferentes pontos do centro histórico. Foram formuladas de duas a quatro perguntas curtas e diretas sobre as imagens de objetos técnicos diversificados e de elementos marcantes do cenário urbano, representativos da arquitetura colonial barroca. Não estava em questão avaliar o nível de conhecimento técnico ou artístico dos entrevistados, nem sua leitura estética. Mas, a partir do seu posicionamento e da sua relação com elementos banais da arquitetura, foi possível apreender o grau de familiaridade, consciência, percepção e memória - visual, que seja - de elementos patrimoniais explícitos, impressos no território em diferentes tempos. Tratou-se de, através de detalhes banalizados na paisagem urbana cotidiana, avaliar a compreensão do indivíduo sobre o sentido do patrimônio com o qual convive e sua inserção no território.

Muitas questões podem ser articuladas e associadas às perguntas sobre aquelas imagens, formuladas de forma simples, direta e rápida, algumas em formato de Quiz jornalístico: Qual é o olhar do morador sobre a cidade? Quando não vê, o que olha? Quais são as relações diárias ou periódicas que estabelece com a história edificada dos lugares de uso diário? Quais significados culturais se mantêm vivos e atuantes? Quais valores permeiam o cotidiano e a história que se faz hoje? Como o indivíduo interage com o território e materializa seu cotidiano?

Foto 02 - Telhado com água furçada. Hotel Colonial, Beco Colonial entre as ruas Direita e das Flores. Fonte: Acervo do autor, 2013.

Questões abordadas:

- a- Você sabe onde fica esse telhado?
- b- Onde tem outros telhados desse tipo?
- c- Como se chama e para que serve esse tipo de abertura no telhado?

Foto 03 - Chafariz da Praça Tiradentes instalado na fachada principal do Museu da Inconfidência.
Fonte: Acervo do autor, 2013.

Questões abordadas:

- a- Você sabe que chafariz é este?
- b- Os chafarizes de Ouro Preto ainda funcionam?
- c- Como se chama esse tipo de trabalho em pedra?
- d- (Se respondida a questão c):
Por que o nome “cantaria”?

Foto 04 - Lambrequim de madeira. Rua Senador da Costa Val.
Fonte: Acervo do autor, 2013.

Questões abordadas:

- a- Você sabe onde é ou onde tem um beiral como este?
- b- Como se chama esse detalhe de beiral?
- c- Isso é daqui do Brasil ou de onde teria vindo?
- d- Por que só se encontra em alguns telhados da cidade?

Questões abordadas:

- a- Você sabe onde fica este oratório?
- b- Os oratórios de rua têm algum uso?
- c- Quem cuida deles?

Foto 05 - Oratório de rua, Largo da Alegria.
Fonte: Acervo do autor, 2013.

Questões abordadas:

- a- Você sabe onde tem essa decoração de balcão?
- b- Como se chamam esses elementos nas quinas?
- c- Por que só tem em algumas casas?

Foto 06 - Pinhas de balcão, Rua Paraná.
Fonte: Acervo do autor, 2013.

Questões abordadas:

- a- Você sabe onde é este edifício?
- b- O que é essa abertura da fachada?
- c- Como se chama esse trabalho em pedra?
- d- (Se respondida a questão c):
- e- Por que o nome “cantaria”?

Foto 07 - Fachada da Casa da Ópera, Teatro Municipal de Ouro Preto, o mais antigo em atividade nas Américas, inaugurado em 1770.
Fonte: Acervo do autor, 2013.

Questões abordadas:

- a- Por que algumas janelas são mais desenhadas do que outras em Ouro Preto?
- b- Isso é daqui do Brasil ou de onde teria vindo?

Foto 08 - Verga de janela. Rua Alvarenga.
Fonte: Acervo do autor, 2013.

As perguntas curtas sobre as imagens impressas mostradas, independiam de o entrevistado saber respondê-las correta ou integralmente ou, tampouco, do grau de conhecimento técnico, histórico ou artístico. Porém, era importante avaliar o grau de atenção e familiaridade que o morador tem com elementos corriqueiros da paisagem da qual faz parte. Foi significativa a curiosidade que as fotos despertaram sobre as representações e significações históricas, sociais, culturais e técnicas daquele reduzido conjunto de conteúdos e símbolos, e a demanda imediata de informações por parte dos entrevistados.

Não recorremos a glossários de história da arquitetura brasileira para fundamentação de seus entendimentos, pois extrapola o núcleo desta investigação. Mas, considerando a formação em História e Turismo da equipe de pesquisa, foi importante sintetizar as noções básicas em questão, apresentadas no Anexo 3. Buscou-se, assim, garantir a preparação da equipe para uma mediação segura e confiável com os entrevistados. Tanto as fotos quanto as perguntas abertas e fechadas dos dois questionários incitaram o imaginário, a memória afetiva, a intriga sobre o “ocultamento” dos elementos patrimoniais na paisagem diária e despertaram dúvidas e questões nos entrevistados. A interação, através da pesquisa de campo foi, por isso, respeitosa e salutar, tendo os entrevistadores sido previamente orientados a evitar qualquer mínima atitude de desmerecimento ou crítica pelas respostas “não sei”, “nunca vi”, “não conheço”, “nunca me perguntei”, dentre outras.

Capítulo 1 - De antes de Vila Rica a Ouro Preto

1.1. Notas sobre a formação histórica de Ouro Preto: dos primórdios da ocupação do território ao processo de desterritorialização.

Ao verificar as origens da formação do território ouro-pretano, constata-se que grande volume de informações sobre a história da região tem início nas descobertas minerais dos séculos XVII e XVIII. Mas, em vestígios das modalidades primitivas de ocupação, uso e disputa pela apropriação da terra e suas riquezas, encontramos contradições que balizam a análise desses mesmos aspectos, hoje. Trata-se de um olhar retrospectivo sobre a totalidade do espaço, das sucessões dos primórdios para cá, quando conflitos demarcam importantes características da estruturação daquele território no tempo e do tempo no território. Essas pistas indicativas para se compreender as dinâmicas socioterritoriais tantas vezes feitas, desfeitas e refeitas conduzem a relações dialéticas entre deter e estar em território de riquezas disputadas, bem como entre compreender e morar em uma cidade internacionalizada pela patrimonialização de sua cultura.

É vasta a literatura que recobre o ciclo do ouro em Minas Gerais, desde os registros dos primeiros viajantes pelo interior do Brasil. Novas perspectivas políticas e econômicas se somaram em importantes (re)configurações e (re)composições da dinâmica do território regional e nacional e à mobilidade populacional, sem precedentes, o que justifica aquela tendência entre os historiadores. Em BAETA (2012), encontramos documentação que retrata embates, resistências, mecanismos e estratégias de aliciamento e captura das nações indígenas pré-existentes no espaço mineiro desbravado pelas expedições bandeiristas à procura de riquezas minerais. Buscamos em seus dados, o substrato do processo histórico de expropriação sistemática do território, em diferentes modalidades e períodos, como subsídio à análise da produção do espaço e da dinâmica cotidiana de Ouro Preto. Essa fonte explora, especificamente, a região de maior concentração aurífera no Brasil, origem da formação de Vila Rica.

1.1.1 Do espaço natural habitado à conquista e ocupação do território

A região onde se formou Vila Rica fazia parte do “Sertão dos Cataguases” ou das “Minas dos Cataguases” e, em 1710, após instalação dos primeiros exploradores recebe a denominação “Minas Gerais”, passando a ser assim mencionada nas Cartas Régias, a partir de 1732.

Indígenas Cataguases, Cataguás ou Catauás ocupavam parte do Centro, Oeste e Sul de Minas, tendo sido os mais escravizados ou dizimados, quando da descoberta de ouro de aluvião nos rios São Francisco, Doce e das Velhas, tendo o Pico do Itacolomi,⁷ como referência para os exploradores que se instalaram no Vale do Tripuí. Os “Carijós”,⁸ indígenas paulistas que se aliaram aos desbravadores, acompanhavam as principais bandeiras e expedições e participavam de assaltos a aldeias, aprisionando milhares de outros índios nativos, como força de trabalho para abastecimento e serviços obrigatórios nas propriedades rurais. No limiar do século XVII, a rede de captura se aproveitava de disputas tradicionais entre tribos e gerou muitas guerras indígenas, travadas como resistência à invasão branca, à subjugação e em defesa de seus territórios. Em região desconhecida e com precária estrutura paramilitar, eram estratégicas as alianças das expedições colonialistas com autóctones para lhes servir de guias e intérpretes, já falavam Tupi, a “língua geral”, proibida em meados do século XVIII. Indígenas escravizados transportavam cargas e cuidavam da alimentação das expedições na qualidade de pescadores, caçadores, coletores e saqueadores de roças indígenas encontradas nos trajetos. Indígenas também eram enviados, antes da esquadra principal, para reunir animais e instalar roças que serviam de ranchos de apoio aos acampamentos e que deram origem a arraiais em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Há registros de grupos indígenas nos arredores de Vila Rica, que defendiam suas terras ameaçadas pela expansão da mineração e que saqueavam fazendas de gado de colonizadores. Além de ataques indígenas, ameaçados em seus territórios tradicionais, a topografia da região e a presença abundante de animais peçonhentos ou ferozes compunham a adversidade do desbravamento daquela região montanhosa, de mata fechada e vales estreitos e profundos. Ao longo de todo o século XVIII, o território mineiro foi devassado por bandeiras na captura de índios, para anexação de terras e à procura de ouro e pedras preciosas. Mas foi sobretudo a

⁷ Etimologicamente, *Ita* significa pedra e *Kurumim*, menino. Em Tupi-Guarani, *Itacolomi* significa “Menino de Pedra” ou “Filho da Montanha”.

⁸ Designação genérica de índios cativos, também denominados “negros da terra” ou “cabras da terra”.

partir de 1760, com a decadência da atividade mineradora, que as fronteiras colonialistas adentraram matas intocadas, onde grupos indígenas viviam afastados dos centros auríferos e núcleos de fazendas de gado. As relações entre colonos e indígenas se mantiveram conflituosas, escravagistas e exterminadoras.

A representação do mapa regional de fins do século XVIII ilustra os primeiros assentamentos.

Mapas 08 e 09 - Comarca de Vila Rica e ampliação da região, com destaque para a sede.
Fonte: José Joaquim da Rocha, 1779. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
Edição Gráfica: Luciana Cotta Mancini, 2014.

Parte da arquitetura colonial é atribuída ao trabalho braçal de índios escravizados, a exemplo da construção da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Rica, e outros edifícios em Conselheiro Lafaiete, antigo Arraial dos Carijós, a 50 km de Ouro Preto. Muitos

também teriam sido utilizados como mão-de-obra, em substituição aos animais de carga, na abertura de caminhos, na mineração e no transporte de mercadorias e de ouro, entre as lavras e os núcleos urbanos. Aliados aos seus senhores, desterritorializados e destribalizados, os “índios coloniais”, lutaram em grande número na Guerra dos Emboabas (1707-1709),⁹ e participavam da vida social e econômica de vilas e lugarejos. Raros inventários preservados apontam entre 16 e 23% de índios cativos na composição da força de trabalho em Mariana, em 1710, distante 12 km de Ouro Preto, já que o preço do indígena escravizado correspondia a uma fração mínima do que era pago por negros africanos.

Para coibir a exploração de lavras clandestinas e o intenso contrabando de ouro em troca de produtos de outras regiões agrícolas, a Coroa Portuguesa não só proibiu a abertura de novos caminhos para Minas, como divulgava que as “zonas proibidas” estariam infestadas de índios canibais, salteadores, fugitivos, bandoleiros, desertores, “homens de falcatruas” e demais criminosos.

Perante a proibição de se escravizar indígenas e, uma vez proclamada a lei de liberdade aos índios, em 1755, senhores de posses mantiveram índios a seu dispor, ocultando sua origem e declarando-os mestiços ou pardos, para mantê-los reféns de trabalhos forçados, com a conivência da Igreja Católica. Denúncias e perseguições contra índios povoaram o obscurantismo dos setecentos mineiros, sob alegação de comportamentos indesejáveis, a exemplo de alcoolismo, meretrício, curandeirismo, incesto e concubinato. Assim, muitos indígenas mantiveram sua condição de escravos, disfarçados em situações de alforriados, afilhados, bastardos ou homens livres. Processo semelhante se deu, mais tarde, a partir de 1888, quando da libertação oficial dos africanos escravizados que, por garantia de sobrevivência e segurança, também se mantiveram fiéis aos seus senhores. Por outro lado, muitos grupos indígenas permaneceram refratários ao contato com não-índios e em conflitos fundiários, culturais e sociais constantes com colonizadores posseiros, nos arredores dos centros mineradores, em resistência à expansão de propriedades e à ordem socioterritorial colonialista. Diante de lutas acirradas e prolongadas, em 1736 foi formalmente permitido

⁹ Conflito entre bandeirantes paulistas comandados por Borba Gato e emboabas - portugueses e demais brasileiros - pelo domínio das jazidas. Ouro Preto sediou a luta mais sangrenta, em 1708, vencida pelos emboabas, quando a Coroa Portuguesa cria a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, assume a exploração do ouro e regulamenta a cobrança de impostos, “o Quinto”. (www.historiadobrasil.net/emboabas/, visitado em 7/12/13).

guerrear e aprisionar índios rebeldes, desde que assegurado um quinto da captura à Coroa Portuguesa, o mesmo percentual mais tarde exigido sobre a extração de ouro.

Apesar de vales profundos e recursos hídricos em abundância sobre leitos rochosos, os declives acentuados e o solo raso e estéril não favoreciam a exploração agrícola. Nos vários períodos de fome que assolaram os arraiais mineradores, garimpeiros recorriam às localidades no entorno de Vila Rica - Amarantina, Cachoeira do Campo e São Bartolomeu, distritos de Ouro Preto - onde desenvolviam economia de subsistência e formavam uma rede de pequenos lavradores que comercializavam seus excedentes. Ainda hoje, é comum encontrar pequenos produtores no cotidiano ouro-pretano, moradores daqueles mesmos distritos, que transportam seus balaios e comercializam produtos porta-a-porta ou em pontos estratégicos do centro histórico.

Foto 09 - Casal de pequenos produtores, porta-a-porta. Centro histórico.
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Foto 10 - Ponto de flores e verduras de Dona Diva, regularmente no Chafariz dos Contos.
Fonte: Acervo do autor, 2014.

Em Vila Rica, o que fixou uma população fluida e amorfa ao território, conformando gradualmente aglomerações e arruamentos nas encostas e vales, foi exclusivamente a atividade mineratória, sem o clássico suporte e predominância de atividades agrícolas. (CAMPOS, 2012, p. 3).

Após o declínio da extração aurífera e as mudanças profundas na economia mineira, na segunda metade do século XVIII, a Coroa investiu na expansão de fronteiras: quartéis, destacamentos militares e presídios foram implantados ao longo dos principais rios, o que garantiria sua navegação, mediante extrema violência contra a população indígena e dizimação de tribos inteiras, denominada “Hecatombe de Selvagens”. Mediante Carta Régia, os grupos que se rendessem ao aldeamento deveriam ser prontamente civilizados e transformados em mão-de-obra barata, compensando particulares que se dispusessem a sustentá-los, vesti-los e educá-los.

1.1.2. Participação de Ouro Preto na formação da rede urbana mineira e consolidação da rede urbana brasileira

Este subitem não pretende aprofundar a análise da rede urbana no Brasil - o que extrapola sobremaneira nosso objeto de tese -, mas avaliar a participação da mineração com foco no papel de Ouro Preto em sua conformação. A presente abordagem do papel desempenhado por Ouro Preto na formação do que podemos denominar o segundo período de estruturação da rede urbana no Brasil reproduz texto de nossa autoria (VILLASCHI, 2000), então sintetizando para fins didáticos as valiosas contribuições prestadas por Celso Furtado, Nestor Goulart, Caio Prado Jr., Paul Singer e Hélio Viana Jr.. Sua adequação ao nosso objeto oferece elementos fundantes para a compreensão da trajetória de ocupação do espaço regional e se vincula aos processos de territorialização da vida cotidiana de Ouro Preto, desde sempre.

Os estudos iniciais sobre a rede urbana no Brasil já partiam de reflexões sobre as condições de provisão do país em cidades: Como as regiões se proveram de aglomerações urbanas? Como e para que surgiram, onde se instalaram, como prosseguiram, porque fracassaram ou desapareceram? Por quais movimentos, de diversas ordens, estão em maior ou menor grau implicadas no rastro da globalização? O estudo das redes urbanas não se limita, portanto, à constatação estática das modificações físicas mas se amplia à investigação das causas e dinâmicas que presidem seu movimento no tempo e no espaço, articulando ordem política, relações sociais, atividades econômicas e espaço.

A formação da primeira rede urbana no Brasil, durante a Colônia e o Império, foi fartamente estudada através da análise dos principais ciclos econômicos daquelas fases da história, sobretudo o pau-brasil, a cana de açúcar, a mineração e o café. Seus estudos revelaram os interesses políticos e econômicos predominantes e antecederam a ideia de povoamento dos territórios explorados, caracterizando o processo colonizador como o estabelecimento de feitorias comerciais e de equipamentos de defesa ao longo da costa. A periodização por ciclos substituiu a noção de cultura, dado o caráter de desmatamento, exploração agrícola e desprezo pelas culturas pré-existentes. Assim, a primeira política urbanizadora seria representada pela divisão do espaço nacional em 14 Capitanias Hereditárias. A rede urbana teria se iniciado com a fundação de São Vicente, São Paulo, e demais vilas e cidades criadas em pontos estratégicos para centralização do poder da Coroa Portuguesa, tendo Salvador e Rio de Janeiro se sobressaído como cabeças de rede no século XVI. A principal função dessas cidades era armazenar e embarcar produtos coloniais, além de desembarcar e comercializar os manufaturados. Naquele contexto de expansão do domínio de novas terras, a sociedade e a economia no Brasil se organizaram em função do comércio externo, sazonal e transitório. A expansão das áreas de pastagem em pontos cada vez mais distantes da costa, necessária à economia açucareira, tornou a economia criatória fator fundamental de penetração e ocupação do interior, de grande importância para subsidiar a mineração nos séculos seguintes. As alterações na estrutura econômica - decadência da economia açucareira, em meados do século XVII e advento da mineração - consolidaram a economia urbana e impulsionaram o desenvolvimento daquela rede urbana.

O ponto central das cidades era a praça com os principais edifícios do governo e da igreja. Para as praças convergiam as ruas principais, cuja função era mais de ligação do que de uso propriamente dito, já que a função comercial das ruas só vai acontecer em fases posteriores.

A ocupação tardia do território mineiro provocou profundas modificações no processo de urbanização e estruturação da rede urbana no Brasil. O ciclo do ouro catalisou o declínio da economia açucareira nordestina, absorveu a mão-de-obra escrava e atraiu grandes contingentes populacionais da colônia e da metrópole, provocando um surto demográfico e uma reconfiguração do território, sem precedentes.¹⁰ É quando a região Centro-Sul se

¹⁰ Paul Singer apresenta dados que relacionam um contingente de 300 mil habitantes em 1700 e de 3 milhões em 1800 concentrados na região.

transforma no novo centro econômico brasileiro. Além de dinamizar o povoamento e o processo de urbanização em regiões remotas do interior, distantes da costa, a atividade mineradora concentrava população e dependia da produção de subsistência de outras regiões, criando um vigoroso mercado urbano.

Goiás e Mato Grosso também teriam sido desbravados e se desenvolvido em função da mineração, com registros de povoados, vilas e fortalezas. Os primeiros centros em Minas Gerais foram Mariana, Ouro Preto, Sabará, Caeté, Serro, Pitangui, São João del Rei e Tiradentes. Em seguida, ainda no século XVIII, Minas Novas, Paracatu, Rio Verde e Itajubá. Apesar da dispersão das lavras, a atividade mais significativa e duradoura ocorreu na região central, dando origem aos núcleos urbanos mais expressivos: Lavras, Diamantina e Ouro Preto.

A exemplo de outras aglomerações mineradoras no mundo, geograficamente condicionadas à localização de riquezas minerais, os primeiros assentamentos mineiros expressam seu caráter estrutural e formal especializado, independentemente de padrões e critérios técnicos, geográficos ou urbanísticos, que orientariam sua localização favorável à ocupação e seu posicionamento no território nacional. Os demais condicionantes ao assentamento humano, idealizados em cidades com outras funções originais, tampouco podiam ser considerados: localização estratégica, acessibilidade, condições de abastecimento e trocas, fertilidade do solo, topografia favorável e seu correspondente potencial de construtibilidade. Como a mina é o núcleo funcional por excelência, sua localização é o fator determinante para ocupação no entorno imediato, condicionados ao acaso das descobertas.

Conforme analisa Singer (1977), novos fatores favoreceram a multiplicação dos povoamentos mineradores: A atividade não requeria capital expressivo, como a produção açucareira; eram constantes os deslocamentos de mineradores no espaço, na medida do esgotamento mineral e em busca de novos veios; foi rápida e intensa a diversificação social que incluía, além de senhores e escravos indígenas e africanos, funcionários, militares, artesãos, clérigo, comerciantes, profissionais liberais, prestadores de serviços, mineradores e aventureiros de todo tipo.

O raio de influência da atividade mineradora alcançou grande parte do território brasileiro, consumindo produtos agrícolas de qualquer parte que pudesse transportar mercadorias até os núcleos adensados, gado do Nordeste e animais de tração do Sul, com grande poder de irradiação espacial pelo papel de elo que desempenhava entre diversas áreas geoeconômicas. Nesse contexto, muitos núcleos urbanos se originaram de atividades subsidiárias da mineração, a exemplo dos pontos de pouso de tropas e boiadas e em confluências de caminhos. Cidades foram denominadas a partir dessa origem, como Pouso Alegre e Pouso Alto. São Paulo, que exercia o papel de corredor de circulação entre a região Sul e as minas, foi pontilhado de povoações cuja função original era de entreposto comercial e hospedagem.

Diferindo das explorações coloniais anteriores, durante a produção aurífera a função de centro econômico não era exercida no próprio território mineiro, mas fora dele, em duas vertentes complementares: por um lado, com a abertura do “Caminho Novo”, destacavam-se os portos de Parati e do Rio de Janeiro, cuja capital se tornou o verdadeiro centro econômico da província e do sistema colonial: por ali eram escoados os maiores volumes de riqueza mineral e também eram introduzidos todo tipo de produto beneficiado nas metrópoles além-mar.¹¹ Para isso, a cidade do Rio de Janeiro teria sido elevada a Capital do Brasil, em 1763, na tentativa da Coroa Portuguesa de unificar o escoamento do ouro e garantir a arrecadação de tributos, “o Quinto”, como anteriormente estipulado sobre a captura de índios. A mineração foi relevante para movimentar a economia portuária e promover sua expansão urbana. Por outro lado, a dinamização econômica também era exercida por outras regiões distantes, como São Paulo e Bahia, que podiam abastecer a atividade mineradora com animais e produtos alimentares.¹² É quando se verifica “... a fraude sistemática, o contrabando e a corrupção entre as elites; a resistência e a transgressão entre os desclassificados”. (ÁVILA, 1967, p. 6).

Aquela multiplicidade de relações comerciais, oficiais e clandestinas, abriu caminhos e estradas que convergiam para as principais áreas de mineração, o que pavimentou significativamente a rede urbana brasileira. Geograficamente, tratava-se da complementação

¹¹ Produtos manufaturados diversificados eram demandados pelas fazendas e núcleos urbanos: utensílios domésticos, vestuário, mobiliário, lustres, prataria, louças, ferragens, ferramentas, insumos agrícolas, materiais de construção e outros artefatos e artigos de luxo exigidos pelo fausto das administrações.

¹² Houve grande incidência de contrabando entre Minas Gerais e as demais regiões, sobretudo Bahia e Maranhão. A expressão “santo do pau oco”, que passou a designar o indivíduo dissimulado, tem origem nas esculturas ocas de imagens de santos que transportavam ouro para as regiões produtoras, sem autorização da Coroa Portuguesa.

dos fluxos horizontais de escoamento de riquezas para os portos, no sentido Oeste-Leste, - anteriormente desenhados pelas Capitâneas Hereditárias -, com a verticalidade dos novos fluxos de relações que se estabeleciam no território. Apesar do grande número de vilas e cidades que pontuaram toda a costa, sua função de proteção e de entrepostos comerciais com relações econômicas diretas com a Europa, e não entre si, permite relativizar a denominação de “primeira” rede urbana e considerá-las como seus pilares iniciais. Afinal, a existência de pontos não relacionados entre si não define qualquer tipo de rede.

Com a separação de Minas Gerais e São Paulo, em 1720, Ouro Preto se torna Sede do Governo da Capitania, até os últimos anos do século XIX. Mas, durante todo esse período Ouro Preto exerceu, basicamente, a função de sede administrativa e não de capital econômica, tendo em vista o caráter pouco orgânico da economia de mercado regional. Somado a interesses de ordem política, foi o que motivou a construção de Belo Horizonte, inaugurada em 1897, em local de maior centralidade regional, na tentativa de criação de um polo econômico e administrativo estadual que integrasse o conjunto da economia mineira, em processo de concentração/dispersão.¹³

O auge da produção aurífera se dá entre 1750-60 e desaparece progressivamente no último quartel do século XVIII, com nova e profunda transformação da economia e da configuração territorial estadual e nacional. Grande parte do contingente populacional então concentrado se dispersa, centrifugamente, a partir de Minas Gerais e é absorvido pelo setor de subsistência e ou pelo mercado interno, relativamente protegidos pela proibição, desde 1733, de abrir novas picadas para Minas. A escassez de produtos e os custos de transporte pelos caminhos precários para o Rio de Janeiro e São Paulo, oneravam qualquer mercadoria.¹⁴

Tal distanciamento geográfico dos demais centros urbanos e a escassez crescente de recursos financeiros para importar produtos necessários à vida na Colônia, dada a queda das exportações, estimularam a produção local de manufaturas que pudessem substituir parte das importações, com expansão das atividades artesanais. É o caso, particularmente, da tecelagem

¹³ A escolha do então Curral del Rey para sediar a nova capital foi disputada com São João del Rei e Juiz de Fora, capital econômica da Zona da Mata. Há indícios de que a bancada ouro-pretana teria votado a favor de sua localização em Belo Horizonte, apostando no fracasso da empreitada no tempo curto que o Congresso Mineiro estipulava para sua construção e, conseqüentemente, na manutenção de Ouro Preto como capital estadual.

¹⁴ Em 1840 se gastavam até 15 dias em lombo de burro, entre Ouro Preto e o Rio de Janeiro, para vencer as duas barreiras montanhosas, as serras da Mantiqueira e do Mar.

e da metalurgia mineiras - proibidas em 1735, como ação deliberada para preservar a economia colonial e garantir o acesso de produtos ingleses, mais baratos e de melhor qualidade, pelos mesmos caminhos construídos para escoamento do ouro. Sobretudo a partir da abertura da Estrada de Ferro Pedro II até o Rio de Janeiro, no ultimo quartel do século XIX.

1.2. Estruturação de um território fragmentado: Conurbação de arraiais mineradores e consolidação da malha urbana

A cidade de Ouro Preto apresenta uma configuração espacial singular, relacionada à ocupação da região por intensa atividade primária de extração aurífera - e não por atividades secundárias ou terciárias de caráter propriamente urbano. Esse fator, somado às características geológicas e topográficas adversas, produziu pequenos assentamentos dispersos, onde veios e minas se impunham como núcleos funcionais.

Figura 02 - Representação esquemática da distribuição dispersa dos primeiros assentamentos mineradores em Vila Rica.

Fonte: Vasconcelos, 1977.

No caso de Vila Rica, a pulverização dos achados auríferos de longa duração e em vasta região, além de transfigurar a paisagem pela mineração intensa, determinou a fragmentação da ocupação humana do espaço com povoados distantes entre si, pilares da estruturação urbana. Quando descoberto ouro em Minas Gerais, em fins do século XVII, esses primeiros núcleos de povoamento, que configurariam Vila Rica, se formaram como precários e provisórios arraiais mineradores, relativamente afastados, e isolados entre si pela densa vegetação e pela topografia irregular acentuada. “... separados por meia légua de mataria brava.” (BANDEIRA, 2000, p. 20), percorridas a pé e em lombo animal. Essas condições não favoreciam o estabelecimento de fluxos e relações no território, e sua visibilidade tampouco era de interesse dos primeiros descobridores daquelas riquezas. Segundo Campos (2012), o caráter polinuclear do povoamento inicial teria derivado de ordenação mineral instituída por Carta Régia, que estabelecia distância de meia légua para instalação de lavras e moradias, embriões dos futuros arraiais, o que contraria a total espontaneidade atribuída às suas implantações.

Já no século XVIII, o adensamento da população e a expansão de atividades terciárias em torno daqueles arraiais provocaram um movimento centrípeto concentrador, em direção ao Morro de Santa Quitéria, onde mais tarde seria construída a Praça da Independência, atual Praça Tiradentes. Na Figura 03, abaixo, observa-se a conformação do eixo longitudinal e contínuo, em torno do qual se articula o processo de ocupação das meia encostas. É a essa linha mestra de adensamento demográfico, que perpassa os principais arraiais, que Sylvio de Vasconcelos denominou Caminho Tronco de Ouro Preto. (VASCONCELOS, 1977).

Figura 03 - Representação esquemática do crescimento dos assentamentos mineradores em Vila Rica.
Fonte: Vasconcelos, 1977.

Diferente das cidades que se formaram em todos os cantos do mundo e particularmente distinta das demais cidades coloniais em Minas e no Brasil, Ouro Preto não se formou e se expandiu a partir e ao redor de uma praça concentradora dos poderes político, econômico e religioso. A Praça Tiradentes, geograficamente central e que representa sua maior centralidade urbana, foi construída como junção físico-territorial de seus dois principais vetores de ocupação e expansão, os arraiais do Pilar (ou de Ouro Preto) e do Antônio Dias. Ambos foram fundados por bandeirantes paulistas, desbravadores do sertão e responsáveis pela descoberta das minas. Após a Guerra dos Emboabas que derrotou os paulistas, a elite portuguesa predominou na freguesia do Pilar. Por seu destaque dentre os demais arraiais, aquelas duas freguesias passaram a sediar as duas paróquias, o que tampouco é comum em localidades de pequeno porte, a de Nossa Senhora do Pilar e a de Nossa Senhora da Conceição, respectivamente. Essa fragmentação não se expressa apenas em termos espaciais,

mas territoriais, daí advindo a rixa histórica e cultural entre Jacobas e Mocotós, todavia fortemente presente nas entrelinhas da cultura e do cotidiano da cidade.¹⁵

Figura 04 - Obra de Johann Moritz Rugendas (1802-1858), “Cidade Imperial do Ouro Preto”, aquarela e nanquim, 1824.

Fonte: Aquarelas e desenhos de Rugendas - Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1929. Edições Alumbramento, Rio de Janeiro, 1988, v. 01. (fotografada pelo autor).

A figura 04, acima, reproduz obra de Rugendas, desenhista documentarista da Expedição Langsdorff, cônsul geral da Rússia no Rio de Janeiro, responsável por pesquisas inéditas e registros iconográficos da flora, fauna, costumes locais, tipos humanos e suas relações com a

¹⁵ Os moradores do Antônio Dias foram chamados de Jacobas e os do Pilar, de Mocotós. As explicações sobre a origem dos dois termos, cunhados no século XIX, são variadas: “Em 1967 Alcebíades Taciano Jerônimo propôs, baseado em tradição anterior, que o termo “Jacobas” era corruptela popular de jacobino, nome de grupamento importante na Revolução Francesa, em 1789. Mas, por que esta origem distante? Em Antônio Dias residiam os elementos políticos mais irrequietos e os democratas mais destacados da cidade. E “Mocotós”? Para Alcebíades o termo vem do orgulho pitoresco dos moradores do Pilar de Ouro Preto, que se auto-intitulavam Pés-de-Boi ou Mocotós (segundo o mesmo pesquisador o termo também pode ser empréstimo do congolês “macota”, que significa pessoa com influência). Augusto de Lima Júnior dá uma versão diferente. Para Lima Júnior: “os moradores de Ouro Preto denominavam jacobas aos de Antônio Dias, alegando, que, estando o matadouro de rezes na freguesia de Ouro Preto, os outros só se alimentavam de farinha e rapadura. Os de Antônio Dias respondiam que, se o matadouro estava em Ouro Preto, a carne ia para Antônio Dias, contentando-se os fregueses do Pilar com as mãos das rezes ou mocotós.” (BOHRER, 2003). A origem da primeira versão não é tão distante, considerando a ressonância da ideologia francesa nos movimentos libertários locais. A segunda versão é a mais corrente e, dessa rivalidade, surgiram lendas, anedotas e preconceitos que povoam o imaginário da cidade. Como os moradores de um lado não deviam frequentar o outro, a troca de agressões verbais e físicas, a Praça Tiradentes representa o território neutro e mediador.

paisagem. Nesta, retrata os bairros São Cristóvão, Rosário, Centro e Santa Efigênia, parte oeste do denominado Caminho Tronco de Ouro Preto.¹⁶

Graças ao rápido crescimento, Ouro Preto inaugura, ainda no século XVIII, um processo *sui generis* de conurbação de seus principais arraiais mineradores, fenômeno moderno que, somente na segunda metade do século XX, as metrópoles industriais conheceriam em seus processos de expansão da malha urbana contínua para além dos limites administrativos municipais. A configuração territorial resultou do crescimento e da junção progressiva dos arraiais primitivos, até se constituir em Vila Rica d'Albuquerque, em 1711.¹⁷ No final do século XVIII, com a decadência da exploração aurífera, a conformação urbana da aglomeração retrata a tendência à estruturação de novos vetores de crescimento, desta feita em movimento centrífugo de espraiamento de atividades sobre áreas circunvizinhas.

Figura 05 – Representação esquemática da malha urbana de Ouro Preto, século XIX.
Fonte: Vasconcelos, 1977.

¹⁶ “Este material, cerca de 368 aquarelas, foi descoberto nos porões do Museu do Jardim Botânico de Leningrado, ficou desaparecido por cerca de 100 anos e só foi encontrado em 1930. Hoje, está exposto ao público nos museus da Academia de Ciências da União Soviética, compondo o mais belo retrato do Brasil no século XIX nos campos da arte e da ciência”. (Texto de apresentação da Série Rugendas Ouro Preto. Tiradentes. São João del-Rei, 2007).

¹⁷ Em 1823, após a Independência do Brasil, Vila Rica é designada como Imperial Cidade de Ouro Preto por D. Pedro I, tornando-se, oficialmente, capital da província das Minas Gerais.

Este esquema gráfico ilustra a ocupação da área mais baixa da cidade em fins do século XIX, impulsionada pela abertura da Estrada de Ferro D. Pedro II e instalação da Estação Ferroviária, em 1889, nos “fundos de Ouro Preto” como ainda hoje é conhecida aquela região da cidade. Nele já se delineia a tendência ao movimento de expansão da malha urbana em direção ao Bairro Saramenha, no Morro do Cruzeiro, expressão de novas centralidades que se impunham àquele processo de crescimento, posteriormente examinado no item 2.1. deste Capítulo. Esse é o novo núcleo onde se implantaram o complexo industrial e os campi da Ufop e do IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais, com rápido adensamento de serviços, fluxos e moradia estudantil (repúblicas federais e particulares), operária (Vila Operária), e da elite industrial (Vila dos Engenheiros).

Mapa 10 – Planta da Cidade de Ouro Preto, 1888.
Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Para melhor enquadramento do objeto desta tese e compreensão do comportamento e relações que a atual população moradora de Ouro Preto estabelece com seu patrimônio e o território, importa verificar sua formação e desdobramentos. A formação social de Ouro Preto, apesar de diversificada, como anteriormente comentado, teve em sua origem a predominância de forasteiros e aventureiros, cujo interesse central era o enriquecimento súbito que a extração aurífera oferecia ou prometia, e não sua fixação e colonização. Como analisa Paul Singer

(1977), apesar dos períodos crônicos de fome nas áreas mineradas, a vida cotidiana colonial não se restringia à atividade extrativista como retrata grande parte dos relatos históricos. Cidades como Mariana, por exemplo, foram inicialmente ocupadas por fazendas de gado e o ouro só foi descoberto mais tarde, o que demonstra o desenvolvimento do setor de subsistência - lavoura e pecuária - no entorno possível das regiões mineradoras em Minas Gerais, concomitante ao setor de mercado externo, e não apenas substitutivo, como é apresentado por muitos historiadores que se debruçaram sobre o estudo do ciclo do ouro. Para Singer, essa interpretação carregava preconceitos e menosprezo pelas atividades de subsistência, menos nobres e não representativas dos fatos históricos oficiais. De fato, a economia mineira do século XVIII é, em grande parte, caracterizada como mono produção do ouro e, na sequência, de pedras preciosas. Atenções e interesses se voltavam, predominantemente, para o mercado externo, fonte de tributos e produtor de volumosas divisas, além de fundamento de prestígio social, ascensão financeira e regalias políticas. Mas, segundo este autor, as atividades de subsistência podem ter sido mais importantes em número de pessoas ocupadas e pela base material que sua produção oferecia às atividades do próprio mercado externo, cujo motor era localizado nas minas. Aproximadamente 4/5 da população ativa estaria ocupada pelo diversificado setor de mercado interno: comerciantes, pecuaristas, agricultores e tropeiros.

Singer também sustenta que, apesar da precariedade dos dados estatísticos sobre aquele período, a maioria da mão-de-obra estaria ocupada com atividades comerciais e de serviços de todo tipo. Artífices, artesãos, artistas, mestres e aprendizes de ofícios - pedreiros, ferreiros, marceneiros, carpinteiros -, além do aparato burocrático português, tornavam vigorosa a vida citadina com intensa circulação de mercadorias, animais e pessoas de culturas diversificadas, traço original e permanente de Ouro Preto. O comando metropolitano além-mar da verdadeira “bomba de sucção” de riquezas naturais, demarcou um espaço devastado¹⁸ e legou ao território fragilmente constituído, um sentimento profundo de “terra de ninguém” e de menos valia do cidadão comum que ali se fixou. Tais fatores são relevantes para a presente análise.

¹⁸ O Morro da Queimada, hoje protegido como Parque Arqueológico, foi uma das primeiras e de maior expressão dentre as aglomerações de mineradores na região. Sua denominação se deu após ter sido incendiado, em 1720, por ordens do Conde de Assumar, em represália do poder à rebelião contra os aumentos abusivos de recolhimento de impostos pela Coroa Portuguesa e à proibição de funcionamento de casas de fundição na região.

Em sua evolução demográfica, foi significativo o esvaziamento radical de população de Ouro Preto, em dois períodos históricos singulares: o primeiro, quando do declínio da extração mineral e da decadência da atividade mineradora, entre a segunda metade do século XVIII e meados do século XIX que, progressivamente, liberou grande contingente da mão-de-obra, então aglomerada em torno dos principais núcleos funcionais, para outras regiões. O segundo período, em fins daquele mesmo século, se deu quando da mudança compulsória para a nova capital estadual, Belo Horizonte, ícone formal do novo ideário republicano, e construída para substituir Ouro Preto. O corpo político-administrativo foi, então, sumariamente transferido e a dinâmica urbana da antiga capital foi frontalmente dissolvida. São dramáticos os relatos que se encontra sobre o esvaziamento populacional, o abandono de casarões coloniais, a pobreza e a inércia urbanas no final do século XIX, o que lhe rendeu o escárnio de ser chamada Vila Pobre.

(...) antes de 1930, a cidade aqui era uma cidade fracassada, antes de 1930 não, precisamente até 1915 a cidade era uma cidade fracassada. (...) a cidade se tornou um silêncio que não se ouvia bater um martelo, não se ouvia um batido de nenhum martelo! A cidade estava numa situação de plena decadência. (Depoimento do Sr. José Alves Jr., em BARBOSA & DORNELAS, 1993).

Muito do processo de preservação, dita “espontânea”, do patrimônio edificado se atribui, justamente, à ausência de pressão imobiliária e à falta de investimentos na cidade naquele período. “Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto.” (BANDEIRA, 2000, p. 34). E nem a movimentação promovida pelos intelectuais modernistas que “redescobriram” Ouro Preto nas primeiras décadas do século XX e a elegeram símbolo da legítima manifestação cultural e artística brasileira, foi capaz de elevar o sentido esfacelado de comunidade ou de promover o orgulho de ser natural de uma cidade “velha”, decadente, abandonada, sem mais função produtiva nem administrativa, desprovida de dinâmica ou perspectiva, e cuja glória histórica lhe era distante no tempo e no imaginário social. Celina Lemos et alii (1994, p. 97) apontam a anomia¹⁹ como sendo a tônica da

¹⁹ Termo “cunhado por Émile Durkheim em seu livro *O Suicídio* “... para mostrar que algo na sociedade não funciona de forma harmônica. Algo desse corpo está funcionando de forma patológica ou ‘anomicamente’”. O termo caracteriza o “... estado de falta de objetivos e perda de identidade, provocado pelas intensas transformações ocorrentes no mundo social moderno (...), ocasionando uma espécie de vazio de significado no cotidiano de muitos indivíduos. Há um sentimento de se “estar à deriva,” participando inconscientemente dos processos coletivos/sociais”.

(<https://pt.wikipedia.org/wiki/Anomia>, visitado em 8/12/13).

sociedade naquele momento, o que merece ser aprofundado por pesquisas comportamentais específicas.

Dois outros períodos de importante movimentação demográfica na região de Ouro Preto e de forte impacto sobre a ordenação do espaço urbano devem ser considerados, para se esboçar um quadro de sentido de questões centrais à compreensão da cultura ouro-pretana, como o desenraizamento social, a desterritorialização, o sentimento de não-pertencimento cultural e o descompromisso com a preservação do legado histórico e cultural. Um período, a partir do início da segunda metade do século XX, é marcado pela implantação no Bairro Saramenha da indústria de transformação de alumínio, a multinacional Alcan - Alumínio do Brasil, atrativa de mão-de-obra e elemento de indução da estrutura urbana;²⁰ e outro período, nas últimas décadas do século XX, inaugurado pela ampliação da Universidade Federal de Ouro Preto.²¹ Nesses dois últimos períodos, a cidade absorveu novos contingentes migratórios, ambos permeados pela demanda de dirigentes, operários, técnicos, professores, funcionários, estudantes, comerciantes, prestadores de serviços, além da presença e residência de intelectuais e artistas de todas as áreas.

1.2.1. Centralidades urbanas desdobradas em Ouro Preto

Estudos geográficos e urbanísticos, que colocam as centralidades urbanas em questão, problematizam a centralidade única dos centros históricos, centralidade essa que exerce papel determinante na vida cotidiana da população, como referência funcional e simbólica das cidades. Nessa questão, além de guardar a memória da origem da cidade, destaca-se o papel monopolizador das funções urbanas de maior importância no centro, como as administrativas, judiciárias, bancárias, comerciais, de comando público, de serviços variados, além de grande densidade populacional. Como parte do processo de reprodução capitalista da cidade e da sociedade, a força dessa centralidade única passou a exigir sua expansão, particularmente a partir dos anos 1970, não como deslocamento, mas como desdobramento no espaço, conforme

²⁰ A Vila Operária e a Vila dos Engenheiros, no entorno da planta industrial, demarcam nova centralidade para além do centro histórico e fora dos limites de tombamento.

²¹ Ainda são restritos os estudos sobre a problemática e os conflitos cotidianos, de ordem cultural e comportamental, entre moradores permanentes e estudantes da Ufop - moradores temporários de uma centena de casarões coloniais, transformados em repúblicas estudantis federais - em todo o núcleo histórico de Ouro Preto. Esses conflitos exercem fortes impactos sobre a sociabilidade cotidiana, a interseção de culturas, a manutenção da ordem pública e sobre o mercado imobiliário.

diferencia Alves (2008). Essa crise da centralidade única de muitos centros antigos produziu a fragmentação da centralidade urbana, seu esvaziamento progressivo, sua perda de prestígio e sua deterioração no tempo. Afora o esvaziamento habitacional, os demais fatores não se aplicam ao centro histórico de Ouro Preto, como analisado mais adiante.

A partir dos anos 1980, os centros antigos passaram a ser tratados como decadentes, graças aos conflitos entre a rigidez de suas configurações territoriais, o ritmo acelerado da reprodução do modo de produção capitalista e as renovadas dinâmicas das cidades. Esse cenário tem justificado a proliferação de grandes intervenções urbanas de vários tipos, ideologias e denominações: renovação, revitalização, ressignificação, recuperação, refuncionalização, reabilitação, entre outras, de sentidos nuançados mas direcionadas à revalorização de áreas selecionadas pelo grande capital. Responsável por processos reincidentes de gentrificação, trata-se não somente de adequação às renovadas demandas urbanas mas, sobretudo, da submissão à lógica capitalista calcada na dialética Estado-mercado e suas estratégias de promoção de disputas entre cidades para garantia de lugar na rede de cidades globais e no *ranking* de cidades de interesse turístico, como é o caso de Ouro Preto e da progressiva “recolonização” de seu centro histórico, conforme Costa (2011a).

Politicamente, a localização da Praça Tiradentes no alto do Morro de Santa Quitéria foi estratégica para sediar o controle militar, territorial e simbólico do poder da Coroa Portuguesa em Minas Gerais: suas duas principais construções monumentais são o Palácio dos Governadores (1741-1760) e a Casa de Câmara e Cadeia (1785-1846), atuais Escola de Minas da Ufop (1876) e Museu da Inconfidência (1944), respectivamente. Mas essa praça, nas muitas configurações espaciais que conheceu ao longo de seus 300 anos, todavia se mantém mais como divisor de águas e de territórios socialmente segregados, do que polo de integração da vida urbana. Trata-se de diferentes realidades sociais, históricas, econômicas e culturais, objeto de rivalidades tradicionais. De toda forma, a praça conferiu à vila sua primeira centralidade urbana, frente à multiplicidade dos núcleos mineradores, e seu aspecto de homogeneidade estilística e unicidade. Seu papel aglutinador é particularmente exercido em eventos cívicos, culturais e políticos de grande porte que, ao mesmo tempo, usufruem e reafirmam seu papel na totalidade urbana. Na qualidade de centro cívico emblemático dos períodos colonial e imperial, a praça se tornou referência urbana e turística e representa a centralidade simbólica por excelência da cidade.

Apesar de a Igreja Católica e o Estado representarem as duas instituições de maior poder sobre as cidades brasileiras,²² a Praça Tiradentes convive com a curiosa excepcionalidade histórica e urbanística de não sediar nenhum dos 13 vultosos templos edificadas na cidade, tendo a Igreja do Carmo sido implantada praticamente de costas para ela e fora dela. À sua função político-administrativa e cívica, isso agregaria caráter religioso à praça, proporcionando convivência social, força de aglomeração, coesão territorial e apropriação comunitária do espaço do poder - o que não era objetivo nem interesse da política colonial.

As imagens abaixo ilustram algumas das muitas configurações espaciais que aquela praça conheceu, sinalizando as modalidades e possibilidades de sua apropriação.

Foto 11 - Praça da Independência ocupada pela Tropa Voluntários da Pátria, rumo à Guerra do Paraguai, por volta de 1865.

Fonte: Luiz Fontana, s.d., acervo Ifac/Ufop

Foto 12 - Praça da Independência após 1867. Ao fundo, o Palácio dos Governadores. À direita o Fórum de Ouro Preto, incendiado em 1949, e material de obras de novas residências da elite.

Fonte: Luiz Fontana, s.d., acervo Ifac/Ufop.

²² Atuando em conjunto sobre o território, lograram impor padrões de condutas sociais que passaram a comandar e controlar as práticas culturais e as dinâmicas cotidianas.

Figura 06 - Praça da Independência. Pintura de José Rosário, 1885. Retrata a praça central com jardim neoclássico cercado e a Coluna Saldanha Marinho, primeiro monumento em memória aos inconfidentes, inaugurada em 1867 e transferida para a Praça Cezário Alvim, a Estação Ferroviária, quando da instalação do Monumento a Tiradentes, em 1894 e, novamente, para o cais da Barra, em 2005.

Fonte: <http://joserosarioart.blogspot.com.br>

Foto 13 - Praça Tiradentes na inauguração do Monumento a Tiradentes, em 1894, por deliberação do Primeiro Congresso Mineiro, após a Proclamação da República. É quando a Praça da Independência é redenominada Praça Tiradentes. A estátua foi instalada de costas para o Palácio dos Governadores.

Fonte: desconhecida.

Foto 14 - Praça Tiradentes sendo arborizada e com iluminação pública. Ao fundo, o Museu da Inconfidência e, à esquerda, as instalações do Hotel Pilão, incendiado em 2003.

Fonte: Luiz Fontana, s.d., acervo Ifac/Ufop.

Foto 15 - Praça Tiradentes na década de 1950. À direita, edifício que substituiu o Fórum, ocupado pelo Centro Acadêmico da Escola de Minas.
Fonte: Luiz Fontana, s.d., acervo Ifac/Ufop

Foto 16 - Praça Tiradentes com coreto, sem arborização. O coreto encontra-se na Praça da Estação.
Fonte: Luiz Fontana, s.d., acervo Ifac/Ufop

A Praça Tiradentes representou a primeira centralidade urbana planejada para Vila Rica, com ênfase na afirmação espacial do poder colonial e que, ainda hoje, predomina como imagem oficial da cidade. Principal elemento de articulação da totalidade urbana, essa praça nunca chegou a centralizar a vida cotidiana, longamente concentrada e expressa no uso, ocupação e apropriação dos núcleos de seus principais arraiais: Pilar e Antônio Dias. Cada um deles adquiriu configuração territorial e morfologia urbana próprias, resultado das diferentes origens étnicas e da especialização econômica do espaço: no Pilar predominou a atividade comercial e, no Antônio Dias, a mineração.

Em contrapartida, é o Largo de Coimbra - extremidade Leste do centro histórico - nas imediações da praça principal, que representou o papel de primeiro centro de convívio social diversificado e de comércio concentrado. O Mercado de Tropeiros, ali erguido, servia de pouso de tropeiros e concentrava as negociações mais importantes da cidade, a comercialização e a troca de todo tipo de produto. (Foto 17, abaixo). No centro do largo, um chafariz garantia sua manutenção, hoje reduzido a uma torneira precariamente utilizada por taxistas e comerciantes da Feira de Artesanato em pedra sabão, instalada no local do antigo mercado. “(...) com as compras e transações efetuadas, [ali] discutiam-se outros assuntos, condições financeiras, políticas, não se esquecendo também da vida alheia. Era a gazeta da cidade. Tudo via, tudo sabia e tudo contava.” (Tribuna de Ouro Preto, 1945, apud CASTRIOTA, 2009, p. 145).

Foto 17 - Mercado de Tropeiros, Largo de Coimbra, fotografado por Marc Ferrez em 1880.
Fonte: Instituto Moreira Salles.

Foto 18 - Mercado Municipal, Largo de Coimbra, década de 1940.
Fonte: Luiz Fontana, s.d., acervo Ifac/Ufop.

No final do século XIX, o Mercado de Tropeiros é substituído por outro, de concepção neoclássica, estilo arquitetônico importado e então vigente que predominou nos novos edifícios, sobretudo os públicos. Esse Mercado Municipal também foi demolido, em 1946, por determinação do Iphan que já atuava no perímetro tombado de Ouro Preto. Tratava-se de apagar, radicalmente, os testemunhos não barrocos, “sem valor” e em desarmonia com o conjunto, além de proporcionar maior visibilidade à Igreja São Francisco de Assis, obra prima de Aleijadinho. Aquela demolição corresponde ao ideário estilístico unificado defendido pelos intelectuais modernistas, bem como a importância que atribuíam aos monumentos e seu entorno, o que os destacou como aqueles que “... projetaram a capital do futuro, ao mesmo tempo em que remodelaram a face da capital simbólica do passado colonial”. (CAVALCANTI, 1995. p. 52.)

No generoso espaço vazio criado no Largo de Coimbra passou a funcionar a feira de pedrasabão, a “feirinha” como é conhecida, importante referência turística desprovida de função, significado e memorabilidade social. O Largo de Coimbra mantém expressiva teia de relações socioterritoriais complementares e conflituosas, com fluxos os mais diversos: ponto de ônibus,²³ artesãos, comerciantes, fiéis e turistas. Há proposta municipal de transferência da feirinha para o Paço da Misericórdia - Centro de Artes e Fazeres, na antiga Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, em fase de restauração. Não há projeto definido para a refuncionalização do largo e uma das possibilidades volta a ser a estruturação de uma praça arborizada, cuja inspiração pode recair sobre o anteprojeto de 1944, atribuído a Lúcio Costa, localizado por Liliane Castro (s.d., p. 11) nos arquivos do Iphan. (Figura 07, abaixo). “o desenho ‘bastardo’ do mercado (...) poderia ter sido somente ‘corrigido’ como ocorreu com o Cine Vila Rica sem que para isso a demolição fosse necessária.” (VIEIRA, s.d., p. 10).

²³ O Largo de Coimbra é um dos principais pontos de acesso ao centro histórico por transporte coletivo, local de pesquisa de campo indicado no Mapa 07, p. 45.

Figura 07: Croquis atribuído a Lucio Costa, intitulado “Anteprojeto para o aproveitamento da área resultante da demolição do mercado, Ouro Preto - SPHAN”.
Fonte: Acervo do Iphan, Belo Horizonte.

Como anteriormente tratado, a junção dos arraiais mineradores de Ouro Preto, em seu processo de transformação em bairros - que antecipou em mais de 200 anos o conceito moderno de conurbação -, reformatou os múltiplos núcleos originais estabelecidos em torno das minas e capelas, tendo sido mantidas suas estruturas formais e suas funções cotidianas. Aquela pontuação do espaço por múltiplos centros de moradia, comércio e serviços locais, se manteve articulada pelo eixo integrador daqueles centros de bairros, que é o Caminho Tronco que perpassa o núcleo histórico. Os fatores sociais, culturais, econômicos, formais e funcionais, que claramente os diferenciam entre si desde suas origens, pouco se alteraram ao longo dos três séculos da história da cidade, mantida a segregação socioespacial.

Já a Praça Tiradentes, estruturada no Morro de Santa Quitéria como centro cívico emblemático do poder do estado português, era antes parcamente ocupada por uma capela em devoção à santa de mesmo nome e moradias provisórias. Chegou a abrigar a primeira casa de fundição, em 1721, antes de ser transferida para o casarão residencial que ocupou na Rua São José, o atual Museu Casa dos Contos. Em 1723 foi edificada a primeira Casa de Câmara, sobrado em pau-a-pique, conformando pequeno platô irregular. Nela e no Palácio dos Governadores, concentrava-se o poder político-administrativo da vila e da Capitania, com

todo o aparato burocrático, tributário e judiciário. “Como sede de comarca e capital de Minas e São Paulo, Vila Rica abrigava as autoridades máximas da capitania, chefiando poderes autônomos, incluindo a Real Intendência do Ouro” (CAMPOS, 2012, p. 12). Sua trajetória como praça a consolidou na tessitura do território como marco de referência urbana e turística e representa uma centralidade simbólica, geográfica e de funções administrativas na cidade. Para além da concentração turística e da função institucional predominante - sede do Iphan e Câmara Municipal - a praça vem absorvendo serviços centrais como a Federação das Associações de Moradores, uma copiadora, a agência do Banco Bradesco e escritórios. O próprio Iphan expandiu seu atendimento à comunidade com a incorporação do *Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania* à Casa do Patrimônio.²⁴

Como divisor de águas das diferentes realidades e rivalidades sociais, econômicas e culturais - e nunca de união, como idealizado -, é a partir do centro geográfico da Praça Tiradentes que se distribuem os dois principais eixos do núcleo histórico, Antônio Dias e Pilar. Suas configurações espaciais e identitárias bastante diferenciadas seguem, hoje, reforçadas pelos vínculos religiosos e pela filiação rigorosa às irmandades leigas de Ordens Terceiras, as únicas permitidas pela Coroa.²⁵ A contiguidade espacial produzida pela Praça Tiradentes reduziu o isolamento daqueles arraiais. Mas essa junção não desfez as fronteiras simbólicas que demarcam territórios mantidos diferenciados pelas formas, funções e conteúdos socioculturais, o que lhes confere significativo diferencial identitário, sobretudo em sua relação com o território.

A Praça Tiradentes e o Largo de Coimbra se constituíram, portanto, como a primeira área central de Ouro Preto, concentrando as principais funções institucionais e comerciais. A principal ligação viária entre aquele centro e o Largo do Rosário foi executada em 1733, com a abertura da Rua Nova do Sacramento, o que veio a se configurar como principal referência de centro histórico. O objetivo original daquela empreitada era o desfile do fausto cortejo de

²⁴ Dentre os 4 projetos que estruturaram aquele programa, tratado no Capítulo 4, o Iphan mantém programação e recursos para o espaço expositivo da casa, estruturado sobre a metodologia interpretativa comum àqueles projetos. Os demais sofrem interrupções orçamentárias que comprometem sua continuidade naquela instituição.

²⁵ Portugal impediu as ordens religiosas conventuais nas Minas, para que seus mosteiros não fossem sede de contrabando de ouro e diamantes. Assim proliferaram irmandades e os templos: de brancos portugueses, de brancos brasileiros, de negros livres, de escravos, de pardos e de categorias profissionais, como as corporações de ofícios da Idade Média: carpinteiros, músicos, militares, alfaiates. Foi uma espécie de privatização do serviço religioso, monopólio do Estado.

celebração do traslado do Santíssimo Sacramento, o denominado Triunfo Eucarístico, desde a Capela do Rosário até a Matriz Nossa Senhora do Pilar, então inaugurada. Construída, portanto, em dois eixos planos ortogonais - atuais ruas São José e Getúlio Vargas -, a Rua Nova do Sacramento favoreceu inicialmente a expansão do parque residencial requintado dos bairros centrais Pilar e Rosário e, posteriormente, a circulação de mercadorias, a concentração de serviços e de fluxos de pessoas, seges e carros. (CAMPOS, 2012). O Almanaque de Ouro Preto, de 1890, relata a ocupação da rua por vasta gama de pontos comerciais e prestadores de serviços.²⁶

O trecho daquela rua que hoje corresponde à Rua São José, entre o Largo da Alegria (Praça Silviano Brandão) e o Largo do Cinema (Praça Reinaldo Alves de Brito), principal concentração de atividades urbanas, era também o eixo do *footing* - prática social muito difundida de observação entre jovens que iam e vinham ao longo da rua, em calçadas separadas, onde olhares e contatos possibilitaram o início de muitas relações amorosas.²⁷ A concentração de agências bancárias na rua São José reforçou seu caráter especializado na centralização de funções urbanas, mobilizadora de fluxos de todas as demais regiões da cidade e de muitos dos 13 distritos. Anterior à concentração bancária na área central daquela rua, a primeira agência teria sido do Banco Comércio e Indústria, no Largo da Alegria, onde hoje se encontra o Banco Itaú.²⁸ Com maior evidência na última década, outros serviços urbanos centrais têm se espalhado e provocado o “transbordamento” do território central em sentidos opostos, para a Rua Paraná e para o Largo do Rosário, substituindo progressivamente a função residencial do centro. (ver Mapa 07, p. 45). A terceirização e a especulação fundiária acentuada naquele eixo central encontram-se vinculadas, tanto à dinâmica da cidade como um todo, quanto à valorização decorrente da “recolonização” do território central (tratada no item 4.1. do Capítulo 3). Sua relevância na estrutura urbana se expressa na polarização que exerce sobre toda a cidade e na articulação socioterritorial que o centro expandido promove e que suscita deslocamentos cotidianos em sua direção.

²⁶ Dentistas, barbeiros, ourives, relojoeiros, fotógrafos, alfaiates, farmácias, charutarias, restaurantes, casas de tiro ao alvo, fabricantes de calçados, mobílias e colchões e negociantes de fazendas, ferragens, louças, chapéus e gêneros alimentícios. (OZZORI, 1890).

²⁷ Hoje, o correspondente ao *footing* antigo ocorre nos Jardins em Mariana, para onde afluem jovens de Ouro Preto aos domingos, desprovidos de espaço de praça de encontro propriamente dita.

²⁸ Depoimento de Gracinda Toffolo, cuja família é proprietária do Hotel Toffolo, implantado no início da rua, desde 1898. (entrevista realizada em 27/fev/2014).

Por sua vez, os bairros Rosário e Pilar não podem ser desconsiderados no estudo das centralidades múltiplas de Ouro Preto, na medida em que passam a conformar, em suas funções e dinâmica, um complemento ao centro histórico. Trata-se de parte do processo de expansão do centro histórico, conformando novas totalidades, sobretudo quando se observa o movimento de instalação de serviços de caráter central e de uso popular naqueles dois bairros centrais e tradicionalmente residenciais. Vejamos por região: na parte posterior ao Largo do Rosário e adentrando o interior do bairro, aos serviços de uso local - padaria, mercearia, conserto de roupas, bar, salão de beleza - vêm sendo acrescentados serviços de caráter central como centro médico, laboratório de análises clínicas, hotel, papelaria, curso de idiomas, farmácia e bares temáticos. E o bairro Pilar abriga a sede da PMOP, a Secretaria Municipal de Finanças, o único posto de gasolina da região central, o Centro de Artes e Convenções, a Reitoria da Ufop, escritórios, restaurantes populares, consultórios, livraria, papelaria e copiadora.

O progressivo esvaziamento demográfico do centro histórico, associado à expansão da malha urbana e ao adensamento das periferias e encostas centrais, intensificou a nucleação nos bairros, que desempenham papel de centralidades periféricas de menor intensidade, porém de expressivas modalidades de apropriação cotidiana do território. No entorno do pequeno comércio, de bares, lanchonetes, praças, quadras esportivas, pontos de ônibus, igrejas, postos de saúde e escolas,²⁹ se desenvolve a vida cotidiana temporalmente mais extensa, mantida a dependência às funções centrais: institucional, comercial e de serviços. A frequência semanal de moradores da periferia de Ouro Preto ao centro histórico, aferida por Costa (2011a, p. 370), revela que 30% o fazem raramente, 24% de 1 a 2 dias, 17% de 3 a 4 dias e 29% mais de cinco dias. Agregando esses dados, verifica-se que 46% se deslocam ao centro mais de 3 dias por semana, aí incluídos os que lá trabalham ou estudam. Também chama atenção os 30% que raramente se dirigem ao centro e que são, portanto, atendidos em suas necessidades diárias nos próprios bairros.

O estudo da estruturação histórica das centralidades múltiplas de Ouro Preto também se beneficia da lógica de distribuição espacial dos chafarizes, tradicional sistema de abastecimento público de água e elementos determinantes de ambiências de sociabilidade e de apropriação específica e diferenciada do território no universo colonial. As diferenças de suas

²⁹ Itens indicados no trabalho de campo como sendo o que tem de melhor nos bairros do que no centro histórico.

dimensões e apuro artístico do trabalho em cantaria de pedra desses chafarizes são reveladoras da expressão material da hierarquia socioespacial desenhada na época.

O processo incipiente de industrialização em Ouro Preto, a partir dos anos 1970, também se diferencia do modelo clássico de reorganização territorial e de adaptação urbana à modernidade tardia, na medida em que a localização da planta industrial para beneficiamento de bauxita e alumínio, foi direcionada a áreas distantes do núcleo histórico. E isso, tanto para as atividades inerentes à produção industrial de base fordista, quanto para moradia das novas classes, a dominante e a operária: Vila dos Engenheiros e Vila Operária. Assim se deu a estruturação dos bairros Saramenha e Bauxita, configurando nova centralidade urbana, rigorosamente diferenciada do restante da cidade pela diversidade funcional e pela falta de unidade estética e formal, já que exterior ao perímetro de tombamento, sob controle do Iphan.

A nova fragmentação que esta centralidade representa e a distância do núcleo histórico são significativas, a ponto de os moradores desses e de outros bairros de maior externalidade se referirem ao núcleo histórico como sendo Ouro Preto, como se não pertencessem à mesma cidade. Na linguagem corriqueira, o morador da Bauxita desce o Morro do Cruzeiro “para ir a Ouro Preto”. Essa mesma relação se observa em outros bairros, a exemplo dos morros São Sebastião, São João e Santana que, apesar de terem sido os primeiros núcleos de exploração aurífera do que viria a ser Vila Rica, não compõem o núcleo histórico, definido como Zona de Proteção Especial (ZPE) pelo Plano Diretor do Município.³⁰ Daquela mesma forma, moradores de bairros pericentrais que compõem o núcleo histórico se referem “à cidade” quando se reportam ao centro histórico.

Nas últimas décadas, a expansão do tecido urbano para a região Sudeste da cidade, o adensamento da Ladeira do Gambá - acesso principal ao Morro do Cruzeiro -, a implantação de novas funções e atividades comerciais e de serviços de âmbito regional no Bairro Bauxita -

³⁰ Lei Complementar Municipal nº 29/ 2006: “ZPE – áreas que contém os valores essenciais a serem preservados nos conjuntos urbanos, resultantes da presença de traçado urbanístico original e de tipologias urbanísticas, arquitetônicas e paisagísticas que configuram a imagem do lugar”. (PREFEITURA DE OURO PRETO, 2006). O zoneamento daquele plano também definiu zonas de Proteção Ambiental (ZPA), de Adensamento Restrito (ZAR), de Adensamento (ZA), de Especial Interesse Social (ZEIS) e de Intervenção Especial (ZIE). A Lei Complementar nº 91/2010 acrescentou a Zona de Interesse Mineral (ZIM).

delegacia de polícia, hipermercado, cemitério municipal ³¹ - absorveu o transbordamento populacional do núcleo histórico, minorando o impacto sobre a degradação do patrimônio de Ouro Preto como um todo: histórico, arquitetônico, simbólico e das práticas culturais naquele território. Pela proibição à verticalização no interior do perímetro tombado e a relativa proteção do núcleo histórico delimitado como ZPE - Zona de Proteção Especial, a expansão da cidade tem se processado pelo espraiamento do território para além de seus limites. O Bairro Bauxita, estruturado para apoio à indústria de Saramenha, hoje se configura como nova centralidade em Ouro Preto e tornou-se “a menina dos olhos” ou “a bola da vez” da especulação imobiliária. Essa nova centralidade se soma à polinuclearidade pré-existente desde Vila Rica, já que não substitui nem transfere funções urbanas do centro histórico, mas as complementa com novas formas e funções. Trata-se de novo centro diferenciado, necessário à dinâmica do capital imobiliário que acompanha e produz a expansão da cidade, como sucessão de centralidades complementares e não concorrentes ou excludentes. Esse novo centro potencializa a reprodução do capital imobiliário, ao mesmo tempo em que ameniza sua pressão sobre o território patrimonializado e, em certa medida, resguarda áreas centrais de mais adensamentos de usos, funções e fluxos, já nos seus limites de funcionalidade. ³²

Hoje, a progressiva redução da atividade industrial em Saramenha é acompanhada da diversificação de economias externas relativas, sobretudo, à ampliação do IF-OP e da Ufop, esta última mediante recursos do Programa Reuni, ³³ geradora de pressão fundiária e imobiliária, com acelerada expansão e adensamento territoriais, com impactos na cidade como um todo e nos bairros em torno, em particular, relativos à ampliação do parque residencial para incorporar as periódicas levas de novos moradores, permanentes e temporários - corpos técnico-administrativo, docente e discente -, além da diversificação de serviços e de novos nichos de consumo. Conflitos institucionais e controvérsias sociais têm pautado as relações entre a Ufop e a PMOP no que concerne as condições não programadas

³¹ Para atendimento de cidadãos de outras religiões, sem acesso aos cemitérios católicos.

³² Merece ser pesquisada a origem, formação e composição do capital imobiliário em fase de reprodução acelerada no novo centro Bauxita e sua ordenação espacial, a participação de proprietários locais e especuladores fundiários, bem como a atuação de corporações imobiliárias - regionais, estaduais, nacionais e internacionais -, além das modalidades predominantes de sua reprodução: aluguel e venda de lotes e construções.

³³ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

de expansão de cursos, sem compartilhamento da projeção de dados e equacionamento dos impactos resultantes junto ao planejamento urbano municipal.

A mobilidade do espaço geográfico em Ouro Preto ganha expressão como desmembramento da centralidade histórica e da produção de novos espaços, sob novas condições de reprodução do capital, sobretudo o imobiliário e comercial. Favorecem na consolidação daquele novo centro Bauxita: vantagens locacionais, acessibilidade regional,³⁴ melhores condições de habitabilidade e custos de construção, sobretudo se comparadas às complexas condições de construtibilidade e aos custos operacionais, seja de construção, reforma, conservação ou restauração dos imóveis do núcleo histórico.

Sobre essa nova centralidade, vale lembrar que nos anos 1960 e 1970, na onda do planejamento urbano no Brasil, Ouro Preto também fora objeto de planos urbanísticos. Em 1968, o Plano Viana de Lima propunha um zoneamento municipal; e em 1974, o Plano Ouro Preto, elaborado pela Fundação João Pinheiro, órgão estadual de planejamento, propunha a estruturação de centros modernos nos arredores da cidade (Distrito de Cachoeira do Campo e Bairro Bauxita), visando a descompressão imobiliária e a preservação do núcleo histórico, no cumprimento do termo de tombamento. Esses e outros planos urbanísticos nunca saíram do universo de ideias ou do papel, graças às políticas públicas municipais de caráter centralizador, eleitoreiro e paternalista, incentivadoras do crescimento que condenaram a cidade Patrimônio Cultural da Humanidade a todo tipo de impactos e problemas urbanos de monta, resultantes do adensamento e da expansão territorial sem controles. Além da desarticulação institucional entre os níveis de governo que ali operam.

1.2.2. Elementos de uma morfologia urbana diferenciada

A morfologia da cidade de Ouro Preto e a trama urbana tecida a partir dos setecentos, determinantes de sua configuração territorial, são de grande valia para a compreensão do território usado, também no cotidiano do século XXI. Importantes intervenções urbanísticas, desde a primeira metade do século XVIII, deram origem à configuração do traçado de Vila

³⁴ A Rodovia do Contorno que interliga Belo Horizonte a Mariana externamente ao núcleo histórico de Ouro Preto, cruza Saramenha na altura do parque industrial, dividindo o bairro em Saramenha de Cima e de Baixo.

Rica em 4 níveis de cota altimétrica, habilmente estruturados sobre relevo inóspito à ocupação humana: o 1º nível dos bairros Pilar e Barra; o 2º entre os largos do Rosário e do Cinema; o 3º na Praça Tiradentes e o 4º, o acesso principal à cidade, pelo centro histórico, Rua Padre Rolim - continuação da BR-356 -, aos pés dos bairros São Cristóvão, São Francisco e Veloso. (ver Mapa 06, 44). Em sua maioria, as vias que interligam esses 4 níveis são ladeiras íngremes, algumas desservidas por escadas laterais, a exemplo da Rua da Escadinha (Rua Randolpho Bretas), da Rua Paracatu e da Rua do Pilar.

Sobre o 2º nível, relatos históricos sinalizam a abertura de “uma rua”, especialmente para o evento Triunfo Eucarístico (1733), o que não poderia corresponder ao então já existente Caminho Tronco que perpassava aquelas duas capelas primitivas, mas à Rua Nova do Sacramento.³⁵ Ramificações, passagens e caminhos que configuravam aquele eixo longitudinal foram retificadas como ruas.

Estudos de morfologia urbana³⁶ apontam a lógica de distribuição espacial dos elementos de domínio e comando das cidades coloniais brasileiras em pontos geograficamente estratégicos e de destaque na paisagem, desenhando a malha urbana de forma única e irreproduzível. Trata-se, efetivamente, do papel estruturador do espaço desempenhado pelas duas instituições mais características da dominação ideológica - política e religiosa - dos períodos colonial e imperial: o Estado e a Igreja Católica. Seus objetos técnicos, exemplares arquitetônicos únicos e monumentais, foram materializados em pontos nodais do relevo, de maior convergência e regulação social, delineando a paisagem onde funcionam como panópticos³⁷ - elementos fixos que vigiam, controlam e orientam a vida de fiéis e cidadãos -, estratégia comum aos poderes dogmáticos e totalitários.

³⁵ O seguinte documento é esclarecedor: “Esta obra pode ser considerada como uma grande contribuição das técnicas de mineração de ouro ao desenvolvimento do traçado da Vila. (...) consistiu num projeto de engenharia urbanística completo, constituído de avaliação da topografia, execução de cortes e aterros e estabelecimento de uma cota para o leito da nova rua, evitando soluções simplistas e de execução mais fácil, que resultariam inexoravelmente em ladeiras íngremes. Os construtores buscavam obter uma rua longa e praticamente plana, numa área inacessível e de declives extremos, com inclinações próximas de 80 graus, que permitisse a marcha da procissão e o desfile de carros e alegorias. A solução foi aplicar a técnica de construção de aquedutos para condução de água aos grandes mundéus de lavagem de ouro, numa escala muito mais ampla.” (Campos, 2012, p. 10).

³⁶ Comparecem nessas considerações: Leonardo Benévolo, Leonardo Castriota, José de Anchieta Correia e investigações de nossa autoria, na Escola de Arquitetura da UFMG, até 2001.

³⁷ Estratégia arquitetural criada por Jeremy Bentham, utilizada para vigilância permanente de prisões, manicômios, escolas e fábricas, e objeto de análise de Michel Foucault “... como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida quotidiana dos homens.” (FOUCAULT, 1997, p. 169). Para Gilles Deleuze, é o conceito que gerou a “sociedade de controle”.

Entretanto, três importantes exceções à localização dos templos em topos de morro se observa na implantação da Igreja do Rosário e das duas matrizes de Ouro Preto, a de Nossa Senhora da Conceição, elevada a Santuário e a de Nossa Senhora do Pilar, elevada a Basílica Menor em 2012. Essas duas, justamente as mais antigas e superiores hierarquicamente, localizam-se em fundos de vales. Ainda assim, seu domínio sobre a paisagem se efetiva e foi mantido por poderem ser contempladas de quaisquer pontos das encostas próximas, configurando implantações divergentes do modelo que predominou nos demais templos da cidade, posteriormente erigidos em localizações elevadas.

Figura 08 - Obra de Alberto da Veiga Guignard, *Paisagem de Minas*, óleo sobre madeira, 1950.
Fonte: www.cidadeshistoricas.art.br

A obra pictórica de Guignard capta e expressa uma das maiores características da estruturação do espaço barroco: o domínio da paisagem pelos templos edificadas em pontos de destaque na paisagem, como “clareiras” urbanas de grande representatividade do poder de aglutinação e mobilização social que exercem no território. As igrejas e seus adros, elevados ou não, são espaços sagrados de rituais e encontros de multidões e, por isso, são mais amplos, visíveis, arejados e iluminados do que os demais espaços de circulação. Como focos de referência e sociabilidade, “... as igrejas vão atuar como articuladoras do espaço, demarcando núcleos e

regiões da cidade, ...” (CASTRIOTA, 2009, p. 135). A localização de igrejas em Ouro Preto reforça, ainda hoje, a estrutura de convívio social em seu entorno imediato e configura identidades socioterritoriais próprias a cada bairro.

Quatro igrejas se encontram no recorte espacial adotado nesta pesquisa. Em suas extremidades, a Igreja Nossa Senhora do Rosário e a Igreja São Francisco de Assis, atraem fiéis de toda a cidade, sobretudo para casamentos e grandes eventos religiosos, cujos adros e fachadas servem de cenário fotográfico. Também eventos culturais e artísticos têm nelas a referência e representação da imagem da cidade. Muitos fluxos têm nessas igrejas seus focos de atração e emissão. Nas imediações da linha mestra do centro, encontra-se a Igreja São José - no topo da Rua Teixeira Amaral, íngreme ladeira que começa no centro da Rua São José -, recentemente restaurada e reaberta após muitos anos fechada. E, na entrada principal da cidade pela Praça Tiradentes, Rua Padre Rolim, a Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, a Mercês de Cima, fechada desde 2000, após crime nunca desvendado em seu cemitério. Por isso, os entrevistados em 2013 indicaram movimentação no território central para práticas culturais corriqueiras direcionadas para aquelas extremidades do centro histórico. Outros fluxos e formas de apropriação ocorrem na externalidade lateral imediata do centro, representada pela Igreja Nossa Senhora do Pilar. Trata-se, tanto dos deslocamentos emanados do próprio centro, como dos fluxos em direção a ele.

Por sua vez, os monumentos civis, também de volumes e proporções imponentes, estabeleceram espaços generosos de praças e largos. Os chafarizes neles implantados, o que hoje corresponderia ao “mobiliário urbano”, foram distribuídos por todo o tecido urbano, compondo ambiências próprias às funções concretas e simbólicas que exerciam, além do abastecimento de água: encontro de diferentes categorias sociais, meio de comunicação e informação, e visibilidade das relações sociais de produção, distribuição e consumo. Hoje, atrativos turísticos e sem qualquer função prática cotidiana, se mantêm como pontos de referência na malha urbana, objetos históricos de arte em cantaria de pedra, mesmo que desprovidos de significado na cultura local contemporânea. ³⁸

³⁸ O PAC Cidades Históricas prevê a restauração de 11 chafarizes no centro histórico. Em 2014, foi aberta a licitação para restauração de igrejas, tratado no Capítulo 2.

Elemento marcante e diferencial da morfologia do espaço urbano de Ouro Preto, graças à determinação topográfica, ao traçado e à forma de uso e ocupação do solo, é a superposição de planos que se flagra em pontos privilegiados de visadas, de onde se contemplam outras áreas da cidade, também simulando a questão panóptica do controle visual sobre a vida cotidiana. Com isso, os inúmeros mirantes e partes altas e baixas que a topografia de Ouro Preto permite, diferenciam a cidade da configuração territorial de outras ocupações urbanas coloniais portuguesas no Brasil - criadas para defesa do território, geralmente divididas em partes alta e baixa, e fortemente marcadas pela segregação sócio-espacial.

O gregarismo da ocupação de sobrados geminados e a relação, em escala humana, entre a largura das vias retificadas e a altura dos edifícios, formam volumes prismáticos de fácil apropriação visual. No caso de Ouro Preto, a rua estabelece a feição da cidade, morfologicamente caracterizada por suas “ruas-corredor” de massas formadas por edifícios contíguos, no interior das quais se resguardam os espaços de circulação, contato social e permanência. Mas pela sinuosidade do desenho de suas vias, e pela malha urbana labiríntica que formam, se distinguem das ruas-corredor projetadas pelo urbanismo moderno, de perspectivas totalizantes. Encontramos na obra de Tunico dos Telhados, artista plástico ouro-pretano, a representação visual dessa morfologia característica de Ouro Preto, representando as ruas-corredor como sulcos talhados na massa edificada.

Foto 19 - Obra de Tunico dos Telhados. Óleo sobre tela
Fonte: acervo do autor, 2008.

Além de as vias exíguas serem definidas pelas fachadas, o modelo medievo-renascentista europeu adotado em Ouro Preto apresenta lotes estreitos e compridos, edificações geminadas construídas nas testadas dos lotes, generosos quintais de fundos de lotes - progressivamente ocupados por ampliações - e volumes prismáticos que fazem dialogar os planos inclinados dos telhados com a paisagem natural montanhosa. A arquitetura do conjunto se harmoniza com a paisagem, e a topografia acentuada destaca os contornos, texturas, cores e formas dos edifícios e seus telhados. Daí a estreita relação que se estabeleceu entre natureza, paisagem e urbanismo na arquitetura barroca mineira, onde a serra servia de moldura da vila.

Para Milton Santos, “Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço.” E completa, com o conceito de forma-conteúdo, que expressa a “função cedida à forma pelo conteúdo”. (SANTOS, 1979, pp. 15 e 17). A forma das ruas é reveladora da cultura que as produziu, das relações sociais predominantes, do regime político e da ideologia em vigor. Em Ouro Preto, a relação entre a rua e o casario caracteriza a tênue separação dos espaços público e privado da sociedade colonial brasileira: sem quaisquer espaços intermediários de aproximação à intimidade da vida privada³⁹, somente a “pele” das fachadas estreitas separa a privacidade da moradia do âmbito público das ruas, becos, largos e praças - locais de encontro, festa, lazer, permanência, troca e fruição urbana. Novamente, o efeito panóptico se manifesta fortemente na cultura local como estratégia de informação e vigilância de práticas cotidianas no espaço público, mantendo o morador protegido pelo pano tênue da fachada à beira da rua e, sobretudo, pelo elemento treliçado de muitos dos fechamentos de suas janelas.⁴⁰

³⁹ A exemplo de tipos de aberturas externas de varandas, alpendres, terraços, pátios, *halls*, dentre muitas denominações, conforme o estilo, o local e a época da arquitetura.

⁴⁰ Sob influência moura na arquitetura portuguesa, a treliça reproduz na arquitetura colonial a função que a burca desempenha na indumentária feminina árabe, qual seja a de possibilitar observar o espaço exterior, sem ser visto no interior.

Foto 20 - Morador marca presença no espaço público desde o espaço privado, observando-o pela vidraça de janelas geminadas. Rua Brigadeiro Musqueira.
Fonte: Acervo do autor, 2008.

Capítulo 2 - O processo de patrimonialização de Ouro Preto e as manifestações culturais territorializadas

2.1. A dimensão territorial no estudo do patrimônio cultural

Patrimônio cultural e território são pares inseparáveis de reprodução da vida.
Bernadete Castro

O conceito de território, central na teoria geográfica de Milton Santos, se destaca na estruturação desta tese pela utilidade que aporta à percepção e compreensão do patrimônio cultural. Como tratado por Moraes (2013), esse conceito evolui e se desdobra ao longo da obra de Santos, desde sua consideração de sentido demarcatório, como referência de extensão e de delimitação de unidades político-administrativas, até assumir conteúdos mais específicos relacionados às possibilidades de uso, onde define o “território usado”. Santos trata o espaço geográfico como materialidade do “espaço banal”, de Bernard Kayser, e se utiliza do conceito de “rugosidade” de Jean Tricard, para analisar frações de território que são definidos por histórias específicas de uso social.

Ao analisar as condições de acessibilidade física, Santos destaca o sentido de integração e fluidez do território, para qualificá-lo conforme as condições de circulação que apresenta. E define a “periferia” em termos geográficos, o que nos leva a ampliar a reflexão sobre o fenômeno da periferização em Ouro Preto, para as condições de acessibilidade à informação, compreensão e fruição do patrimônio. Até porque é no movimento geral da sociedade que se pode apreender o movimento geral do espaço.

Definindo o espaço como um sistema de objetos e ações, o autor atribui ao território sua dimensão material, o mundo dos objetos, acrescentando qualidades morfológicas ao conceito de território. Esse quadro conceitual nos permite refletir sobre a morfologia do patrimônio edificado e das manifestações culturais - ritualísticas, sazonais ou corriqueiras -, como elemento esclarecedor dos usos e formas de apropriação social do território, na definição das “formas-conteúdo” miltonianas. As qualidades patrimoniais se expressam, portanto, na morfologia e na simbologia do território e dos objetos arquitetônicos nele implantados.

Nesses termos, a apreensão do espaço como totalidade, conceito básico à sua interpretação, se articula à atribuição de sentido e significado ao patrimônio, cujo processo de desvendamento, por sua vez, é tributário de informações históricas - etapas, origens, formação, influências, tradições, estórias, lendas, crenças -, de leituras da paisagem e da decodificação de símbolos impressos na cidade: configurações territoriais e atributos arquitetônicos.

Tratar o patrimônio pela teoria geográfica miltoniana equivale a apoiar a análise em suas categorias - estrutura, função, forma e processo -, sem perder de vista a interação das demais dimensões do patrimônio. Essas categorias, por si só, enriquecem sobremaneira sua compreensão e interpretação. A estrutura revela seu modo de organização e, a função, a atividade esperada daquela forma ou objeto. Mas, se a forma na geografia e nas ciências exatas, diz respeito ao aspecto visível do objeto, sociologicamente ela extrapola a noção de invólucro ou de forma geométrica, e é definida pelas dinâmicas que animam o objeto - conflitos e complementaridades -, como expressão dos usos socioculturais do espaço, o que se aproxima da categoria processo, de Milton Santos. Tal categoria de análise se revela essencial aos estudos patrimoniais, tradicionalmente focados em questões formais, quando não apenas estilística dos objetos, como explicitado no próximo item.

2.2. O processo de patrimonialização de Ouro Preto, sua negação à cidadania e as dinâmicas socioterritoriais

*Obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização,
Zora definhou, desfez-se e sumiu.*
Italo Calvino

A gênese da política de patrimonialização no Brasil - conceito, discurso, legislação e prática -, é amalgamada a dois movimentos relevantes, independentes e originalmente dissociados: o movimento artístico e intelectual modernista e o projeto político nacionalista consubstanciado pela Revolução de 1930. Ideologias à parte, ambos compartilhavam a determinação de consolidar imagem e identidade modernas para o país, a partir de seus traços primitivos. E as cidades mineiras, por suas feições de “abrasileiramento” das origens portuguesas, foram tomadas como “... as únicas que tinham valor de patrimônio, construindo, além de uma

representação de Brasil, uma imagem socialmente incorporada de patrimônio histórico e cultural urbano.” (MOTTA, 2002, p. 126).

Ouro Preto foi “redescoberta” pela vanguarda intelectual e artística nos anos 1920, que identifica na cultura produzida nas cidades barrocas mineiras o ícone e a síntese dos valores genuínos de uma brasilidade autêntica, com destaque para as artes plásticas, a arquitetura e a literatura. Paradoxalmente, é justamente o Movimento Moderno, a mais expressiva bandeira de renovação cultural no Brasil - conectado às novas tendências internacionais e crítico contumaz das tradições assimiladas -, que se debruça sobre nossas raízes culturais.⁴¹ Assim é encabeçada a valorização do barroco mineiro, até então sem importância perante os ideais republicanos identificados com a ordem do progresso, o traçado urbano reticulado e a estética neoclássica e eclética de reconhecimento internacional. Na avaliação de Leonardo Castriota,

(...) ao mesmo tempo em que mantêm estreito contato com as vanguardas europeias, os modernistas brasileiros desenvolvem uma peculiar relação com a tradição, recusando a ideia de rompimento radical com o passado. (CASTRIOTA, 2009, p. 138).

No *front* da modernização e na aparente contramão da renovação cultural, prevaleceu o olhar aprofundado sobre o passado, as tradições e suas origens, o que descortinou uma cultura então considerada “atrasada”, “sem importância”, desrespeitada e posta à margem da hegemônica. A vanguarda modernista, representada pela elite culta e letrada - artistas, escritores e intelectuais -, tem participação decisiva na legitimação do pensamento e da prática preservacionista no Brasil. Em contrapartida, ao negarem toda cópia de modelos importados, sobretudo os imediatamente anteriores, do século XIX, repudiaram importantes expressões locais, posteriores ao barroco mineiro, particularmente os estilos neoclássico e eclético. Para garantir a “pureza” e a unidade estilística do padrão cidade-monumento, recomposições, remoções e demolições foram livremente executadas em Ouro Preto.

... se criou uma certa naturalização do patrimônio onde a memória oficial instituída pelo IPHAN acabou sendo admitida como única, criando uma espécie de modelo estilístico de preservação, onde o que se difere deste

⁴¹ Essa articulação passado-presente-futuro pode ser metaforicamente representada pela vitalidade da árvore, que busca nas profundezas de suas raízes a seiva e insumos necessários à objetividade da busca por luz, à projeção de seus galhos e à saúde de suas folhas, flores e frutos.

modelo torna-se uma afronta à memória, torna-se equivocado, fora de lugar. (RIBEIRO, 2009, p. 82).

Alguns edifícios se tornaram emblemáticos da intenção deliberada de “barroquear” construções de inspiração neoclássica e eclética, também referenciais do desenvolvimento histórico e da produção arquitetônica local, considerados de “aspecto bastardo” por Lúcio Costa. Quando não demolidos, como o Mercado Municipal, muitos daqueles exemplares foram submetidos a alterações de volumetria, proporções, vãos, beirais, telhados e elementos de fachada, a exemplo dos edifícios do Fórum, dos Correios, do Ministério Público e do Liceu de Artes e Ofícios, ilustrado nas fotos 22 e 23, abaixo, tornados “Franksteins arquitetônicos” na paisagem do centro histórico de Ouro Preto.

Conforme Milton Santos, os fragmentos materiais de passados sucessivos, que constituem a paisagem atual, não podem ser simplesmente recolados.

Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. Assim, reconstruímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual nos será dada por sua confrontação com a sociedade atual. (SANTOS, 2009, p.107).

Foto 21 - Vista geral da Praça Reinaldo Alves de Brito, conhecida como Largo do Cinema, por volta de 1940. Em primeiro plano à esquerda, o atual Ministério Público e o Chafariz dos Contos. À direita, o Liceu de Artes e Ofícios e ao fundo a Rua Direita, atual Rua Conde de Bobadela. A amplitude espacial e a condição geográfica plana, na cota da Rua São José, confere a esse largo a função de pausa nas ruas-corredor do centro histórico, favorável à sociabilidade desde os primórdios de apropriação coletiva do chafariz. Se mantém como ponto de referência e encontro, apesar de tomado por área de estacionamento intenso de veículos.

Fonte: Luiz Fontana, acervo do Ifac/Ufop, s.d.

Fotos 22 e 23 - Liceu de Artes e Ofícios (1886-1946), transformado no Cine Vila Rica, em 1957. Os vãos e elementos ecléticos da fachada foram alterados e ou retirados e, no lugar da platibanda ornada com frontões, pináculos e estatuetas, novo telhado aparente, com cimalha e cachorrada. Nos terrenos vizinhos, inicialmente vazios, surgem dois novos exemplares “coloniais” que obstruem suas aberturas laterais. O ponto de taxi na calçada de 0.80m, desvia o fluxo de pedestres para a via pública.

Fontes: Luiz Fontana, acervo Ifac/Ufop e Eduardo Tropa, s.d.

Sobre a nova produção arquitetônica, o pensamento modernista reverberou com forte influência sobre a imposição do “estilo patrimônio”⁴² adotado pela política de preservação.

... na década de 70, quando a cidade de Ouro Preto viveu um processo de grande crescimento, a instituição consolidou, em pequeno receituário que era entregue aos interessados em construir, normas que indicavam a forma do telhado, beirais, vãos, tratamento das esquadrias e outros detalhes coloniais, que deveriam ser seguidos (...) os antigos caminhos, antes desabitados, foram transformados em ruas coloniais. Nos casos de novos loteamentos, (...), não eram observadas as características históricas do traçado, assim como outros aspectos urbanos, como o parcelamento dos lotes e a densidade ocupacional. O parcelamento seguia a conveniência de aproveitamento especulativo do terreno. (MOTTA, 2002, p. 131).

A questão da afirmação identitária nacional ganha contorno e relevância na política nacional brasileira desde a década de 1930, quando a cultura é posta como questão de Estado e a partir dele. É o que permite a intensa participação da intelectualidade modernista progressista na construção da política nacional de preservação do patrimônio. E o primeiro produto daquela coalizão entre o movimento cultural e a política do Estado Novo é a elevação de Ouro Preto a Cidade Patrimônio Nacional, em 1933, marco inicial do seu processo de patrimonialização de

⁴² Denominação para o simulacro de feições barrocas, com vistas ao controle e manutenção da mesma estética construtiva do período colonial em Minas Gerais, sobretudo as fachadas do casario, em defesa da uniformidade do conjunto.

bens isolados⁴³. Tal distinção de caráter vertical, conforme Santos, ou de ordem distante, conforme Lefebvre, representou um ato precursor e emblemático para referenciar a história e a arte nacional. Porém, representou ato isolado de caráter simbólico e nada efetivo, já que ainda desprovido de instrumentos - legais e informativos -, que valorizassem e promovessem a proteção daquele espaço produzido sob condições diferenciadas. Vale destacar que, em 1931, o prefeito de Ouro Preto, João Veloso, já havia promulgado lei municipal que impedia a descaracterização do casario colonial da cidade.

Em 1936, o Ministério da Educação e Saúde Pública do governo Getúlio Vargas encomenda a Mário de Andrade o anteprojeto preservacionista, que resultou na aprovação, da Lei nº 378 de 1937, que institui o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan⁴⁴ - como órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro - e do Decreto-Lei nº 25, que regulamenta suas atividades. (ANDRADE, 2002). Naquele momento, prevalecia a visão monumental e excepcional de patrimônio, selecionado a partir de valores - sobretudo estético-estilísticos - atribuídos por *experts* aos objetos em si, independente de seu reconhecimento ou legitimação social. Vale observar que, em grande medida, a construção da política preservacionista no Brasil se confunde com a história daquele órgão, com o agravante que “... o que foi selecionado como patrimônio nacional estabeleceu um padrão para patrimônio em geral - patrimônio *lato sensu*.” (MOTTA, 2002, p. 126). A designação de Ouro Preto como símbolo nacional e a amplitude de seu espaço construído lhe conferiram papel conflituoso de espaço-tipo imagético do que seria ou deveria ser o Brasil.

As políticas de preservação do patrimônio orientadas para a construção da identidade nacional são regidas pela dialética lembrar/esquecer, em que

... privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade (...) muitas vezes, para se criar um símbolo nacional, apagam-se as marcas da história local, que foram se sedimentando ao longo dos anos. (CASTRIOTA, 2003, p. 186).

⁴³ Decreto Federal 22.928, “Considerando que a cidade de Ouro Preto (...) foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação (...)”. (legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=32122).

⁴⁴ Em 1946, o Serviço é alterado para Departamento - Dphan e, em 1970, é transformado no atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.

Sob amparo jurídico e institucional, já em 1938, Ouro Preto foi pioneira do tombamento de conjuntos urbanos no Brasil e da preservação e conservação de parte de seu patrimônio edificado, sobretudo o de propriedade do Estado e da Igreja Católica, com destaque para seu núcleo histórico. Não receberam a mesma atenção preservacionista o acervo de menor vulto, visibilidade e “importância”, como a arquitetura vernacular, distribuído nos topos de encostas e nos distritos, apesar de serem significativos como registro histórico dos primórdios dos núcleos mineradores: morros São João, São Sebastião e da Queimada, por exemplo, com suas capelas e mundéus ⁴⁵ que resistem ao tempo, ao abandono por parte do Estado e à destruição de testemunhos históricos por imigrantes que ali se instalaram.

Foto 24 - Moradia construída no interior de um mundéu, comprometendo a memória dos primórdios da mineração. Morro da Queimada, transformada em Parque Arqueológico.

Fonte: acervo do autor, 2004.

⁴⁵ Tanques de grandes dimensões, construídos em pedra, para lavagem do ouro.

Corroborar a predominância estilista da política preservacionista nacional a inscrição de Ouro Preto no Livro das Belas Artes, em 1938, e somente em 1986 sua inscrição no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Iphan. Por outro lado, o desinteresse político, a desarticulação institucional e os conflitos entre os três níveis de poder impediram a implementação de quaisquer dos planos de ordenamento urbano posteriormente elaborados e que objetivavam salvar a paisagem das mazelas do crescimento desordenado.⁴⁶ Assim, foram nulas ou inócuas as ações sobre o controle da expansão urbana que já se processava, do adensamento dos antigos arraiais e da inserção de novos objetos no território. Apesar de o Termo de Tombamento contemplar o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Ouro Preto, suas encostas tampouco foram poupadas pelos movimentos migratórios estimulados por sucessivas administrações municipais.

Foto 25 - Vista parcial do bairro Padre Faria, extremidade Leste do núcleo histórico. Ao fundo, os morros Santana e da Queimada, densamente ocupados por obras inacabadas, com sistemas construtivos “possíveis”, de baixa qualidade e de forte contraste visual pela aparência favelada.
Fonte: acervo do autor, 2012.

⁴⁶ Destaque para o primeiro Plano de Desenvolvimento Urbano, de Viana de Lima, em 1968, e o elaborado por equipe multidisciplinar da Fundação João Pinheiro, em 1975.

Foto 26- Vista parcial do centro histórico com o Morro do Cruzeiro não ocupado, ao fundo. Em primeiro plano, a Praça Tiradentes ladeada pela Escola de Minas, o Museu da Inconfidência e as igrejas Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Assis.
Fonte: Milton Tópia, 1950.

Foto 27 - Vista parcial do centro histórico com o Morro do Cruzeiro ao fundo, ocupado pela Vila Aparecida, desde os anos 1970. No topo, os *campi* da Ufop e do IFMG-OP.
Fonte: Eduardo Tópia, 2012.

Por força da premissa estética modernista de valorização da arquitetura barroca, como sendo a única expressão genuinamente brasileira e objeto de proteção, prevaleceu nas tímidas ações de preservação de Ouro Preto a garantia da distinção nacional. O valor artístico-arquitetônico da cidade foi, então, exaltado em detrimento das múltiplas propriedades inerentes ao patrimônio cultural: histórica, documental, cultural, social, relacional, imagética e simbólica. Naquele contexto, a afirmação da nação brasileira se expressa e se funda no uso e na apropriação, pelo Estado, da memória elitista e seletiva impressa no espaço.

A visão então idealizada do conjunto tombado é sintetizada no pensamento de Lia Motta:

Esvaziada economicamente, a cidade [de Ouro Preto] foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência. (MOTTA, 1987, p. 110).

Ao Sphan é atribuída a autoridade institucional e exclusiva de definir o que seja patrimônio, seus valores e sentido, para seleção do que mereceria ser protegido e perpetuado como memória e imagem nacionais, sua classificação, salvaguarda e gestão. Conforme esclarece José Reginaldo Gonçalves (2002, p. 94), os bens patrimoniais - selecionados pela elite intelectual em voga - eram aqueles portadores de valores históricos e artísticos em sua materialidade monumental, valores e sentidos definidos pela instituição, o que promoveria a inserção da tradição e da identidade brasileiras junto à comunidade internacional. Aquela imposição da presença do Estado é, dialeticamente, um marco na história da cidade e a ruptura na continuidade espontânea da tradição e na produção do espaço e da cultura. Em outros termos, altera-se o tempo cíclico do desenrolar da vida local para uma temporalidade datada e “imutável”, o que é ressentido pela população como uma “condenação” a um tempo passado, memorável e idílico. Aqui se estabelece e concretiza a tendência patrimonialista e saudosista, ao congelamento do território, da cultura e da imagem veiculada da cidade - imagem e cidade posteriormente mercantilizadas como produtos de consumo internacional -, sustentado pelo discurso da garantia da homogeneidade e integridade do conjunto, em detrimento da dinâmica cultural cotidiana. Em nome dessa homogeneidade e apoderando-se da cidade como se fora uma obra de arte pronta e acabada, cabe ao Sphan a atribuição e legitimação do valor estético-estilístico e do sentido do patrimônio. É assim que, o próprio órgão oficial instaura o “estilo patrimônio” e exige feições oitocentistas também para as novas edificações, apesar de nova volumetria, materiais e técnicas. Um dos resultados desse controle

vertical e autoritário, e que perdura enquanto “congelamento” imposto às expressões culturais no tempo e no espaço, é a cenarização pelo simulacro e a dúvida que se instaura na distinção cotidiana do que seja exemplar original ou pastiche contemporâneo - à exceção dos monumentos e casarões consagrados, de destaque e visibilidade na paisagem.

Com exceção do olhar de especialistas e do conhecimento pragmático e vivencial de moradores que puderam acompanhar as mudanças, o crescimento e o adensamento de Ouro Preto, demais leigos e pessoas comuns dificilmente conseguem desenvolver uma leitura clara do território ou, ainda menos, a compreensão dos principais dentre a infinidade de símbolos que os tempos da história da cidade construíram, seja população visitante ou residente. Vale destacar que tal rigor institucional se limita ao controle sobre a arquitetura e o território de partes do núcleo histórico, em particular a do centro histórico, não importando as transformações radicais da paisagem vista a partir dele.

Fotos 28 e 29 - Vista parcial da Vila Aparecida a partir do centro histórico, e depredação da paisagem pelo adensamento desordenado do espaço: Chafariz da Rua Barão do Ouro Branco e Capela Nossa Senhora das Dores.

Fontes: Frederico Haika, *Jornal Hoje em Dia*, 2013, e acervo do autor, 2007.

Ainda sobre a posição da população posta à margem das questões patrimoniais,

(...) a população, ao não interiorizar o significado dessa ação restritiva e coercitiva do SPHAN, deixa de participar no processo de preservação de seu próprio patrimônio. O Estado, ao institucionalizar o cenário barroco, faz com que seu morador se distancie do próprio patrimônio, do sentido de sua experiência, porque essa só é possível pela relação estética com o lugar. Assiste-se a uma inversão de papéis onde o Estado assume a condição de “guardião local” e o morador passa a ser visto como um virtual transgressor, encontrando-se nele o sentido da barbárie. (LEMOS, 1994, p. 103, grifos nossos).

De fato, com o patrimônio posto sob tutela exclusiva do poder público e sem diálogo, a continuidade da apropriação dos lugares de memória e dos bens culturais patrimonializados por parte da comunidade moradora, passa a se dar de forma cada vez mais retraída, inaugurando um processo destrutivo de afastamento e alienação progressivos. Trata-se da estratégia social que Castriota (2009) denomina “ensimesmamento”, relacionada ao silêncio da maioria, o que, territorialmente, significa se recolher ao habitat precarizado de seu cotidiano residencial e a ambientes espacialmente protegidos.⁴⁷ À representação e apresentação da nação não correspondeu a construção da cidadania, negada pela tutela estatal.

Não apenas as justificativas classificatórias que escolheram certos espaços, como Ouro Preto, para serem os representantes de um caráter nacional, mas principalmente a prática referente à apropriação destes espaços como símbolo é que vai denotar, ou evidenciar, qual o caráter nacional concreto que surge na relação entre o órgão que implementa esta construção ideológica no espaço e aqueles que o habitam, ou entre o Estado e seus “cidadãos”. (RIBEIRO, 2009, p. 63).

Vale observar que a apropriação do patrimônio, em sentido abrangente e para além do uso cotidiano do espaço urbano, envolve modalidades diferenciadas, vinculadas à compreensão básica da simbologia impressa no espaço e da atitude social para com o território e o legado cultural. Há importantes exceções a considerar nesse “afastamento” da população, a exemplo das festas tradicionais, em particular as religiosas, que continuam a ocupar orgulhosamente, a quase totalidade do espaço das ruas em épocas específicas, apesar do caráter turístico e do valor econômico que lhe foram agregados. Em contrapartida, e agravados pela não compreensão, aceitação ou assimilação dos valores e referências institucionalmente impostos,

⁴⁷ Outros fatores que extrapolam nossos estudos, sobretudo antropológicos e climáticos, sustentam o esvaziamento progressivo do espaço público ouro-pretano e a intensificação de práticas culturais contemporâneas em espaços fechados, sejam públicos ou privados.

os conflitos, tensões e ambiguidades se acirram no trato cotidiano do patrimônio e da cidade. Dicotomias entre habitar, se apropriar e manter o espaço símbolo nacional se manifestam, cotidianamente, na “escrita do território”, na produção do espaço e na transformação da paisagem. É o que podemos constatar nos processos judiciais que se acumulam, nas últimas décadas, movidos pelo Estado contra moradores infratores da legislação patrimonial e urbana.⁴⁸ Ao longo do processo de patrimonialização de Ouro Preto, sob regimes políticos autoritários, a participação da população local foi sistematicamente excluída, não favorecendo a construção de relações de pertencimento sociocultural, de comprometimento com a preservação desse patrimônio ou a afirmação de identidade calcada na memória coletiva.

Na década de 1960, o Sphan inicia a “fase moderna” da instituição, sob a direção de Renato Soeiro, “ ... marcada pela descentralização da política preservacionista para os estados e municípios da federação e pela implantação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas - PCH, lançado em 1973”. (SIVIERO, s.d., p. 9). Em Ouro Preto, por iniciativa de artistas e intelectuais de destaque⁴⁹ no intenso movimento cultural local e nacional, foi criada a Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop, em 1968, vinculada à Secretaria de Estado de Cultura, único braço do governo estadual sediado no interior.⁵⁰

É patente a habilidade para criar e gerir monumentos - então interpretados como a materialização de valores permanentes da civilização -, como autenticação da identidade nacional. Assim, a política de patrimônio cultural implementada pela Sphan até o final da década de 1970, priorizou os monumentos religiosos e civis, embora a definição do Decreto-Lei nº 25, de 1937, fosse muito mais abrangente. Avançando conceitualmente, o discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade sobre a Carta de Veneza (1964), no Conselho Federal de Cultura, em 1969, destaca que

“... a noção de monumento compreende não só a construção arquitetônica em si mesma, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio em que se encontra situado e, bem assim, do ambiente histórico do qual constitui testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana” (ANDRADE, 1987, p. 77).

⁴⁸ Esses processos são analisados no item 6. deste Capítulo.

⁴⁹ Vinícius de Moraes, Domitila do Amaral, Afonso Ávila, Murilo Rubião, Rui Mourão.

⁵⁰ Da criação da Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade, em 1972, participaram os artistas plásticos Nelo Nuno, Annamélia Lopes e o restaurador Jair Inácio.

Aloísio Magalhães, morto em 1982, apesar de uma passagem meteórica pela direção do Iphan, a partir de 1979, teve participação significativa nas mudanças conceituais e estruturais da gestão do patrimônio.⁵¹ Sua perspectiva de superar a ênfase dada na fase anterior aos bens imóveis - por ele denominado patrimônio de “pedra e cal” -, produziu uma abordagem menos estilística e de conteúdo socioantropológico. A gestão anterior de Rodrigo Melo Franco de Andrade havia logrado aplicar, minimamente, as amplas propostas de Mário de Andrade, não passíveis de serem integralmente implementadas de imediato neste país de dimensões continentais e desprovido de estrutura institucional para tanto, mesmo com o apoio nacionalista de Getúlio Vargas. Avaliamos que a releitura do ideário do projeto de Andrade, hoje, corresponde aos avanços que se obteve no trato da questão patrimonial, consubstanciados pela Constituição Federal de 1988.⁵² Este é o marco legal para que o patrimônio cultural passasse a extrapolar os bens alusivos ao Estado e às elites, envolvendo o universo da produção do homem comum. A partir dessa carta, a discussão e o tratamento institucional do patrimônio também prescindem de participação popular, inserindo na matriz da cultura a interação social e o diálogo com a comunidade.

A criação do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT, pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, em 1993, representou um avanço conceitual e instrumental no entendimento entre as esferas de governo responsáveis pelo desenvolvimento urbano e preservação do patrimônio. Até sua extinção pela administração posterior, o caráter colegiado do GAT⁵³ amenizou significativamente os conflitos relacionados aos poderes, funções e competências institucionais. De caráter democrático e com a participação efetiva da sociedade civil organizada, os critérios e procedimentos administrativos puderam ser melhor assimilados pela comunidade, ampliando suas articulações e o diálogo em prol de um modelo de gestão do desenvolvimento com preservação. Apesar dos resultados profícuos, seu tempo de maturação não foi suficiente para se impor como política de gestão urbana à próxima administração

⁵¹ Criação do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, em 1975 e da divisão do Iphan na Sphan, Secretaria, seu órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória, seu órgão executivo.

⁵² “Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.”

⁵³ Participação conjunta e de caráter decisório da PMOP, do Iphan, do Iepha, da Ufop e da sociedade civil organizada.

municipal que, assim que empossada, desfez o GAT, independente das reações da comunidade e das instituições partícipes.

Só em 2000 o ordenamento jurídico estabelece a formatação e aplicação de instrumento adequado à dinâmica do patrimônio cultural imaterial, necessário e complementar ao instituto do Tombamento de bens imóveis, que é o Registro de manifestações culturais.⁵⁴

A concepção totalizante de preservação em Mário de Andrade se materializa e se desdobra, paulatinamente, em ações de investigação, documentação, discussão, inventário, reunião, catalogação, publicação, valorização e disseminação de saberes e fazeres. É o que, em geral, desenvolvem os programas recentes de “resgate cultural”, cuja denominação é amplamente questionada mas se mantém, até por falta de termo mais apropriado ao processo de estimulação à continuidade e à disseminação do conhecimento tradicional, ameaçado ou já em processo de extinção.

Ao entender o patrimônio por seu viés cultural e colocar os homens em suas condições sociais e culturais dentro da política de preservação, Aloísio Magalhães alterou todo o entendimento e concepção do que significa preservar e inseriu a necessidade de haver uma aproximação, permeabilidade e diálogo da instituição com a população. (SIVIERO, s.d., p. 11).

É desse contexto de ampliação do conceito de patrimônio e sua gestão que emerge a máxima de Aloísio Magalhães de que “A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”. Tal lema representou importante bandeira de luta pela inclusão da população nas ações patrimonialistas e preservacionistas e, evidentemente, pressupõe, por um lado, uma comunidade coesa, conhecedora e cônica de seu legado cultural; por outro, pressupõe a ruptura do modelo de autoridade intocável e inquestionável dos órgãos reguladores, para efetiva incorporação da população e seus valores às políticas públicas. Como problematizado anteriormente, e considerando as características específicas dessa relação em Ouro Preto, para que aquela máxima de intencionalidade assertiva não se desfaça em retórica e clichê esvaziado de

⁵⁴ O Decreto Lei nº 3551/2000 “Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências”. (Disponível em <http://portal.lphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>. Visitado em 26/11/2013).

sentido, ela deve ser relativizada, até que as condições objetivas do comprometimento social sejam construídas e garantidas.

No que concerne ao SPHAN, é interessante perceber como, apesar da incorporação de novos conceitos ao seu discurso preservacionista, (...) o seu trabalho continua na mesma linha, considerando a cidade como objeto estático a se preservar, sem se debruçar sobre a questão de seu desenvolvimento social. (CASTRIOTA, 2009, p. 148).

Paralelamente à estruturação institucional, é importante considerar o papel relevante que desempenham, na evolução do pensamento e do debate preservacionista, os inúmeros manifestos, recomendações, declarações e cartas patrimoniais, desde a emblemática Carta de Atenas, de 1931. No âmbito desta tese, não nos debruçamos sobre a análise daqueles documentos, mas os tangenciamos, como frutos do debate entre especialistas de diversas áreas do conhecimento que balizam o pensamento, as práticas e as políticas públicas de preservação, oferecendo respaldo técnico e político em nível internacional. Em sua maioria, esses documentos preconizam relações de “interesse” e “respeito” da população para com os monumentos e a incorporação da informação vertical e direcionada sobre valores estabelecidos em gabinete. Outros desses documentos recomendam a “escuta ativa” da população, mantendo seu papel de sujeitos passivos. E alguns, buscam respaldar metodologias de participação da sociedade como proponente ativa da preservação patrimonial, a exemplo da Carta de Amsterdã, de 1975. Nenhum deles, entretanto, avança para além da necessidade de explicar, transmitir e fazer absorver os valores e o sentido institucionalmente estabelecidos de patrimônio, atrelados à imposição de sua regulamentação. Ainda assim, representam avanços sobre o pensamento democratizante da questão patrimonial, cuja participação da população também se instaura como exigência na legislação urbanística, capitaneada pelo Estatuto das Cidades.⁵⁵

A criação, em 1979, da Fundação Nacional Pró-Memória como órgão executivo junto à Sphan, de caráter normativo, inaugura um período de revisão da atuação centralizadora e soberana do Estado sobre a questão patrimonial, sinalizando sua democratização, na esteira do movimento de redemocratização do país. Entretanto, a relação sem diálogo com a comunidade, durante décadas de atuação autoritária e paternalista, já havia cristalizado a clara

⁵⁵ Lei Federal nº 10.257/2001.

desconfiança e rejeição da população aos órgãos de preservação, amplamente percebidos como empecilhos a qualquer iniciativa privada de melhoria das condições de vida na cidade. Ouro Preto não é uma exceção a esse posicionamento social, como tratado no item 6 deste capítulo.

De volta ao processo de patrimonialização, é no contexto geral do final dos anos 1970 que Ouro Preto se torna a primeira cidade brasileira e a terceira das Américas - depois de Quito e Guadalajara - a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, pela Unesco, em 1980,⁵⁶ o que intensificou a projeção de seus valores artísticos e patrimoniais e a consagração de sua imagem à escala internacional. Porém, o *status* de patrimônio cultural da humanidade, a visibilidade internacional e o prestígio adquirido pela chancela da Unesco, não foram suficientes para evitar danos reincidentes e denúncias constantes do estado de degradação e descaracterização do patrimônio, o que ameaçava Ouro Preto a ser inscrita na Lista de Patrimônio Mundial em Perigo daquela mesma instituição, já no início dos anos 2000.⁵⁷ Tratava-se de questões para além da proteção do patrimônio tombado, em conjunto ou individualmente, e dos objetos em si, reveladoras de conflitos e desafios da relação dialética entre desenvolvimento e preservação, afetos sobretudo ao planejamento urbano: estruturação da gestão municipal, mobilidade e expansão urbanas, ocupação irregular das encostas centrais e adensamento do perímetro tombado. Essas e outras questões foram objeto de relatório de visita de inspeção e de recomendações da equipe técnica do International Council on Monuments and Sites, Icomos, em 2003.

Dois eventos emblemáticos haviam transtornado a comunidade ouro-pretana e exposto a fragilidade de seu patrimônio edificado, perante o crescimento urbano e as precárias estruturas e condições de sua preservação: a destruição do Chafariz do Pilar e o incêndio do Hotel Pilão, ambos em 2003, abaixo ilustrados.

⁵⁶ Ano em que se comemorou três séculos de elevação à categoria de vila.

⁵⁷ Entidades e associações como a Amo Ouro Preto - Associação dos Amigos do Patrimônio Cultural e Natural do Município de Ouro Preto - se articularam desde os anos 1990, ampliando o debate sobre as condições de preservação da cidade e implementando ações públicas, a exemplo da ocupação de ruas e largos em protesto aos impactos estruturais sobre o casario, causados pela circulação de veículos de grande porte no núcleo histórico.

Foto 30 - Acidente por escorregamento de caminhão na Rua da Escadinha, com destruição do Chafariz do Pilar.
Fonte: Eduardo Tropa, 2003.

Foto 31 - Ruínas do Hotel Pilão, atual Centro Cultural Fiemg, Praça Tiradentes.
Fonte: Eduardo Tropa, 2003.

Vale destacar que, em ambos os casos, suas reconstruções não contemplam qualquer elemento interpretativo que documente e informe tais sinistros como parte integrante da história desses bens e da cidade. Mantida a prática de encobrir as perdas e danos do patrimônio, negando-lhe o presente, e mediante as condições históricas do processo de patrimonialização acima sintetizadas, é a se questionar o sentido desse patrimônio apropriado pelo consumo, em sua lide cotidiana, no movimento de mercantilização da cidade como reminiscência da imagem urbana homogênea e original do século XVIII.

... o turismo parece estar reforçando a contraposição entre uma espécie de “falsa tradição”, para consumo externo, e uma “tradição secreta local”, que se mantém à margem e à revelia das políticas de preservação. Como, na tentativa de se homogeneizar o conjunto urbano e adequá-lo a uma imagem idealizada, procedeu-se a um apagamento sistemático da história local e à perda de sua memorabilidade, pode-se notar hoje uma falta de identificação entre a população e o cenário barroco criado, que é percebido como espaço para o turista. Para manter sua cultura e tradições, o habitante local desenvolve uma estratégia de “ensimesmamento”, fechando-se cada vez mais em seu próprio grupo. (CASTRIOTA, 2009, p. 151).

2.2.1. A política de patrimônio efetivada pelo Programa Monumenta

A síntese das políticas de gestão e financiamento do patrimônio que se instaura no Brasil se materializa em 26 cidades quando da criação do Programa Monumenta, a partir de 1999, uma vultuosa parceria entre o Ministério da Cultura - MinC e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.⁵⁸ No limiar do século XXI, o modelo neoliberal de parcerias público-privadas se consolida também na área da preservação do patrimônio, exacerbando as contradições urbanas da relação dialética entre Estado, mercado, cultura e memória social. Junto às leis de incentivo fiscal à cultura nos três níveis do poder público, o marketing cultural adentra o setor empresarial, garantindo-lhe visibilidade e imagem socialmente positivada. É o que já havia sido consolidado na área ambiental - relação direta entre volume de participação empresarial e grau de poluição ambiental -, com desdobramentos em programas urbanos como o “Adote um canteiro”.

O sistema de financiamento da área cultural, capitaneado pelo Estado, mantém na lógica de mercado os objetivos e o controle do processo de escolha, decisão e implementação de

⁵⁸ Em 2006, o Monumenta passa a ser integrado ao Iphan, responsável por sua coordenação.

projetos que emergem de todos os setores da produção artístico-cultural. No caso do Monumenta, a ordem de prioridade de atendimento foi estabelecida pelo MinC, “... segundo critérios de necessidade de recuperação contidos na Lista de Prioridades do Programa”. Todo os trâmites decisórios, técnicos e executivos reproduzem o mesmo caráter vertical historicamente empreendido sobre o patrimônio cultural - conforme discutido anteriormente -, sem diálogo com, consulta à, ou divulgação satisfatória junto às comunidades, alijando-as reiterada e sistematicamente dos destinos de seu legado histórico e de seu território.

Estruturalmente, ao empréstimo bancário se somam investimentos estatais a fundo perdido, a participação da iniciativa privada com forte retorno em marketing empresarial e uma contrapartida municipal, como forma de comprometimento local. Em Ouro Preto essa contrapartida foi de 30% e, atrasos e interrupções na execução das obras ocorreram, sobretudo, por disfunções e protelações nos cronogramas de desembolso financeiro.

O Programa tem por objeto áreas urbanas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano tombado e sob proteção do Iphan, como estímulo à sua sustentabilidade⁵⁹ e aumento da utilização econômica, cultural e social das Áreas de Projeto. Ao longo de dez anos de execução de obras em Ouro Preto, com custos da ordem de 13 milhões de Reais, o Monumenta privilegiou os pontos mais atrativos do núcleo histórico: restaurou 19 monumentos, 34 imóveis particulares (estruturas, coberturas e fachadas), propôs intervenções no tráfego, implantou mobiliário urbano (bancos, lixeiras e abrigos de ônibus), restaurou o Parque Horto dos Contos e construiu o Terminal de Integração Barão de Camargos. Elitização e espetacularização do patrimônio, valorização imobiliária e estetização mercantil da área central são alguns dos seus produtos imediatos.

Dentre os objetivos do Programa mais diretamente afetos ao objeto desta tese, destacam-se o “aperfeiçoamento” dos mecanismos de gestão do patrimônio e a “conscientização” da população sobre o significado e a importância do patrimônio nacional. Naquele conceito de “conscientização”, fica explícita a perpetuação da postura paternalista autoritária das instituições oriundas da cultura elitizada, prenhe da ideologia dominante, disseminadoras de valores e significados monológicos e unidirecionais estabelecidos para o patrimônio

⁵⁹ “... quando as Áreas de Projeto mantiverem suas características preservadas sem a necessidade de recursos federais adicionais para sua conservação, quando for observada a mudança de atitude da sociedade em relação à importância da preservação do patrimônio nacional.” (BRASIL, 2006).

consagrado, produtor de imagens e divisas. O texto de apresentação do Monumenta considera “... o tratamento do patrimônio cultural enquanto fonte de conhecimento e de rentabilidade financeira ...” onde “... são implementadas atividades ligadas ao turismo cultural (...) possibilitando incrementar, direta e indiretamente, a economia, a educação e a cultura local, facilitando assim a inclusão cultural, social e econômica das comunidades envolvidas.” (BRASIL, 2006. Grifos nossos). Sua retórica de “sustentabilidade do patrimônio” consideraria os significados atribuídos pela população através da educação patrimonial. Entretanto, pelos resultados obtidos pelo Monumenta em Ouro Preto, o incremento do “conhecimento” se reduz ao convite à contemplação e à expectativa de ampliar o uso dos monumentos e espaços restaurados, “velhos em folha”, sem participação ou espaço de protagonismo da população. Já o incremento da economia se operacionaliza pelo viés mercadológico do Monumenta, sob o discurso de uma “sustentabilidade”, basicamente vinculada ao consumo dos lugares.

O que é a destacar, como instrumental educativo do Monumenta, são as placas de sinalização dos edifícios públicos - museus, chafarizes, pontes e igrejas - complementares aos selos interpretativos do Museu Aberto-Cidade Viva.⁶⁰ Ambos esses projetos compartilharam a mesma concepção de resgate da memória coletiva, com impactos profícuos sobre a população moradora e visitante e que se tornaram referência informacional para escolas, excursionistas e guias de turismo. Esteticamente, com exceção do material usado, foi possível acordar com a coordenação do Monumenta o design, o formato e a arte final de placas informativas em acrílico e selos interpretativos em aço inoxidável, objetivando minimizar o impacto visual do patrimônio sinalizado, sobretudo o residencial.

Avaliando o discurso em defesa do “aperfeiçoamento” da gestão, constata-se que, afora os anúncios e placas de obras com logomarcas dos financiadores, não houve divulgação ou esclarecimento do Programa na comunidade a ser “conscientizada”, mantida como público passivo da restauração dos monumentos selecionados, como se fora uma benesse governamental. O que o Monumenta delineia em seu discurso é a ação “integrada” de preservação, integração essa associada, na prática, à participação do setor privado, à articulação de fluxos de capitais financeiros, sem atribuição de papel para a comunidade, a

⁶⁰ Implantado em 2006, esse projeto - de nossa autoria, sob encomenda da Associação Comercial e Industrial de Ouro Preto - contemplou 110 residências e edifícios públicos originalmente residenciais, resultado de pesquisa aprofundada, documental e de história oral.

não ser o de coadjuvante sem texto e à espera de deferência, gratidão e claque social. É o que revelam os dados da pesquisa de doutoramento de Everaldo Costa (2011a, p. 261): 82% de seus entrevistados em Ouro Preto e 56% dos entrevistados no centro histórico - um dos eixos estruturantes e foco das intervenções do Programa Monumenta - não sabiam o que é o programa, podendo essa porcentagem chegar a 99% em bairros não contemplados. Conforme analisa esse autor, o Monumenta é, ao mesmo tempo, “produto e produtor” da operacionalização e estetização do que denomina *patrimonialização global*,

... no contexto da lógica global de ressignificação dos lugares de memória e dos territórios de identidade. (...) Esse processo tem sua representação máxima através da inscrição das cidades estabelecidas nos territórios das nações de todo o planeta na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, concomitantemente à corrida pela mercantilização dos lugares por parte das governanças urbanas. (COSTA, 2011a, pp. 17-18).

A política de investimentos públicos e privados em intervenções que priorizam frações do território - particularmente os pontos mais atrativos, significativos e simbólicos das áreas centrais -, potencializa as disparidades urbanas, reforça a distribuição desigual e contraditória de recursos e favorece a “fragmentação articulada do território”, ainda conforme Costa. Essa prática, longe de ser exclusiva da área cultural, é comum aos demais setores da administração pública, incluindo os serviços urbanos básicos, o que aumenta exponencialmente as desigualdades socioespaciais e o correlato diferencial dos níveis de qualidade de vida na cidade. Trata-se, em suma, do binômio valorização-precarização de partes de um mesmo todo em movimento, que se expressa no modelo de gestão unidirecional e não compartilhada do território e do patrimônio cultural, concatenado ou não ao planejamento urbano. O Monumenta, sem dúvida, embelezou e valorizou o cenário barroco de Ouro Preto, mas não sem a contrapartida econômica de dinamizar a especulação imobiliária. Para Costa, a política de preservação patrimonial, assim concebida sobre uma lógica mercadológica contraditória, desencadeia o processo dialético de decompor os sítios históricos ao universalizá-los. Para além da intenção preservacionista, o programa demarca a largada do processo de “recolonização” dos centros históricos. No âmbito do que o autor denomina “dialética da construção destrutiva”, esse processo favorece a reprodução de um imaginário coletivo distorcido sobre o patrimônio cultural e, acrescentamos, sobre a imagem da cidade em sua totalidade.

Como falarmos em democratização do patrimônio, acessibilidades coletivas ao centro histórico, resgate da memória, sentimentos de pertencimento, quando há bairros sem água encanada, esgotamento sanitário ou um eficiente transporte público? (COSTA, 2011, p. 274).

Outros instrumentos de política pública voltada para o patrimônio já sucederam o Programa Monumenta. Vale destacar a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Cidades Históricas: Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania. Criado pelo governo Lula, em 2009, o PAC prevê investimentos da ordem de R\$1,9 bilhão até 2015, em 44 cidades de 20 estados da federação, para recuperação, restauro e qualificação de conjuntos urbanos e monumentos tombados pelo IPHAN. Também uma linha especial de crédito, da ordem de R\$ 300 milhões, foi criada para investimento em imóveis particulares “... para recuperar suas residências, ou mesmo investir na adaptação de edifícios para exploração econômica, como hotéis, pousadas e restaurantes”. Concebido como consolidação dos resultados obtidos pelo Programa Monumenta e reproduzindo o mesmo discurso, o PAC objetiva “... promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos (...) para posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante”. As categorias selecionadas são: equipamentos culturais, instituições de ensino, igrejas, museus, fortes, fortalezas e patrimônio ferroviário. “Com o programa, a gestão desse patrimônio ganha uma nova dimensão que vai além da intervenção física nos monumentos protegidos e reforça o sentimento de pertencimento e de cidadania dos brasileiros em relação aos símbolos de nossa cultura.” (grifos nossos)⁶¹. Os últimos grifos nessas citações destacam o teor da mesma retórica populista oficial do Monumenta, que “doura” a objetivação mercadológica e estético-monumental, como se verifica na listagem de ações intervencionistas: dentre as 425 obras previstas, 115 são equipamentos culturais como teatros, cinemas e bibliotecas, além de 39 museus.

Na esteira do PAC, em março de 2014 foi assinado o Termo de Compromisso com o Iphan e lançados editais, pela PMOP, para contratação de projetos de obras de restauração no município. Serão beneficiados oito templos na sede do município: as igrejas Nossa Senhora das Mercês, São Francisco de Assis, São Francisco de Paula e Bom Jesus de Matozinhos; e das capelas de São Sebastião, de Nossa Senhora da Piedade, de Santana, e do Padre Faria; e

⁶¹ Disponível em www.iphan.gov.br, acessado em 8/12/13.

duas igrejas em dois distritos, dentre os 13 de Ouro Preto: de São Bartolomeu (Distrito de São Bartolomeu) e de Santo Antônio (Distrito de Glaura).⁶²

2.2.2. Usos, formas de ocupação e modalidades de apropriação do território: racionalidades e contra-racionalidades

São múltiplos e multifacetados os conflitos oriundos de processos contraditórios de construção/desconstrução, valorização/desqualificação e consumo/abandono do espaço, - conflitos estes geralmente engendrados local e regionalmente, porém produzidos sob intencionalidades e interesses exógenos, no desenrolar de processos de promoção/patrimonialização/mercantilização que se processam no território.

Para sua análise, buscamos em Milton Santos parte de seu instrumental

... de reconhecimento de alguns processos básicos, originariamente externos ao espaço: a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia. (SANTOS, 2009, p. 23).

A verticalidade dos eventos que, desde sempre, conduziu o processo de patrimonialização de Ouro Preto - as “flechas do tempo” miltonianas promovidas ao longo da valorização e do reconhecimento institucional de seu patrimônio -, atingem os lugares e se espraiam de maneira combinada, desigual e hierárquica nas comunidades envolvidas. (SANTOS, 2009). Tais ações hegemônicas de origem exógena priorizam partes do território que detêm maior concentração de objetos técnicos - os mais valorizados e consagrados como referências históricas e patrimoniais - em função da valorização do lugar e de seu potencial de rentabilidade financeira e ou política.⁶³ Mega projetos atingem Ouro Preto, não como proposições de intervenção física especificamente - protegida que é pelo tombamento -, ainda que territoriais, que se espraiam em diferentes graus de amplitude, inserção e impacto na comunidade, examinados no Capítulo 3. É através da centralidade espacial da Praça

⁶² Fonte: Assessoria de Comunicação do IPHAN-OP/plantãoacidade.com.br.

⁶³ É o que tem sido reproduzido pelos quatro cantos do mundo contemporâneo através de megaprojetos urbanísticos de refuncionalização de áreas degradadas, alguns deles tomados como modelo, apesar dos conflitos socioterritoriais calcados nos processos de gentrificação mediados pela especulação imobiliária e pela violência policial. São inúmeros os exemplos: Área portuária de Barcelona, Porto Madero em Buenos Aires, Casco Histórico de Bilbao, Pelourinho em Salvador, Lagoinha em Belo Horizonte e, mais recentemente, o Porto Maravilha no Rio de Janeiro, em obras.

Tiradentes, de sua acessibilidade e sua representação simbólica como imagem emblemática da cidade - preservada em seu conjunto arquitetônico e urbanístico -, que, prioritariamente, as flechas do tempo são direcionadas, concreta e sobretudo simbolicamente. Esse movimento no espaço comporta a dimensão geográfica e hierárquica, com os fluxos sendo a ela dirigidos e dela emanados. No item 4.1. demonstramos tal prioridade na apropriação coletiva .

No caso específico do patrimônio cultural, o *ranking* dos lugares aferidos pelo *city marketing* - determinante na seleção de eventos globais e seu financiamento - é estabelecido pela imagem construída sobre seus principais símbolos, por seu potencial de atração de investimentos e de consumidores e, sobretudo, por seu potencial de produção de renda de monopólio sobre suas singularidades (HARVEY, 2005). É onde a competitividade econômica e a racionalidade capitalista globalizada atingem frontalmente a Geografia, os indicadores urbanísticos, a prática arquitetural, a preservação do patrimônio, o cotidiano e a cultura como um todo. A análise anteriormente desenvolvida do Programa Monumenta demonstra que, em Ouro Preto, o centro histórico representa a região prioritária de investimentos públicos e privados em patrimônio, em detrimento do importante legado edificado e simbólico de seus bairros e distritos.

Sobre os processos de origem e intencionalidade exógenas ao lugar, de “ordem distante” conforme Lefebvre, ao apontar que “as ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar”, Santos diferencia as escalas locais de realização, das escalas globais de comando das ações, “... produto de necessidades alheias...”, de funções distantes e cujas respostas são localizadas em pontos precisos do território. A esse distanciamento entre comando e realização, fonte permanente de conflitos e contradições, o autor denomina “esquizofrenia no processo criador dos eventos” ou “alienação regional”, expressão que avalia ser mais adequada do que “lugar fantasmagórico” de Anthony Giddens, por ele citado. Daí decorre, ainda segundo Santos, a limitação nas escolhas do homem comum em duas vertentes: a limitação da consciência, que restringe a leitura dos discursos e regras do *marketing* e, em consequência, a limitação à ação, submetida à racionalidade e a projeto alheios. (SANTOS, 2009, pp. 80-81).

No âmbito dos avanços técnicos aos quais as cidades são submetidas pelo viés daquelas verticalidades - o que corresponde à inserção do universal no particular -, o que também se

problematiza na produção, preservação e conservação de cidades-patrimônio são os impasses e desequilíbrios advindos da importação de materiais, de instrumentos de trabalho e da substituição progressiva de procedimentos técnicos tradicionais, histórica e socialmente produzidos. Assiste-se, assim, à tendência à adaptação, quando não à absorção direta de novos paradigmas e, conseqüentemente, ao desaparecimento progressivo de funções, atividades, profissões e habilidades técnicas em todas as áreas da cultura, o que compromete significados históricos do uso, da ocupação e da apropriação do território.⁶⁴

No setor da construção civil, a desqualificação de seus oficiais - no duplo sentido da desvalorização e do desmantelamento da transmissão horizontal de seus saberes -, coloca-os, universalmente, à margem dos processos tradicionais e contínuos de conservação do patrimônio edificado. Em muitos casos, almejam ser “fichados” em empresas e se transformam em operários da construção civil, alijados de seus instrumentos tradicionais, do conhecimento acumulado e do controle sobre o processo de trabalho, além de se submeterem a novas regras de funcionamento. Assim, a manutenção e restauração dos objetos técnicos sobreviventes às ondas modernizantes encontram-se comprometidas pela progressiva incorporação de novos usos, técnicas, materiais e processos construtivos, com destaque para a inadequação daquelas “flechas do tempo” miltonianas aos sistemas construtivos tradicionais.

Na intensa interseção de culturas em uma cidade cosmopolita como Ouro Preto,⁶⁵ hábitos, costumes e práticas culturais tradicionais vão sendo, paulatinamente, impactados e alterados em sua essência, sob influência de renovados valores simbólicos advindos da modernização e da internacionalização cultural. É na sutileza dos elementos imateriais do patrimônio que se materializam no espaço as relações sociais, os modos de viver e modalidades de consumo de

⁶⁴ Alguns exemplos ilustram essa tendência capitaneada pelo assalariamento de mestres de fazeres e saberes tradicionais em Ouro Preto: ruas especializadas são refuncionalizadas em resposta a novos paradigmas de demanda, produção e consumo do espaço que se impõem: substituição total de usos do Beco da Ferraria e da Ladeira dos Caldeireiros; a última alfaiataria da cidade, localizada na Rua do Pilar, está prestes a fechar as portas, pela baixa demanda que se faz desses serviços, anteriormente de destaque no padrão de consumo; exímias costureiras, também tradicionalmente requisitadas em domicílio, se transformam em funcionárias de consertos em lojas de “pronta entrega” e boutiques; barbearias não resistem à concorrência dos novos e atraentes salões de beleza unissex; mestres de obras e ofícios, profissionais autônomos, buscam inserção no mercado formal e moderno da construção civil, com ou sem a qualificação exigida; comércio local de primeiras necessidades é substituído por grandes estabelecimentos e por serviços de *delivery*: açougues, vendas, mercadinhos e restaurantes.

⁶⁵ Com 70.227 habitantes (FIBGE, 2010), o caráter cosmopolita de Ouro Preto se deve à intensa produção artística, à movimentação e trocas permanentes que a cidade mantém com o mundo e à multiplicidade de suas “tribos” de ampla diversidade de expressões socioterritoriais.

formas de comunicação e de organização social, lazer e mobilidade urbana. Se os impactos da absorção de avanços técnicos não são exclusividade de comunidades tradicionais, também as atinge frontalmente. Longe da postura saudosista que compromete certas abordagens da questão patrimonial e sua preservação no mundo contemporâneo, alguns elementos da cultura ilustram essa questão, no âmbito da apropriação cotidiana do território: as brincadeiras de rua - cantigas de roda, finca, carrinhos de rolimã, contação de estórias, “guerra” entre turmas de rua, campeonato de pipa, *surf* com tábuas ensecadas nas ladeiras e encostas, “pelada” de rua -, já não são atrativas para crianças e jovens com fácil acesso ao entretenimento eletrônico, além de terem sido coibidas pelo adensamento do fluxo de veículos.

Fotos 32 e 33 - Antigas modalidades de apropriação e fruição da rua, impactados pela fluidez urbana. Jogos infantis e encontros no centro histórico. Ruas Paraná e São José.
Fonte: Luiz Fontana, acervo Ifac/Ufop, 1946.

Essas atividades persistem em menor escala nos bairros periféricos, na intimidade do ambiente residencial, paulatinamente suprimido no centro histórico, ao longo da evolução de suas funções. Outras práticas coletivas também se tornam cada vez mais raras: sessões abertas de projeção de filmes na Praça Tiradentes, circulação de seresteiros e rodas de viola nas ruas,

esquinas e largos. O caráter da rua foi transformado em sua utilização moderna, tendo os locais privilegiados de encontros cotidianos - largos, chafarizes e portas de comércio como barbearias, farmácias, secos e molhados - sido substituídos pelo fluxo e estacionamento de automóveis. O centro histórico adensou sua atratividade sobre toda a cidade e se mantém como locus privilegiado de encontros e relações sociais, porém cada vez mais comprometido em sua fruição pela fluidez urbana.

Os calendários de práticas religiosas e de grupos tradicionais organizados, folclóricos e artísticos, em diferentes graus de resistência, se adaptam às pressões e demandas exógenas, turísticas em sua maioria, realizando apresentações que espetacularizam expressões culturais como o Congado, o Reinado, as corporações musicais e a feitura de tapetes devocionais de rua, fora de época.⁶⁶

Foto 34 - Apresentação pública de Reinado no centro histórico.
Fonte: Eduardo Tropa/Ouopress, 2014.

⁶⁶ Há casos de agendamento de apresentações em troca de recursos para manutenção de indumentária e instrumentos musicais.

Dessa forma, valores estético-funcionais, tradições e significados culturais vão sendo desmanchados e negligenciados pelo ritmo acelerado de novos tempos, modelos de consumo e novas técnicas. Pela inserção vertical de novos valores, sem diálogo com a herança cultural e que desconsidera as especificidades do lugar e da cultura, as formas de fazer, de viver e o saber-fazer tradicionais perdem espaço no embate que se acirra entre as possibilidades de acumulação e disseminação do conhecimento historicamente construído, e a substituição moderna e sistemática de sentidos, valores, materiais, técnicas e estilos.

Milton Santos (2009, p. 182) evoca a contribuição de Jacques Ellul quanto às duas dimensões que definiriam o fenômeno técnico contemporâneo: a racionalidade e a artificialidade. Tais dimensões lógicas incidem sobre o uso, ocupação e apropriação do território e tendem a predominar sobre a espontaneidade, organicidade, criatividade e solidariedade, fatores estruturais para a compreensão do patrimônio e consequente apropriação do território.

Em Ouro Preto, entretanto, com exceção de intervenções arquitetônicas pontuais, a invasão estilístico-tecnológica modernista, de caráter racionalista e simplificador, não logrou uma renovação estética significativa do acervo barroco tombado no extenso núcleo histórico. A inserção de objetos técnicos em cidades-patrimônio é tema de intenso debate de política de preservação de patrimônio. O caso emblemático em Ouro Preto é a presença do Grande Hotel (1944),⁶⁷ no mesmo campo visual do Museu Casa dos Contos, justificada pela prioridade aferida pelo movimento modernista aos estilos barroco e moderno como únicos representantes da expressão artística genuinamente brasileira. Além do fator originalidade, pesou naquela imposição sobre a paisagem, características técnicas comuns ao pau-a-pique e ao concreto armado, além do respeito à notória produção arquitetônica de Oscar Niemeyer. Em sua maioria, a população todavia não aceita o contraste estético como convivência de linguagens diversificadas e tampouco compreende o contexto de sua produção.

Fatores como a rígida configuração territorial, a densidade e a monumentalidade de seu patrimônio edificado, além do arcabouço legal e da visibilidade internacional conquistada pelo título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, garantiram a manutenção de certa homogeneidade estética do conjunto arquitetônico. No entanto, trata-se sobretudo da

⁶⁷ Construído em terreno anteriormente ocupado pela cavalaria real.

preservação fachadista da rua, sendo permitida a transformação dos interiores para adequação do casario aos novos usos que se produzem e se inserem na cultura. Contraditoriamente, usos e funções tradicionais podem ser sumariamente substituídos pela inadaptabilidade a novas normas técnicas, a exemplo da legislação sanitária. É o que provocou o fechamento, no início de 2013, da última farmácia de manipulação da cidade, a centenária Farmácia Central da Rua São José, incapaz de compatibilizar as exigências por instalações físicas ⁶⁸ - do Ministério da Saúde -, com os critérios de preservação do edifício - do Ministério da Cultura/Iphan. Este é um dos exemplos da interferência de legislações genéricas sobre o território local, através de medidas pontuais sobre espaços semipúblicos. Trata-se de processos micro localizados de substituição de usos que, somados, impactam fluxos cotidianos, ambiências urbanas, relações sociais e possibilidades de apropriação do território no entorno imediato. Vale destacar que, afora a riqueza do mobiliário antigo ⁶⁹ e a ambiência rara do seu interior, conservada, o próprio espaço do balcão de atendimento da Farmácia Central funcionava como extensão da calçada e facilitava encontros casuais, conversas, atualização de notícias e relações sociocomerciais de caráter pessoal e orgânico. Essa é mais uma forte referência simbólica do centro histórico, subitamente apagada da paisagem e substituída por uma agência de crédito, totalmente remodelada.

As mudanças gradativas de uso do solo têm acompanhado o espraiamento de comércio sofisticado e turístico, além de atividades e serviços centrais, em três eixos: na Rua Paraná, extensão da Rua Direita, ⁷⁰ na Avenida Vitorino Dias ⁷¹ e no último trecho da Rua Getúlio Vargas, até o Largo do Rosário, originalmente centro do bairro de mesmo nome. ⁷² (ver Mapa 07, 45). Mas a desfiguração paisagística e ambiental daquele largo se deve, sobretudo, à sua total ocupação por vagas disputadas de estacionamento de veículos, para quem acessa o centro histórico em uma de suas extremidades. Graças ao processo de mudança do caráter contemplativo, do ritmo da vida e fluxos da região, a Rua Getúlio Vargas é indicada por muitos dos entrevistados em campo, como sendo uma extremidade geográfica do centro histórico, e igualmente negada por outros, que a consideram parte do núcleo do bairro

⁶⁸ Instalações sanitárias e dimensões de áreas de trabalho.

⁶⁹ Seu mobiliário antigo foi transferido para o recém inaugurado Museu da Farmácia da Escola de Farmácia (1839).

⁷⁰ Cartório, *lanhouse*, agência de publicidade, *boutiques*, aluguel de roupas e serviços diversos.

⁷¹ Concentração de cartórios, serviços de advocacia e escritórios.

⁷² Agência bancária, agência da Receita Federal, corretora de seguros, imobiliária, produtora de eventos, clínica médica, galeria de arte, cafeteria, livraria e locadora de filmes.

Rosário. Essa dicotomia da percepção do que seja, hoje, o bairro ou o espraiamento do centro, é reveladora do processo, em curso, de refuncionalização do espaço, substituição de usos e representações do espaço.⁷³ Não é raro encontrar turistas que retornam a poucos passos de se depararem com a suntuosa Igreja do Rosário, por entenderem que estão se distanciando do centro, pela leitura espacial que fazem desse trecho da Rua Getúlio Vargas, pela rarefação do uso comercial e de serviços centrais, misturados ao comércio e serviços de bairro.

Significativas intervenções de grande porte para reestruturação do tecido urbano antigo foram executadas no final do século XIX, de intenção modernizante deliberada, que objetivavam garantir a permanência da capital mineira em Ouro Preto e impedir sua mudança para a nova e republicana Cidade de Minas, Belo Horizonte. É o caso do Morro da Forca, na área central, cujo rebaixamento parcial do solo serviu para adequá-lo à função de heliponto para acesso rápido e seguro de autoridades à Praça Tiradentes, sobretudo em eventos cívicos como os dias 21 de abril e 7 de setembro. Pela proposta original, todo o morro seria removido para dar espaço à expansão urbana que se vislumbrava, necessária à permanência da capital em Ouro Preto. A abertura das poucas vias largas da cidade data desse mesmo período, a exemplo das avenidas Vitorino Dias e Pacífico Homem, essa última popularmente conhecida como Avenida, possivelmente relacionada à novidade da largura e extensão da via de acesso ao centro histórico.

Outras intervenções de diferentes graus de impacto e de aceitação pela comunidade se sucedem no território, a título de adequação da dinâmica urbana atual ao tecido urbano modelado no século XVIII. Trata-se, sobretudo, de medidas de engenharia de trânsito para melhoria da mobilidade e da acessibilidade urbanas. Por recomendação da Unesco, perante a possibilidade de inclusão de Ouro Preto na Lista de Patrimônio Mundial em Perigo, os trabalhos de consultoria técnica encomendados pela municipalidade, em 2003, embasaram obras de interdição à circulação de veículos no Largo do Pilar, na Rua Adolfo Bretas, a Rua da Escadinha,⁷⁴ e na parte superior da Praça Tiradentes, com elevação do piso em frente ao Museu da Inconfidência, antes permanentemente ocupado como estacionamento de

⁷³ Açougue e agência dos correios foram substituídos por boutique e comércio turístico. Persiste o comércio de bairro naquela região: sapatarias populares, sapateiro, chaveiro, ótica e lojas de ferragens, material elétrico, eletrodomésticos e utensílios domésticos.

⁷⁴ Interdição em consequência de deslizamentos sucessivos de veículos e destruição do Chafariz do Pilar, anteriormente ilustrado, Foto 30, p. 106.

veículos.⁷⁵ Em julho de 2013, a municipalidade proibiu o que restava de estacionamento de veículos no centro da Praça Tiradentes, no entorno do monumento a Tiradentes, com ampla aprovação dos moradores e para arrepio de comerciantes e visitantes que ali podiam estacionar durante dias seguidos. Em contrapartida, são raras e precárias as alternativas de áreas de estacionamento apresentadas pelo poder público.

A mais impactante dentre as intervenções urbanas recentes foi a obra de reurbanização, em 2011, para melhorias de infraestrutura, saneamento básico⁷⁶ e recuperação e ampliação das calçadas de lajes de pedra da Rua São José, parte do Programa de Humanização de Ouro Preto, da PMOP. Motivo de polêmica social e prolongado imbróglia judicial, a obra imposta sem discussão pública sofreu embargos sucessivos provocados por uma minoria de comerciantes localizados naquela rua, ancorados em interpretação controversa do termo de tombamento de Ouro Preto.⁷⁷ Essa mobilização em defesa da preservação do patrimônio histórico, de motivação e interesses escusos, paradoxalmente se contrapõe às ações diárias de descaracterização do casario, algumas efêmeras e reversíveis, como ilustram as fotos 35 e 36, abaixo. Outros comerciantes da mesma rua se opõem à contestação:

Nasci e me criei na Rua São José, fui morador durante 23 anos e comerciante por mais de 30. Ainda me lembro dos poucos carros que circulavam tranquilamente em mão dupla pela rua. Hoje já não podemos mais querer a utopia de uma Rua São José sem mudanças. Os tempos são outros. O grande número de veículos não dá espaço aos pedestres. Vamos preservar sim, com mais humanidade e segurança. (Depoimento de Paulo Tropic em 10/09/2011).

⁷⁵ Jocosos e ironicamente, a Praça Tiradentes chegou a ser localmente denominada “o maior estacionamento barroco do Brasil”.

⁷⁶ Renovação das redes de água e esgoto, cabeamento de fibra ótica e instalação de faixas elevadas para travessia de pedestres.

⁷⁷ “A calçada não é tombada, especificamente. O que é tombado é o conjunto urbano. Esse contexto é passível de mudança desde que aprovado pelo Iphan e pelo Conselho Municipal [de Patrimônio - Compatri] . Já houve essa aprovação”. Declaração de Gabriel Simões Gobbi, secretário Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano e presidente do Conselho Municipal de Política Urbana - Compu.

Foto 35 - Poluição visual do comércio pelo uso indevido de fachadas como vitrine, mostruário e suportes distintos de propaganda.
Fonte: acervo do autor, 2008.

Foto 36 - Concentração de sinalização comercial, não regulamentada.
Fonte: acervo do autor, 2008.

Em artigo jornalístico analisamos aquela querela política travada sobre a reurbanização da Rua São José, de grande repercussão na cidade, salientando os diferentes interesses de classe em jogo, a exemplo da não explicitada pressão para manutenção das poucas vagas de estacionamento que eram monopolizadas por comerciantes e moradores remanescentes daquela rua. (VILLASCHI, 2011b). Venceu o anseio social por mobilidade pedestre, encontro e reunião casuais, sobre a circulação predominante e o estacionamento intenso de veículos na mais disputada artéria principal do centro histórico.

Os entrevistados no centro histórico revelam, majoritariamente, a aprovação da inversão de prioridades de uso do espaço público com a ampliação das calçadas e a redução da via de rolamento e de áreas de estacionamento, ainda que sejam críticos à qualidade das obras de saneamento realizadas, pelos alagamentos que ocorreram após a reabertura da rua. Declaram que “Está mais confortável de transitar com mais espaço para pedestres e mais liberdade de caminhar”.⁷⁸ “Agora ficou mais gostoso e seguro. Do jeito que era estava perigoso, pois tinha que andar na rua. Tem menos carros para pedestre atravessar”.⁷⁹

Foto 37 - “Agora já podemos até conversar na rua.” Este é o comentário flagrado na imagem. Roda de conversa casual possibilitada pelo pequeno alargamento de calçadas. Ponte dos Contos, Rua São José.
Fonte: acervo do autor, 2012.

⁷⁸ Depoimento de Fabrício Roque, morador do bairro Veloso.

⁷⁹ Depoimento de Jorge Nascimento, morador do bairro Antônio Dias.

“Para ficar melhor, só se parasse de passar carro. A rua aqui nunca foi feita para carro mesmo.”⁸⁰ “Foi bom mas tinha que fechar tudo, parar com trânsito de carros”.⁸¹ Tal descontentamento com o trânsito que se avolumou no centro histórico, assim como em todo o núcleo histórico, é antigo e já foi objeto de discussões, ideias e propostas não experimentadas, rejeitadas pelo poder público pelas limitações que o sistema viário impõem à mobilidade urbana. Há o desejo explícito por parte dos moradores de fechamento total do centro ao trânsito, o que todavia representa projeto complexo e arrojado de mobilidade urbana sobre o sistema viário restrito, porém a ser estudado e equacionado. O longo período em que a Rua São José esteve fechada para as obras de reurbanização exigiu alternativas viáveis de acesso e circulação, quando a comunidade apreciou, sobremaneira, a experiência do deslocamento exclusivamente a pé, apesar do maquinário, obstáculos e transtornos provisórios. Certamente, uma rua de pedestres cruzando o centro histórico satisfaria a maioria de seus usuários cotidianos, ideia que periodicamente aflora na comunidade e que não tem o apoio do comércio local.

Gráficos 01 e 02 - Avaliação da reurbanização da Rua São José
 Fonte: Villaschi, questionário aplicado no centro histórico de Ouro Preto, 2013.

- Gostaram
- Não gostaram
- São indiferentes ou não observaram

A avaliação negativa minoritária da reurbanização da rua é 50% superior entre os trabalhadores do centro, comparada à dos demais usuários em fluxo. Três principais fatores são destacados: o prejuízo ao comércio, que resultaria da restrição imposta ao estacionamento de veículos, o que todavia não foi mensurado; os problemas de escoamento de águas pluviais e inundação de lojas, provocados pelo serviço de drenagem executado; a descaracterização da

⁸⁰ Depoimento de Pedro Campos, morador do bairro Bauxita.

⁸¹ Depoimento de Luiz Carlos Teixeira, morador da Vila Operária.

rua, argumentada sobretudo por comerciantes moradores no local. É preciso cautela e contextualização para interpretar as justificativas apresentadas. Há entrevistados discordantes que lamentam que “Mudou a estrutura original da rua e descaracterizou a cidade”.⁸² Ou que avaliam que “Ficou pior para os motoristas e o trânsito porque estreitou a rua e acabou com o estacionamento”.⁸³ “Continua sem dar acessibilidade a um cadeirante e eles [leia-se o poder público] usaram isso como justificativa para alargar a calçada”.⁸⁴ “Essa reforma era necessária, mas poderia ter sido organizada de outra forma, em relação ao planejamento e falta de conhecimento técnico em Ouro Preto”.⁸⁵ “Melhorou a acessibilidade e facilitou o encontro, mas faltou conversar”.⁸⁶ Estes dois últimos depoimentos refletem a insatisfação provocada na cidade, no longo período de discussões durante os embargues subsequentes da obra, sobretudo pela falta de apresentação pública do projeto executivo por parte do poder público, que deu início à obra, sem consulta ou discussão pública. Gestado na Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano e sob aprovação do Iphan, o projeto não foi objeto de audiência pública na Câmara Municipal.

“Os carros não têm espaço para embarque e desembarque de passageiros e não tem estacionamento também.”⁸⁷ Este argumento nos remete a uma rara e significativa modalidade tradicional de apropriação da rua em Ouro Preto: sem reclamação ou uso de buzina por parte dos demais motoristas que aguardam a liberação do trânsito, os veículos param sem estacionar, seja para embarque e desembarque de pessoas, seja para buscar alguma compra ou para entrega de material, seja ainda para cumprimentar pessoas e trocar algumas palavras. Tal tolerância em tempos de aumento significativo do número e do fluxo de veículos na cidade denota grau diferenciado de civilidade urbana e respeito ao ritmo do lugar, ainda priorizando a fruição da rua em detrimento da fluidez do trânsito de veículos. O respeito à diversidade também pode ser flagrado na convivência harmônica com o transporte individual tradicional feito por animais, cada vez mais escasso.

⁸² Depoimento de Matheus Ribeiro, morador do bairro Rosário.

⁸³ Depoimento de Tânia Guimarães, moradora do bairro Bauxita.

⁸⁴ Depoimento de Lorena Lana, moradora do centro histórico.

⁸⁵ Depoimento de Yara Rodrigues Silva, proprietária de academia, moradora do bairro Água Limpa.

⁸⁶ Depoimento de Leila Ferrari, proprietária de loja, moradora do bairro Vila dos Engenheiros.

⁸⁷ Depoimento de José Eustáquio, trabalhador da Praça Tiradentes, morador do bairro São Francisco.

Foto 38 - Área de estacionamento de automóveis convive em disputa com o transporte individual feito por animais. Rua Direita.
Fonte: acervo do autor, 2013.

Considerando que a estruturação original da rua atendia à circulação de fluxos lentos constituídos por usuários que ocupavam e compartilhavam, indistintamente toda a caixa da via, as calçadas tinham sobretudo a função de proteção das fachadas dos sobrados. O advento do transporte motorizado não apenas alterou o ritmo, as ambiências da cidade e a apropriação do espaço público, como dominou a ocupação das vias, tornando seu compartilhamento desigual, desconfortável e perigoso. Os largos do Rosário, da Alegria⁸⁸ (praça Silviano Brandão), do Cinema (Reinaldo Alves de Brito) e de Coimbra, além da Praça Tiradentes, se transformaram em áreas de estacionamento, de forte impacto visual e vivencial em configuração urbana original, o que ecoa no território com forte descaracterização dos ambientes urbanos barrocos. As calçadas de até 1m de largura, mantiveram o ritmo tradicional do deslocamento pedestre, diferenciado do ritmo de pessoas que persistia nas vias de rolamento, numericamente superior ao das calçadas e na cadência do cotidiano

⁸⁸ “Era nesse largo que todos os blocos de carnaval passavam, as crianças brincavam de passar anel, peteca, as bandas se apresentavam e onde também aconteciam serestas. Os moradores das casas ao redor emprestavam cadeiras e o povo sentava para ouvir a banda do Batalhão. Quase não havia carros, por isso era possível se divertir ali.” (XAVIER, 2009).

contemporâneo acelerado. Encontros casuais eram forçosamente direcionados ao interior de algum comércio ou serviço, ou aos fragmentos de espaço entre veículos estacionados. Os *halls* de agências bancárias se mantêm como locais privilegiados de encontro, como extensões ou apêndices da rua. Essa constatação motivou a aplicação de questionários desta pesquisa com usuários em trânsito em seus interiores, ali também facilitada pela espera em fila por serviços.

Vale destacar que, historicamente, a maioria das ruas e becos da cidade eram dotadas de capistranas⁸⁹ que protegiam o caminhar e o vestuário feminino do revestimento irregular, além de evitar que passantes em geral fossem atingidos por dejetos residenciais lançados a céu aberto. Famílias abastadas recorriam ao transporte de seus dejetos feito por escravos.⁹⁰ Tais modos de apropriação integral das ruas, além do hábito dos deslocamentos a pé, parecem estar na raiz da disputa e negociação pedestre com o espaço que passou a ser dominado por veículos. Também a circulação de veículos, de curta tradição na cidade, soe ser negociada caso a caso - gentileza urbana que popularmente é denominada “trânsito fecho *éclair*” - e que demonstra ser mais eficaz do que o controle de tráfego institucional eventualmente operado pela Guarda Municipal.⁹¹ O único semáforo da cidade, instalado em 2007, controla o afunilamento da via de acesso a Mariana. Já o segundo, instalado na Ponte da Barra, em 2010, para regular o trânsito na subida do Morro do Cruzeiro, foi desativado com pouco tempo de uso e retirado após reclamações e constatação de piora no funcionamento do trânsito e produção de engarrafamentos que a negociação *in loco* evita ou ameniza.

Dentre os principais fatores inicialmente problematizados neste trabalho, determinantes da preservação da paisagem barroca de Ouro Preto - abandono, pobreza e desvalorização -, também vale considerar o rigor da norma federal patrimonialista durante os denominados “anos heroicos” do Iphan que, na contramão da acumulação espontânea de estilos e tempos no espaço, instituiu o “estilo patrimônio”, em pleno século XX, obrigatório a qualquer novo objeto a ser inserido na paisagem. Desta forma, amparados pelo discurso da garantia de manutenção da integridade estética do conjunto barroco, os órgãos reguladores do patrimônio acabaram por forjar um cenário cuja originalidade é, quase sempre, questionada ou motivo de

⁸⁹ Calçada de lajes de pedra, na parte central das ruas.

⁹⁰ Dessa prática nos primórdios da vila advém o termo “escravos tigre”, tingidos que ficavam.

⁹¹ Particularmente nas travessias da Praça Tiradentes e suas confluências com os acessos principais à cidade, direções Belo Horizonte e Mariana.

dúvida. Na prática e na vivência cotidiana da cidade, significa que, com exceção do olhar especializado, o cidadão comum - morador ou visitante - dificilmente consegue reconhecer a originalidade⁹² ou sequer distinguir a temporalidade do patrimônio arquitetônico produzido ao longo do período de efervescência artística.

O rigor da legislação é dúbio e constantemente questionado pela população, na medida de critérios fluidos e relativizados pelo Iphan, caso a caso, correspondentes às especificidades da configuração do território e dos impactos, sobretudo visuais, sobre a paisagem. São recorrentes as denúncias e contestações populares sobre os diferentes pesos e medidas adotados pelo Iphan, geralmente associados a diferenças de ordem socioeconômica e política dos proprietários de imóveis no núcleo histórico. A esse respeito, o atual diretor do escritório técnico do Iphan em Ouro Preto, João Carlos Cruz de Oliveira, argumenta que não se trata de uma agenda política - por ele identificada como causa de preconceitos contra a atuação do órgão no passado -, e que se todos se sentirem iguais no tratamento e se a resposta do órgão for técnica, recuperará o crédito e a confiança da população, objetivo prioritário no momento. “As pessoas se sentiam escolhidas, premiadas na fiscalização e no atendimento”. (Entrevista publicada em 30/10/2013, disponível em www.ouropreto.com).

Sobre a arquitetura da cidade, é flagrante a diferença de tratamento exigido para as fachadas principais - o que corresponde ao conjunto homogêneo do território consumido pelo turismo - em oposição ao que é tolerado nas fachadas posteriores, os fundos do casario, pretensamente não vistos mas facilmente observáveis. Trata-se de uma modalidade de intervenções de contra-racionalidade que se negativisa fisicamente e se expressa nas ampliações de área construída e ocupação de quintais particulares com “puxadinhos” para abrigo da expansão familiar e comercial. É como se mantém a “homogeneidade” do conjunto histórico, expondo os fundos “não visíveis” a todo tipo de irregularidade construtiva, risco estrutural, descaracterização do casario e descuido estético. À multiplicidade de platôs resultantes da ocupação do relevo acidentado correspondem outros tantos pontos de visada sobre o “avesso” do cenário barroco homogêneo mantido nas fachadas principais.

⁹² Esta foi uma questão determinante dos critérios de seleção adotados no projeto de instalação de selos interpretativos do acervo residencial, o Museu Aberto-Cidade Viva, de nossa autoria, executado ao longo de todo o Caminho Tronco de Ouro Preto, anteriormente comentado.

Foto 39 - Sustentação de fachada posterior de sobrado de grandes dimensões ameaçado de desabamento. Rua Getúlio Vargas, de costas para o bairro Pilar. Foi restaurado em 2013
Fonte: acervo do autor, 2010.

Foto 40 - Vista, desde a Casa da Ópera e da Igreja do Carmo, sobre as extensões dos imóveis da Rua São José sobre quintais, nos limites do Parque Horto dos Contos. Em primeiro plano, fiação externa na altura do Ifac/Ufop, em região central de antigo cabeamento subterrâneo.
Fonte: acervo do autor, 2010.

Foto 41 - Modalidade de apropriação indevida do espaço público com colocação de lixo fora do horário de coleta, em calçada de 0,80 m. Porta de restaurante turístico, Rua São José.
Fonte: acervo do autor, 2009.

O “Programa de Mobilidade Urbana Promova Ouro Preto”, lançado pela atual administração municipal, seguidamente embargado pelo Ministério Público Estadual e questionado por parte da população, se dedica ao asfaltamento de ruas e ladeiras de bairros pericentrais - Morros do Gambá, Santana, da Queimada, São João, São Sebastião e bairros Veloso, São Cristóvão e Vila Aparecida. Polêmico e autoritário, esse programa divide moradores contemplados com a melhoria das condições de acesso aos bairros e os que denunciam a descaracterização da paisagem e das ambiências históricas, a exemplo do entorno do Museu Casa dos Inconfidentes, século XVIII, na Vila Aparecida.

Foto 42 - Acesso ao Museu Casa dos Inconfidentes, fora do perímetro tombado, asfaltado pelo Programa Promova da PMOP.
Fonte: Jornal O Mundo dos Inconfidentes, 2/out/2013.

Milton Santos se refere à interpretação da atualidade avaliando que “... nesses tempos acelerados, o tropel dos eventos desmente verdades estabelecidas e desmancha o saber.” (SANTOS, 2009, p.18). Assim como em outras cidades antigas no Brasil e Minas Gerais, em Ouro Preto modalidades de uso e apropriação do território e práticas socioculturais tradicionais vão sendo paulatinamente transformadas e destituídas de sentido, na conformação de modernidades pressionadas por grandes corporações. Esse é também o caso das

transformações do carnaval de rua, tradicionalmente embalado por marchinhas com bandas locais e pequenos blocos de moradores, ultimamente financiado por empresas produtoras de cervejas e que atrai público externo em número desproporcional à capacidade da cidade.⁹³ Para o carnaval de 2014 são esperados 75 mil turistas, superior ao de moradores do município, o que exige a instalação de tapumes artísticos para proteção de pontes, chafarizes e outros monumentos, sobretudo no centro histórico.

Foto 43 - Preparação de proteção do Chafariz dos Contos durante o carnaval. Tapume + Arte / Faop. Largo do Cinema, 2014.
Fonte: Eduardo Tropa/Ouropress.

Nessas proporções de população flutuante, durante o carnaval a territorialização da cidade é orientada por um sutil zoneamento que se delineia com a instalação de palcos para bandas de estilos e gostos musicais diferenciados: marchinhas, samba, pagode, funk, hip-hop e axé. Grande parte dos moradores se concentra na Rua das Flores e Praça Tiradentes - onde acontecem os desfiles de escolas de samba -, e em bairros pericentrais como Veloso, Antônio Dias e Barra. Nas ruas principais do centro histórico o território é apropriado por público mais híbrido de moradores, estudantes e turistas. Muitos blocos, bandas e baterias circulam no centro histórico, com exceção da dezena de blocos de repúblicas estudantis, que reúnem em média 4 mil integrantes cada, que não são autorizados a desfilar pelas ruas já lotadas e se concentram em espaços cercados. São os “currais”, acessados mediante compra de abadá,

⁹³ No *ranking* turístico, as cidades de Ouro Preto, Diamantina e Tiradentes disputam o título de “melhor carnaval baiano de Minas Gerais”.

com *shows* e bebida liberada, que ocupam o OPTC - Ouro Preto Tênis Clube, na Barra, e a Praça da Ufop, junto à Praça da Prefeitura, onde há grande concentração de repúblicas: o denominado “Triângulo das Bermudas”. Progressivamente esses “currais” buscam novas áreas nas franjas do centro histórico: bairros Água Limpa e Cabeças. Essa multiplicidade de públicos e territórios compõe a diversificação do cenário do carnaval ouro-pretano.

Apesar dos benefícios aferidos ao comércio e à hotelaria durante o carnaval,⁹⁴ os serviços públicos de transporte, segurança, abastecimento de água, saneamento e limpeza urbana são fortemente impactados em toda a cidade.

Em fevereiro deste ano, o Iepha - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em parceria com o Ministério Público Estadual/CPPC - Coordenadoria das Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, publicou normas e orientações às municipalidades mineiras, principalmente às que detêm igrejas, casario e monumentos de grande relevância, denominadas “Os 10 Mandamentos da Folia”, na tentativa de minorar condutas indevidas, depredações e acidentes reincidentes.⁹⁵ “O patrimônio deve ser protegido, enquanto os visitantes precisam respeitar a cidade que os recebe e preservar os monumentos”, declarou Fernando Cabral, presidente do Iepha, naquela reportagem.

Outros eventos de iniciativa exógena, financiados por empresas multinacionais, desafiam a topografia acidentada da cidade e usam o centro histórico como cenário exótico, com a conivência da municipalidade e dos órgãos de proteção do patrimônio. É o caso da

⁹⁴ Recursos judiciais têm sido movidos por empresários da hotelaria contra a Ufop, motivados pela comercialização de hospedagem de carnaval em imóveis públicos cedidos às repúblicas estudantis

⁹⁵ “1) A instalação de barracas, palcos, arquibancadas, caixas de som, telões e equipamentos em geral deve guardar distância dos bens culturais e da rede elétrica. 2) O órgão de proteção do patrimônio cultural deve ser previamente consultado antes da instalação de equipamentos. 3) Após o carnaval, o local em que ocorrem as festividades deve retornar à situação original, com limpeza, retirada de faixas, cartazes, enfeites etc. 4) As prefeituras, Cemig e Corpo de Bombeiros devem fiscalizar as instalações elétricas e uso de materiais inflamáveis, como botijões de gás e fogos de artifício. 5) O Corpo de Bombeiros deve aprovar o local em que se concentrarão as atividades carnavalescas. 6) A emissão de ruídos deve estar de acordo com os níveis e horários considerados adequados e aceitáveis pela legislação. 7) Deverá haver policiamento ostensivo, contínuo e permanente durante todo tempo das festividades. 8) Deverá haver banheiros públicos suficientes, instalados em locais adequados e afastados das fachadas dos imóveis e monumentos culturais. 9) As prefeituras deverão orientar os trajetos dos trios elétricos e carros alegóricos para que não provoquem danos ao patrimônio ou exponham a segurança dos foliões. 10) As prefeituras devem advertir os foliões para que não lancem ou acionem serpentinas, confetes, balões, foguetes, rojões e outros adereços em direção à rede elétrica”. (Jornal Estado de Minas, 05/02/2014).

competição anual de bicicletas que atravessa a paisagem, impactando ambientes, ritmos cotidianos da cidade e a mobilidade urbana.⁹⁶

Fotos 44 e 45 - Evento Down Hill, Desafio das Cruzes, de competição de bicicletas, anualmente promovido por empresa multinacional nas principais vias do centro histórico.

Fonte: Fernanda Tropa e <http://www.redbull.com.br>, respectivamente, 2013.

Outros eventos de pequeno e médio portes tomam proveito da imagem barroca singular da cidade para divulgação de marcas e *marketing*. Alguns sequer são veiculados no Brasil, como foi o caso da mega produção comercial de bebida estrangeira, em 2013, que interditou ruas e largos do Bairro Antônio Dias e do centro histórico durante dias seguidos. Com a conivência da municipalidade, transtorna-se o cotidiano do morador e retira-lhe o direito ao silêncio noturno e o direito de ir e vir em seu território.

⁹⁶ “Neste sábado (18/05) as ladeiras da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, vão tremer. Entre as igrejas São Francisco de Paula e Nossa Senhora do Pilar, no centro histórico, foi montada uma pista com 600 metros de extensão e oito obstáculos artificiais de madeira, com até seis metros de altura, tudo para o Red Bull Desafio das Cruzes. A competição de mountain bike Downhill terá treinos livres a partir das 10h e treinos cronometrados a partir das 12h30, mas é às 14h que a coisa fica séria. A expectativa é que eles realizem as descidas com tempos entre 50 segundos e um minuto, com velocidade de até 80km/h.” (www.redbull.com.br, grifos nossos)

Foto 46 - Ensaio fotográfico do concurso Miss Brasil. Adro da Igreja São Francisco de Assis. Largo de Coimbra.
Fonte: Eduardo Tropia, 2013.

No âmbito desta pesquisa, dirigimos atenção também à investigação de processos horizontais, tanto os de recepção e adaptação de vetores exógenos verticais, quanto os de resistência e afirmação cultural, com foco em práticas socioculturais cotidianas que são, ao mesmo tempo gestadas e objetivadas em diferentes escalas do território, suas relações e articulações: trata-se de expressões micro localizadas no âmbito da rua, que podem atingir o bairro e se expandir ao centro histórico, ao núcleo histórico, a demais fragmentos urbanos e à totalidade do território. A obra de Milton Santos, que traz em sua teoria geográfica perspectivas de construção coletiva de práxis emancipadoras, considera que “... os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo.” (SANTOS, 2009, p. 288). É possível e desejável, portanto, “... pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que se anteponha à globalização perversa e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização.” (SANTOS, 2009, p. 259).

No rol de movimentos horizontais de contra-racionalidade nos primeiros anos deste século, destaca-se a conquista da mobilização comunitária pela legislação municipal de registro do patrimônio cultural imaterial. Além dos doces caseiros do Distrito de São Bartolomeu, o Município de Ouro Preto registrou a Festa de Nossa Senhora dos Remédios, Distrito de Salto,

em 2009, e as Cavalhadas de Amarantina, em 2011, que há 254 anos interpreta lutas entre mouros e católicos. Encontra-se em processo de registro a Festa do Divino Espírito Santo, iniciado nos distritos de São Bartolomeu e Lavras Novas.⁹⁷

Outras importantes iniciativas comunitárias e institucionais têm mobilizado profissionais, artistas, artesãos e aprendizes para formação continuada de mão-de-obra e requalificação de profissionais em patrimônio. São programas de ensino, pesquisa, resgate e repasse de técnicas tradicionais - inclusive construtivas, de conservação e restauração -, através de cursos, *workshops*, oficinas, encontros, debates e publicações. Dentre as ações educativas de valorização do patrimônio cultural, algumas delas isoladas, com possibilidades de disseminação em rede, encontram-se programas de ensino da linguagem dos sinos,⁹⁸ de resgate da culinária tradicional,⁹⁹ da medicina popular¹⁰⁰ e de incentivos à produção cultural em setores diversos. No âmbito musical há encontros periódicos de corporações musicais, de tradição familiar centenária e encontra-se em formação a Academia Jovem de Música da Faop, em parceria com a Orquestra Ouro Preto.

Foto 47 - Audição de música na Praça Tiradentes.
Fontes: Acervo do autor, 2012.

Foto 48 - Apropriação do território pela tradição. Adro da Igreja São Francisco de Assis.
Fonte: Lucas de Godoy, 2013.

⁹⁷ Informações prestadas pelo historiador João Paulo Martins, funcionário da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, em janeiro de 2014.

⁹⁸ Tradicionalmente repassada de pais para filhos na convivência familiar diária, a tipologia dos toques de sinos caiu no desconhecimento interpretativo popular, situação agravada pelo desinteresse contemporâneo pela atividade de sineiro e que justifica a tendência à sua reprodução mecânica em igrejas de cidades mineiras.

⁹⁹ Lobrobó (ou ora pro nobis), umbigo de banana, broto de samambaia, bambá de couve, dentre outros.

¹⁰⁰ Chás e banhos de ervas medicinais, unguentos e benzeções.

Eventos anuais demarcam a intensa produção cultural em Ouro Preto, associando iniciativas exógenas e endógenas que promovem a intercessão de culturas, a produção artística, o turismo cultural e o envolvimento de amplos setores populares. Por serem, ao mesmo tempo de iniciativa local e disseminadores de ações que se desdobram na comunidade, esses eventos se articulam a redes externas de produção e financiamento, mas se diferenciam daqueles de clara vertente vertical em suas origens, finalidades, objetivação e consequências. Em Ouro Preto, os exemplos mais emblemáticos dessa intercessão são os festivais Tudo é Jazz, de Inverno Ouro Preto e Mariana - Fórum das Artes, de Cinema, o Fórum das Letras, os seminários Arte Hoje, de Conservação e Restauração no Século XXI e o Encontro Fotógrafos em Ouro Preto.¹⁰¹

No universo das lutas por espaço de participação efetiva das comunidades nos projetos de intervenção urbana e na gestão do patrimônio e do território, observa-se o tecer gradual de pequenas redes horizontais de contra-racionalidade que priorizam, articuladamente, a vida local, a dinâmica cultural, a história regional, a memória social, as tradições e as relações orgânicas e solidárias dos lugares social e historicamente construídos: associações de moradores, coletivos artísticos, grupos folclóricos, artesãos, entidades e organizações não governamentais de defesa do patrimônio cultural, artístico e ambiental. Setores do poder público, por sua vez, promovem e ou encampam ações de cunho popular.

No período em que Milton Santos desenvolveu sua obra e sua teoria do espaço geográfico, os movimentos sociais, muitos deles esfacelados por investidas autoritárias e policiaescas do Estado, ainda não contavam com o atual instrumental de comunicação virtual, tornado fundamental ao enfrentamento de ações hegemônicas, como é o caso da multiplicidade de redes sociais de mobilização comunitária em vários âmbitos, níveis e objetos de ação. Com maior ou menor estruturação formal e com diferentes potenciais de mobilização, esses movimentos em Ouro Preto se beneficiam das possibilidades de funcionamento em rede ou, minimamente, do pensamento em rede. É o caso de grupos que se organizam com estrutura hierárquica simples ou nula, sem convocação formal e se articulam em sistemas de divulgação

¹⁰¹ Esses eventos de amplitude regional, nacional e internacional se diferenciam radicalmente do Down Hill, anteriormente ilustrado, assim como dos festivais de gastronomia e cinema realizados em Tiradentes, por exemplo. Chama atenção que, naquela cidade, o Festival de Cinema, em sua 17ª edição, não logrou qualquer legado à comunidade, seja cursos de formação, incentivo à produção local ou sequer a instalação de uma sala de projeção, todavia inexistente.

espontânea, boca-a-boca, a exemplo dos tradicionais Bloco Zé Pereira dos Lacaios e Banda Bandalheira Folclórica Ouro-Pretana. Além do carnaval, ambos participam intensamente da programação de eventos locais ao longo do ano, com participações voluntárias da comunidade para confecção e manipulação de bonecos e manutenção de instrumentos e indumentária.

Foto 49 - Bloco carnavalesco Zé Pereira dos Lacaios, de origem portuguesa, formado por funcionários do Palácio dos Governadores.

Fonte: Rodolpho Bohrer.

Foto 50 - Banda Bandalheira Ouro-Pretana, fundada em 1972, em desfile com seus chapéus de pinico de ágata e papel higiênico na cintura, que atravessam a cidade em marcha acelerada.

Fonte: Youtube.com

Vivências sociais e práticas culturais micro localizadas em lugares de uso, ocupação e apropriação coletivas e cotidianas do território demonstram as diversificadas carências e potencialidades da existência humana e sinalizam modalidades específicas de apropriação do território, no caleidoscópio de fragmentos da totalidade urbana que é Ouro Preto. De fato, as aglomerações que deram origem aos primeiros arraiais mineradores, paulatinamente reconfigurados como bairros, ainda hoje testemunham processos de uso e ocupação aparentemente homogêneos, porém profundamente diversificados. A herança sociocultural territorializada daqueles arraiais, como totalidades em movimento, ao se expandirem, se fundirem e se refazerem sem cessar, se agregaram em renovadas totalidades, no processo contínuo de conurbação físico-territorial e de complexificação sociocultural. A esse respeito, Santos considera que “O processo pelo qual o todo se torna um outro todo é um processo de desmanche, de fragmentação e de recomposição, um processo de análise e síntese ao mesmo tempo”. (SANTOS, 2009, p. 120). O processo de patrimonialização de Ouro Preto se desenrola sob a lógica de proveito dessa fragmentação histórica do território para justificar as

ações desiguais e combinadas de suas flechas do tempo, cuja maior concentração privilegia o centro histórico.¹⁰²

2.3. Percepção da totalidade urbana e de seus fragmentos

Nossa pesquisa de campo, que entrevistou trabalhadores e demais usuários do centro histórico de Ouro Preto, delinea o perfil do morador ouro-pretano, sua relação com o legado cultural e seus vínculos com o território.¹⁰³ No total, moradores de 34 bairros¹⁰⁴ e 4 distritos de Ouro Preto¹⁰⁵ foram ouvidos no centro histórico.

64% dos entrevistados são nascidos em Ouro Preto e os demais para lá se mudaram por motivos familiares - para acompanhar pais ou cônjuges -, e em busca de oportunidades de estudo e emprego. Na identificação de suas origens, o Gráfico 03, abaixo, revela a predominância de descendentes de pais e avós que ali nasceram ou migraram.

Gráfico 03 - Origem do morador de Ouro Preto.

Fonte: Villaschi, Questionário aplicado no centro histórico de Ouro Preto, 2013.

Considerando a idade média de 32 anos dos entrevistados, deduzimos que a origem dessas famílias na cidade não passa de 100 anos, equivalente a 1/3 da história local. Exceção deve

¹⁰² Sobre esta questão, é relevante a contribuição da análise desenvolvida por COSTA (2011a), em particular sobre a participação do Programa Monumenta/BID na lógica do que denomina “construção destrutiva”.

¹⁰³ 200 questionários foram aplicados entre os meses de janeiro a julho de 2013, metade com trabalhadores do comércio e serviços e, outra metade, com moradores em fluxo no centro histórico.

¹⁰⁴ Água Limpa, Alto da Cruz, Antônio Dias, Barra, Bauxita, Cabeças, Caminho da Fábrica, Centro, Dolores, Jardim Alvorada, Lages, Lagoa, Morro da Queimada, Morro Santana, Morro São João, Morro São Sebastião, N^a S^a de Lourdes, Novo Horizonte, Padre Faria, Piedade, Pilar, Pocinho, Rancharia, Rosário, Santa Cruz, São Cristóvão, São Francisco, Saramenha, Taquaral, Veloso, Vila Aparecida, Vila dos Engenheiros, Vila São José e Vila Operária.

¹⁰⁵ Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Mata dos Palmitos e Santa Rita de Ouro Preto.

ser feita ao reduzido número de famílias mais antigas, abastadas ou não, permanecidas na cidade apesar dos fluxos de evasão ou constituídas ao longo das migrações para a cidade - processos anteriormente expostos. Independente da quantificação dos dados levantados, sempre suspeitos de imprecisão e margens de erro imprevisíveis, sua qualificação e os depoimentos coletados nesta pesquisa também são fundamentais para apreensão da dialética que comanda a trajetória das modalidades de apropriação dos espaços públicos, territórios consagrados que se renovam como lugares específicos e de possibilidades próprias. Dentre os 36% não nascidos em Ouro Preto, 63% para lá migraram desde 2000. Iguais 15% o fizeram nos anos 1980 e 90. Esses dados sinalizam novo processo de renovação demográfica na cidade e, mais especificamente, no mercado de trabalho do centro histórico nos primeiros anos do século XXI.

Questões abertas foram direcionadas à percepção da cidade em 3 escalas: da totalidade urbana, dos bairros onde vivem e do centro histórico, acrescidos das relações que os moradores estabelecem entre esses universos. Instigados sobre “Quando se fala em Ouro Preto, você pensa em ...?”, 39% dos entrevistados se referem à condição histórica da cidade e à beleza e monumentalidade do patrimônio edificado; 28% à cultura local e à vitalidade da vida estudantil; e 26% ao orgulho e amor pela cidade. Apenas 7% se manifestaram negativamente à falta de estrutura, ao frio e à sujeira da cidade como um todo.

À pergunta “Gosta de morar em Ouro Preto?”, pontuada de 0 a 10, aferimos a média de 7,9 às respostas dos entrevistados, relativamente alta perante as dificuldades e limitações que apontam no viver em cidade-patrimônio, sob controle rigoroso do Estado e de forte apelo turístico. Dentre as avaliações mais críticas à cidade, destacam-se: o trânsito e seus impactos sobre a mobilidade urbana, o alto custo de vida, o aumento de “gente de fora” e o valor abusivo de necessidades de primeira ordem, sobretudo moradia. A questão habitacional é pauta de debate e mobilização da sociedade civil organizada em associações de moradores, seja pelas localizações distantes, pela precariedade do habitat e falta de infraestrutura dos bairros, seja ainda pelos impactos da valorização da cidade-patrimônio sobre o mercado imobiliário. Os custos elevados de moradia são particularmente relacionados: 1) aos custos de manutenção do parque residencial antigo, 2) ao valor simbólico agregado ao casario por

fatores históricos e patrimoniais ¹⁰⁶ e 3) ao mercado de aluguel inflacionado pelas numerosas moradias estudantis particulares. ¹⁰⁷ O Movimento Pró-Moradia surpreendeu a comunidade ao marcar presença reivindicatória durante o cortejo de celebração do Triunfo Eucarístico em 2009.

Foto 51 - Manifestação pública de desagravo à política habitacional, durante a passagem do cortejo comemorativo do Triunfo Eucarístico no centro histórico.
Fonte: acervo do autor, 2009.

Indagados sobre seus bairros, 74% se manifestam positivamente, com destaque para a amplitude dos espaços, os equipamentos de lazer (quadras esportivas, campos de futebol e bares), a proximidade de igrejas e postos de saúde, a diversidade sociocultural, a tranquilidade do viver cotidiano e as relações orgânicas de proximidade, convivência e solidariedade na vizinhança. Também são valorizadas as festas tradicionais dos bairros, a modernidade dos imóveis (garagem e novos sistemas construtivos) e o comércio local (feiras e mercadinhos). Os demais 26% associam os bairros a problemas de segurança (tráfico de drogas, alcoolismo

¹⁰⁶ Os valores elevados do mercado imobiliário são atribuídos à presença histórica na cidade de personalidades do universo das artes - poetas, músicos e artistas plásticos renomados, como Alphonsus de Guimaraens, Elisabeth Bishop, Aleijadinho, Athayde, Guignard, Carlos Scliar, Ivan Marcheti, Carlos Bracher - e do universo político: Tiradentes, demais inconfidentes e Getúlio Vargas, que ali teria vivido quando jovem estudante.

¹⁰⁷ A reunião de 10 ou mais estudantes em uma mesma república estudantil desequilibra o valor dos aluguéis em todo o entorno, inviabilizando o orçamento de uma família de poucos membros economicamente ativos.

e violência), pobreza, aspecto favelado das periferias e descaso do poder público quanto à precariedade da infraestrutura urbana.¹⁰⁸ A imagem de paisagem visualmente degradada se vincula ao adensamento populacional, à ocupação do solo em áreas de risco e à falta de acabamento externo dos imóveis, construídos em alvenaria.

O aumento da frota de automóveis em Ouro Preto, a falta de espaço de garagem nos imóveis antigos e a escalada da violência urbana geraram soluções desafiadoras para os órgãos públicos de gestão municipal e do patrimônio edificado, como ilustram as fotos abaixo.

Foto 52 - Garagem improvisada em entrada de mina abandonada. Residências também foram construídas sobre as mesmas. Rua da Fumaça, Bairro Padre Faria. Fonte: acervo do autor, 2010.

Foto 53 - Fachada retrátil de quarto transformado em garagem. Rua Alvarenga. Fonte: acervo do autor, 2014.

A pergunta “O que tem de especial ou diferente no seu bairro”, que buscou a qualificação de seus bairros em relação ao centro histórico, provocou reflexões antagônicas como: “Bares frequentados por ouro-pretanos com preços acessíveis”; “Liberdade. Lá, ando de pijama”; “Tudo, quem mora lá não precisa do centro”, em oposição a “Nada, meu bairro é só para chegar e dormir, faço tudo no centro”. Chamam atenção os depoimentos que destacam a importância de o bairro ser “próximo ao centro” e “a vista da cidade”. O primeiro evidencia a polaridade funcional exercida pelo centro sobre a totalidade urbana; e o segundo, ratifica o

¹⁰⁸ Essa avaliação não diz respeito às condições básicas de moradia, na medida em que 99% dos domicílios em Ouro Preto são desservidos por água e energia elétrica, e 96% de esgoto sanitário. (Relatório da 12ª Pesquisa “Assessoria Popular” em Ouro Preto, levantamento domiciliar realizado pelo Neaspoc/Ufop, abril de 2006, p. 16).

sentimento de “não pertencimento” à cidade por quem habita sua periferia, mesmo que próxima.

Propositalmente foi feita a pergunta inversa “O que tem de melhor ou diferente no centro?”, de forma a evidenciar a percepção sobre as contradições socioterritoriais. Foram apontados a concentração e diversidade do comércio e dos serviços públicos, o fluxo e o convívio com pessoas diferentes no espaço público, a ocorrência dos principais eventos e festas, a movimentação cultural e o cenário arquitetônico preservado. “É onde tudo acontece”. Em outro momento do questionário, a pergunta foi repetida de outra forma: “O que é melhor no centro histórico do que no seu bairro?”, quando foram explicitados outros itens da percepção da totalidade urbana e do tratamento diferenciado de suas partes, com posicionamento mais crítico no grupo de trabalhadores: atenção especial do poder público ao centro histórico, coleta de lixo e fornecimento regular de água e luz, fácil acesso a serviços e o cuidado com as ruas. À pergunta “E o que há de pior no centro?”, as respostas apontam “o trânsito intenso com muito carro para pouco espaço”, a falta de estacionamento e garagem, o calçamento de pedra, os espaços mal aproveitados, o barulho das repúblicas estudantis, “a interferência do Iphan que não permite mudar as casas”, a falta de banheiros públicos e de lixeiras, além da poluição visual do comércio, “as lojas que são muito caras”, os guias de turismo na Praça Tiradentes e “todo esse turismo predatório”.

Perguntados se gostariam de morar no centro histórico, a maioria dos trabalhadores (73%) ratificou suas críticas à vida urbana naquela região e declarou não ter interesse em morar no centro pela grande incidência de festas, barulho, bagunça e proximidade de repúblicas estudantis, pelos preços altos dos aluguéis, pelo número reduzido de moradores e vizinhos e pela falta de privacidade, de mercado e de garagem ou áreas de estacionamento. Somente 27% manifestaram vontade de morar no centro pela proximidade do trabalho, pelas facilidades e praticidade que o centro oferece, por ser “o lugar mais preservado da cidade”, além de ter “coleta de lixo 2 vezes por dia e não faltar água nem luz”.

Gráfico 04 - Vontade de morar no centro.

Gráfico 05 - Percepção do Centro Histórico.

Fonte: Villaschi, questionário aplicado no centro histórico de Ouro Preto, 2013.

■ Sim

■ Não

■ Região histórica da cidade

■ O que tem de melhor na cidade

■ Caótico e tumultuado

Conforme expressa o Gráfico 05, 75% dos moradores em fluxo demonstram admiração pelo centro histórico, associando-o ao que existe de melhor e mais representativo da história da cidade pela beleza, monumentalidade, vitalidade e movimento comercial. Os demais 25%, em sua grande maioria moradores de bairros distantes do centro, o criticam negativamente, o percebem como local de turistas e declaram frequentá-lo “apenas por necessidade”. Dentre os empregados no centro histórico, 50% apontam aquelas mesmas qualidades e as vantagens de ali trabalhar; e a outra metade é crítica à poluição sonora e visual, à desorganização e tumulto urbanos, sinalizando que não o frequentariam se não fosse pelo local de trabalho. Nos finais de semana, 56% dos entrevistados em fluxo e 44% dos trabalhadores frequentam o centro histórico para compras e entretenimento: bar, restaurante, cinema, teatro, clube, festa, *show*, encontrar amigos, passear, tomar sorvete e “ver o movimento”. Outros 26% dos trabalhadores vão ao centro somente para trabalhar.

São significativos os depoimentos dos dois grupos - moradores em fluxo e trabalhadores - sobre o centro histórico: “É o *point* de Ouro Preto, uma das 7 maravilhas do mundo e todo mundo vem parar aqui”; “Ponto de encontro, o centro de tudo”; “Antigo, charmoso e chique”; “Cenário cinematográfico, inigualável e fascinante”. “Surpreendente, divertido e cosmopolita”; “A cara de Ouro Preto, o cartão postal da cidade”; “Um prato cheio para o turista, mas quem vê isso desde pequeno para de reparar, tem visão acostumada e faz parte da rotina”. Há os que consideram o centro o marco essencial da cidade e os que avaliam que “Não é nada demais, é só um lugar comum”. Às perguntas “Que parte da cidade mais gosta?”

e “Que parte da cidade tiraria foto?”, 50% e 60%, respectivamente, relacionaram lugares do centro histórico, com destaque para os 20% e 33% que indicaram a Praça Tiradentes.¹⁰⁹ Para além dessa preferência estética e de afinidade, a “neutralidade” que a Praça Tiradentes representa na dinâmica local, como divisor de águas das regiões do Pilar e Antônio Dias, se manifesta também no comportamento e familiaridade espacial dos moradores em geral. As constantes referências nos questionários à Praça Tiradentes e ruas em suas imediações - em particular as ruas Direita e do Ouvidor - delineiam um quadro de gradação do empoderamento do território. Os usos e fluxos múltiplos se concentram naquela área e se diluem progressivamente em direção à outra extremidade do centro histórico, como que desenhando uma “curva de emponderabilidade” que, a partir da praça principal, se estende com menor intensidade até o Largo do Rosário. A essa curva corresponde o grau de familiaridade, domínio e facilidade que o morador demonstra ter para se empoderar do centro histórico, no uso cotidiano.

Para aprofundar a avaliação do nível de percepção ambiental dos moradores foram investigadas suas impressões sobre seu trajeto diário entre o local de residência e o centro histórico. Para os dois grupos investigados, o Gráfico 06 expressa as 5 categorias em que foram agrupadas as respostas à pergunta “O que te chama atenção no caminho ao centro?”

Gráfico 06 - Percepção do trajeto dos trabalhadores ao centro histórico.
Fonte: Villaschi, Questionário aplicado no centro histórico de Ouro Preto, 2013.

A categoria “Lugares e monumentos”, majoritária com 38%, inclui ruas, ladeiras, monumentos, casario, telhados e igrejas. Em “Problemas urbanos” agrupamos o que observamos de áreas de risco, escorregamento de encostas, morros adensados, construções

¹⁰⁹ Relatório da 9ª Pesquisa “Assessoria Popular”, Neaspoc/Ufop, julho de 2005, pp. 16 e 18.

irregulares ou inacabadas, obras de baixa qualidade construtiva, vias e calçadas depredadas, engarrafamentos, desocupados em bares e as condições adversas do transporte público. “Paisagem” agrupa observações dos elementos da vegetação, recursos hídricos, encostas que molduram a cidade, mudanças climáticas, cheiros dos lugares e vistas panorâmicas. E “Fluxos” engloba movimentos diversos de veículos, pedestres, grupos de turistas e a movimentação comercial. A categoria “Nada”, apesar de minoritária (10%), é proporcionalmente significativa e justificada pela “vista acostumada” do morador, “nada de interessante” e pressa para chegar ao destino. Uma “nota” de 0 a 4 também foi atribuída pelos entrevistadores, conforme a acuidade da percepção demonstrada nessa pergunta e o grau de dificuldade para respondê-la, tendo sido aferida a média de 1,72 ao conjunto, abaixo da média mas que deve ser relativizada, dada a subjetividade de tal avaliação.

Relacionamos alguns depoimentos complementares à pergunta “O que te chama atenção no caminho ao centro?” e que ratificam as diferenças apontadas entre os bairros e o centro histórico: “A maneira como as pessoas enfeitam as casas no centro. E também como as pessoas interagem, o quanto é pessoal a relação”; “A rua fica estreita e de repente se abre e vira o centro”; “Parece que estou saindo de um mundo para outro”, o que reforça a admiração que demonstram pelo centro.

Complementar à avaliação do potencial perceptivo dos moradores e objetivando qualificar seus trajetos cotidianos rumo ao centro, foram investigados os meios de locomoção utilizados e a variação do trajeto residência-centro histórico, no grupo de trabalhadores.

Gráfico 07 - Meios de locomoção entre local de residência e trabalho.

Fonte: Villaschi, Questionário aplicado no centro histórico de Ouro Preto, 2013.

O tradicional deslocamento a pé em Ouro Preto se mantém majoritário (45%), independente das distâncias a percorrer, influenciado pelos custos de transporte. Vale destacar que esta é a modalidade de deslocamento no espaço que mais facilita a observação da paisagem e o registro mental da percepção de seus elementos. Ligeiramente inferior, 39%, encontra-se a porcentagem de pessoas que utilizam transporte motorizado - ônibus, carro ou moto. A categoria mista - de ônibus e a pé -, 16%, corresponde aos moradores de bairros mais distantes, cujos trajetos de ônibus não contemplam seus locais de trabalho.

66% dos trabalhadores do centro declaram fazer o mesmo percurso diário de casa ao trabalho, seja porque “é o caminho mais curto, fácil e rápido”, seja porque “o encantamento pela cidade acabou”. Os demais 34% variam o trajeto, conforme o itinerário dos ônibus ou “quando preciso fazer alguma coisa fora do caminho normal”, ou ainda, “para ver o movimento e novas caras”, “passear e distrair”, sobretudo em dias de sol. No retorno do trabalho para casa os números sofrem ligeiras alterações, 62% e 38%, respectivamente. Aqueles que não alteram o percurso de volta, dizem ir “direto para casa, não passo em nenhum lugar”. Já os que alteram os caminhos de volta se envolvem com outras atividades no centro, como visitas a amigos e parentes, encontros, *happy hour*, compras, estudo e “busco novos percursos por intuição, para sair da rotina”.

A origem ouro-pretana da maioria dos trabalhadores do centro histórico (64%) poderia justificar o conhecimento que revelam ter dos bairros da cidade, conforme os dados do Gráfico 08, abaixo. Entretanto, essa leitura não se reflete na informação anterior de que mais de 62% deles não alteram seus percursos entre os locais de residência e trabalho.

Gráfico 08 - Número de bairros que conhecem os trabalhadores do centro.

Gráfico 09 - Número de bairros que conhecem os usuários em fluxo.

Fonte: Villaschi, Questionário aplicado no centro histórico de Ouro Preto, 2013.

■ Até 5 bairros ■ De 5 a 10 ■ De 10 a 20 ■ Mais de 20

Os indicativos da familiaridade dos moradores com a cidade como um todo, captados pelo número de bairros que declaram conhecer, são bastante dúbios e discrepantes, sobretudo quando confrontados, separadamente, os dados coletados junto aos dois grupos pesquisados. Tomemos dois indicadores extremos: os que conhecem até 5 bairros da cidade e os que conhecem mais de 20. Os que demonstram baixa mobilidade e interesse pelos demais bairros, ou seja, aqueles que declaram conhecer até 5 bairros, representam apenas 4% dos trabalhadores e 25% das pessoas em fluxo no centro histórico. Inversamente, os que afirmam conhecer mais de 20 bairros, variam de 66% entre os trabalhadores do centro para quase metade, 34%, entre os que se encontravam em fluxo. Discrepância semelhante se encontra nas faixas intermediárias de 5 a 10 e de 10 a 20 bairros. Vale destacar que esse item do questionário objetivava avaliar o nível de apreensão que os moradores detêm sobre a totalidade da cidade e a reunião desses dados em um gráfico comum não melhora sua compreensão. Concluimos pela inadequação da pergunta formulada e que deveria ter sido antecedida por outra: “Quantos bairros existem em Ouro Preto?”. Tal confrontação orientaria a tabulação dos dados com menor margem de erro interpretativo, já que as respostas “todos” e “quase todos” foram agrupadas na faixa “mais de 20”. Avaliamos, posteriormente ao trabalho de campo e sua tabulação, que “quase todos” pode significar quantidades muito diferentes para níveis também diferentes de conhecimento da cidade.

Para análise da frequência aos equipamentos culturais localizados no centro histórico, elegemos os 6 principais, conforme apresentado no Gráfico 10, abaixo, em porcentagens, somados os 2 grupos pesquisados. Vale precisar que, dentre os 6 equipamentos, apenas a Casa da Ópera e o Centro de Artes e Convenções têm acesso eventualmente pago. Nesses dados, a incidência do “nunca” é significativa, em geral acima dos 25%, chegando a 52% no Centro Cultural Fiemg. Apesar de ser de livre acesso ao público em geral, suas instalações intimidam a entrada de moradores pelo requinte e modernidade de suas instalações e pelos preços cobrados no café, o que o faz ser considerado equipamento elitizado e próprio para turistas e forasteiros.¹¹⁰ Nem a memorabilidade afetiva do antigo Hotel Pilão, nem sua localização privilegiada na Praça Tiradentes, popularmente frequentada, ou as constantes mostras em suas salas expositivas, ainda lograram atrair os moradores ao seu interior refuncionalizado e

¹¹⁰ Composto de salas expositivas, totens de informações sobre a cidade, café e livraria, este centro foi inaugurado em 2006, em substituição ao Hotel Pilão e lojas, destruídos por incêndio em 2003. Sua reconstrução reproduziu as fachadas barrocas e manteve à mostra suas estruturas em pedra, única memória do antigo edifício.

remodelado. Exceção ocorre no evento anual de premiação do Concurso Nacional de Presépios, quando participam artistas, artesãos, escolas e grupos religiosos e folclóricos da cidade, como as Pastorinhas, uma tradição religiosa infanto-juvenil.

Também merecem destaque na análise do Gráfico 10 os 30% de moradores que nunca visitaram os museus Casa dos Contos e da Inconfidência, de relevante importância histórica e variada oferta de atividades culturais e educativas ali. Pela localização do Museu Casa dos Contos na Rua São José e com salas expositivas permanentemente abertas ao nível da rua, é significativo o número de pessoas que ali nunca entraram ou que frequentaram muito poucas vezes, superior a 55% em ambos os grupos.¹¹¹ Vale destacar a localização privilegiada do Museu da Inconfidência na Praça Tiradentes, que seu acesso é gratuito aos domingos para moradores e que é intensa a movimentação de escolas que agendam suas visitas, além dos projetos educativos ali desenvolvidos com moradores.

O Parque Horto dos Contos, aberto ao público, atravessa o centro histórico, com 3 entradas de fácil acesso: próximo à rodoviária no Bairro São Cristóvão, na Rua São José (Museu Casa dos Contos) e no Bairro Pilar. Este é considerado o maior parque urbano em cidade histórica e oferece atividades educativas, culturais e recreativas: educação ambiental, espetáculos musicais e teatrais, quadras de esportes, brinquedos infantis, mirantes, áreas de pique-nique e aulas de *Tai shi shuan*. 25% de ambos os grupos pesquisados nunca entraram e outros 30% o visitaram uma ou duas vezes.

¹¹¹ Em dezembro de 2013 a PMOP montou a Casa do Papai Noel no Museu Casa dos Contos, de forte apelo popular e que pode, de certa forma, incentivar a visita mais frequente às exposições artísticas e demais instalações museológicas.

Gráfico 10 - Frequência aos principais equipamentos culturais do centro histórico, em números relativos.
Fonte: Villaschi, Questionários aplicados no centro histórico de Ouro Preto, 2013.

A tabulação conjunta das faixas “nunca” e “muito pouco” (1 ou 2 vezes) exacerbaria a baixa frequência dos moradores àqueles dois principais museus da cidade (64%) e também aos 6 equipamentos culturais selecionados (59%). Analisados os demais equipamentos, em ambos os grupos o número de pessoas que nunca esteve ou que frequentou 1 ou 2 vezes é superior a 55%.

A esmagadora maioria, em ambos os grupos, acha bom o intenso fluxo turístico na cidade, principalmente porque “gera empregos, movimenta a cidade e aquece o mercado.”. “Além de ser bom economicamente, o turista traz um novo olhar da cidade. Ele vê coisas que a gente não vê mais”; “melhora a economia da cidade e fica cada vez mais conhecida internacionalmente”; “Ouro Preto depende deles”; “dissemina o patrimônio e dá vida para a cidade por causa da interação”; “eles valorizam a cidade”; “São pessoas novas e bonitas na cidade”; “trazem alegria, divisas e movimento”. Os poucos que não são simpatizantes aos turistas consideram que “Só é bom pra quem trabalha com turismo” ou que “depende do tipo de turista, quando educado é bom”. Mas “Tudo fica mais caro” e “Enchem as ruas, sujam muito e desrespeitam a cidade”. São críticos à postura: “O turista acha que aqui é terra de ninguém”, “aquele alheio a cultura local, incomoda” porque “não respeitam os monumentos e as pessoas”. “Piores são os que andam em bando, principalmente aqueles de escolas”. O ouro-

pretano se incomoda principalmente com “o turista farofeiro e porcalhão”. “O de carnaval incomoda porque faz muita sujeira e perde o limite”. “No carnaval acham que são donos da cidade e o povo deixa”.¹¹²

Também investigamos a percepção que moradores em fluxo e trabalhadores do centro têm dos estudantes universitários. No primeiro grupo, mais de 90% avalia que é bom ter estudantes na cidade, já que “movimentam tudo na cidade e dão um ar jovem para Ouro Preto”; “renovam a cidade, trazem novas ideias e se preocupam em preservar”; “Têm estilo de vida diferente e isso é um fator de mudança”; “Se não fosse pelos estudantes, Ouro Preto seria uma cidade morta”. Apesar dos conflitos e denúncias diárias, apenas uma minoria de moradores do centro histórico se manifestou incomodada com a bagunça e o barulho das festas em repúblicas. Já no grupo de trabalhadores, metade diz não se incomodar e a outra metade critica os excessos: festas, barulho e álcool, sobretudo “quando perdem o respeito com as tradições da cidade e com o ouro-pretano”. “Há os que não respeitam o espaço em que estão inseridos, se sentem donos e acham que não tem morador”, “Segregam os nativos”. Mas “Incomodam só no centro, por falta de regras, falta política estudantil”. Alguns se ressentem porque “moram nas melhores casas de Ouro Preto” e “Movimentam o comércio local, mas o aluguel encarece muito”. Outros apontam que “A convivência é difícil, não reconhecem que é uma cidade patrimônio” e que “Há muito desrespeito, falta de integração e invasão dos lugares públicos”.

2.4. Descaracterização silenciosa e progressiva do patrimônio

Defender o nosso patrimônio histórico é alfabetização.
Mário de Andrade

Como exposto no capítulo 1, a configuração socioterritorial de Ouro Preto foi profundamente marcada pelas particularidades históricas de seu assentamento e apogeu auríferos, de sua desestruturação funcional e do esvaziamento populacional e pobreza generalizada que antecederam os sucessivos movimentos de renovação demográfica e os fluxos migratórios no século XX.

¹¹² Referência explícita ao carnaval de 2013, quando o cruzeiro de cantaria da Ponte da Barra teve seus braços rompidos com o peso de uma foliã turista.

No âmbito da comunidade ouro-pretana contemporânea, nem a consagração do patrimônio histórico nas escalas nacional e internacional ou os títulos patrimoniais atribuídos à cidade, nem mesmo sua refuncionalização econômica pela via da escalada da atividade turística, encontra eco em parte significativa da população atual, que não reconhece os valores atribuídos à sua cidade. Seja porque a comunidade não os conhece em sua essência, seja porque não se identifica com o legado histórico relacionado ao poder colonial e valorizado por uma intelectualidade também exógena, seja ainda porque sequer pode participar de qualquer dos processos de patrimonialização, de caráter mais institucional do que comunitário. Com exceção das tradições religiosas, ainda está por ser determinado do que é efetivamente constituído o patrimônio cultural com o qual essa comunidade se identifica, zela, luta e dá continuidade.

Enquanto o patrimônio consagrado pela patrimonialização teve ampliada sua projeção, observa-se comportamentos antagônicos da comunidade moradora, repletos de contradições expressas em desconhecimento, descompromisso, indiferença ou descaso com relação à sua valorização e, sobretudo, perante a co-responsabilização por sua preservação. Descortina-se, sobretudo, um fosso de conflitos entre o aparato institucional de proteção e as renovadas demandas sociais e econômicas, próprias à dinâmica vida cotidiana em áreas urbanas. Trata-se, sobretudo, do Iphan - nem sempre apoiado pela municipalidade -, cujo sucateamento interno de recursos humanos e financeiros dificulta sua operacionalização, a fiscalização de obras e a orientação técnica aos construtores, necessárias ao cumprimento da legislação, à implementação de sua controversa política de preservação e à manutenção da integridade do acervo patrimonial.

Nossa pesquisa de campo, ao ouvir os moradores da cidade no centro histórico, ratifica a contradição entre a admiração e deferência que, em sua maioria, manifestam pela excepcionalidade e monumentalidade do patrimônio edificado e o desejo de melhorias urbanas, de “progresso”¹¹³ e do direito à qualidade de vida moderna, dualizando o passado com o futuro na vivência do presente.

¹¹³ Sem aprofundarmos conceitualmente, utilizamos aspas no termo progresso, pela pluralidade de acepções a respeito e pela diversidade de seu entendimento entre os moradores.

Esse morador enfrenta diferentes tipos de conflito, que oscilam entre o apego a valores culturais tradicionais e as imposições de um estilo de vida moderno. Num outro nível, a história, que é sua, é redefinida a partir do olhar estrangeiro. (...) Esses sujeitos carregam uma ambiguidade que se traduz em sentimentos antitéticos - se, por um lado, suas habitações estão impregnadas de lembranças do passado, por outro, são atraídos pelos imperativos dos símbolos de consumo, (...). (LE MOS, 1994, p.102).

Tais ambiguidades são, na mesma medida, produtos e produtores de conflitos internos e com a comunidade. Atitudes individuais e coletivas de contra-racionalidade, e até de rebeldia, se apoiam na perpetuação da impunidade e no discurso da falta de alternativa perante as determinações e “intransigências” legais. O resultado tem sido a produção de progressiva descaracterização do patrimônio edificado em todo o núcleo histórico, com contradições visuais que se somam às geradas na paisagem urbana pelas densas ocupações das encostas mais próximas à área central. Para além do discurso institucional estetizante em defesa da imagem mercantil de cidade-patrimônio, abstraído da precariedade do território em que vive parte significativa da população ouro-pretana, a preocupação preservacionista se volta para a descaracterização intrínseca de valores, códigos, símbolos, referências culturais e relações sociais impregnados no território. São recorrentes as ações predatórias - isoladas ou articuladas - e de descaracterização do patrimônio cultural como um todo, embaladas por ondas modernizantes de desejos criados verticalmente e por necessidades reais de melhoria da qualidade de vida, diante das possibilidades inesgotáveis de consumo de renovadas tecnologias que alcançam estilos de vida, sistemas construtivos, transporte, comunicação e entretenimento.

Exemplos contundentes de impactos sobre a paisagem histórica são o adensamento descontrolado e incentivado das encostas, objeto de tombamento paisagístico; a instalação de portões de garagem no casario colonial, alguns disfarçados como fachadas retráteis (Foto 53, p. 140); a instalação de antenas parabólicas nos “fundos” de imóveis, que também dão frente para outras vistas; a ocupação progressiva dos fundos de lotes; a circulação de veículos de transporte coletivo inapropriados às reduzidas caixas de ruas e becos e que ameaçam as estruturas do casario de pau-a-pique, adobe e pedra; a poluição visual da sinalização comercial e de trânsito.

Foto 54 - Vista da Igreja N. S. das Mercês e Perdões, Mercês de Baixo, desde o Beco da Mãe Chica, através de telhados de amianto e antenas parabólicas. Bairro Barra.
Fonte: acervo do autor, 2006.

A própria municipalidade tem sua quota de participação na degradação da paisagem histórica, a exemplo da promoção de *shows* musicais de grande porte que atraem e aglomeram volume de público desproporcional à capacidade de carga dos logradouros em eventos de massa, demandados e frequentados pelos moradores.¹¹⁴ A fachada principal do Museu da Inconfidência é constantemente encoberta por grandes palcos montados à sua frente, também autorizados pelo Iphan. Essas intervenções comprometem a visibilidade do monumento e do conjunto homogêneo da Praça Tiradentes, o que é objeto de conflitos e reclamações, inclusive de visitantes e pintores, pela interferência nos seus registros fotográficos e artísticos.

Tanto as precárias condições de fiscalização dos órgãos públicos federal e municipal, quanto a consequente banalização da impunidade sobre o descumprimento da legislação permitiram, durante décadas, todo tipo de artifícios de descaracterização do patrimônio por parte da própria comunidade. Ocorrências, notificações e ações civis públicas são abundantes sobre

¹¹⁴ Há estudos geológicos que comprovam o comprometimento do solo, advindo do peso e vibração excessivos na praça.

obras e reformas irregulares, reconstruções dissimuladas como restauração e projetos arquitetônicos sem aprovação ou executados diferentes dos aprovados pelo Iphan e PMOP.¹¹⁵

Essas ações de degradação da paisagem, de descaracterização do patrimônio e da reconfiguração do território não significam a existência de algum tipo de complô social contra a preservação da cidade-patrimônio, nem representam um comportamento ouro-pretana generalizado, como poderia ser colocado pela perspectiva culturalista, cuja tese repousa sobre a coerência e unicidade da cultura. Parte dos conflitos e contradições cotidianas se delineiam por referências, sentimentos e comportamentos, no mínimo, antagônicos: por um lado, para certa nostálgica exaltação de um passado idílico, de um tempo fundante, nobre e digno que reivindica o retorno do tempo e do uso do espaço, ou o “congelamento” da história.¹¹⁶ Por outro lado, constata-se o sentimento oposto de negação daquele mesmo passado totalitário e precário, por parte de descendentes de povos escravizados, cuja leitura dos objetos técnicos e espaços patrimoniais consagrados lhes confirma, pela monumentalidade e tendência à museificação, os relatos de tortura, sofrimento e subjugação de sua gente - racial, religiosa, econômica e politicamente discriminada.¹¹⁷ É o que também deve ser agregado à análise do Gráfico 10, em que 30% dos entrevistados nunca estiveram no Museu da Inconfidência e outros 38% o visitaram 1 ou 2 vezes.

Com exceção dos templos católicos, os demais monumentos estruturadores do tecido urbano não se apresentam como, ou não representam elementos socialmente produzidos e apropriáveis, de uso corrente e inseridos na vida do dia-a-dia. Afinal, por que e qual seria o sentido de se apropriar, mesmo simbolicamente, daquilo com o qual não se identifica ou pelo qual não foram desenvolvidos sentimentos de afinidade e pertencimento? Em algumas situações da vida cotidiana do centro histórico, é como se não houvesse familiaridade ou

¹¹⁵ O item 2.6., p. 166, trata desses conflitos territorializados.

¹¹⁶ É o que ressalta de discursos conservadores pontuais em defesa do retorno a antigos estilos de vida, meios de transporte de tração animal e até ao vestuário de época, em nome da manutenção da “identidade” histórica do lugar e sua exploração turística.

¹¹⁷ A esse respeito, a pesquisadora ouro-pretana Kátia Campos contradiz as versões históricas correntes de que negros influentes e abonados em Vila Rica não seriam uma exceção, com o caso de Xica da Silva em Diamantina, mas comum. (Entrevista realizada em 21/fev/2014).

intimidade na relação com o território patrimonializado ou sentimento de autoridade sobre ele.¹¹⁸

Tal quadro conflituoso - que emoldura as relações para com o patrimônio e partes do território - é também retocado pela indiferença às questões urbanas por parte de grupos que para ali migraram por diferentes motivações - profissionais, empregatícias ou educativas - ou que frequentam regularmente a cidade. Inversamente, são constituídos grupos espontâneos ou articulados, identificados e comprometidos com a gestão da cidade, embalados pelo encantamento estético, histórico, emocional e ambiental que a cidade provoca nos visitantes e “nativados”.

Olhar Ouro Preto é perceber o embelezamento, a maneira de suas formas consagra a sofisticação e o gosto cultivado. (...) É o prazer do olhar, o cheiro, o estado de melancolia, é o caminhar pelas ruas e becos, enfim, é o conviver com o passado. (LEMOS, 1994, p. 100).

É daquele grupo heterogêneo de defensores da preservação de Ouro Preto, constituído por autóctones e moradores que “adotaram” a cidade - indivíduos de mais elevados níveis de compreensão cultural e intelectual -, que emergem as representações sociais e políticas junto aos órgãos colegiados consultivos - associações e conselhos municipais - e deliberativos. Fortes interlocutores e aliados às causas populares e institucionais, reivindicatórias, têm sido os ministérios públicos Estadual e Federal.¹¹⁹

“As diferentes formas de apropriação dos bens culturais colocam em confronto: populações locais, gestores e consumidores” (CASTRO, 2012, p. 39). Por certo, pesa sobre essa questão o fato de que

(...) a arte foi *apropriação* (do tempo, do espaço, do desejo). Ao nível do sensível, a obra modelava um tempo e um espaço, e isso por vezes a uma escala social, por exemplo, na cidade, na arquitetura e próprios monumentos. (LEFEBVRE, 1969, p. 126).

¹¹⁸ Em exercícios acadêmicos de observação sistemática de ambientes urbanos feitos por pequenos grupos de alunos de Turismo da Ufop, um dos parâmetros de análise é a reação ou a indiferença do morador daqueles lugares perante a presença constante dos pesquisadores.

¹¹⁹ Suas intervenções mais recentes aconteceram na reurbanização da Rua São José, no enfrentamento ao Programa Promova de asfaltamento, à regulamentação da hospedagem de carnaval nos imóveis públicos ocupados por estudantes federais e no embargo de obras comerciais de grande porte.

Na origem do processo cotidiano de parte da descaracterização comunitária do patrimônio, constata-se, também, que a história regional e, sobretudo, a história da cidade é fraca e parcialmente contemplada nos currículos escolares, o que mantém a comunidade ouro-pretana alijada de sua memória histórica e em situação de certo “analfabetismo patrimonial”, questão a ser discutida no Capítulo 3. Trata-se, muitas vezes, da condição de desconhecimento da essência, valores e significados de seu próprio legado, na contramão da ampla tendência à valorização patrimonial e em desvantagem com relação à informação, acadêmica ou virtual, por vezes mais aprofundada do que a que circula localmente, que grupos de visitantes detêm, antes de percorrer e desfrutar a cidade, no âmbito do turismo cultural. Setores da população flutuante e até mesmo a população permanente, ali nascida e ou criada, demonstra alto grau de desconhecimento sobre a cidade, seus feitos, fatos e meandros. Para além da educação formal limitada oferecida ao cidadão ouro-pretano, o que não é, em absoluto, exclusivo àquela cidade, a segregação socioterritorial que determina sua distribuição em áreas precárias e distantes - física e simbolicamente - do território patrimonialmente consagrado, não lhe favorece a apropriação do patrimônio ou a construção de sentimento de pertencimento social -, já que é pouco referenciada na história local. Costa (2011a) trata com precisão de dados a precarização dos espaços periféricos de Ouro Preto, o que embasa nossa investigação a partir do centro histórico, mas a extrapola.

Corroboram essas considerações o significativo desconhecimento, de parte da comunidade, dos principais monumentos, instituições e equipamentos socioculturais, por ela percebidos como objetos de consumo elitizado ou turístico, conforme os dados de nossa pesquisa de campo coletados em 2013. Somente nas últimas décadas ações educativas isoladas e pontuais começaram a se encarregar de “apresentar” os objetos patrimonializados da cidade - sobretudo museus - aos moradores, sejam eles dos bairros pericentrais ou mesmo os que mantiveram moradia no núcleo histórico.

(...) a cidade é impalpável. (...), impõe-se como um amontoado de signos aparentemente desconstruídos, agindo, no entanto, em concerto, para limitar mais do que para facilitar a minha ação, tornando-me impotente diante da multiplicidade das coisas que me cercam e de que posso dispor. (SANTOS, 2012, p. 27).

Tal alusão ao “amontoado de signos” que agem “em concerto” para constranger ações cidadãs cotidianas, remete-nos à relação dúbia e conflituosa do morador de Ouro Preto com o patrimônio, este geralmente associado mais ao órgão federal de sua regulamentação do que propriamente ao seu objeto, seus significados e valores, questão anteriormente tratada.

2.5. Territorialização e desterritorialização em Ouro Preto

Milton Santos trata cultura e territorialidade como sinônimos, e entende a territorialização como a “comunhão” que o sujeito estabelece com o lugar onde vive. Para ele a desterritorialização é, pois, “... uma outra palavra para significar alienação, estranhamento, que são, também, desculturização.” (SANTOS, 2012, p. 82). Para além da noção de assentamento humano e da correspondente implantação de objetos técnicos no espaço, a comunhão com o lugar explicitada no entendimento miltoniano de territorialidade deve ser analisada no sentido plural que lhe é intrínseco, em sua diversidade e processos de totalização. Em Ouro Preto, espacialmente marcada pela fragmentação urbana e estruturada por ampla diversidade sociocultural, às modalidades de territorialização/comunhão/identidade correspondem outras de desterritorialização/desconexão/alienação.

Como a jurisdição religiosa dividiu Vila Rica em duas freguesias, com suas respectivas matrizes, a de Nossa Senhora do Pilar e a de Nossa Senhora da Conceição, esses limites territoriais de caráter religioso e sociocultural se mantêm rigorosamente demarcados, mesmo que simbolicamente e aparentemente invisíveis.¹²⁰ Por consequência, chama atenção o fato de, em uma comunidade fortemente marcada por tradições católicas, muitos dos 13 templos não serem conhecidos dos moradores, sobretudo nativos, apesar de terem sido pulverizados em espaços de visibilidade privilegiada, no interior do amplo perímetro tombado. Neste caso, a “fidelidade” à congregação religiosa do bairro se sobrepõe à comunhão territorial, e nem mesmo a monumentalidade da maioria daqueles templos parece motivar conhecê-los.

A estratificação social e racial é presente naquelas duas principais regiões da cidade e o olhar atento pode perceber diferenças no padrão de uso e ocupação do solo, nos elementos construtivos e na densidade do patrimônio consagrado. É o que se constata nas duas

¹²⁰ É o que expusemos sobre Jacubas e Mocotós no item 2 do Capítulo 1.

extremidades do centro histórico. As regiões do Pilar e Rosário concentram maior diversidade de atividades comerciais e de serviços, de elementos artístico-arquitetônicos e de edifícios monumentais de imponente volumétrica, do que a região do Antônio Dias.¹²¹ Em consequência daquela delimitação histórica das duas freguesias, os fiéis frequentam e se identificam com uma única igreja - a que pertence à paróquia à qual se vinculam - e participam das manifestações culturais localizadas em seu entorno imediato, em “seu” território e com o qual comunga. Nessa situação, revelam não conhecer muitas das demais igrejas e não circulam espontaneamente em outras regiões da cidade, salvo em situações especiais como visitas pessoais ou quando o local de trabalho demanda seu deslocamento a “territórios alheios”.¹²²

Exceções periódicas são as celebrações religiosas, mobilizadoras de hordas de fiéis de todas as regiões da cidade que, em procissões, atravessam o núcleo histórico no percurso entre as duas matrizes, examinadas no Capítulo 3. Nesses eventos, a religiosidade dessa comunidade se consubstancia como elemento aglutinador e de identidade em escala ampliada para além dos territórios de vivência, como força centrípeta de agregação cultural, fator de convergência social e comunhão ao território, fundamentais à resistência às sucessivas rupturas com a tradição, além de possibilidade objetiva de empoderamento socioterritorial.

Afora a utilização intensa do aparato comercial e institucional e dos equipamentos e serviços de uso coletivo, concentrados no centro histórico, este trabalho visa a esclarecer, também, como e em que condições os moradores vivenciam e interagem com a cidade em sua totalidade. Há indícios de que, sobretudo crianças e idosos de bairros distantes não frequentem ou sequer conheçam o centro histórico. Uma situação emblemática do fracionamento exacerbado da territorialização ora abordada, se deu com uma caloura do Curso de Turismo da Ufop: a estudante se declarou impossibilitada de representar um roteiro

¹²¹ Nos primeiros, predominam as estruturas em cantaria (esteios e vergas de portas e janelas) e trabalhos de serralheria. No segundo, o uso de canga, resíduo da mineração, na construção civil.

¹²² Apesar de extrapolar nosso objeto de tese, é instigante o desconhecimento generalizado do processo de repressão e desaparecimento quase total de práticas afro-religiosas naquela cidade, em oposição ao que se observa em outras cidades de matriz africana no Brasil, como Salvador, cuja identidade negra é orgulhosa e plenamente exercida. Exceção, em Ouro Preto, ao sincretismo religioso mantido pelo Congado, Reinado e Folia de Reis, além de tradições populares, como o uso de ervas medicinais e benzedoiras caseiras recomendadas a boca pequena. Não há terreiros ou rituais de Umbanda ou Candomblé, mas templo budista, igrejas presbiterianas, evangélicas e do Santo Daime, de outras origens.

sensorial mental do centro histórico pois, após 4 meses morando e estudando em Saramenha, os veteranos de sua república todavia não lhe haviam “autorizado” conhecer o centro.¹²³

Com exceção do calendário de festas populares e ritos católicos localizados em seus territórios de vivência cotidiana - espaços de vizinhança imediata -, ou de eventos artísticos nos raros amplos espaços públicos centrais - como a Praça Tiradentes -, a comunidade ouro-pretana apresenta baixa frequência à intensa programação cultural da cidade: cinema, teatros, galerias de arte, ateliês, museus, eventos de rua, praças, parques e festivais. Rara e timidamente extrapolam seus percursos diários entre seus locais de moradia e trabalho, para fruição da cidade em toda sua efervescência artística e cultural.¹²⁴ Esse comportamento não pode ser generalizado e sugere, por um lado, baixa autoestima da população e sentimentos de não-merecimento e não-pertencimento social, contexto sócio psíquico possivelmente enraizado na história de seus descendentes africanos subjugados, além de levadas sucessivas de migração regional. Por outro lado, apesar da admiração que declaram pela beleza cênica e arquitetônica da cidade, não revelam ter estabelecido vínculos com a totalidade do território e, sobretudo, com o patrimônio. Mas se estarrecem diante da provocação didática quanto à substituição de um dos tantos monumentos por um equipamento moderno como um shopping center, ainda inexistente na cidade e objeto de desejo de muitos.

- Aí não, né? É importante preservar esse patrimônio.
- Mas você conhece essa igreja ou já visitou?.
- Não, nunca entrei. Ou melhor, fui num casamento.
(Diálogo do autor com morador anônimo, 2013).

Cláudio Ribeiro, em sua tese de doutoramento sobre o “espaço cordial” em Ouro Preto, acena para modalidades de negação do urbano, quando

... ao invés do exercício do conflito, o que se realiza é sua negação através da indiferença ou da intolerância, que são reflexos da não identificação do

¹²³ Tal constrangimento se somou à motivação de tornar obrigatória a disciplina Percepção e Interpretação do Patrimônio Ambiental Urbano no 1º período do curso.

¹²⁴ Pesquisa de opinião realizada pela Ufop durante os 20 dias do Festival de Inverno Ouro Preto-Mariana - Fórum das Artes 2009 revela que participam do evento em Ouro Preto, em sua maioria, estudantes de 20 a 30 anos, cuja maior motivação é a oportunidade de entretenimento diversificado (51%), seguida da temática do festival (33%): “O Clube da Esquina e o Chão de Nossa Terra”. Corrobora esses dados a baixa participação da comunidade na programação de oficinas, exposições, circuitos de rua, teatro, cinema, palestras e seminários. Em contrapartida, 78% dos moradores entrevistados teriam frequentado os shows musicais. (BRUSADIN, 2009).

público com seu espaço. Tal fenômeno deve possuir alguma relação com a não identificação com sua memória. (RIBEIRO, 2009, p. 156).

Afora o processo de isolamento, alienação e desterritorialização, o que se destaca é o nível incipiente de disseminação do conhecimento sobre o processo de formação do espaço urbano, sobre os principais elementos patrimoniais que compõem totalidades únicas ou sobre a história da cidade, limitada aos eventos históricos nacionais como a Inconfidência Mineira. Tampouco transparece a consciência social do papel da comunidade, tanto como sujeito da história e agente de sua produção, consumo e gestão, quanto como principal responsável pela preservação e salvaguarda do patrimônio cultural - função delegada ao Estado.

As questões até aqui consideradas apontam para a existência de nexos e sentidos estranhos à população e revelam seu entendimento restrito de valores históricos, culturais e estéticos da cidade, o baixo grau de apropriação simbólica do território e o “descolamento” da comunidade de sua própria história - sobretudo quando a história de vida da população atual se diferencia da história do lugar onde vive. Tais indícios sinalizam elementos e caminhos para a compreensão da incidência de atitudes de descaracterização do patrimônio atreladas à desterritorialização alienante.

Analisando o espaço do cidadão, Milton Santos afirma que “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação.” (SANTOS, 2012, p. 81). Sem dúvida, o conhecimento parcial, superficial e fragmentado - próprio do modelo positivista de produção de conhecimento - é responsável por distorções da compreensão do mundo e por abstrações da realidade histórica. É a esse pseudoconhecimento que nos referimos no item anterior, ao abordarmos a precariedade do ensino da história local. Entendemos que a produção de conhecimento com foco na essência e complexidade dos fenômenos territorializados, em suas múltiplas escalas e totalidades dialeticamente integradas a outras totalidades, tende a desmanchar a geleia imobilizante da alienação social. Voltaremos a essa questão nos capítulos 3 e 4, onde identificamos possibilidades de refazimento da integração dos indivíduos entre si e com o território, de reposicionamento de seu lugar no mundo e de reconstrução da cidadania. “(...) o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo

conhecimento, ainda que fragmentário”. (SANTOS, 2012, p. 81). Esse novo estado de consciência mira o futuro, enquanto a memória se mantém voltada para o passado. Para Santos, cidadania se aprende e “(...) se torna um estado de espírito, enraizado na cultura.” (SANTOS, 2012, p. 20).

Em breve incursão na história, Santos trata da evolução do conceito de cidadania desde a condição de “membro da sociedade nacional” no século XVII, ao “direito de associação” no século XIX, até a garantia de “direitos sociais” no século XX. (idem, p. 21). Nos direitos sociais se inscreve o direito ao patrimônio e, advogamos, à sua interpretação. E o autor reforça a necessária consideração do componente territorial à questão da cidadania: “Para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada”. (idem, p. 151).

Através de processos de exclusão social, imbricados aos de auto-exclusão, as contraditórias características comportamentais da comunidade ouro-pretana para com o território, hoje, apontam para a configuração de variantes de alienação, cuja compreensão pode ser uma chave para sua superação. Seu delineamento pode ser de grande valia ao esforço teórico e metodológico de compreensão de muitos dos fatores que constituem o caleidoscópio de contradições e conflitos historicamente engendrados e impressos no espaço como condensações de tempos desiguais - como palimpsestos ou rugosidades miltonianas, definidas como: “... o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. O autor também considera que “O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento.” (SANTOS, 2009, p. 140, grifo nosso). A visibilidade por ele evocada, para além do registro visual, pode ser obtida e ampliada através de exercícios de despertar dos demais sentidos humanos, então apurados, a exemplo do caminhar descalço, de olhos fechados ou para trás, sobre pisos remanescentes de tempos distintos. (ver Fotos 108 a 111, pp. 267 e 268). É o que faz o indivíduo, cuja percepção ativa do território se encontra acomodada pela dinâmica do dia-a-dia, poder sentir e experimentar tempos do passado no presente e instantaneamente, sob os próprios pés que vasculham os ambientes de forma intencional e consciente.

A Foto 55, abaixo, ilustra rugosidades impressas na pavimentação justaposta dos séculos XVIII e XIX, que denominamos *portais do tempo*, “invisíveis” na paisagem cotidiana, através dos quais se vence ambientes, e sobre os quais se circula diariamente, sem muito perceber ou interpretar.

Foto 55 – Intercessão da Rua do Pilar, de pavimentação “Pé de Moleque” e Av. Juventino Dias, de paralelepípedo.
Fonte: acervo do autor, 2010.

Outras modalidades de *portais do tempo* são encontradas no tecido urbano de Ouro Preto, seja em vias de circulação, como acima ilustrado, seja em pontos de transposição de ambientes singulares como becos, passagens de serventia, ruelas, pontes, pinguelas e largos. Suas características sensoriais são significativamente diferenciadas, quando observadas, mesmo que sejam pouco ou nada registradas na fluidez cotidiana. Essa sensibilidade para com o território capta o *genius locci* de cada lugar, pela especificidade de odores, texturas, sons, visadas, ventilação, fluxos, sensações e possibilidades próprias, de fruição singular.

Nesse sentido, a apropriação do patrimônio rompe os limites da absorção de informações históricas ou convenientes, acumuladas a seu respeito e transmitidas sob interpretações unilaterais, e se expande a modalidades de apropriação subjetivadas a partir de sentidos próprios, individuados e múltiplos. A essa expansão perceptiva correspondem escalas

interpretativas sensíveis ao território e seus fragmentos, na perspectiva de processos individuais e coletivos de reterritorialização.

Apesar das restrições impostas pelo termo de tombamento da cidade, práticas culturais de diferentes gerações e ações da administração pública se sucedem e superpõem, como se pode observar no centro histórico de Ouro Preto, através das mudanças de uso do solo, das ações de adequação modernizante de espaços públicos e da descaracterização agressiva ou dissimulada do patrimônio. Tal questão de superposição se observa também no descompasso entre a identidade plural e multiescalar da população ouro-pretana e uma identidade externa, simbólica, imagética e midiaticamente construída para fins de mercantilização do lugar, no bojo do processo imposto de patrimonialização.

A identidade cultural ouro-pretana é complexa, variada, e se manifesta de forma não só plural e híbrida, mas ambígua e contraditória, podendo assumir diferentes expressões conforme a situação, o contexto e a escala de sua territorialização. Ou seja, para além da consagrada identidade católica predominante, materializada em expressivas festividades públicas e amplamente divulgadas pelo *trade* turístico, outras identidades socioterritoriais são mobilizadas em circunstâncias específicas. Em escala micro, eventos e práticas culturais cotidianas de pequeno porte são circunscritos a frações do território de vivência, geralmente relacionados ao local de moradia, à rua e ao bairro. É onde o morador assume seu papel de produtor do espaço e se envolve com questões de gestão do entorno imediato: controle de ruídos, regras de conduta social, mobilização política, solidariedade ou rixas de vizinhança, serviços públicos (coleta de lixo, fornecimento de água e luz, saneamento básico, segurança, controle de erosão, transporte, acessibilidade, etc), dentre outras questões que atingem diretamente seu cotidiano micro localizado.

Uma escala intermediária e opaca de sua identidade se manifesta na apropriação eventual do centro histórico, uma certa “terra de ninguém”, por ser de todos. Ali prevalece a diversidade social e cultural e seu compromisso e comunhão com o território se diluem sob o manto da invisibilidade e da universalidade de um território específico e de passagem, no bojo de seu cotidiano maior. Aquele lugar se reveste do título “inventado” de patrimônio da humanidade, sob controle e responsabilidade do Estado e com o qual poucos se identificam e se comprometem.

Em escalas maiores, eventos de abrangência regional ou mesmo nacional, e de diferentes durações, costumam incidir sobre espaços mais amplos e atingir territórios expandidos da cidade. Comemorações cívicas de âmbito nacional - como as que celebram os dias 7 de setembro, Independência do Brasil, e o 21 de abril, Tiradentes, por exemplo -, impactam toda a dinâmica urbana, a partir de restrições impostas ao uso e apropriação do centro histórico. É quando acontece a ocupação integral da Praça Tiradentes pelo Estado, lugar da centralidade urbana máxima e símbolo imagético da cidade, sob o comando do cerimonial do governo do Estado, apesar de protestos populares recorrentes. (ver fotos 69, 70 e 71, Capítulo 3). Sequer o poder público municipal participa do planejamento e execução daquela modalidade de eventos oficiais. O controle rigoroso sobre a circulação de veículos particulares e de pedestres acontece, tanto naquelas datas específicas - quando apenas autoridades e convidados especiais têm acesso e participação -, quanto durante os muitos dias anteriores e posteriores, necessários para montagem e desmontagem do aparato de palanques, equipamentos e segurança. Nessa escala e nesses períodos de domínio político-institucional do Estado e da União sobre o território e da seletividade de sua fruição, outra identidade ouro-pretana vigorosa aflora na comunidade. A mobilização espontânea ou articulada de contrarrazionalidade arregimenta uma identidade coletiva “em espera”, que se revela em manifestações políticas de desagravo contra a apropriação autoritária do espaço público central. Tal cerceamento às liberdades individuais é amplamente interpretada pela comunidade como desapropriação compulsória e atentado à mobilidade urbana, ao direito de ir e vir e à cidadania. É quando os cidadãos e as instituições ouro-pretanas são ignoradas, postas à margem e a cidade é sitiada como símbolo nacional máximo. A capital do Estado de Minas Gerais é simbolicamente transferida para Ouro Preto, onde autoridades estaduais e nacionais - ministros de estado, presidência da república, comitivas e homenageados de todos os escalões - são assessorados por forte esquema de segurança. Na Praça Tiradentes, antiga Praça da Independência, se materializa o paradoxo da exclusão da população para homenagear, justamente, a independência do povo brasileiro e seu mártir revolucionário. Tiradentes ali parece ruborizar, solitário como nunca, rodeado e homenageado somente pelo poder que combateu. Aquela identidade coletiva emerge, portanto, como reação de caráter horizontal à ação vertical dos atores hegemônicos, como flechas certeiras do tempo que ocupam espaços nobres e de melhor visibilidade a seus fins políticos, em detrimento dos demais segmentos sociais e da própria dinâmica da cidade, impactada em sua totalidade.

Para as comemorações do 21 de abril de 2013, a Câmara Municipal de Ouro Preto negou a utilização de sua sede para o cerimonial do governo do Estado e demonstrou publicamente seu protesto às imposições do referido evento, expondo faixas pretas na fachada do sobrado que ocupa no centro da praça. (Foto 56, abaixo). Também essa manifestação da municipalidade foi prontamente reprimida e as faixas foram retiradas. Em fevereiro de 2014, rendidas em suas reivindicações, entidades e sociedade civil organizada se articulam para promover o primeiro “21 de abril popular”, forçosamente fora de data, com programação paralela de eventos durante a semana posterior ao evento oficial, com encerramento na Praça Tiradentes no dia 28 de abril.

Foto 56 - Fachada da Câmara Municipal de Ouro Preto com faixas pretas, em protesto ao cerimonial do Estado nas comemorações do dia 21 de abril de 2013. Nas laterais, a sede do Iphan, o Beco do Pilão e o Centro Cultural e Turístico da Fiemg. Praça Tiradentes.

Fonte: ASCOM/CMOP/PMOP, 2013.

Aquelas identidades multiescalares nuançadas e que se superpõem, se relacionam aos múltiplos papéis e funções sociais que indivíduos, grupos e entidades desempenham na sociedade, em tempos e espaços distintos.¹²⁵ Trata-se de identidades ao mesmo tempo únicas, múltiplas e em permanente metamorfose, o que nos direciona a levar em conta as contradições que se manifestam entre as variadas identidades sociais e territoriais, as pseudo-

¹²⁵ Tais papéis sociais correspondem ao arquétipo *personas* da análise jungiana, espécie de facetas que fazem a mediação entre o ego e o mundo externo e que são determinantes dos papéis sociais. (JUNG, 1964).

identidades do lugar e as identidades com o lugar. Espacialmente, a materialização dessas identidades determina apropriações territoriais específicas, que provocam a metamorfose dos territórios envolvidos, mesmo que de forma temporária ou efêmera.

No interior dessa questão identitária local constata-se, pela vivência prolongada da cidade, que há um jogo complexo, passível de ser investigado, analisado e qualificado, que atribui estigma ao “outro” - ser intruso e externo ao lugar - e que discrimina, seja o “não nativo”, o “forasteiro” ou o “nativado”,¹²⁶ seja o morador de outras partes da cidade e suas práticas culturais locais. Sobre essa temática, investigação de caráter sociológico e antropológico, que extrapola os limites deste trabalho, deve considerar também a questão racial como fator potencial de conflitos quanto à afirmação identitária e, sobretudo, ao empoderamento social do território patrimonializado. O convívio social mediado por diferentes graus de subordinação a homens brancos e hierarquicamente superiores - visitantes, estudantes, professores, intelectuais, artistas, técnicos, dirigentes, patrões, políticos - também incide sobre a retração da maioria negra na questão da apropriação cotidiana do território e da preservação do patrimônio cultural. Afinal, grande parte do patrimônio ouro-pretano consagrado e mercantilizado tem sua origem histórica na figura do dominador português, sobretudo o patrimônio edificado e monumental com o qual a comunidade, manifestamente, não se identifica.

Tal falta de identificação com o patrimônio se expressa na baixa visitação dos moradores aos museus da cidade, a exemplo da Casa dos Contos e da Inconfidência. Esse último, cujos dados de visitação são a referência estatística do fluxo turístico local, apresenta baixa frequência da população, cujo acesso é feito sobretudo a título de atividade escolar obrigatória. Sua entrada é franqueada aos moradores aos domingos e aquela instituição federal oferece, regularmente, atividades culturais e programas educativos à comunidade. Porém, além da imponência arquitetônica do edifício e de sua localização de destaque na paisagem e na malha urbana, a maior área de ocupação do museu é reservada ao acervo de mobiliário residencial do período colonial e a ícones do poder e da dominação portuguesa em Minas Gerais. Não é raro que pessoas saiam da visita guiada se perguntando “Afinal, quem morava aqui?”. Em seu interior, o Panteão dos Conjurados, dramaticamente ambientado,

¹²⁶ Denominações locais correntes para moradores, sejam temporários como os estudantes oriundos de outras regiões, sejam permanentes independente do tempo de residência.

homenageia figuras históricas de vulto nacional. Salvo exceções, os objetos museografados são pouco familiares à população e, em sua maioria, encontram-se protegidos por vitrines de vidro. As instalações carcerárias localizadas no pátio central preservam a memória dos maltratos sofridos pelos antepassados africanos escravizados, com celas insalubres e instrumentos de tortura colonial.

Igualmente, o Museu Casa dos Contos, de função originalmente residencial, ostenta uma pretensa senzala, com todo tipo de objetos e instrumentos de época, de forte impacto emocional sobre os visitantes. Mas, informações a boca pequena e documentos internos revelam que aquele espaço, de total insalubridade agravada pelo frio e umidade dos porões do edifício, teria abrigado a estrebria, já que absolutamente impróprio ao abrigo humano, nem mesmo de escravos, pelo custo que a aquisição e reprodução daquela mão-de-obra representava.

2.6. Conflitos territorializados: Controle de práticas socioculturais no território patrimonializado

*Não se pode dizer de Ouro Preto que seja uma cidade morta.
(...) Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside seu incomparável encanto.*
Manuel Bandeira, 1938.

Desde o depoimento do poeta pernambucano, muito da qualidade daquele território foi paulatinamente transformado, levando-o a lançar campanha que se tornou *slogan* e bandeira de luta preservacionista: "Meus amigos, meus inimigos, salvemos Ouro Preto. Gente da minha terra, em Ouro Preto alvoreceu a nossa vontade de autonomia nos sonhos frustrados dos Inconfidentes". Atravessando as aparências arquitetônicas de cidade preservada e protegida, em direção à essência cultural, a pesquisadora ouro-pretana Kátia Campos declara que "Ouro Preto é um reprodução empobrecida de si mesma".¹²⁷ A reconfiguração do território, o volume de obras irregulares em imóveis tombados, o ritmo acelerado de adensamento urbano e a ocupação de encostas tombadas e sítios históricos e arqueológicos são parte dos desafios enfrentados pelos órgãos responsáveis por sua preservação e

¹²⁷ Entrevista concedida ao autor em 21/fev/2014.

regulamentação. Mais de 2.000 imóveis compõem o conjunto tombado de Ouro Preto, sendo 44 monumentos objeto também de tombamento isolado. As intervenções devem seguir as diretrizes determinadas pelo Iphan, cujos critérios consideram taxa de ocupação do terreno, volumetria da edificação, telhado e ritmos de cheios e vazios.

Como procedimento padrão de fiscalização, ao identificar irregularidades, muitas vezes mediante denúncia, o órgão encaminha notificação aos proprietários, solicita imediata interrupção da obra e abre processo de averiguação. Na sequência de casos não resolvidos, o processo é encaminhado ao Ministério Público Estadual ou Federal que, então, aciona o responsável com ação civil pública. Com reduzida equipe de fiscalização, o Iphan concentra sua atuação na Zona de Proteção Especial, o núcleo histórico, com ações pontuais e esporádicas no restante do vasto perímetro tombado. (ver Mapa 04, p. 26).

Segundo Simone Fernandes, historiadora e técnica do Iphan-OP, a cidade vive uma “desobediência crônica” com “uma quantidade monstruosa de irregularidades” no interior do perímetro tombado.¹²⁸ Em 2003, em moção de repúdio apresentado em congressos internacionais, intitulada “É urgente uma ação conjunta para reverter a deterioração de Ouro Preto”, o então diretor do Iphan-OP, Benedito Tadeu de Oliveira, denuncia as condições e mazelas do crescimento da cidade.

... nas últimas décadas Ouro Preto vem passando por um processo de **crecimento desordenado**, com a **ocupação** de encostas e terrenos localizados em áreas de risco e a **favelização** de morros, bem como a **invasão** de espaços públicos, áreas verdes e sítios arqueológicos. Isso tem contribuído para **deteriorar** a qualidade de vida na cidade, além de **descaracterizar** o entorno ambiental do conjunto arquitetônico histórico tombado pelo Iphan e [reconhecido] pela Unesco. Com a descaracterização (...) pode-se considerar que Ouro Preto vem sofrendo um **processo sistemático e permanente de destruição pelas** bordas. (Disponível em <http://www.ouropreto.com.br>, 9/Mai/2003).

No que pese intencionalidades e posturas individuais de caráter preservacionista por parte desses funcionários, a precariedade da estrutura institucional e suas diretrizes de âmbito geral, em escala nacional, acirram os conflitos gerados na produção cotidiana ininterrupta do espaço e da vida do lugar. A relação dialética desenvolvimento/preservação perpassa as contradições advindas de necessidades básicas do morar em uma cidade-patrimônio de envergadura

¹²⁸ Disponível em <http://www.ouropreto.com.br/acidade/iphan.php>.

internacional como é Ouro Preto. É o que reafirma o ouro-pretano em nossa pesquisa de campo, na avaliação que faz do órgão regulador, expressa nos gráficos abaixo.

Gráficos 11, 12 e 13 - Avaliação dos moradores sobre a atuação do Iphan em Ouro Preto.
Fonte: Villaschi, questionário aplicado no centro histórico de Ouro Preto, 2013.

■ Sabem e são favoráveis ■ Sabem e são desfavoráveis ■ Não sabem

Aprofundando a qualificação da representação social do órgão regulador do patrimônio, os posicionamentos sobre a atuação do Iphan em Ouro Preto são polêmicos e variam, significativamente, nos dois grupos entrevistados. Comparando suas avaliações, é grande a discrepância dos dados coletados: a avaliação positiva da atuação do órgão varia de 31% a 58% e a avaliação negativa varia de 33% a 16%, entre trabalhadores e usuários, respectivamente. Já os que não sabem o que faz o Iphan ou os que o desconhecem, variam de 36% a 26%. Uma primeira leitura da maior incidência dos que avaliam negativamente o Iphan no grupo de trabalhadores pode sugerir que sua presença diária no centro histórico os autorize a ser mais críticos à atuação daquele órgão. Entretanto, sua superioridade também dentre os que ignoram as funções daquele instituto, revela seu frágil conhecimento sobre a questão patrimonial e sua regulamentação. Reunidos os dados fornecidos pelos dois grupos (Gráfico 13), em média 46% o relacionam ao papel institucional de cuidar do patrimônio e valorizam sua atuação, prevalecendo uma avaliação positiva do órgão sobre os 24% que avaliam negativamente sua atuação na cidade, além dos 30% que declaram desconhecer-lo ou que confundem suas funções com as da municipalidade. Esse posicionamento sobre a instituição é significativo, em uma cidade patrimonializada, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade e fortemente marcada pelas determinações legais sobre a produção do espaço e a preservação do patrimônio: mais da metade dos 200 entrevistados (54%) desconhece suas funções ou avaliam negativamente sua atuação.

Como *persona non grata*, distanciada e “insensível” às necessidades cotidianas advindas do crescimento da cidade e das modernas possibilidades técnicas, o Iphan é confundido com o patrimônio em si e é motivo de estratégias individuais para burlar seu controle e limitações impostas à dinâmica espacial. Vale destacar que os critérios de preservação adotados não são de fácil assimilação e compreensão pela população moradora, seja por sua ambiguidade e diversidade, seja por falta de orientação técnica às renovadas aspirações e necessidades sociais. O tratamento institucional caso a caso é interpretado, criticado e combatido como ações impositivas, arbitradas por critérios diferenciados, geralmente associando-se o grau de rigor do controle institucional ao nível socioeconômico do morador e à sua possível influência política nas tomadas de decisão. Alguns entrevistados verbalizam essa situação e o sentimento de cerceamento seletivo: “Não entendo o critério para reformas do Iphan. Como deixa o Subway pintar a casa de verde e amarelo na Rua Direita e não deixa um morador pintar sua fachada como quiser?”¹²⁹. O Iphan “Tem dois pesos e duas medidas, pois o Pilão está todo de ferro”¹³⁰, em alusão ao Centro Cultural Fiemg que substituiu o casarão encendiado na Praça Tiradentes. “O Iphan só protege casas antigas de ricos”¹³¹. “O que faz? Protege o patrimônio, mas não permite as melhoras. Dá para reformar sem descaracterizar e o Iphan não deixa.”¹³²

2.6.1. Processos judiciais contra moradores infratores

Nos debruçamos sobre a centena de processos movidos pelo Iphan contra moradores infratores das normas federais de preservação, o que motivou a criação da APOP - Associação Patrimonial de Ouro Preto, em 2005, movimento horizontal de contra-racionalidade que se encarrega da mediação de conflitos. Tivemos acesso a 124 processos de obras irregulares nos arquivos do Iphan-OP, em execução judicial pelo Ministério Público. A tabulação de dados demonstra que, em conjunto, 90% se enquadram na categoria de obras irregulares executadas sem aprovação, seja as que tiveram projeto arquitetônico submetido e não autorizado, seja obras realizadas sem consulta. Os demais 10% são obras executadas em desacordo com projeto previamente aprovado: novas construções e acréscimos horizontais e verticais, com

¹²⁹ Depoimento de Elaine Silva, moradora do bairro São Cristóvão.

¹³⁰ Depoimento de Marlene Carvalho, moradora do bairro Rosário.

¹³¹ Depoimento de Francisco Duarte, morador do bairro Piedade.

¹³² Depoimento de Pedro Campos, morador do bairro Bauxita.

alteração de volumetria, fachadas e telhados. Examinados segundo a tipologia de usos, em sua maioria são obras residenciais (62%), seguidas de uso misto (residencial e comercial - 18%), e apenas comercial, 17%. Outras obras irregulares incluem um loteamento, igreja batista, clínica médica e escola estadual, que representam 3% do total.

Gráfico 14 - Incidência de processos judiciais por tipologia de usos.
Fonte: arquivos do Iphan-OP/Villaschi, 2013.

Agrupados os usos residencial e misto, 80% dos processos judiciais em curso envolvem, total ou parcialmente, a função residencial.

Gráfico 15 - Distribuição de processos judiciais por região.
Fonte: arquivos do Iphan-OP/Villaschi, 2013.

Salta aos olhos nessa tabulação a homogeneidade da distribuição espacial da incidência de processos por região da cidade, que se torna praticamente igual, da ordem de 30 a 35%, quando agrupamos o centro histórico e os bairros centrais Rosário e Pilar. Tal homogeneidade sinaliza a necessidade de ampliação do parque residencial, seja sob a forma de expansão da malha urbana nas franjas da cidade, seja por seu adensamento nas regiões mais centrais.

Gráfico 16 - Tipologia de processos judiciais por objeto de infração.
Fonte: arquivos do Iphan-OP/Villaschi, 2013.

Examinando os objetos de infração à legislação urbana e patrimonial, detectamos 43% de processos motivados por construções novas, incluindo obras de grande porte incompatíveis com a estética barroca predominante. Outros 45% das ocorrências se referem a ampliações horizontais e verticais, com volumetria impactante da paisagem e a incidência de obras em edificações irregulares anteriormente notificadas, embargadas ou processadas. Ambos os casos - novas construções e ampliações - incluem: desmembramento irregular de lote; taxa de ocupação excessiva; invasão de espaço público; construção sobre córrego; descaracterização de telhado; aberturas externas irregulares; movimentação de terra, corte de encostas, aterros e construção de muros de arrimo comprometedores do sistema de drenagem; e comprometimento de entorno de bem tombado isoladamente, com interferência física ou visual de monumentos. Sobre as alterações de fachadas, afora demolições programadas ou “acidentais”,¹³³ há ocorrências de descaracterização de elementos arquitetônicos e abertura de garagem. Nessas condições, o pastiche arquitetônico que move a cenarização da cidade e lhe mantém a imagem histórica, é uma modalidade comum da “escrita” da cidade na produção do espaço.

¹³³ É recorrente e autorizada a estratégia de construir tapume de obra que encobre todo o imóvel, o que facilita o desmanche de fachadas originais, substituídas por cópias com novos materiais de construção, de difícil diferenciação de originalidade.

Fotos 57 e 58 - Exterior e interior de obra de demolição total encoberta por tapume alto.
 Fonte: Iphan, foto de documentação constante de processo judicial, 2013.

Foto 59 - Obra irregular com taxa de ocupação e volumetria excessivas, incompatíveis com a norma.
 Fonte: Iphan, foto de documentação constante de processo judicial, 2013.

Capítulo 3 - Dialética do território e hermenêutica reflexivo-dialógica do patrimônio cultural

3.1. Fundamentos filosóficos da hermenêutica

Na nossa trajetória de construção de possibilidades de aplicação da teoria e do método hermenêuticos à compreensão do patrimônio cultural - em particular do que denominamos nesta tese por *hermenêutica reflexivo-dialógica do patrimônio* -, é mister considerar os avanços filosóficos advindos do debate acirrado, profícuo e inesgotável travado, entre Hans-Georg Gadamer e Jürgen Habermas, entre os anos 1960 e 1980. Ao longo daquele confronto intelectual emergem avanços conceituais que atualizam e inserem a teoria hermenêutica na compreensão de realidades cada vez mais diversas e complexas, no tempo.

Conceitualmente, vale diferenciar a hermenêutica tradicional - dedicada à arte e à técnica de interpretar leis e textos sagrados ou antigos -, da hermenêutica filosófica que se volta à compreensão e interpretação de símbolos referenciais de uma cultura. Em seu livro *Verdade e Método*, de 1960, Gadamer fundamenta e conceitua a hermenêutica filosófica, não como simples tecnologia da compreensão - como tratado pela hermenêutica tradicional -, nem como um sistema de regras interpretativas mas, fundamentalmente, como o engajamento necessário a todo trabalho de compreensão da realidade.

A compreensão (...) não deve ser pensada tanto como uma ação da subjetividade quanto como o entrar (...) num acontecer da tradição (...), no qual o passado e o presente estão em contínua mediação. É isto que tem de ser defendido na teoria hermenêutica, que está demasiado dominada pela idéia de um procedimento, de um método. (GADAMER, 1972, apud HABERMAS, 1987, p.15).

Já em 1967, Habermas publica *A Lógica das Ciências Sociais*, onde questiona a falta de racionalidade da hermenêutica filosófica defendida por Gadamer, perante o pensamento crítico dialético.¹³⁴ Muitos ensaios e textos compuseram o embate teórico polarizado pelos dois, colocando a controvérsia entre explicar e compreender no centro do debate sobre método nas ciências humanas. Naquele cenário comparecem contribuições de Wittgenstein,

¹³⁴ Discípulo de Theodor Adorno, Habermas tornou-se um dos herdeiros da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt.

Chomsky, Mead, Piaget e Freud, corroborando o espírito de Gadamer que, reconhecidamente, quer “lançar pontes de aproximação entre territórios inicial e aparentemente distantes”. Dentre outros desdobramentos, a controvérsia acirrada estabelecida entre Gadamer e Habermas explicitou, ao mesmo tempo, o confronto e a complementaridade entre crítica e hermenêutica, na medida em que ambas visam a apreensão de nosso tempo pela reflexão, base da consciência.

Por um lado, Gadamer trata do diálogo com a tradição, as línguas e culturas distantes, investigando as condições históricas de sua compreensão e interpretação. Por outro, Habermas estuda as possibilidades de comunicação, tanto da linguagem cotidiana, quanto do discurso científico monológico e da comunicação distorcida que se observa em patologias individuais e sociais. Nesse amplo debate filosófico, Habermas problematiza, tanto a racionalidade quanto a compreensão de sentido nas ciências sociais, através da fenomenologia social, da etnometodologia e da hermenêutica. E reconhece Gadamer como aquele que lança pontes, abre caminhos e aproxima distâncias - seja entre gerações, seja também entre disciplinas que foram se afastando umas das outras.

Gadamer voltou-se contra o conceito de conhecimento e de métodos objetivos que atribuem às ciências modernas da experiência o monopólio das possibilidades humanas do conhecimento. E chega a demonstrar a potência que detém uma compreensão que antecede o pensamento objetivante e que associa as formas de experiência da prática comunicativa cotidiana com a experiência da arte, da filosofia, das ciências do espírito e da história. Com essa concepção e explorando conceitos de “cultura”, “formação”, “senso comum”, “faculdade de julgar” e “gosto”, Gadamer renova o pensamento humanista que surge do “... contexto de experiências do cidadão, do morador da cidade, sendo que a ameaça a este humanismo sempre repercutiu num desmoronamento da urbanidade.” (HABERMAS, 1987, p. 80).

O Dicionário de Teoria do Conhecimento e Metafísica esclarece os usos do conceito de experiência, seja como percepção e representação, seja como conhecimento empírico de mundo, realística ou idealisticamente. “Existe um fator subjetivo que influi de modo incisivo no conteúdo da experiência? Existe uma experiência interior e um sentido interior análogo à experiência exterior com base em sentimentos exteriores?”. Para as teorias do conhecimento

empirista, “... a experiência é a base de conhecimento por excelência.” (RICKEN, 2003, p. 107). Descobrir, portanto, revela-se o verbo apropriado a qualquer experiência.

A hermenêutica tradicional se limita a lidar com a interpretação como uma necessidade excepcional e como método de intervenção em situações em que setores da vida demonstram problemas de compreensão, a exemplo de certezas culturais que se rompem, de significados que se perdem ou de entendimentos que falham. Essa hermenêutica tradicional se aplica, mais especificamente, a micro processos de necessária interpretação de situações cotidianas e de consolidação ou de revisão de consensos, assim como a planos macro de entendimento ameaçado.

Hermenêutica tem a ver com a explicação (de testemunhos do passado, preponderantemente de textos), com a tradução de um tempo passado para o “horizonte” do respectivo presente, (...) na recepção do antigo ainda possível em cada época. (RICKEN, 2003, p.133).

Já a fenomenologia, doutrina descritiva dos fenômenos, oriunda do século XVIII e usada por Kant e Hegel, teve seu conceito retomado por Husserl como ciência filosófica básica e cujo objetivo é analisar os conteúdos essenciais e as estruturas dos fenômenos. O que se revela pela fenomenologia e que tangencia esta tese, “... não são apenas impressões sensoriais, mas conteúdos de sentido, formas de sentido, e ainda leis lógicas do pensamento ...”. O princípio fenomenológico de retorno às próprias coisas, portanto, “... desencadeia um realismo direto da compreensão do ser e dos valores.” (RICKEN, 2003, p. 114), e se coaduna com a questão da experiência individual e coletiva do patrimônio e sua interpretação. Assim como a fenomenologia e a análise de linguagens, a hermenêutica destaca as condições cotidianas da vida, ressignifica suas estruturas e acentua a intersubjetividade cultural, enfatizando formas e conteúdos dos laços de solidariedade que vinculam os indivíduos. Aos vínculos sociais, acrescentamos a comunhão com o território, apregoado por Milton Santos. Tais questões se mantêm atuais, sobretudo pelas crescentes e potentes ameaças a conteúdos culturais e a formas históricas de vida, cujos valores e referências se enfraquecem e parecem se dissolver no cotidiano renovado - muitas vezes desprovido de sentido -, perante imperativos contemporâneos de ordem política, econômica e tecnológica.

No âmbito da questão patrimonial, observa-se a tendência à sua crescente fetichização e à inserção de novos valores, oriundos da internacionalização da cultura e da exploração turística

da cultura e da paisagem que se desdobram do processo de globalização. Pelo viés da espetacularização mercantilista do patrimônio cultural e da cenarização de práticas tradicionais no território, são produzidas novas linguagens, formas e funções cuja aceitação, apropriação e incorporação na vida do lugar demandam a formatação de processos hermenêuticos de compreensão ampliada.

Habermas destaca a importância da consciência hermenêutica também para as ciências e para a interpretação de seus produtos e resultados. Em primeiro lugar, a objetividade da compreensão é assegurada pela reflexão sobre o contexto histórico-efetual que vincula o sujeito que conhece ao objeto.¹³⁵ Nesse sentido, compreender significa entender-se na coisa como verdade, na expectativa transcendente de sentido criada a partir de uma compreensão prévia. Em segundo lugar, a consciência hermenêutica devolve às ciências sociais problemas resultantes da pré-estruturação simbólica do seu domínio de objetos. E este autor destaca a necessidade de tradução de informações científicas relevantes e do saber tecnicamente utilizável para uma linguagem acessível ao mundo da vida social, o que exige que o sentido dos enunciados monologicamente produzidos pela ciência moderna se torne compreensível na dimensão do cotidiano.

“Hermenêutica se refere a uma “capacidade” que adquirimos à medida que aprendemos a “dominar” uma linguagem e à arte de compreender um sentido linguisticamente comunicável e, no caso de comunicações perturbadas, torná-lo inteligível.” (HABERMAS, 1987, p. 26). O método hermenêutico de tradução de significados foi também utilizado por Freud em tratamentos psicanalíticos de pacientes que apresentavam “comunicações perturbadas”.

Nesse sentido, uma questão que se coloca na presente tese é a perspectiva hermenêutica de compreensão de sentido e de significações histórico-culturais fixadas no tempo e no espaço; não se limita a significações escrita e se estende a símbolos, objetos, espaços, ambiências e demais modalidade de textos não-linguísticos e que podem ser recolhidas em discursos verbais, sensoriais, emocionais e territoriais. A aplicabilidade que ora propomos do método hermenêutico para compreensão e interpretação do patrimônio cultural, vem ao encontro do

¹³⁵ História-efetual (*wirkungsgeschichte*), é um termo técnico criado por Gadamer, que significa a história dos efeitos de uma certa obra e de sua influência sobre as gerações posteriores.

enfraquecimento da vigilância sensorial e motora, própria à dinâmica cotidiana contemporânea - esta, prioritariamente racional, automatizada e restritiva à compreensão de sentidos. Aqui também se objetiva a capacidade de voltar a, ou passar a dominar linguagens, conteúdos e significados histórico-culturais pela renovável habilidade de compreender e de tornar inteligível sentidos opacos, sutis ou escusos.

“Os homens não veem o que enxergam. Essa cegueira universal é mais que um mistério, condena a existência a ser vivida, a despeito de cada um de nós. Tornamo-nos joguetes no curso da vida coletiva.” (SANTOS, 2012, p. 69).

O conceito de anomia é promissor para a análise de padrões de comportamentos da comunidade ouro-pretana para com o território. A questão comportamental em si extrapola o âmbito desta tese, porém se apresenta como uma chave para a caracterização e compreensão dos processos de degradação do patrimônio em Ouro Preto. Para Robert King Merton, popularizado pelo livro *Estrutura Social e Anomia*, de 1949, a anomia “... ocorre quando o insucesso em atingir metas culturais, devido à insuficiência dos meios institucionalizados, gera conduta desviante”, o que ilumina a compreensão do processo vertical e autoritário de patrimonialização de uma cidade de intensa dinâmica cultural, submetida ao tombamento de área tão abrangente, sem participação popular. Para Merton, a teoria da anomia “... explica por que os membros das classes menos favorecidas cometem a maioria das infrações penais, e crimes de motivação política (terrorismos, saques, ocupações) que decorrem de uma conduta de rebeliões, bem como comportamentos de evasão como o alcoolismo e a toxicodependência.” (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Anomia>, visitado em 8/12/13). (Grifos nossos). Não nos cabe problematizar a simplificação do vínculo que o autor estabelece entre infrações penais e classe social. Mas, sem poder considerar como exclusividade ouro-pretana, é flagrante a ocorrência de alcoolismo na cidade - em todas as faixas etárias e categorias sociais -, bem como a ascensão exponencial de incidência de toxicodependência entre seus moradores.¹³⁶

As “comunicações perturbadas” tratadas por Freud com recursos terapêuticos hermenêuticos podem, com uma pitada de ousadia analítica, mas não de irreverência, preconceito intelectual ou desqualificação cultural, ser associadas a diferentes graus, níveis e expressões de certo

¹³⁶ Estudos estatísticos revelaram, recentemente, que os estudantes universitários de Ouro Preto são os maiores consumidores de bebidas alcoólicas dentre os demais no Brasil.

analfabetismo patrimonial, estado que é agravado na comunidade ouro-pretana por fatores como a precariedade do ensino da história local, pela desterritorialização dos “conhecimentos gerais” reproduzidos e, sobretudo, por modalidades de alijamento social e alienação cultural. Neste contexto, a “cegueira universal” que Milton Santos considera misteriosa e o *analfabetismo patrimonial* se relacionam a constrangimentos decorrentes da separação dos indivíduos dos símbolos e significados construídos por sua própria cultura ou de outrem que os antecederam. Nosso exercício intelectual acena para a necessidade de relativizar e extrapolar a concepção do senso comum de analfabetismo, relacionado à falta de instrução formal, e associá-lo à falta de domínio sobre os sentidos, símbolos e significados da diversificada produção cultural de uma comunidade. Trata-se, mais efetivamente, do sentido mais perceptivo, informativo e interpretativo que se pode atribuir ao termo alfabetização. O Dicionário Michaelis define o analfabeto como o “Indivíduo que ignora o alfabeto”. Assim, o “analfabetismo funcional”, por exemplo, define a condição do indivíduo que, mesmo capaz de identificar letras e ler textos curtos, não desenvolveu habilidades para interpretá-lo. De forma menos literal, é o que soe ocorrer também nos níveis superiores da educação. Sob tal perspectiva, o *analfabetismo patrimonial* aqui considerado pode assolar, indiscriminadamente, indivíduos não alfabetizados ou letrados, o que não pressupõe educação formal ou erudição, mas domínio dos elementos simbólicos estruturadores de sua cultura, história e lugar. Nesse sentido, o indivíduo despreparado para manipular o alfabeto não pode ser considerado mais analfabeto do que o cidadão que, por motivos de várias ordens, se encontra sem recursos ou motivação para compreender os símbolos e o léxico do legado impresso no seu território.

Exemplos de certa curiosidade ilustram essa discussão: Em Ouro Preto, é possível flagrar pessoas - pouco íntimas da cidade - que se benzem defronte do Museu da Inconfidência por preestabelecerem, cultural e imageticamente, que naquele espaço de destaque e centralidade na malha urbana, estaria implantada uma igreja - o que é o mais comum na estruturação urbana barroca. Esses episódios denotam, minimamente, o desconhecimento da história do lugar e a não identificação das funções e da linguagem estético-construtiva do edifício. Da mesma forma, um católico pode não reconhecer uma mesquita e confundi-la com um palácio. Kevin Lynch, ao tratar da construção da imagem urbana, defende que:

Una imagen eficaz requiere, en primer término, la identificación de un objeto, lo que implica su distinción con respecto de otras cosas, su reconocimiento como entidad separable (...) identidade, no en el sentido de igualdad com otra cosa sino con el significado de individualidad o unicidad. (LYNCH, 1984, p. 17).

Por sua vez, Karel Kosik afirma que: “A representação da coisa (...) é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas.” (KOSIK, 1976, p. 15). É à falta dessa representação que se dedica a hermenêutica.

Um caso que entrou jocosamente para a história da vida estudantil ouro-pretana e é também ilustrativo dessa modalidade de *analfabetismo patrimonial*, é o de um “bixo”¹³⁷ que se submeteu ao desafio de atravessar, nu, uma procissão religiosa de Semana Santa, na Rua Direita. O agravante da “brincadeira” é que as repúblicas estudantis vizinhas também lhe fecharam as portas. Tal transgressão coletiva, por si só não basta para compreender aquela ação que pressupõe o conhecimento raso, difuso e vulgar de relevantes significados culturais, morais e ritualísticos da cultura que promove tal celebração. Na concepção hermenêutica, tradição é linguagem transmitida, com a qual vive o dia-a-dia da cidade. Mais que irreverência e desrespeito à tradição local, portanto, esse fato sinaliza para questões de integração cultural na diversidade e de comunicação perturbada que impede a transmissão da tradição para o presente, pelo caminho do compreender. Desse episódio, de grande impacto social, resultou a alteração do trajeto das procissões pelo núcleo histórico, impedindo durante décadas o tradicional ritual de travessia de territórios historicamente conflituosos e a integração simbólica das paróquias do Pilar e do Antônio Dias.

Da mesma forma, operários da construção civil - pedreiros, carpinteiros, ferreiros e pintores - ao longo da Oficina Ver(a)Cidade¹³⁸, em 2009, avaliavam sua missão de convencer seus empregadores construtores sobre alternativas de intervenção arquitetônica, sem a corriqueira utilização de materiais e técnicas descaracterizadoras dos imóveis tombados: tubulação aparente, cobertura de amianto, cimento em substituição à cal, entre outros. Cidadãos praticamente analfabetos se encarregavam de alfabetizar, patrimonialmente, seus superiores mais letrados e, nem por isso, comprometidos com a preservação do patrimônio.

¹³⁷ Denominação de calouro nas repúblicas estudantis.

¹³⁸ Módulo do Curso de Requalificação Profissional em Patrimônio, da Faop, sob nossa responsabilidade.

Essas situações se enquadram na defesa que Gadamer faz do processo através do qual a tradição pode ser transposta para processos individuais de aprendizagem e apropriada socialmente. Para ele, o que o sujeito compreende constitui um horizonte temporal determinado pela história e pode ser fundido, pela comunicação, a outros horizontes. Assim, o sujeito que compreende pela reflexão, passa a ocupar lugar diferenciado no seu fazer história.

Outro exemplo dessa modalidade de *analfabetismo patrimonial* se revela, também no comportamento de residentes estudantis que, diária e sistematicamente transgridem a Lei do Silêncio, o Código Municipal de Posturas e as normas de conduta social urbana. Têm conhecimento delas, são regularmente notificados, mas resistem a acatá-las por não compreendê-las profunda e suficientemente, mesmo sofrendo punições e deteriorando a imagem dos estudantes como um todo e as relações sociais com os demais moradores do entorno. Efetivamente, muitos desses moradores temporários não compreendem a linguagem, os códigos, símbolos e significados da cultura local e desconsideram a vizinhança, a cidade em sua essência e seu próprio papel na inserção social e territorial.

Como a compreensão de sentido se orienta para conteúdos semânticos e significações fixadas em símbolos linguísticos e não linguísticos, a capacidade de interpretação pode ser aprimorada como habilidade técnica, mediante processos internos de aprendizagem. É o que buscamos disseminar com o segundo objetivo específico deste trabalho, explicitado nas Considerações Iniciais e desenvolvido no Capítulo 4: efetuar a revisão crítica da estrutura teórico-metodológica de construção e implementação de roteiros sensoriais interpretativos do patrimônio, fundamentada na dialética e na hermenêutica, e avaliar seu potencial de universalização como método de ensino-aprendizagem pelo patrimônio.

Extender y profundizar nuestra percepción del medio ambiente equivaldría a prolongar un dilatado desarrollo biológico y cultural que ha ido desde los sentidos de contacto a los sentidos de distancia, y desde los sentidos de distancia ha pasado a la comunicación simbólica. (LYNCH, 1984, p. 23).

A hermenêutica se distingue da ciência da linguagem, ou da linguística, o que nos permite propor sua aplicação à compreensão aprofundada do patrimônio cultural e de outras linguagens não necessariamente verbais, porém gramaticais. Nesse sentido, o que a presente tese persegue é a perspectiva de que a compreensão pela experiência e reflexão crítica e, por

consequência, a apropriação ampliada dos signos, símbolos e significados das tradições culturais possa transformar profunda e suficientemente os sujeitos, alterando sua experiência estética cotidiana do legado cultural e instrumentalizando-os para a ação cidadã e, consequentemente, para a produção de práxis emancipadoras.

No âmbito da oposição que se estabeleceu entre experiência hermenêutica e conhecimento metódico, Gadamer entende que a teoria hermenêutica foi dominada pela ideia de procedimento e método, e que o ato de compreender deve ser pensado “... como o entrar num acontecer da tradição, no qual o passado e o presente estão em contínua mediação.” (HABERMAS, 1987, p. 15), de forma a fundir tradição viva com investigação hermenêutica. Essa abordagem se opõe frontalmente à tese de que a apropriação da tradição pela reflexão e sua objetivação científica romperiam a substância naturalística da tradição e modificariam a posição dos sujeitos nela. Habermas entende que é preciso melhor avaliar a força da reflexão que se desenvolve no ato de compreender e advoga que a práxis vital é sacudida ao se descobrir a gênese da tradição, a partir da qual surge a reflexão.

Se a hermenêutica tradicional e a retórica tiveram origem comum como tecnologias ou doutrinas da arte que servem à formação de competência comunicativa, Habermas afirma que a hermenêutica filosófica não é nem uma coisa nem outra, mas crítica, na medida em que traz à consciência experiências comunicativas sob orientação reflexiva. Pela reflexão é possível ratificar, romper ou mesmo derrubar poderes dogmáticos. A busca de transparência ocorre, então, pela compreensão da multiplicidade de sentidos. Para a crítica, aí se encontra um significado paradigmático, que é desenvolver, paulatina e ininterruptamente, a consciência como processo de emancipação e de libertação da ilusão ideológica. É o que confere à reflexão sua força retroativa, ao olhar para trás e refazer o caminho da autoridade pelo qual as gramáticas dos jogos de linguagem foram exercitadas dogmaticamente como regras da concepção do mundo e do agir. Assim se torna possível retirar da autoridade o que foi ou ainda é dominação, por meio da intelecção e da razão.

Sobre esse ponto, Lefebvre contribui com a reflexão sobre o poder ideológico que consegue “... separar e mesmo apagar a consciência da alienação, acrescentando às antigas algumas novas alienações.” E ainda, “... a alienação tende para uma totalidade e se torna tão poderosa que apaga os traços (a consciência) da alienação.” (LEFEBVRE, 1969, pp. 79 e 132). Por sua

vez, Santos assevera que “A alienação, como fábrica de enganos, se robustece e se alastra, num mundo em que os homens pouco se comunicam pela emotividade e se deixam mover como instrumentos.” (SANTOS, 2012, p. 70).

O homem alienado é como se lhe houvessem manietado, para roubar-lhe a ação, e imposto barreiras à visão, para cegá-lo. Seus olhos são fechados para a essência das coisas. (...) Quando a aparência se dissolve, é a essência que começa a se impor à sensibilidade. Essa mutação é reveladora porque permite abandonar o mundo do fenômeno e abordar o universo das significações. É assim que renasce o homem livre.” (SANTOS, 2012, p. 72).

A intersubjetividade da comunicação, quando rompida, pode ser reconquistada de forma a renovar o entendimento, a reflexão e a prática da cidadania, o que faz progredir a tradição pela compreensão hermenêutica e alterar modelos de interpretação anteriormente absorvidos. A experiência hermenêutica diz respeito a tudo o que é presente, já que a experiência envolve a consciência de que estamos entregues a um acontecer no qual as condições de racionalidade se alteram conforme o tempo, o lugar, a época e a cultura. Ainda segundo Habermas, a autorreflexão hermenêutica só beira o irracionalismo quando se absolutiza a experiência hermenêutica, sem reconhecer a força de transcender da reflexão que ela potencializa. A experiência hermenêutica aprofundada demonstra que, pela tradição dogmática se impõem relações que deformam a intersubjetividade do entendimento e se distorce a comunicação corrente. Assim, todo consenso sobre a compreensão de sentido é suspeito “... de ter sido forçado de maneira pseudo-comunicativa: os antigos chamavam de cegamento quando se perpetuavam intocados mal-entendidos e mal-entendidos-sobre-si-mesmo, na aparência de estar-de-acordo fático.” (HABERMAS, 1987, p. 63). Diferenciando e contrapondo visão e cegamento, o método hermenêutico objetiva descobrir e compreender os enganos dos consensos forçados e as deturpações no mal-entendido aparentemente casual.

A história do homem se faz, em todos os tempos, da sucessão de momentos, mais ou menos longos, da obscuridade e cegueira, e de momentos de luminosidade, em que a recuperação da consciência restaura o ser humano na dignidade de viver, que também é busca e escolha de caminhos, visão resplandecente do futuro, e não apenas prisão do cotidiano vivido como preconceito, isto é, num presente subalternizado pela lógica instrumental. (SANTOS, 2012, p. 70).

Nos próximos itens abordaremos mais diretamente as possibilidades processuais de renovação do sujeito individual e coletivo, na perspectiva emancipadora que a *hermenêutica reflexivo-dialógica do patrimônio* pode conferir à práxis cotidiana, por meio da requalificação do binômio percepção-interpretação. Tal requalificação do “olhar”, para além da visão, ganha potência pela reflexão advinda da experiência multissensorial de objetos, ambientes e práticas culturais, muitos deles transformados em resíduos banais no cotidiano automatizado. É o que Milton Santos denomina “latências”, essas possibilidades ainda não colhidas pelo atores. (SANTOS, 2009, p. 123).

Metaforicamente, denominamos os processos hermenêuticos de compreensão, de tomada de consciência e de libertação de preconceitos como a *alforria da cidadania*, uma restauração da cidadania pela consciência da essência do patrimônio e compreensão totalizante de si próprio no território e no mundo. Com vistas em um devir social integrado e íntegro, perseguimos reunir consciência e sensibilidade, emoção e matéria, poesia e lógica, memória e ação, na esteira das possibilidades de reintegração das dimensões *Logos, Pathos, Eros e Mithos* à experiência do patrimônio e do território. (VILLASCHI, 2012). A perspectiva desta proposição, para além de uma utopia a perseguir, se ancora em experiências que viemos desenvolvendo ou acompanhando nos últimos anos, analisadas no item 4. do Capítulo 4: Metodologia de Percursos Sensoriais Interpretativos.

3.2. O método hermenêutico aplicado à compreensão e apropriação do patrimônio

Os estudos de hermenêutica são fortemente estruturados em abordagens linguísticas, a exemplo da contribuição de Wittgenstein que trata de jogos de linguagem e os submete a uma autorreflexão transcendental e a uma sociolinguística. Dando um passo adiante nessa abordagem, Gadamer acrescenta a reflexão de caráter histórico que concebe o intérprete e seu objeto como momentos do mesmo contexto objetivo que se apresenta como tradição ou história-efetual.

Entretanto, e afora questões linguísticas específicas, a hermenêutica, compreendida como teoria e prática de interpretação de símbolos e significados culturais, se revela pertinente ao redirecionamento de foco e instrumentalização de políticas públicas voltadas, não somente

para a leitura de objetos, mas para a socialização da compreensão substantiva dos elementos materiais e simbólicos do legado histórico-cultural. A ampla disseminação do conhecimento é importante função social do Estado, além de se constituir em direito do cidadão. Essa perspectiva se mostra particularmente promissora quando se analisa as relações socioterritoriais de comunidades alijadas do entendimento de suas origens e do valor de suas tradições, a exemplo da comunidade ouro-pretana. Pela compreensão aprofundada e crítica, o método hermenêutico se mostra adequado para buscar decifrar o sentido do seu legado e integra, tanto aquele que compreende como aquilo que é compreendido, ou seja, articula o indivíduo, a comunidade, o território e o patrimônio cultural.

Nesses termos, a proposta de revisar criticamente a metodologia aplicada ao Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania, nos leva a procedê-lo à luz de uma hermenêutica diferenciada da tradicional, o que estamos denominando *hermenêutica reflexivo-dialógica do patrimônio*. A reflexividade aqui assumida encontra eco na abordagem que Louis Quéré aporta à nova teoria da comunicação, em que desvela o impacto mútuo e imbricado que se opera, tanto no observador quanto no objeto de sua observação em seu contexto histórico territorial específicos.

Alors que pour le modele informationnel, le langage est un instrument de représentation ou de transmission de représentations e d'états intentionnels, pour le modele communicationnel le langage est nécessairement partie prenante de la construction sociale de la réalité. (...) Dans cette théorie, la connaissance a pour site naturel l'action; ele est une composante essentielle d'une activité d'organisation, par laquelle sont déterminés, réciproquement et simultanément, le sujet et l'objet, l'action et son environnement, et les sujets entre eux. (QUÉRÉ, 1991, pp. 81 e 85).¹³⁹

Conceitualmente, a hermenêutica do patrimônio extrapola a vinculação original dos estudos hermenêuticos à linguística, se expande a outras áreas e formas de conhecimento e se apoia nos recursos sensoriais de cada indivíduo. Imagens e representações concretas e simbólicas, também são evocadas, tendo como suporte as múltiplas linguagens artísticas dos documentos

¹³⁹ “Se para o modelo informacional, a linguagem é um instrumento de representação ou de transmissão de representações e de estados intencionais, para o modelo comunicacional a linguagem é necessariamente parte integrante da construção social da realidade. (...) Nesta teoria, o conhecimento tem como sítio natural a ação; ela é um componente essencial de uma atividade organizante, pela qual são determinadas, recíproca e simultaneamente, o sujeito e o objeto, o ambiente da ação e os sujeitos entre eles.” (Traduzido por Lúcia Sena e Vera Westin)

históricos “escritos” em suportes diversificados. De sua inscrição na paisagem e de sua materialidade afloram símbolos vivos da cultura, suas temporalidades e territorialidades. O que oferece particularidade e potência a essa hermenêutica se encontra, sobretudo, no seu caráter dialógico que opera a somatória e a retroalimentação de informações, com aportes do conhecimento inerente ao morador, sua vivência particular do lugar, suas memórias, fantasias e emoções. Ainda mais diferenciada se reveste essa abordagem hermenêutica, por estruturar a experiência na exploração sensorial e lúdica dos lugares então revisitados, como se os vivenciasse pela primeira vez, sob novos filtros, “olhares” e “sentires”. Também a socialização de informações do senso comum - os casos, “causos”, lendas e mitos repassados geração após geração -, enriquece, colore e aporta subjetividade e emoção a essa experimentação “alterada” do território.

Anteriormente, tratamos dos desafios que a ciência enfrenta para socializar seus resultados para o universo da vida cotidiana e do homem comum. Essa comunicação, quando adquire caráter de tradução unidirecional e monológica, se insere na arte ou técnica retórico-hermenêutica de transmissão de conhecimento em linguagem corrente. É a modalidade que todavia predomina em formatos e conteúdos de roteiros urbanos convencionais de visitação e exploração do espaço, com transmissão de informações históricas, o que atende a interesses hegemônicos de uma interpretação que dissemina versões oficiais da história do lugar. Como anteriormente problematizado, tal viés de tradução simples e vertical prevalece em roteiros, turísticos ou pedagógicos, sejam eles vinculados ao ensino formal ou a ações educativas restritas à visão humana e a objetos de destaque na paisagem. Trata-se, efetivamente, de transmissão unifônica de fragmentos de destaque do conhecimento histórico acumulado para o universo popular, sujeita a diferentes colorações ideológicas. A linguagem museológica tradicional tampouco escapa a essa retórica. É o caso do Museu da Inconfidência de Ouro Preto, cuja concepção e estruturação de seu último projeto museográfico, de 2005, originalmente de intenção interpretativa, resultou em sinalização escrita que utiliza linguagem histórica tradicional, textos longos, enfadonhos e de difícil absorção pelos usuários - moradores ou visitantes.

Santos considera a retórica como condição a qualquer proposta de ação e aponta a necessidade de tradução do discurso dos objetos que já não nos falam diretamente: “... hoje, nós os miramos e eles nada nos dizem, se não houver a possibilidade de uma tradução.”

(SANTOS, 2009, p. 226). A necessidade que o autor aponta de “tradução do discurso dos objetos” depende da figura de um intérprete especialista que empreste sua voz ao objeto, conforme sua própria leitura e entendimento. Essa abordagem pode se revelar tão comprometida quanto a da hermenêutica tradicional, anteriormente explicitada. Ambas se apoiam na eficácia da comunicação monológica e hierárquica, se constituindo como uma espécie de glossário ou manual de interpretação única. Sobre esta questão, vale considerar que, além da função revelada pela estrutura dos objetos, estes carregam, em si mesmos, linguagens, mensagens, processos e informações; e provocam sensações múltiplas e inesgotáveis, para além do que a vista e a objetividade alcançam, em função do método que se adota para perceber e decodificar os discursos que os objetos estabelecem entre si, com o homem e com o território. Para Massimo Canevacci,

A cidade se caracteriza pela sobreposição de melodias e harmonias, ruídos e sons, regras e improvisações cuja soma total, simultânea ou fragmentária, comunica o sentido da obra. (...) por meio da multiplicação de enfoques – os “olhares” ou “vozes” (...) [é] possível se avizinhar mais à representação do objeto. (CANEVACCI, 1993, p. 18).

No contexto da *hermenêutica reflexivo-dialógica do patrimônio*, aqui concebida como processo de comunicação e reflexão também praxiológica (QUÉRÉ, 1991), o “intérprete” deixa de ser tão somente a figura do “tradutor”, professor ou guia, que domina certos conteúdos e informações e transmite suas preferências e suas próprias interpretações calcadas na versão consagrada da história, para um público ouvinte e passivo. Esse “tradutor” detém poderes semelhantes aos dos *experts* sobre a decisão do que seja valoroso ou excepcional e merecedor de ser preservado, sobretudo nos primórdios das políticas de patrimônio. No âmbito desta tese, o “intérprete” exerce, necessariamente, papel plural, ao mesmo tempo informante e ouvinte, mestre e aprendiz. O processo interpretativo assim estruturado é, então, alinhavado, invariável e simultaneamente, tanto pela figura do mediador de um percurso assistido - e não guiado - e que instiga reflexões e *feed back* do público, quanto pelo protagonista principal da experiência hermenêutica, que é o morador que se submete ao “jogo” de revisitar o patrimônio, aportando seu conhecimento e sensibilidade.

Uma contradição fundamental que se descortina neste trabalho e que também nos leva a considerar a assertividade da adequação hermenêutica ao patrimônio cultural, é que o conhecimento e a compreensão do patrimônio, *à priori*, supostamente fariam parte integrante

da consciência da comunidade que o produziu ou que o herdou. Conforme idealizou Aloísio Magalhães, ela é - ou deveria ser apta a ser - a melhor guardiã do patrimônio. Mas não é o que se verifica no cotidiano do cidadão comum e esta condição é comum em contextos de cotidianidade insensível ao território e desconectada do espaço exterior. Como discutido anteriormente, essa contradição se desdobra e se materializa em atitudes de depredação do patrimônio por parte de moradores, em desrespeito à legislação que pretende protegê-lo: seja pelo uso do território patrimonializado com distintos graus de apropriação - concreta ou simbólica -, seja por atitudes de conivência perante sua descaracterização, seja também para atender a interesses individuais pontuais de ordem funcional, econômica ou política. Certamente não são poucas as encruzilhadas, armadilhas e ambiguidades intrínsecas à problemática da preservação do patrimônio. Algumas situações emblemáticas recentes ilustram essa questão em Ouro Preto: uma é a adesão de beneficiados pelo recente programa municipal de obras de asfaltamento da cidade, o Programa Promova; e outra, o imbróglio judicial travado por uma minoria de comerciantes moradores do centro histórico, quando do alargamento de calçadas e limitações impostas ao estacionamento de veículos na Rua São José, em benefício da circulação de pedestres, ambos anteriormente tratados neste trabalho.

Parte das dificuldades de representação e interpretação do patrimônio resulta de distâncias e barreiras temporais, culturais e sociais. Esclarecer hermeneuticamente contextos de sentido incompreensíveis - o que equivale a decifrar um alfabeto, compor uma linguagem e apreender seu vocabulário - demanda informações de diferentes ordens de complexidade, a exemplo da socialização da nomenclatura e do repertório técnico e artístico envolvido - origens, influências, estilos e simbologias -, da contextualização sociopolítica dos períodos de produção do espaço e da posição do objeto e do território em questão no processo contínuo de totalização urbana.

Toda interpretação subentende a expectativa de que o autor da obra e seus destinatários/usuários venham a compartilhar sua compreensão e de que se possa transpor distâncias temporais por um processo de aprendizagem complementar à interpretação corrente. Esse processo ultrapassaria o tempo, na medida em que o autor, a obra e seus intérpretes, teriam de se libertar de seus próprios horizontes. Para isso Gadamer se utiliza da imagem de “horizontes que se fundem mutuamente” (HABERMAS, 1987, p. 92), o que pode ser associado à transposição da tradição por fusão continuada de horizontes e não por rupturas

radicais, como apregoado pelo ideário modernista.¹⁴⁰ Tal fusão de horizontes envolve a perspectiva de uso e apropriação cotidianas, concreta e simbolicamente, do patrimônio e do território, sem pretender se apossar da história à própria maneira de interpretá-la. Para tanto, é mister assumir postura de humildade, respeito e deferência para com o patrimônio cultural, visando a apropriação da essência do legado em questão em sua plenitude possível. Este é um elemento fundante para buscar assimilar os objetivos originais do autor e dos contextos que produziram aquele patrimônio, de suas simbologias, do seu enquadramento às novas demandas sociais, das adaptações e refuncionalizações necessárias às dinâmicas urbanas atuais, e de sua possível perenidade como documento histórico vivo e identitário. A construção social de práxis emancipadoras que podem ser potencializadas pela hermenêutica condiz com a tomada de consciência da comunidade como sujeito de sua própria história e dos destinos do lugar.

À compreensão difusa e distorcida do patrimônio atribuímos as pequenas-grandes ações reincidentes de sua descaracterização, sobretudo por parte da comunidade residente, resultantes tanto de processos institucionais de patrimonialização marcadamente verticais, elitizados e excludentes, quanto de conflitos entre o uso cotidiano do território, as práticas culturais tradicionais e a mercantilização turística da cidade. Essas questões sinalizam a dissonância hermenêutica atual em Ouro Preto e a necessidade de sua superação. Neste contexto de paradoxos, “compreensão” para Gadamer significa evitar mal entendidos ou evitar compreender mal, o que pressupõe um “acordo fundamental” de certo consenso social.

No âmbito do objeto desta tese, tais mal entendidos correspondem a “acordos” culturais impostos pelas condições históricas de dominação e de representação dos poderes político, econômico e religioso, condições essas produtoras do fenômeno da exclusão e da auto-exclusão da vivência plena do legado cultural e do território. A condição de colônia portuguesa nos períodos de povoamento e de efervescência econômica e artística em Minas Gerais, sob o jugo da estrutura religiosa dogmática, produziu uma cultura de submissão - cuja história dos vencidos é pouco representada ou valorizada - o que ainda coíbe questionamentos sobre a essência cultural, a origem e a veracidade da história factual ou

¹⁴⁰ Dentre outros elementos estruturadores, o ideário modernista rompe com a noção de tempo cíclico próprio a todas as civilizações e advoga o fazer histórico como um tempo linear em direção ao futuro liberto do passado, sob renovação permanente, em defesa do aperfeiçoamento técnico e social, com substituição e ou superposição sistemática de objetos e valores socioculturais.

apenas univocamente interpretada. Em Ouro Preto, fatos e lendas se confundem sem cessar, muitas vezes impostos como verdades históricas inequívocas e transmitidas em nome da tradição. É o caso da adoção do termo Inconfidência Mineira, passível de compreensão diferenciada como conjuração ou rebelião popular.

É sobre esses acordos culturais enrijecidos e que incidem sobre a produção do espaço que se pode lançar outros olhares, percepções e reflexões, na busca de nova compreensão hermenêutica e legitimação social. No âmbito da interpretação do patrimônio, o arsenal sensorial do morador e seu conhecimento vivencial do território são uma chave para a reflexão consistente. Através da socialização de informações dialogicamente trabalhadas, vislumbramos o processo de renovação daqueles acordos.

A formação de sintomas comportamentais de não valorização e descaracterização patrimonial na comunidade ouro-pretana se articula a processos de “dessimbolização” da cultura e de absorção de renovados valores estéticos e funcionais, expressos em também renovadas demandas de consumo, pelo desejo de status e conforto, e pela negação de tradições e valores, como partes de um passado exogenamente reverenciado. É como se a comunidade, em sua evolução, quisesse simultaneamente preservar a história livrando-se do fardo que ela representa no presente.

A compreensão ampliada pela experiência sensorial aprofundada tende a produzir equivalências de significação entre cenas cotidianas, cenas de transferência - a vivência de percursos sensoriais interpretativos - e cenas originais - a volta imaginária no tempo e a revisão de referências históricas e culturais. (ver fotos 108 a 110, pp. Xxx) As novas interpretações assim produzidas coletivamente pela consciência hermenêutica colaboram para a ressimbolização da cultura, ou seja, para a reintrodução de conteúdos semânticos rompidos ou perdidos no tempo. Tal ressimbolização pressupõe algum grau de “dessimbolização”, como aqui problematizado. A experiência hermenêutica permite, assim, uma renovação ou a tradução de sentidos tornados inacessíveis na vida cotidiana e o esclarecimento “... das condições da gênese do sem-sentido”. (HABERMAS, 1987, p. 46). O esclarecimento de um sentido eventual ou sistematicamente inacessível ou deformado se consolida na medida em que a identificação do sem-sentido é explicitado. E a “reconstrução” de cenas originais possibilita, tanto a compreensão de sentido do jogo de linguagem deformado - na forma de

informações ou crenças tornadas senso comum -, quanto a explicação da gênese e da evolução da própria deformação. Como uma tomada de consciência da multifacetada manipulação de informações e interpretações históricas.

O conteúdo da apreensão histórica e cultural, assim produzido, se diferencia qualitativamente da compreensão hermenêutica simples de sentido, por não depender de competência comunicativa dirigida e unilateral, e por sua força ao mesmo tempo explanatória e provocativa. Trata-se do engendramento de processos dialógicos de esclarecimento que conduzem o indivíduo à autorreflexão e à revisão de valores. A experiência estética e a exploração dos sentidos potencializam a percepção ampliada do lugar, a interação simbólica e afetiva com o território, a reflexão crítica e a perspectiva de novos papéis e comportamentos sociais. Nesse sentido, Milton Santos contribui com a noção de “agir simbólico”¹⁴¹, que compreende formas afetivas, emotivas e ritualísticas. Em sua concepção, o cotidiano se operacionaliza mediante essas três formas de agir, sendo que ao agir simbólico correspondem formas culturais de uso e apropriação da técnica.

Mas se (...) a ordem técnica e a ordem da norma impõem-se como *dados*, (...) a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma. (SANTOS, 2009, p. 82).

Em casos extremos de compreensão distorcida de contextos e conteúdos, até a sintaxe aparece prejudicada, quando podem se apresentar desconectadas as funções de cada elemento no texto urbano, as relações entre si e com os indivíduos e suas articulações com a totalidade urbana. Por analogia, as funções gramaticais das palavras em uma frase equivalem às funções dos símbolos na linguagem patrimonial. Em sua interpretação, portanto, a disposição e a combinação dos seus elementos equivalem às possibilidades de leituras dos objetos, de sua distribuição no espaço, das ambiências que definem, de sua simbologia, da evolução de suas relações e combinações no tempo. Na falta de tal sintaxe que lhes agregue compreensão, fica prejudicada a construção de sentido, a afirmação de valores e a identificação do papel de cada elemento - sejam objetos, sujeitos, práticas culturais ou porções do território. Sob tais

¹⁴¹ Elemento da trilogia formada com o “agir técnico” e o “agir formal”, apreendida de I. Braun e B. Joerges.

condições de separação do sujeito dos significados de seu legado na vida cotidiana, como afirmar identidades, valorar a cultura, preservar o patrimônio e exercer a cidadania?

As verdades no mundo contemporâneo encontram-se em turbulência, com saberes ameaçados e sentidos esfacelados em diferentes graus, por todo o território, processo entendido por Milton Santos, como de dissolução e recriação de sentidos. Este autor sugere, para identificação do valor relativo, um sistema de referências elaborado para entender a realidade, ou seja, “... para arrancar os fatos isolados da sua solidão e seu mutismo” (SANTOS, 2009, p. 46), sem perder de vista a evolução histórica do lugar como totalidade em movimento. Tal proposição se coaduna com a questão em discussão nesta tese, de uma *hermenêutica dialógico-reflexiva do patrimônio* com reflexão ampliada, coletiva e desalienante.

Na arte de identificar e de tornar transparente e inteligível o universo “invisível” de símbolos “mudos” distribuídos nos territórios de vivência cotidiana, essa hermenêutica ganha potência ao relacionar objetivações de diferentes períodos históricos e de culturas distanciadas com contextos familiares atuais, tornando compreensíveis, contextualizadas, ressignificadas e respeitadas aquelas objetivações distantes no tempo.

Considerando que objetos e espaços se definem, se particularizam e se diferenciam pelas relações que comportam e estabelecem, sua leitura implica inseri-los em um universo compreensível e, somente assim, são passíveis de apropriação, já que objetos não reconhecidos ou desprovidos de relações não adquirem existência, consistência nem significado. Por sua vez, também objetos e contextos familiares e corriqueiros podem vir a se tornar questionáveis e potencialmente incompreensíveis. É o que atribui à experiência hermenêutica a característica da intersubjetividade da compreensão, ao mesmo tempo parcial e ilimitada, porque pode ser estendida *ad infinitum* mas nunca será integral, já que é processual. É como Habermas compreende a afirmação de Gadamer de que a consciência histórico-efetual é mais ser do que consciência.

De um ponto de vista antropológico, o processo de estranhamento deve ser conduzido ao ponto em que o nosso relacionamento com o mundo é mais costumeiro e, portanto, mais “familiar”, enquanto o processo oposto de familiarização deve focalizar e descobrir o que é desconhecido. (...) Perspectiva oblíqua e polifônica: estranhar toda a familiaridade possível com a cidade e, ao mesmo tempo, familiarizar-se com suas múltiplas diferenças.

(...) A coisa mais opaca de nossa cultura contemporânea é a que nos é mais familiar, justamente porque nos envolve diretamente com toda a vida cotidiana, bem como com a onírica. O resultante *paradoxo visível* é que a coisa mais desconhecida para nós é a publicidade mais divulgada ou o edifício mais famoso (CANEVACCI, 1993, p. 30)

Dialeticamente, trata-se de exercitar o estranhamento no excesso de familiaridade para se desacostumar do que seja ou pareça óbvio e descobrir o que não se sabe ser “desconhecido” para torná-lo familiar.

Vale considerar que a experiência calcada na *hermenêutica reflexivo-dialógica do patrimônio* se constitui em metalinguagem, na medida em que interpreta e explicita outras linguagens. Os conteúdos semânticos carregam uma comunicação manifesta nos elementos tratados, sejam formais ou simbólicos, e também uma comunicação indireta sobre seu sentido, significados e aplicações. Na construção coletiva de interpretações de mensagens e discursos antigos - artísticos, técnicos, arquitetônicos, ideológicos, políticos ou sociais - é preciso cautela para não pretender que sejam, necessariamente, mensagens atuais nem a decifração do “real”. Tal processo de inteligência criativa e inovadora, no ato de entender, compreender e conceber, pressupõe decisão deliberada de intervir sobre um quadro de “confortáveis” leituras parciais e precárias do mundo para alterar esquemas dogmáticos de interpretação. Altera-se, portanto, os processos de apreender, de aprender e de ensinar a perceber o patrimônio em sua essência, interpretando-o sob novas condições, olhares e sensações, de forma a poder avaliar criticamente o que era compreendido até então.

O ato de perceber ultrapassa os sentidos e ganha a razão. É assim que se opera a metamorfose do sensorial, mudado em conhecimento. Este se alimenta da relação entre sujeito e objeto, relação em que este, permanecendo o que é e interagindo com o sujeito, contribui para que, nessa interação, o sujeito evolua. É essa mesma evolução que permite revisitar o objeto, vendo-o de forma nova, despojando-o dos símbolos que escondem a sua realidade profunda. É a vitória da individualidade (...) que ultrapassa a barreira das práticas repetitivas e se instala em uma prática liberadora. (SANTOS, 2012, pp. 70-71).

Figura 09 - Distintas possibilidades de percepção e representação de um mesmo objeto.

Fonte: <http://www.facebook.com/sociedaderacionalista>

Esta Figura 09 ilustra as modificações visuais - de forma, cor, textura e representação - que se processam no próprio objeto, pelo pequeno e preciso ato de alterar a intenção, a forma de observação, o modo de percebê-lo e o ponto de vista.

Considerando a impotência do sujeito perante jogos de linguagem que se tornaram habituais, sua modificação pressupõe que o sujeito já participe deles e que tenha, minimamente, interiorizado as regras que determinam aqueles jogos. Aqui se manifesta, com clareza, o potencial de transformação que se identifica no morador, em oposição ao visitante, na perspectiva de poder alterar o olhar acostumado do primeiro, seu sentir e sua compreensão da história e do território, pelo viés do estranhamento do conhecimento e da vivência que tem da tradição, no seu cotidiano. O visitante, ao contrário do morador, tende a levar na bagagem a disposição à descoberta, à surpresa e ao encantamento - postura semelhante à da criança que tem diante de si o universo a explorar e conhecer.

Para Habermas, a “gramática” dos jogos de linguagem precisa tornar-se parte integrante da estrutura da personalidade, o que não costuma ser possível pela apreensão rápida, superficial e fortemente visual do visitante. Em todos os casos, a experiência do território e a interpretação de seus elementos dependem, antes de tudo, das condições objetivas de acesso à informação,

ao conhecimento e ao território. Como toda linguagem remete a contextos de gestos, expressões corporais e ações, a experiência hermenêutica do patrimônio, apoiada em recursos sensoriais, atua sobre a consciência corporal e incide sobre a relação entre linguagem e práxis. O conceito de jogos de linguagem como forma de vida, em Wittgenstein, incorpora a interpretação recíproca entre linguagem e ação. Aqui, o que está em questão são as posturas individuais e coletivas que tendem a se alterar no instante mesmo em que se aprende e domina a “gramática” da simbologia. Aí é possível refazer a leitura fragmentada do território, em sua totalidade e totalização, pela percepção acurada e pela introjeção de seus significados, rumo à sua apropriação plena. Não é suficiente conhecer o “alfabeto” dessa linguagem - nesse caso os objetos, espaços e práticas culturais -, se as relações entre eles, seus diálogos, seus papéis na história e na cultura ou a combinação de seus símbolos não fazem sentido e não são assimiláveis; e, também, quando seu entendimento é parcial, precário e distorcido. Em suma, trata-se do diálogo interminável entre os objetos e símbolos de uma cultura e sua plena compreensão, ainda que provisória e processual, objetos da dialética e da hermenêutica.

3.3. Dialética da apropriação do território e do patrimônio cultural em Ouro Preto

A dialética carrega o sentido substantivo de arte da discussão, tendo o prefixo grego *dia* o significado de reciprocidade e *dialegein*, o de trocar palavras ou razões (FOULQUIÉ, 1978), donde se depreende e são objetivadas a conversa, a discussão, o conflito, a divergência e a contestação. O diálogo que incorpora as razões e o conhecimento do outro se constitui na modalidade original da dialética, conforme proposto por Sócrates e utilizado também por Paulo Freire que incorpora elementos existencialistas e fenomenológicos à sua pedagogia. Trata-se do diálogo das coisas entre si, das coisas com os homens e dos homens consigo mesmos e com os outros homens. Mais do que falar para o outro, trata-se de falar com o outro.

Explorando as contradições do pensamento e provocando a eclosão do conhecimento, a maiêutica do método dialético socrático de ensino induz o interlocutor a “descobrir” conhecimentos que ele já detém, sem se dar conta ou ter consciência de que os possui ou do valor que têm e do papel que exercem em seu viver cotidiano. Equívocos e preconceitos são passíveis, assim, de ser esclarecidos. E aqui se situa o desafio de transpor resistências quanto

à validade da produção de conhecimento que se serve da história oral e do senso comum. Por esse viés, a maiêutica se aproxima do que propomos como aplicação do método hermenêutico ao entendimento do patrimônio e do território, em consonância com os princípios dialéticos.

Desde Heráclito, a filosofia dialética já considerava a transformação como processo de mudança constante do mundo, o que lhe consagrou a máxima de que não é possível banhar-se duas vezes no mesmo rio. É o que defendemos como percepção dinâmica e consciência da mutação permanente do mundo físico e social, na vivência cotidiana do território, de aparente rigidez. Como tudo se encontra em processo contínuo de transformação, a dialética considera as coisas em seu devir e a realidade não está tão somente em movimento permanente, mas ela é o próprio movimento. A Heráclito também é imputado o princípio da contradição, ao pensar a realidade como a tensão que liga o ser e o não-ser; daí, o entendimento analítico de que um objeto ou fenômeno pode ser, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, igual e diferente de si mesmo.¹⁴² Em Ouro Preto, suas brumas características são interpretadas como elemento ora romântico, ora aterrorizante e deprimente. Na contradição encontra-se, pois, a lei da unidade e a luta dos contrários. Como tudo se opõe, a transformação é possível, justamente porque coexistem forças opostas que tendem simultaneamente à unidade e à oposição.

Reconhecido como criador da dialética moderna, Hegel inclui o consenso (síntese) nos processos de afirmação (tese) e contrariedade (antítese), situando a contradição como a substância da dialética e a fonte de todo movimento da vida. Outras características da dialética são esclarecedoras de nossa opção metodológica:

A totalidade é a visão de conjunto para viabilizar a compreensão das partes de um todo que, por sua vez, também se constitui como parte de outro todo. Pelo princípio dialético da totalidade, tudo se relaciona no mundo físico e social e qualquer fenômeno se torna desprovido de significado e explicação se for tomado separadamente de seu contexto, estrutura e processo. Nessa linha de análise, o território como produto social também só pode ser plenamente compreendido em sua totalidade e dinâmica. Para Kosik (1976), a totalidade revela as conexões internas para compreensão dos processos evolutivos e, como exigência

¹⁴² É o que também ilustra a Figura 09, acima.

metodológica, banalizou a compreensão de que tudo está conectado a tudo e que o todo é sempre mais do que a somatória das partes.¹⁴³

A simultaneidade recíproca e contínua, considera que tudo acontece processualmente e ao mesmo tempo, sem o pseudo rigor de um antes e um depois. A afirmação de Aloisio Magalhães de que "O tempo cultural não é cronológico. Coisas do passado podem, de repente, tornar-se altamente significativas para o presente e estimulantes do futuro." , pressupõe que o “novo” pode estar no passado, assim como o “antigo” no futuro. O entendimento de tal simultaneidade permite a dissolução das dimensões temporais passado-presente-futuro, socialmente convencionadas. E informa os desafios metodológicos do exercício investigativo de analisar o objeto em seu movimento.

A não Hierarquia implica que tudo seja igualmente importante para a compreensão e assimilação da realidade. Nos processos de ensino-aprendizagem, quando estruturados dialética e dialogicamente, tampouco procede a hierarquia ou a imposição elitista de conhecimento, tudo estando no mesmo nível. Esse é um dos principais desafios conceituais, metodológicos e operacionais da *hermenêutica reflexivo-dialógica do patrimônio* que, por um lado, incorpora o princípio dialético da não hierarquia, na perspectiva de superar práticas hermenêuticas tradicionais de “tradução” direta e vertical de conteúdos e repasse de conhecimento. Por outro lado, se articula ao método educacional em moldes construtivistas que, após experimentado ortodoxamente, encontra-se relativamente revisto e superado em seu princípio de escuta prioritária do interlocutor. Em síntese, é mister balancear a hermenêutica tradicional e o construtivismo para a construção continuada do conhecimento em moldes polifônicos.

A dialética trata das leis gerais do movimento, do desenvolvimento do mundo e do conhecimento humano, como método de análise dos processos contraditórios de modificação do mundo. Esses pontos fundamentais da filosofia dialética se revelam, portanto, de suma importância para a compreensão, tanto da totalidade urbana em movimento, quanto da produção, reprodução e transformação permanentes de sentido do patrimônio cultural. No

¹⁴³ O livro “infantil” Zoom, de Istvan Banyai, é ilustrativo desse princípio, além de instigar a reflexão sobre totalização e pertencimento. Contém apenas uma frase de encerramento: “Nada é o que parece ser”, ao que acrescentaríamos: Nada é APENAS o que parece ser, já que, fenomenologicamente, tudo aquilo que parece ser também faz parte do ser. O livro esclarece, apenas em linguagem visual, a unidade dialética do fenômeno e da essência, acenando para o conhecimento de caráter totalizante e integrado.

pensamento comum, os fenômenos e suas formas territorializadas pela Arquitetura tendem a se confundir com o mundo real, pelo imediatismo do seu registro sensorial - sobretudo a predominância visual - na práxis utilitária cotidiana. Tal práxis mantém certa familiaridade com a superficialidade e a aparência das coisas e fenômenos que cercam o indivíduo e cria um mundo aparente para viabilizar o agir humano no território.

Karel Kosik desmistifica e revela o mundo da “pseudoconcreticidade”, definindo-o como o da reificação, das aparências, enganos, preconceitos e da práxis fetichizada. Encontra-se nas atitudes do homem no uso corriqueiro do “espaço banal” miltoniano, que tendem à objetividade necessária para a execução de seus interesses diários e imediatos. Para tanto, o indivíduo cria representações das coisas - que não se manifestam integralmente - e noções básicas a elas correlacionadas, que fixam o aspecto fenomênico da realidade para poder exercer suas atividades prático-sensíveis e utilitárias no complexo mundo de meios, fins, instrumentos e exigências.

“Por isso, a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a *compreensão* das coisas e da realidade.” (KOSIK, 1976, p. 10).

Nessa práxis utilitária, a aparência visual, superficial e fragmentada da realidade é fixada como o mundo da pretensa intimidade, confiança e familiaridade, necessária para que o indivíduo se movimente no espaço e no tempo. O mundo da pseudoconcreticidade é, pois, constituído de certa regularidade, imediatismo e representações comuns dos inumeráveis fenômenos que povoam o ambiente físico e a atmosfera do dia-a-dia, na superfície da essência, em que os objetos são apreendidos como “naturais”, originários e independentes e não como produtos sociais processuais. “... é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido.” (KOSIK, 1976, p. 11), o que nos remete à busca incessante da verdade em Gadamer.

Como os fenômenos, dialeticamente, revelam e escondem a essência e a estrutura das coisas, que pertencem a outra ordem de realidade, Kosik condiciona sua compreensão a um *détour*, um desvio, um esforço de elaboração de uma “atividade peculiar”. A esse desvio, sem o qual não há possibilidade de destruição da pseudoconcreticidade e das formas de alienação,

associamos nossa proposição metodológica de *Percursos Sensoriais Interpretativos*, a ser examinada no Capítulo 4. Vislumbramos naquela metodologia, mais do que sua faceta utópica um caminho de construção de políticas públicas que tratem e levem a compreender o patrimônio para além dos objetos em si, sua aparência e materialidade, explorando sua essência, estrutura e processo: história, técnica, “aparição” na paisagem, inserção no território, contexto sócio-político, funções no tempo, simbologias, representações, alterações, adequações e deformações. Os recursos sensoriais amplificados, como metaforicamente sugere a figura de uma antena parabólica, exercem a função de portal de acesso ao conhecimento - como processo permanente de estranhamento, decomposição e renovação da realidade -, alimentado pela revisitação dos objetos e fenômenos, em busca de sua essência. Afinal, são os sentidos humanos que possibilitam o acesso do homem ao significado objetivo das coisas e o essencial é mesmo invisível ao olhos, progressivamente reduzidos a dispositivos rotineiros de orientação e segurança. A associação do pensamento dialético ao método fenomenológico abre perspectivas de dissolução do mundo fetichizado da aparência e da pseudoconcreticidade e a produção de conhecimento e apropriação sensível da essência do território ou, no mínimo, seu portal de acesso.

Novamente, evocamos a abordagem miltoniana do espaço - forma, função, estrutura e processo - aplicada ao conhecimento e à apropriação da cidade patrimônio em sua totalidade. A abordagem dialética do patrimônio e do território socialmente produzidos, traz para a investigação o ponto de vista da totalidade concreta, o que significa considerar que cada fenômeno urbano, pontual que seja, representa um determinado momento de um todo em movimento permanente. Por consequência, o acesso à essência do objeto, fato ou fragmento de território deflagra no sujeito que o observa novas possibilidades de compreensão do lugar que esses elementos ocupam e do papel que exercem na totalidade temporal e espacial que os contém. Sem tal vinculação contextual, o conhecimento se limita à superfície fenomênica e reproduz a pseudoconcreticidade do mundo, nos descaminhos da alienação.

O homem vive em muitos mundos mas cada mundo tem uma chave diferente, e o homem não pode passar de um mundo para o outro sem a chave respectiva, isto é, sem mudar a intencionalidade e o correspondente modo de apropriação da realidade. (KOSIK, 1976, p.23).

Na investigação de chaves que permeiam a compreensão do patrimônio e sua apropriação, nos debruçamos sobre a qualificação da leitura visual que o morador faz de símbolos expressos

pela arte barroca no uso cotidiano do território do centro histórico. É o que orientou a seleção de elementos arquitetônicos banais na cena urbana, cujas imagens foram mostradas aos entrevistados em campo.

66% revelam conhecer bem o centro histórico, o que expressa a familiaridade com a superficialidade e a aparência das coisas, ora em questão, necessária e suficiente para orientação dos deslocamentos no espaço. Corrobora essa afirmação o nível incipiente de conhecimento da origem e da representação simbólica do patrimônio edificado, assim constatados:

Apenas 5% dos entrevistados identificaram o exemplar de água furtada (Foto 02, p. 47) e 40% não soube dizer onde ou se há outros telhados do mesmo tipo, abundantes na cidade como técnica tradicional de abertura vertical para ventilação e iluminação de sótãos. Originais ou acrescentados no tempo, são visíveis da rua e parte integrante das fachadas. 95% dos entrevistados não souberam indicar qualquer dos demais nomes a ele atribuído.

90% não identificaram o chafariz da fachada principal do Museu da Inconfidência ou souberam dizer sobre o funcionamento dos demais remanescentes.¹⁴⁴ (Foto 03, p. 48). E apenas 35% souberam denominar o trabalho artístico de cantaria em pedra lavrada, mesmo sem conhecer a origem do termo. Elemento estrutural e decorativo no barroco mineiro, a cantaria é muito presente na paisagem urbana de Ouro Preto e objeto de cursos e oficinas para repasse da técnica.

Sobre a imagem do lambrequim¹⁴⁵ (Foto 04, p. 48), 72% revelam nunca ter reparado nesse tipo de acabamento de beiral, apesar de comum na cidade e somente 2% souberam denominá-lo. Muitos arriscam dizer, sem certeza, que deve ser de influência européia, talvez portuguesa ou inglesa. “Nada em Ouro Preto é brasileiro, então deve ser europeu”; “Não deve ser

¹⁴⁴ Durante as 3 semanas do Festival de Inverno de 2009, uma oficina inspirada no artista búlgaro Javacheff Christo encobriu este chafariz e somente no encerramento a intervenção foi retirada, com exposição de desenhos do que as pessoas lembravam de ter ali. Poucos tinham o registro mental do chafariz e o resultado foi revelador do hábito de olhar sem ver.

¹⁴⁵ Foi trazido para diferentes regiões do Brasil por imigrantes de várias origens: alemães, italianos, poloneses e franceses. Em Minas Gerais, esse adorno foi adaptado da arquitetura portuguesa que, por sua vez, sofreu influência moura. Foram também utilizados em altares e ganharam destaque em residências sofisticadas. Também é conhecido como “rendilhado” ou “sinhaninha”.

brasileiro, como tudo aqui não é.”; “Esse trem coisado deve ser francês”. Metade o relaciona, corretamente, à demonstração de poder aquisitivo, status social e apuro estético dos proprietários e a outra metade nunca pensou a esse respeito.

40% souberam identificar o oratório de rua ¹⁴⁶ (Foto 05, p. 48), sobretudo dentre os trabalhadores entrevistados, o que também revela a fraca atenção à observação do espaço público e a predominância do deslocamento com o olhar horizontal ou para baixo. Esse é o único exemplar no centro histórico e um dos 3 que restaram na cidade. Também 40% relacionam os oratórios de rua a antigas práticas religiosas (reza, proteção ou procissão) e os demais 60% acreditam não ter qualquer uso, a não ser decorativo e turístico.

79% se lembram de já ter visto pinhas de balcão ¹⁴⁷ (Foto 06, p. 49), não necessariamente em balcões externos, mas em pontes e telhados, os pináculos. Apenas 21% reconhecem não ter esse registro visual e a maioria não soube denominá-lo. Mas 32% interpretam o elemento decorativo de poucas residências, em forma de frutas, como símbolo de riqueza e poder, o que corresponde à sua simbologia de fertilidade, prosperidade e fartura. Os demais o associam a uma decoração qualquer e sem propósito.

Todos identificaram o conhecido edifício da Foto 07, p. 49, mas nenhum soube denominar o óculo da fachada e apenas 25% identificaram sua função de ventilação e iluminação, elemento muito utilizado em edifícios altos, sobretudo igrejas.

Sobre a Foto 08, p. 49, as formas de vergas em Ouro Preto são associadas, por 40%, a diferentes estilos, épocas e recursos financeiros dos construtores, além de minimizar a interpretação como gosto pessoal ou moda. Sua grande diversidade é apontada como “arquitetura do povo que gosta de colocar detalhes”, ou ainda à “falta de cuidado”, em referência às vergas simples, retas ou em forma de canga de boi. Há quem afirme ser arte absolutamente ouro-pretana e outros produto da “criatividade estrangeira”, mas nenhum aponta a influência moura na arquitetura portuguesa daquele exemplar.

¹⁴⁶ Pequenos retábulos de origem nos primórdios da Idade Média, autorizados pela Igreja Católica para proteção de esquinas contra maus agouros, como testemunho de fé e misticismo colonial.

¹⁴⁷ Adorno de balcão em louça, vidro, cerâmica, ferro ou madeira.

3.4. Vida cotidiana como potência

Inúmeros pensadores contemporâneos têm tratado as questões da vida cotidiana sob enfoques e perspectivas tão diversificados quanto as áreas de conhecimento que se agrupam, isolam ou superpõem, sobretudo nas ciências sociais, humanas e políticas. Para além de rotinas biopsicossociais, o que envolve, afinal, o cotidiano? E qual é o interesse de estudá-lo do ponto de vista geográfico?

Contrariamente à premissa de que “Todo modo de existência humana ou de existir no mundo possui sua própria cotidianidade” (KOSIK, 1976, p. 68), para o filósofo Henri Lefebvre (1969), o cotidiano é um fenômeno próprio das sociedades modernas. Elegemos as escalas geográficas e ritmos do acontecer - em suas nuances do primitivo ao frenético - para intermediar essas duas abordagens. Lefebvre situa os estudos sobre a vida cotidiana no cenário de mudanças do segundo pós-guerra, na vida rasa do dia-a-dia que, então, se reorganizava em torno da promissora criação de novos bens utilitários e nas consequentes transformações operadas na dinâmica doméstica e na vida corriqueira, na maneira de se relacionar e de se deslocar no espaço. Para ele, a esse cotidiano complexo corresponde o mundo moderno, de forma simultânea e relacional.

Na repetição cotidiana de processos de produção, distribuição e consumo, contextualizada no *frenesi* industrialista, sob o metrônomo da nova ordem estabelecida pela produção fordista, buscamos referências para a compreensão do cotidiano contemporâneo automatizado, sob a orquestração global da lógica de reprodução do capital. Ambos momentos são promotores de variáveis modalidades e intensidades de alienação: desde a alienação do indivíduo que perde o controle sobre a satisfação de seus desejos e necessidades e do uso de seu tempo, tornados instâncias de controle racional, até a alienação de sujeitos de uma comunidade que sofrem o esgarçamento da riqueza do cotidiano ao perder o léxico da simbologia de sua cultura, decompondo-a em processos reducionistas. Essa modalidade de alienação social tende a rebaixar o potencial criativo e participativo do cidadão ao nível da passividade e da indiferença, o que corrobora nossas inquietações iniciais e fundantes desta pesquisa.

O cotidiano na sua trivialidade compõe-se de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (os das mãos e do corpo e também os das peças e dos dispositivos, rotação ou idas-e-voltas), horas,

dias, semanas, meses, anos; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade, etc. (LEFEBVRE, 1969, p. 31).

Já Kosik, questiona a concepção do cotidiano como matéria trivial, afirmando que

A hipóstase da vida de cada dia como banalidade em oposição à História, como exceção, já constitui o *resultado* de uma certa mistificação. Na cotidianidade a atividade e o modo de viver *se transformam* em um instintivo, subconsciente e inconsciente, irrefletido *mecanismo* de ação e de vida. As coisas, os homens, os movimentos, as ações, os objetos circundantes, o mundo, não são intuídos em sua originalidade e autenticidade, não se examinam nem se manifestam: *simplesmente* são; e como um inventário, como partes de um mundo *conhecido*, são aceitos. A cotidianidade se manifesta como a noite da desatenção, da mecanicidade e da instintividade ... (KOSIK, 1976, p. 69).

A observação sistemática da vida cotidiana, aparentemente insignificante e repetitiva, revela a diversidade da organização da vida social, através de práticas territorializadas específicas, fluxos vitais e da divisão do tempo e do ritmo em que se produz, diuturnamente, a história da cidade. Esses fatores nos remetem ao permanente fazer-se dos indivíduos - uma problemática de educação e micro sociologia -, que requer sensibilidade para com as questões simbólicas, em conexão com os estudos geográficos afetos à compreensão dos múltiplos sentidos do território, elementos que perpassam o objeto desta tese. Para Lefebvre, “o cotidiano é o modesto e o sólido, o que vale por si, aquilo em que as partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo.” (Lefebvre, 1969, p. 38). Como se dá, então, o emprego do tempo do morador no território do centro histórico de Ouro Preto?

No cerne do processo de espetacularização mercantil de Ouro Preto, sobressai no cotidiano do centro histórico a redução do papel do cidadão a usuário daquele território, por força de fatores estruturais como as funções ali concentradas - hipótese discutida nas Considerações Iniciais. Objetivando qualificar os fluxos ali predominantes, as entrevistas do trabalho de campo revelam que, com pouca diferenciação entre moradores trabalhadores ou em fluxo, em média 71% apreciam andar e passear no centro histórico, onde é mais fácil caminhar, seja para ver movimento, contemplar a paisagem, fotografar ou simplesmente para desfrutar “da cidade” - leia-se o centro histórico -, sobretudo durante a noite, pela singularidade da atmosfera urbana e pela beleza e sonoridade inigualáveis. Já 29% não gostam de frequentá-lo porque “é só um lugar de passagem e de resolver necessidades”, “não tem nada de

interessante ou diferente” e “agora tem trânsito demais e se tornou perigoso”. Há também quem não goste da arquitetura porque “prefere coisas mais modernas” e quem explicita a repetição cotidiana: “Não me agrada muito do centro, pois venho todo dia”.¹⁴⁸

Gráfico 17 - Outras atividades exercidas por trabalhadores no centro histórico.
Fonte: Villaschi, questionário aplicado no centro histórico de Ouro Preto, 2013.

Agrupados, 56% deste grupo apenas trabalham e fazem refeições esporádicas no centro, corroborando as declarações de que não iriam ao centro se não fosse pelo local de trabalho. Outros 13% fazem compras e usam os serviços bancários ou institucionais e 31% usufruem da paisagem, da movimentação do centro e dos equipamentos de lazer (bares, restaurantes e parques). Os entrevistados em fluxo acrescentam deslocamentos frequentes para usufruto de equipamentos culturais (cinema, teatro, galerias de arte e museus), educacionais e de saúde.

Indagados sobre a frequência ao centro histórico nos finais de semana, pouco mais da metade dos entrevistados em fluxo, 57%, afirmam acessá-lo regularmente, motivados pela programação cultural, lazer, encontros com amigos e compras. No grupo de trabalhadores, a avaliação é mais nuançada, já que 70% vão ao centro nos finais de semana, dentre os quais, entretanto, 26% só vão a trabalho, o que não se expressa em fluxo propriamente dito no espaço público. E 44% revelam frequentar e usufruir do centro pelos mesmos motivos apontados pelo grupo de moradores em fluxo: bares, restaurantes, cinema, teatro, clube, festas, shows ou simplesmente para passear e encontrar amigos.

¹⁴⁸ Cristina de Souza, moradora do bairro Santa Cruz, funcionária na Rua Getúlio Vargas.

Gráfico 18 - Frequência ao centro histórico nos finais de semana.

Fonte: Villaschi, questionário aplicado no centro histórico de Ouro Preto, 2013.

Na estruturação desta pesquisa optamos por não abordar a figura do turista, presente no cotidiano da cidade, mas sim, por qualificar a avaliação que o morador ouro-pretano faz dele. Seu fluxo é diminuto e imperceptível durante a semana e se intensifica a partir de 6ª feira com a circulação de turmas de escolas, excursionistas e grupos de turistas. Em sua esmagadora maioria, ambos os grupos de moradores pesquisados são favoráveis ao fluxo turístico na cidade, com destaque para a movimentação financeira e a oferta de empregos que provoca na economia da cidade: hotéis, restaurantes, igrejas e museus. E acenam para questões de outra ordem, como a disseminação e interação cultural, a valorização da cidade e o incentivo que aportam à preservação do patrimônio. Afirmam que, “Além de aquecer o mercado, traz um novo olhar da cidade e vê coisas que a gente não vê mais” ¹⁴⁹ e “Dá vida para a cidade”. ¹⁵⁰ Entretanto, são restritivos ao turista “mal educado”, “porcalhão”, “farofeiro” e “displicente, que acha que pode fazer qualquer coisa” ¹⁵¹ ou “aquele alheio à cultura local que não respeita os monumentos e as pessoas”, ¹⁵² sobretudo os milhares que vêm para o carnaval, “acham que são donos da cidade e perdem os limites”, ¹⁵³ como se aquela fosse uma “terra de ninguém”. Os depoimentos de moradores de que “tudo aqui no centro é só para turistas” e “tudo fica mais caro”, revelam o desconforto com o custo de vida atribuído à demanda turística e com o tratamento privilegiado que a ele seria dispensado.

¹⁴⁹ Pedro Lemos, morador do Largo do Rosário.

¹⁵⁰ Luís Carlos Teixeira, morador da Vila Operária.

¹⁵¹ Ramon Leandro, morador do bairro Antônio Dias

¹⁵² Ana Carolina Ferreira, moradora do bairro Alto da Cruz

¹⁵³ Lorena Lana, moradora do centro histórico

O depoimento do penúltimo Secretário de Turismo de Ouro Preto,¹⁵⁴ é parcialmente esclarecedor das contradições acima identificadas e se coaduna, tanto com a defesa da exploração do turismo e não do turista, quanto com a necessária sensibilização da população para com o valor da cidade patrimônio cultural da humanidade e sua apropriação coletiva:

A cidade não está pronta para o turismo, ela está pronta para viver do turismo selvagem que sempre viveu, de forma desrespeitosa inclusive com o turista. Ouro Preto é um lugar em que um proprietário fala que a pousada tá cheia, daí o outro aumenta o preço da dele, isso é um capitalismo selvagem, a gente precisa conscientizar o empresário local. (...) São João [del Rei] virou as costas para o Concílio do Vaticano, há missas em latim, você vê *te deum*, você vê meninos pequenos falando tudo em latim e sabendo o que falam, meninos com missal na mão, na torre, tocando os sinos, isso a gente perdeu em Ouro Preto. Eu brinco que, no século XVIII, a primeira derrama foi a do ouro, a próxima será a do turismo (...) A derrama será a do turismo porque quem fecha o caixa do restaurante mora no morro, quem acerta os pagamentos no hotel mora no morro, a gente precisa dar legitimidade a essas pessoas, aos prestadores de serviços, dar vida digna para eles. Precisamos conscientizar a população. Hoje, o turismo emprega 15% da mão de obra e serviços; Ouro Preto tem 1.680 empregos formais ligados ao turismo, fora a sazonalidade dos empregos informais. Eu acredito que a população beneficiada com o turismo também é aquela da mão de obra braçal, que não entende direito o significado do patrimônio. A população mais beneficiada é a população do centro com maior desenvoltura, e a população da periferia é com serviços de mão de obra marginal, marginalmente. (COSTA, 2011a, p. 418, grifos nossos).

“A capacidade de utilizar o território não apenas divide como separa os homens, ainda que eles apareçam como se estivessem juntos.” (SANTOS, 2012, p. 80). Tal capacidade de utilização do território e as possibilidades de sua apropriação concreta e simbólica, indubitavelmente, se articulam às possibilidades ou constrangimentos de acesso a ele, espacial e simbolicamente. No caso do centro histórico de Ouro Preto, sua acessibilidade física não constitui entrave, na medida de sua localização geográfica privilegiada na malha urbana e dos serviços de transporte coletivo que o cruzam em todas as direções. Porém, sua exuberância e monumentalidade geram interpretações na comunidade, em duas vertentes que dialeticamente se complementam: 1) não se trata de um espaço de todos, mas de indivíduos e grupos bem posicionados socialmente e suficientemente abastados para seu uso e consumo, e 2)

¹⁵⁴ Extrato da entrevista de Francisco de Assis, concedida a Everaldo Costa em 17/ago/2010, quando de sua pesquisa de doutoramento.

frequentá-lo agrega *status* e visibilidade social ao morador, sobretudo o das periferias de morros e extensões da malha urbana. Além da maior densidade técnica e das funções modernas e elitizadas que concentra - agências bancárias, equipamentos culturais, comércio sofisticado, restaurantes temáticos -, o centro histórico atrai grande parte do fluxo turístico ávido pelo consumo da imagem do lugar patrimonializado. Sua discrepante diferença de qualidade de vida e conservação do casario, com relação às condições precárias de vida em suas franjas, faz com que muitos ouro-pretanos ali não se sintam integrados, pertencentes ou merecedores. Preconceitos e constrangimentos relacionados ao “vestuário adequado” e ao “desnívelamento” social e cultural - ter ou não ter “cultura” -, se associam à baixa autoestima do ouro-pretano, inibindo em diferentes graus sua apropriação. Esse é um dos inúmeros fatores que justificam a baixa frequência do ouro-pretano na ampla oferta de programação cultural, mesmo as gratuitas. Não é, entretanto, o que ocorre com o espaço da Praça Tiradentes que, apesar de sua monumentalidade, representa um território “neutro” e democrático, seja por sua rara amplitude espacial, seja porque ali ocorrem os eventos mais populares como *shows* de grande porte onde todas as “tribos” se reúnem.

Sobre a repetição cotidiana de gestos, ações e deslocamentos automatizados, problematizada por Lefebvre, vale considerar que a percepção efêmera, parcial e fragmentada do território e do patrimônio, tem papel determinante no processo de obstrução do exercício pleno da cidadania e da criação de possibilidades de apropriação concreta e simbólica. Avaliamos que a contradição que se verifica no fato de o homem aparentemente conhecer e ter domínio sobre o território, desconhecendo-o em sua essência e sem dominá-lo, se detecta na dialética da cotidianidade, essa dimensão fenomênica do mundo em que a realidade se manifesta, ao mesmo tempo em que se esconde. Para Lefebvre, o encontro de caminhos de emancipação e autonomia dos indivíduos se vincula diretamente às perspectivas de transformação de seu cotidiano, o que direciona a utopia miltoniana de que “O cotidiano será, um dia ou outro, a escola da desalienação (...) O cotidiano é também o lugar da descoberta.” (SANTOS, 2012, p. 71). O autor se refere a um cotidiano idealizado, através do qual os sujeitos poderão vir a tomar consciência de si próprios no mundo e buscarão ampliá-la, uma consciência que favorece que o homem exista como “... um verdadeiro cidadão ou nele alimenta a vontade de sê-lo...”. (idem, p. 137). Nas palavras de José Saramago, “É necessário sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não saímos de nós.”

Afinal, como se percebe e interpreta o espaço vivido, categoria lefebvriana que expressa o espaço das representações, do viver, das simbologias e do valor de uso? Quais fatores e processos dão origem à opacidade da vida cotidiana de Ouro Preto? Como se manifesta a alienação quanto ao território e quais são as possibilidades de produção de sua transparência? Experiências diversificadas indicam que provocar o estranhamento deliberado e intencional da realidade, como estratégia para sua apreensão, compreensão e domínio, tende a motivar a diversificação de percursos repetitivos e a desfazer a “invisibilidade” do espaço no seu uso cotidiano. Essas questões serão tratadas na proposta metodológica explicitada no Capítulo 4.

A teoria do cotidiano de Lefebvre, iniciada com a obra *La Critique de la Vie Quotidienne*, de 1946, busca “revelar a riqueza escondida sob a aparente pobreza do cotidiano, desvendar a profundidade imersa na trivialidade, atingir o *extraordinário pelo ordinário*...” . (LEFEBVRE, 1969, p. 54). Em sua obra, esse autor desvela o resíduo e o fragmento que constitui o cotidiano, categoria tradicionalmente desprezada pela filosofia, como possibilidade de compreensão do essencial e do global. Sua contribuição se inscreve nas possibilidades de captação da totalidade, mirando o simples para atingir a complexidade da dinâmica contemporânea, ao rés do chão, na banalidade da vida. Para ele, a pesquisa do miúdo, do resíduo e da poesia do viver deve estar necessariamente contextualizada na totalidade. E assevera que as

(...) ciências parcelares fragmentam essa enorme realidade que a filosofia deixa de fora. (...) O cotidiano? O que é isso? É o econômico, o psicológico ou o sociológico, objetos e domínios particulares a captar por métodos e tentativas específicas. É a alimentação, o vestuário, o mobiliário, a casa, o lar, a vizinhança, o ambiente. (LEFEBVRE, 1969, p. 35).

Essa abordagem do cotidiano se desdobra em incentivo, tanto à verticalização dos conhecimentos disciplinares, quanto à sua interação. Os estudos geográficos têm se aprofundado nas questões afetas à vida do dia-a-dia, micro territorializadas, como projeção de luz sobre o entendimento da realidade local e global, do particular e do universal, do fragmento e da totalidade, imbricados e inseparáveis. E também aporta um alerta à seleção criteriosa de métodos e metodologias pertinentes à sua análise e a proposições transformadoras. Para Lefebvre, a vida cotidiana se oferece como “local de encontro entre as ciências parcelares”. Construindo vínculos e conexões para a análise da totalidade, o autor

defende que “A quotidianidade não é somente um conceito, mas podemos encarar esse conceito como fio condutor para conhecer “a sociedade”, situando o quotidiano no global.” (LEFEBVRE, 1969, p. 43).

Ao se aproximar de Nietzsche sobre a categoria Tempo, incorporando-a como um eterno retorno, e ao desenvolver uma releitura crítica do marxismo, Lefebvre mantém sua perspectiva dialética e, sem se limitar ao pragmatismo ou ao empirismo, busca a totalidade no estudo do humano e do micro na abordagem do subjetivo e do simbólico. Assim como Milton Santos, Lefebvre se destaca na Geografia e áreas afins pelas contribuições que aporta à dialética do espaço. Sua crítica à vida cotidiana pelo viés da alienação corrobora seu projeto de “homem total”, como horizonte a ser desejado e alcançado. E, em seu combate à análise marxista reducionista, refém do momento histórico em que foi produzida, o autor conceitua a história como advinda de um eterno fluir, donde a necessidade de compreensão continuada do leque de possibilidades que a totalidade urbana em movimento oferece.

Lefebvre considera o homem e o corpo como elementos constitutivos do espaço e define o cotidiano como a quinta dimensão do espaço, complementar às dimensões horizontal, vertical, tridimensional e temporal. Nesses termos, o autor defende a análise do cotidiano pelas relações miúdas em geral, priorizando as de vizinhança, onde o autor situa o maior potencial de transformações do mundo. Conforme explicitado nas Considerações Iniciais, no recorte espacial da presente investigação - o centro histórico de Ouro Preto -, nos debruçamos sobre aquela ótica do miúdo, porém sem priorizar os locais de moradia mas focando nas relações cotidianas da totalidade urbana com e no território central e vice-versa. Entendemos que, mesmo na qualidade de espaço hierarquicamente diferenciado pela concentração de usos, fluxos e funções urbanas, o centro histórico não pode ser compreendido por si só ou em si mesmo e apartado da totalidade urbana, mas na dialética das relações que a cidade estabelece com e a partir dele. Através dos trabalhadores e demais usuários do centro histórico, moradores de 34 bairros e, evitando a miopia investigativa reducionista, buscamos compreender as relações que os demais fragmentos estabelecem com o território central e com a totalidade da cidade. Através e a partir da dinâmica socioterritorial diferenciada do centro histórico, é possível estender a compreensão da realidade ouro-pretana à totalidade que mobiliza e dá corpo ao cotidiano que ali se manifesta. Optamos por observar o cotidiano da cidade no seu centro histórico como um “apêndice” ou fragmento do cotidiano mais amplo,

intenso e permanente, que é a vida no local de residência e que se estrutura a partir dele. Buscamos no sujeito da história e membro da micro comunidade onde mora e a partir da qual se insere na cidade, a compreensão do seu comportamento para com o território, então na qualidade de usuário das funções centrais básicas, muitas vezes “descomprometido” e “invisível”. Nessa abordagem, buscamos compreender as dinâmicas socioterritoriais do espaço patrimonializado através das diferentes modalidades de apropriação do centro histórico e do sentido atribuído ao patrimônio: objetos, ambientes, sujeitos e práticas, na perspectiva de novas práxis no exercício da cidadania.

o espetáculo que vigora é o da vida cotidiana, o do concreto vivido pelos homens comuns dentro do processo histórico que ressignifica o barroco como materialidade e representação. A cidade barroca ainda faz-se barroca por guardar as *possibilidades* contraditórias de um *devenir* universal. (COSTA, 2011a, p. 417).

Lefebvre também considera as dimensões simbólica e poética do espaço urbano - a forma de viver - na materialidade que é a cidade. Entretanto, ao avaliar a arte como “... um ornamento do cotidiano que não o transforma.” (LEFEBVRE, 1969, p. 53), o autor parece desconsiderar o papel fundante que a arte, em suas múltiplas dimensões, suportes e linguagens, sempre desempenhou na expressão cultural, nos processos de mobilização social e na revelação de potenciais criativos transformadores. As artes plásticas, a música, a literatura, as artes cênicas e a arte-educação desempenham papel político de destaque, seja para reprodução da ideologia dominante, seja sobretudo em movimentos de reivindicação e contestação de racionalidade diferenciada. É mister, portanto, discordar de Lefebvre neste ponto e reconhecer que, historicamente, a arte se impôs como instrumento e veículo relevante e eficaz de transformação social, sobretudo quando seus objetivos extrapolam o entretenimento ou a arte pela arte e promove nos indivíduos percepções finas, novas visões de si próprios e do mundo. Particularmente em uma cidade que inspira, respira e transpira arte por cada dobra de seu território, a arte é preta de possibilidades transformadoras e reveladora da vida, da cultura e da história de Ouro Preto. É o que nos autoriza a insistir em inserir expressões artísticas de grande simbolismo neste trabalho.

3.4.1. Apropriação e empoderamento cotidianos do patrimônio e suas dimensões: por uma abordagem sensível do território

Contradições políticas, sociais e culturais se expressam nos usos, movimentos e modalidades renovadas de apropriação do território, tributários que são das produções e assimilações progressivas de técnicas modernas em cidades-patrimônio, muitas descomprometidas com as tradições e os elementos simbólicos locais. Os acréscimos da ciência e da técnica atingem seletivamente o território, polarizando as flechas do tempo em regiões de maior densidade técnica e que oferecem possibilidades diferenciadas de consumo de um nostálgico passado onírico. Costa trata dessa questão como “recolonização” parcial e gradual dos centros históricos associada ao ordenamento do território e ao discurso de benfeitoria para toda a cidade, no bojo do processo de “patrimonialização global”. O tratamento das

idades coloniais como cidades-patrimônio-mercadoria, na fase da cenarização progressiva do patrimônio (...) conduz à reinvenção do barroco e à recolonização dos centros históricos, após a década de 1990, induzindo a uma nova dinâmica territorial nas cidades históricas entendidas como totalidades urbanas inseridas na “totalidade-mundo.” (COSTA, 2011a, p.38).

O processo de especialização do espaço, dialeticamente produto e produtor da concentração bancária no centro histórico - particularmente na Rua São José, por isso também conhecida como “rua dos bancos” -, é responsável pela incipiente rede de terminais eletrônicos em apenas duas grandes instituições instaladas no bairro Bauxita.¹⁵⁵ Tal concentração de tecnologia moderna retarda a descentralização de funções urbanas e agrava, tanto a dualidade centro-periferia quanto a mobilidade urbana e a dicotomia com formas tradicionais de execução de tarefas cotidianas. Por sua vez, a disseminação de novas tecnologias de comunicação favorecem o enfraquecimento de relações orgânicas e interpessoais, a exemplo dos serviços de *e-bank*, *e-compras* e *delivery*.

Porém, a disseminação de inovações nas áreas de transporte e comunicação não exterminam a coexistência de técnicas antigas e modernas ou a convivência de ritmos lentos e rápidos nos mesmos espaços - alusão aos “homens lentos” analisados por Milton Santos -, mesmo que muitas vezes de forma conflituosa. Nos utilizamos de alguns exemplos em Ouro Preto,

¹⁵⁵ Apenas três terminais eletrônicos encontram-se instalados fora do centro: no campus da Ufop, no campus do IFMG e na Praça da Prefeitura, a Praia do Circo.

reveladores de especificidades culturais no uso do território: os deslocamentos a pé, mesmo os que vencem longas distâncias, ainda convivem com o sistema público de transporte, de pouca tradição local, problematizado pelos impactos causados por veículos de dimensões incompatíveis com a estrutura viária tridentenária. Só nos últimos dez anos a municipalidade logrou regulamentar a proibição de circulação de caminhões e ônibus de grande porte no núcleo histórico, comprovadamente comprometedores do patrimônio edificado. A distribuição de gás, apesar das facilidades dos modernos serviços de *delivery* com motocicletas, mantém o sistema de vendas feito por pequenas camionetes que circulam por toda a cidade. Sua presença nos bairros e ruas é marcada pelo toque contínuo de sineta, o que se tornou característico da paisagem ouro-pretana.

Foto 60 - Incompatibilidade dos veículos de transporte coletivo com a sinuosidade e caixa estreita de ruas antigas. Ponte Seca.
Fonte: Acervo do autor, 2010.

Dificuldades e acidentes de manobra de veículos de médio porte como ilustra a Foto 60, acima, são comuns em toda a cidade, obrigando moradores a proteger suas fachadas com pequenos postes de ferro de trilhos de trem. As precárias condições de absorção do crescente volume de automóveis individuais - vias estreitas e áreas reduzidas de estacionamento - têm impactado rápida e dramaticamente, tanto a atmosfera histórica quanto a fluidez da cidade e alterado certas modalidades tradicionais de uso e apropriação do território. Nossa pesquisa de campo aponta os problemas de trânsito intenso no centro histórico e de mobilidade urbana

como os de maior desconforto para a população.¹⁵⁶ Também o transporte de mercadorias convive com recursos técnicos de diferentes idades, a exemplo da utilização de animais de carga e transporte individual que rotineiramente fazem presença na cidade.

Fotos 61 e 62 - Entrega em domicílio de lenha transportada por animais desde bairros distantes. Largo do Rosário e Ponte Antônio Dias.
Fonte: Daniel Clark, 2013.

Por sua vez, os novos fetiches tecnológicos na área da comunicação - dentre eles o consumo massificado de telefonia celular e disseminação de redes sociais virtuais - convivem com tradicionais relações pessoais presenciais, fundamentais à manutenção de práticas socioculturais no território, como ilustram as fotos 63, 64 e 65, abaixo.

Foto 63 - Jogo de futebol ou “pelada” no jardim do adro posterior da Igreja do Rosário.
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Foto 64 - Encontro casual de moradores no centro histórico, sem interrupção do fluxo, possibilitado pelo alargamento de calçadas da Rua São José.
Fonte: Acervo do autor, 2012

¹⁵⁶ Para 2014 uma agenda de audiências públicas foi organizada pelo poder público para debate e encaminhamentos da questão mobilidade urbana, polemizada pela proposta da atual administração municipal de asfaltamento de ruas e construção de um túnel na entrada da cidade, sob a Escola de Minas.

Foto 65 - Jogo diário de cartas nos nichos de calçadas da Ponte da Barra, de fluxo intenso de automóveis, originalmente destinados à sociabilidade e contemplação da paisagem.

Fonte: acervo do autor, 2011.

Curiosa e singular forma de comunicação na cultura local e que persiste no tempo são os avisos de falecimento através de cartazes de pequenas dimensões, fornecidos pelas funerárias, afixados em postes de rua, em locais de maior fluxo de pessoas, para circulação rápida da informação boca-a-boca. Não foram suprimidos pelos veículos modernos de comunicação - jornal, rádio televisão. De diagramação simples e em linguagem ao mesmo tempo formal e reveladora da intimidade das relações sociais, aqueles cartazes além do nome, data e horário de sepultamento indicam nomes, apelidos e locais de trabalho dos parentes. (Foto 66, abaixo). Recentemente, a Prefeitura Municipal proibiu sua afixação em postes e limitou seu uso a 3 quadros de avisos nas ruas centrais, na tentativa de disciplinar essa prática e “reduzir” a poluição visual, da qual participa minimamente, se considerados os impactos da sinalização de trânsito e comercial: placas, faixas, quadros de giz e *banners* de qualquer tamanho.

Foto 66 - Anúncio de falecimento em quadro de avisos padronizado pela PMOP. Rua São José.
Fonte: acervo do autor, 2013.

Kosik expande o conceito de cotidianidade às práticas sociais de diferentes periodicidades, para além das manifestações diárias, o que nos permite levar em conta a gama de eventos que atingem o cotidiano e compõem a paisagem de Ouro Preto, o que corresponde às “repetições cíclicas” de Lefebvre.

Manifestações artísticas de formato e duração variados privilegiam o centro histórico pela visibilidade que alcançam, pelas possibilidades renovadas de apropriação do território que apontam e por seu potencial agregador, sendo ao mesmo tempo mantenedoras de tradições locais e transformadoras da realidade. É particularmente no território central que é objetivada a inserção da cultura globalizada que atinge verticalmente o local e por onde também é disseminada a produção cultural local, representativa dos movimentos sociais de caráter horizontal: festivais, *performances*, cortejos, instalações, manifestações políticas, exposições e festas populares. Examinamos e ilustramos, a seguir, eventos periódicos que atingem o cotidiano, ambientando, colorindo e dinamizando o território central, nos processos de sua apropriação, fruição e empoderamento seletivos.

Manifestações políticas

Marchas e passeatas que percorrem a cidade têm, na simbologia da centralidade urbana máxima e sede histórica do poder da Praça Tiradentes, seu ápice de apropriação do território e visibilidade social no espaço político.

Fotos 67 e 68 - Manifestações “Vem prá rua, vem”. Bairro Pilar e Rua Direita.
Fonte: acervo do autor e Lucas de Godoy, respectivamente, 2013.

Foto 69 - Praça Tiradentes ocupada, *locus* privilegiado de manifestações políticas.
Fonte: Vinicius Terror, 2013.

Aqueles mesmos fatores orientam a desapropriação daquele território emblemático pelo Estado e a exclusão, radicalizada nos últimos anos, do morador durante os eventos de comemoração de datas cívicas, ali concentrados. É quando a praça e seu entorno são “sitiados” para usufruto exclusivo do poder e seus homenageados.

Fotos 70 e 71 - Progressiva supressão do espaço de participação popular e de manifestação dos movimentos organizados de contestação política em eventos cívicos. Cerimônia de comemoração da Inconfidência Mineira, Dia de Tiradentes, quando a capital do Estado é simbolicamente transferida para Ouro Preto. Praça Tiradentes. Fonte: Eduardo Tropa.

Manifestações de moradores em veículos de comunicação e redes sociais são reveladoras do movimento de contra-racionalidade que se orchestra na crítica a essa modalidade de domínio autoritário do espaço público e que se impõe como modalidade do poder imperial revisitado. Novos gritos por liberdade. *Libertas quae sera tamen*, lema dos conjurados mineiros de 1789 adotado na bandeira de Minas Gerais.

Foto 72 - Praça Tiradentes sitiada: preparativos do 21 de abril. Fonte: Fernanda Tropa, 2014

Manifestamos nossa indignação diante dessa estrutura montada pelo Governo no Estado para "comemorar" o 21 de abril. Que sentido tem essa comemoração, em nome da liberdade, com toda essa estrutura, se nós moradores da cidade ficamos sitiados. Nos dias que antecedem, temos nossa rotina, no espaço mais emblemático da cidade - Praça Tiradentes - conturbada por esta intervenção urbana. No dia da festa, os cidadãos moradores ficamos impedidos de ir próximos à Praça (até aqueles que trabalham nas proximidades tem dificuldades para chegar aos seus trabalhos, passando por revistas e situações constrangedoras de impedimento no seu ir e vir). Todos os anos nossa insatisfação é manifestada, mas de nada serve para que esta comemoração seja repensada. Este ano, em especial, isso deveria ter sido planejado com mais cuidado, uma vez que a partir do dia 13/04 começam as celebrações de uma das manifestações devocionais e de fé mais importantes da construção das referências culturais de nossa mineiridade [Semana Santa]. (Cláudia Alencar, moradora da Vila Aparecida, em *post* no Facebook, em 10/abr/2014).

Semana Santa

Considerada uma das mais tradicionais do país, a Semana Santa em Ouro Preto era o principal acontecimento social na vida dos primórdios de Vila Rica, como mediação de conflitos pela posse da terra, em meio à febre do ouro. Para atender Jacobas e Mocotós, foi estabelecida a alternância anual da responsabilidade sobre suas celebrações,¹⁵⁷ com procissões diárias que atraem a comunidade ao centro histórico durante toda a semana. Ali se materializam e convergem a dramaticidade barroca da liturgia, a criação artística e a festa pagã. O adro da igreja recebe palco para as cerimônias de Lava-Pés e do *Mandatum* e na noite da 6ª feira Santa, após cerimônia dramática de Descendimento da Cruz, tem início a Procissão do Enterro, ambientada por velas em lanternas e música fúnebre. Nos dias anteriores ao evento, a representação da Guarda Romana se posta em vigília no adro onde se encontram as cruzes. Essa é a única época do ano em que a feira de pedra-sabão do Largo de Coimbra é esvaziada para dar lugar à multidão de fiéis.

¹⁵⁷ Essa alternância foi imposta no século XVIII e se mantém mediando as rivalidades históricas entre as duas principais regiões da cidade, os bairros Antônio Dias e Pilar, separados pela “neutralidade” da Praça Tiradentes.

Foto 73 - Interpretação dramática do Descendimento da Cruz, disputada entre moradores para representação de figuras bíblicas. Largo do Rosário.

Fonte: acervo do autor, 2011.

Foto 74 - Procissão do Enterro pelas ruas do núcleo histórico, com visita aos Passos da Paixão (Ponte Seca, Rosário, Rua São José, Rua Getúlio Vargas, Praça Tiradentes e Antônio Dias), única data em que são abertos. Passo da Coluna, Rua Getúlio Vargas.

Fonte: Vicente Gomes, 2013

Para execução do cenário que ambienta a Procissão da Ressurreição, na manhã de domingo de Páscoa, além da ornamentação de fachadas do casario com toalhas e mantas coloridas, é destaque o trabalho coletivo realizado ao longo da madrugada anterior, noite de Sábado de Aleluia. É quando são confeccionados os tradicionais tapetes devocionais de rua, desde 1733, ao longo dos aproximadamente 6 km de vias que atravessam o núcleo histórico entre as duas matrizes. O evento adquire caráter de intensa socialização e de rara confraternização pública, quando moradores e visitantes circulam noite adentro, compartilhando livres representações da cultura local - símbolos bíblicos, históricos e arquitetônicos - com serragem colorida distribuída nas ruas pela Prefeitura Municipal. Os visitantes são bem vindos à participação na confecção coletiva daquela obra efêmera de tapetes e na confraternização mundano-religiosa, mas paira o conflito mudo dos moradores sobre a crescente mercantilização de suas tradições. “Ao mesmo tempo em que se orgulham de ser personagens dos espetáculos das festas, eles se sentem incomodados em compartilhar o monumento Ouro Preto com os diversos grupos de turistas.” (LEMOS, 1994, p. 102).

Fotos 75 e 76 - Tapetes devocionais de rua confeccionados coletivamente com serragem, borra de café, raspa de couro e cal. Grupos musicais acompanham a confraternização profana que prepara o cenário festivo da festa religiosa da Ressurreição. Ruas Direita e Getúlio Vargas.
Fonte: Marcelo Toledo e Juca Villaschi, respectivamente, 2013.

Sobre as procissões e festas religiosas que se mantêm como tradições maiores com participação massiva, considera-se que:

É através dessas comemorações que a cidade como um todo encena a teatralidade barroca, fazendo do espaço público o seu “teatro-mundi” (...) a festa barroca e suas expressões artísticas atingem a dimensão do efêmero, testemunhando a aventura sem futuro, constituindo uma singularidade em relação ao cotidiano. (LEMOS, 1994, p. 95).

Fotos 77 e 78 - Tradicional “malhação e queima de Judas”, boneco que circula pela cidade montado em um burrico nas tardes de Domingo de Páscoa. No final, fogos e distribuição de balas. Largo da Glória, Bairro Pilar.
Fonte: Daniel Clark, 2012 e Lucas de Godoy, 2011, respectivamente.

Triunfo Eucarístico

Para inauguração da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em 1733, atual Basílica de mesmo nome, foi realizado suntuoso cortejo de trasladação solene do Santíssimo Sacramento desde a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Relatos históricos o consideram a festa de maior pompa do período colonial em Minas Gerais. Demarcou o auge da riqueza mineral e da demonstração dos poderes da Igreja Católica, da administração da Capitania e da nobreza militar, ostentados na indumentária de “ninfas, anjos, pajens, trombeteiros e cavalos de preço” ornados de ouro, prata e pedras preciosas. (BANDEIRA, 2000, p. 20). O poeta Affonso Ávila (1967), um dos maiores estudiosos do barroco mineiro, trata da opulência do evento e da sofisticação do padrão de vida urbana nas primeiras vilas do ouro.

A encenação do evento foi editada em 1993, 2006 e a partir de 2011 tem sido representado pelos grupos artísticos locais, que se organizam e reproduzem cenicamente o cortejo, com intensa adesão da população na qualidade de atores e de público. A preparação de carros alegóricos, andores, cavaleiros, coros e figuras bíblicas mobiliza alunos e professores das redes de ensino, pesquisadores, artesãos, artistas e irmandades religiosas.¹⁵⁸

Foto 79 - Encenação do Triunfo Eucarístico.
Fonte: jornaltribunalivre.com.br, 2011.

¹⁵⁸ A roteirização do evento utiliza o detalhamento das celebrações registrado por Simão Ferreira Machado, então governador da província, em livro publicado em Lisboa, em 1734, intitulado “Triunfo Eucarístico”.

Festival de Inverno Ouro Preto e Mariana - Fórum das Artes

Originalmente coordenado pela UFMG desde o início dos anos 1970, foi concebido com caráter multicultural e promoveu intercâmbios significativos entre artistas, ativistas e intelectuais em nível local, regional, estadual, nacional e internacional. Após períodos de decadência, foi assumido pela Ufop em 2004, com ênfase na inserção regional e participação comunitária. Tendo incorporado novos conceitos em sua concepção e estrutura, o festival distribui no espaço público de ruas, praças, largos e becos as produções artístico-educativas nas áreas de artes plásticas, literatura, música, teatro, dança, fotografia, audiovisual, cinema e patrimônio.¹⁵⁹ Vem se expandindo aos territórios de bairros e distritos com oferta de oficinas, exposições, mostras, seminários, espetáculos, concertos e *shows*. Esses últimos são os mais frequentados pela população local que, paulatinamente, nele se insere e dele se apropria.

Foto 80 - Cortejo de abertura do Festival de Inverno Ouro Preto e Mariana - Fórum das Artes 2012. Rua do Ouvidor, Centro.
Fonte: Du Tropa.

Foto 81 - Oficina de croquis da paisagem urbana. Bairro Antônio Dias.
Fonte: Carol Teixeira, 2013.

Encontro anual Fotógrafos em Ouro Preto

Além de cursos, oficinas, concursos, roteiros, debates e exposições em galerias e a céu aberto, que envolvem a população permanente e flutuante, o encontro de 2013 incorporou o *Projeto Moradores - A Humanidade do Patrimônio Histórico*, movimento de ocupação urbana pela valorização da identidade cultural e da memória como patrimônio diverso e individual, de

¹⁵⁹ Sob curadoria do Iphan, em 2011 o festival sediou o II Encontro Nacional de Educação Patrimonial com o tema “Estratégias para a Construção e Implementação de uma Política Nacional”.

autoria de fotógrafos, jornalistas e cineastas. “Um dedo na ferida exposta provocada pelo extermínio global da diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade”. (projetomoradores.com.br). Em tenda montada na Praça Tiradentes, os transeuntes são convidados a se deixar fotografar e entrevistar, quando o morador é chamado a se reconhecer como patrimônio cultural da cidade. Nessa proposta, os moradores são o tema em foco, pois carregam em sua história e jeito de ser o objeto a ser valorizado. São também parceiros - quando aceitam se posicionar como patrimônio humano - e são o público alvo, pois o objetivo social do projeto é provocar o orgulho de se enxergarem como tal, no movimento de valorização da comunidade que se conscientiza do papel de produzir e proteger sua cultura.

Lucas de Godoy, fotógrafo e coordenador do evento, destaca os objetivos daquele projeto em oposição à controversa ocupação da praça pelo Estado em eventos cívicos:

... O Projeto Moradores cravou na Praça Tiradentes uma homenagem ímpar ao povo mineiro que com fé e sangue construiu a antiga Vila Rica nas montanhas verde-vermelhas de Minas Gerais. A partir daí o Morro de Santa Quitéria não será apenas o lugar da homenagem ao alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. A justa homenagem é a ouro-pretanos, sejam eles jacubas, mocotós, povo do Taquaral, das Lajes, da Queimada. Os figurões que anualmente recebem a medalha da Inconfidência passarão despercebidos perto da grandeza e da força de Dó, Ana, Damião, Bingo, Marquinhos, Bruce e Tião. (fotografosemouropreto.com.br, visitado em 07/dez/2013).

Fotos 82 e 83 - Projeto Moradores - A humanidade do Patrimônio Histórico. Exposição multimídia em painéis de fotos gigantes e varal de fotografias distribuídas aos fotografados. Praça Tiradentes. Fonte: projetomoradores.com.br., 2013.

Outros eventos populares

Foto 84 - Concentração do evento Caminhada da Inconfidência, de caráter esportivo, ecológico e cultural, de encerramento das comemorações da Semana da Inconfidência. Reúne anualmente mais de 1000 participantes para percurso de 38 km da Estrada Real entre Ouro Preto e Ouro Branco.

Fonte: Eduardo Tropia, 2010.

Foto 85 - Encontro de tropeiros e cortejo no centro histórico.

Fonte: Renan Marcheto, 2012.

Foto 86 - Festival Regional de Corporações Musicais. Praça Tiradentes.
Fonte: acervo do autor, 2012

A contra-racionalidade exercida por grupos locais de pequeno e médio portes, por movimentos e coletivos da arte contemporânea produzida em Ouro Preto e levada às ruas - dança, música, artes visuais, cênicas, circenses e novas mídias -, ganha visibilidade no cenário barroco e se diferencia de outra ordem de ações de contra-racionalidade que depredam, como anteriormente analisado.

Foto 87 - Dança de rua em evento contra a violência às mulheres, mobilizado por rede social. Praça Tiradentes.
Fonte: Puni Puni, 2013.

As várias vertentes da produção artística contemporânea em Ouro Preto e Mariana cooperam na formação da expressão artística que define uma realidade temporal ou territorial que não encerra em si seu discurso, vence as margens e limites para se expandir num todo que é Arte.
(Et Alia. Disponível em <http://www.ouropreto.com.br/noticias>).

Foto 88 - Cortejo de Reinado. Rua São José.
Fonte: Eduardo Tropa/Ouopress, 2014.

Foto 89 - Projeto Doe uma Flor que distribui rosas para serem doadas a um desconhecido. Praça Tiradentes.
Fonte: acervo do autor, 2011.

Afora a densidade de população flutuante em eventos de grande porte como o carnaval, os outros inúmeros eventos públicos periódicos mantêm uma seletividade de público, diretamente proporcional ao interesse e à identificação com a atividade, o que varia também conforme o horário em que são realizados. Em um mesmo espaço e sobre um mesmo setor da produção cultural, as condições de participação podem variar radicalmente. No setor musical,

por exemplo, um concerto noturno não atrai o mesmo público que um festival de corporações musicais vespertino, na mesma Praça Tiradentes, ou uma serenata.

Foto 90 - Serenata na Rua São José.
Fonte: Eduardo Tropa/Ouropress, 2013.

Foto 91 - Chuva de Poesia, evento criado pelo poeta e artista gráfico ouro-pretano Guilherme Mansur, atividade que integra eventos culturais ao longo do ano.
Fonte: Eduardo Tropa, 2011.

Incide sobre a auto-seletividade social o caráter e o formato de cada evento, além da representação simbólica que se faz dele - popular, estudantil, elitizado ou turístico - e das condições concretas de sua acessibilidade, como a questão do horário noturno limitado do transporte coletivo. Ou seja, o público dos eventos é sempre muito variado, por vezes específico, outras híbrido, correspondente à diversidade sociocultural dos moradores e frequentadores da cidade. E a Praça Tiradentes se mantém como *locus* privilegiado dessa diversidade e de suas modalidades e formatos de apropriação da cultura e do território.

3.5. Da teoria crítica à reflexão emancipatória

Continua atual o debate entre marxistas e pensadores da hermenêutica em torno da questão do método científico, recorrendo os primeiros à tese segundo a qual “Os filósofos apenas interpretam de diversos modos o mundo; o que importa é transformá-lo” (Karl Marx, XI Tese sobre Feuerbach). Dirigida à filosofia idealista, essa tese acena para os desafios e tarefas da filosofia contemporânea e seu envolvimento com práticas de transformação da realidade sem, necessariamente, abrir mão da interpretação como estratégia revolucionária. Heidegger discute essa tese questionando:

... existe uma real oposição entre *interpretação* e *transformação* do mundo? Não é cada interpretação já transformação do mundo - pressuposto que esta interpretação seja a obra de um pensamento autêntico? E não pressupõe por acaso, de outro lado, cada transformação do mundo uma antecipação teórica como instrumento? (HEIDEGGER, apud STEIN, p.107).

Essa é uma correlação importante das abordagens hermenêutica e dialética para aprofundamento da discussão de método em Geografia e demais áreas de produção do conhecimento urbano. Este é o sentido que origina esta tese e que sustenta a revisão crítica da metodologia que propomos para interpretação do patrimônio pela abordagem sensível do território. Também nos colocando, ousadamente, “Sobre as costas de Milton Santos...” - como verbaliza, com propriedade, Maria Adélia Aparecida de Souza para caracterizar os avanços teórico-conceituais de seu próprio trabalho na Geografia, tendo Santos como referência e suporte -, a presente proposta de aprofundar a incorporação do método hermenêutico à abordagem geográfica, visa à compreensão reflexiva das distintas realidades objetivadas no território. Em última instância, a ampliação desse debate se insere nas diferentes abordagens

epistemológicas que a Geografia Crítica desenvolve. Afinal, as possibilidades de contribuição do método hermenêutico à análise das relações entre tempo e espaço, e sua inseparabilidade, é uma questão instigante e sempre atual em debate na Geografia Humana.

A aproximação do sujeito e do objeto permite pluralidades de enfoques e também de interpretações, ao que se dá por denominação de ciência pós-moderna (...) procura-se ver os estudos geográficos inseridos numa visão hermenêutica e aceitando novas interpretações entre o local e a totalidade. (LEMOS, 1999, p. 27).

Como linguagem também é meio de dominação e de poder social, logo ideológica, a experiência hermenêutica que depende do contexto simbólico com referência às relações fáticas, passa a ser crítica da ideologia. A esse respeito, consideramos, como Milton Santos, que “A ideologia produz símbolos, criados para fazer parte da vida real, e que frequentemente tomam a forma de objetos. (...) Ela é um fator constitutivo da história do presente.” (SANTOS, 2009, p. 126). E é nesse sentido que a compreensão e o domínio de símbolos produzidos ideologicamente se constituem em verdadeira potência transformadora, germe de práxis emancipadoras.

Embora sejam mediados simbolicamente, contextos sociais complexos sofrem e são constituídos, minimamente, por duas modalidades de coação da realidade: uma de natureza exterior, de ordem distante lefebvriana, introduzida por processos técnicos, econômicos, culturais e políticos, direcionados como flechas miltonianas do tempo. Esses vetores atingem e são recebidos diferentemente por cada fração da totalidade urbana, proporcionalmente à sua identidade e individualidade socioterritorial. E outra modalidade de coação da realidade, de natureza interior mas igualmente vertical, que se espelha e expressa na repressão moral, religiosa e política das relações sociais que, por sua vez, se reproduzem horizontalmente. Ambas modalidades estruturam as regras segundo as quais se interpreta o mundo e se configuram os constrangimentos ou as perspectivas de sua transformação.

3.5.1. Interpretação de patrimônio e práxis cotidiana

O significado prático da razão humana, seu sentido ético-político e questões relativas ao método de conhecimento nas ciências sociais permeiam o debate filosófico, como expressões dos pontos de vista da dialética e da hermenêutica, cuja interseção é “terem a práxis como objeto” e representarem “o horizonte fundamental a toda práxis que pretenda se exercer em seu sentido pleno”. (HABERMAS, 1987).

Nessa linha de raciocínio, entendemos que a hermenêutica aplicada à compreensão dos símbolos de uma tradição convida o sujeito ao espelho, perante seu panorama cultural vivencial do cotidiano repetitivo. Ao revê-los intencionalmente, de outros pontos de vista, sob sensações próprias reativadas e revisitá-los utilizando-se da memória coletiva, é possível perceber, identificar e denominar elementos do patrimônio “desaparecidos” no espaço ou mesmo no tempo, porque rotineiramente despercebidos. Nesse processo, objetiva-se relacionar porções do território aparentemente desconexos, dar sentido aos conteúdos da história e da tradição e restabelecer valores e sentidos perdidos, presentificando-os. Significa abrir caminhos e arregimentar instrumentos para construção de pontes acessíveis do passado ao presente, com vistas à fruição aqui e agora do legado cultural que nos contém, em sua profundidade, essência e consistência no cotidiano individual e coletivo de hoje e do devir.

Essa articulação passado-presente-futuro pode ser metaforicamente representada pela vitalidade da árvore, que busca nas profundezas de suas raízes a seiva e os insumos suficientes à objetivação da busca por luz e energia, à projeção de seus galhos e à saúde de suas folhas, flores e frutos.¹⁶⁰ É o que, nos parece, representou o movimento da vanguarda modernista nos primórdios do “descobrimento” do tesouro patrimonial que é Ouro Preto.

O fato simples de reconhecer e nomear um objeto supõe um aprendizado, explícito ou implícito. A linguagem tem um papel fundamental na vida do homem por ser a forma pela qual se identifica e reconhece a objetividade em seu derredor, através dos nomes já dados. (SANTOS, 2009, p. 67).

¹⁶⁰ Esse foi o conceito do trabalho de pesquisa comunitária e de ações colaborativas, para representação e interpretação coletivas da memória social, do qual participamos junto ao Programa Mine d’Art en Sentier, uma residência artística no Norte da França. Trata-se de Nord-Pas de Calais, região em processo de recuperação identitária após destruição sociocultural e ambiental causada pela exploração mineral de carvão, extinta nos últimos 20 anos. Em torno do tema “Árvore da Vida”, a população foi mobilizada a buscar no passado remoto os elementos para refazimento de sua memória coletiva através de valores, símbolos e referências que escolheram não esquecer, para sua reestruturação e do território.

Entretando, uma experiência hermenêutica dialógica e reflexiva, por mais impactante que seja não altera, necessária e imediatamente, o comportamento cidadão, como seria desejável. Por certo, novos posicionamentos e práxis não decorrem de imediato e tão somente de uma interpretação renovada ou de uma compreensão enriquecida; são processuais. Mas modelos enrijecidos de percepção são imediatamente atingidos, confrontados e questionados, e novas perguntas são suscitadas. Depoimentos de um grupo de pedreiros alunos da Faop, no encerramento de um percurso sensorial, balizam esses resultados: “Antes a cidade era vista como um vulto”; “Aprendemos a observar uma Ouro Preto que não conhecíamos. Nossos olhos não enxergavam tanta beleza e tanta destruição”; “Quando se tem conhecimento erra-se menos”; “Estamos aprendendo toda a leveza para levar para a obra bruta”; “Se hoje é difícil conservar, imagine quanto foi difícil construir?”; “Como estava conseguindo trabalhar sem esses conhecimentos? A gente se pergunta isso todo dia. Aquilo que no une deve ser nossa diferença”.

Dessas reflexões voluntárias emergem possibilidades de construção de novas práxis revolucionadas, já que, nessa modalidade de experiência, junto com a troca de conhecimento e sensações, podem ser repensados os papéis sociais assumidos, renovadas posturas enrijecidas e transformadas as atitudes perante o mundo, o que por sua vez, podem direcionar novas ações. Como reencontrar “... a unidade entre a linguagem e a vida real, entre a acção que muda a vida e o conhecimento.”? (LEFEBVRE, 1969, p. 105).

Para Mead (1934), a comunicação significativa é, em si, um processo de organização comunitária. E para Gadamer, consensos verdadeiros são determinantes de vidas verdadeiras, calcadas na maturidade, o que contrapõe e coloca em xeque acordos fáticos forjados que podem, então, ser criticados como falsa consciência. A obra desse pensador reafirma o papel da experiência hermenêutica na compreensão penetrante que não retrocede ante cegamentos, ao mesmo tempo produzidos e reprodutores de concordâncias ideais que seguem princípios regulatórios do discurso racional. “Quanto maior o estranhamento e menores as possibilidades de uma adaptação inconsciente, mais os sentidos são despertados para a verdade que esconde os objetivos e as relações sociais.” (SANTOS, 2012, p. 81).

No que concerne à reprodução da tradição, observável em práticas cotidianas ou sazonais repetitivas, há diferentes níveis de continuidade não raciocinada, sem questionamento,

reflexão ou mesmo compreensão, como é o caso de manifestações religiosas. É o que se verifica, por exemplo, nas celebrações de Semana Santa em Ouro Preto, cujos personagens bíblicos representados por moradores nas procissões e rituais religiosos, são parcamente identificados, até mesmo pelos mais idosos, o que as reduziu a encenações de forte apelo estético e turístico, sem enredo compreensível pela própria comunidade que as reproduz. Daí a prática de sinalizar os nomes dos personagens representados, uma “legenda” que se tornou necessária para sua identificação. A igreja católica, através de seus rituais coletivos garantem, dogmaticamente, sua autoridade e sua dominação cotidianas, sua presença panóptica na totalidade do território e a continuidade de suas tradições, mediadas pela aceitação submissa e sem questionamentos.

Foto 92 – Procissão do Enterro, 6ª feira da Paixão. Rua Getúlio Vargas.
Fonte: acervo do autor, 2011.

A Foto 92, acima, registra uma das principais e concorridas procissões que reproduzem a tradição religiosa local. A observação atenta dessa imagem identifica três modalidades de apropriação do espaço público em um mesmo espaço cênico, que correspondem aos três segmentos que constituem o cortejo, tornado espetáculo popular e produto turístico: no centro da rua desfila o morador que encena um personagem bíblico, devidamente legendado pelo anjo que o precede e anuncia; nas laterais mais próximas, se movimenta o morador que acompanha contritamente o cortejo; e, um pouco mais afastado, nas calçadas, se postam os

visitante e moradores que assistem, registram e aplaudem o espetáculo, na qualidade de público.

Toda atividade ritual, no entendimento antropológico, se refere àquela que se realiza coletivamente, onde os participantes são protagonistas e espectadores em uma situação dada, onde se firmam valores, se atualizam eventos passados, se reafirmam práticas que devem ser incorporadas - exige cenário e performance. (CASTRO, 2012, p. 40).

Na territorialização daquele ritual, o que não comparece na imagem acima é o público de visitantes e moradores, muitos não católicos, que também celebra o evento, porém, no interior de bares e restaurantes. Esses estabelecimentos, em respeito às tradições e em concordância ideal a convenções locais - conforme acima discutido -, cerram suas portas e janelas e desligam o som ambiente durante a passagem da procissão. A ambientação do espaço é complementada pelo toque de matracas, pelo tilintar de lanças dos “guardas romanos” nas pedras e por músicas fúnebres executadas pelas corporações musicais.

O consumo de espetáculo torna-se espetáculo do consumo. (...) Daí a autodestruição do objeto e do objetivo: a cidade pitoresca, a região turística, o museu desaparecem sob o afluxo dos consumidores que chegam apenas para consumir a sua presença e a acumulação. (LEFEBVRE, 1969, pp. 119-120)

A participação da comunidade nos eventos religiosos de grande porte, como os da Semana Santa, inclui a disponibilidade para assumir as muitas tarefas de produção e execução, e o acompanhamento das celebrações que a antecedem, durante o período da Quaresma: Setenário das Dores,¹⁶¹ novenas e rezas de terço em residências. Outros grandes cortejos reúnem multidões que atravessam o centro histórico: Procissões de Domingo de Ramos, do Depósito da imagem de N. S. das Dores, do Depósito da imagem de Nosso Senhor dos Passos e a Procissão do Encontro, quando as duas imagens são reunidas na Praça Tiradentes. Na noite da 4ª feira Santa acontece o Ofício das Trevas na igreja São Francisco de Assis, celebração de origem medieval à luz de velas. Subindo e descendo ladeiras, as procissões inspiraram poemas de Alphonsus de Guimaraens, Murilo Mendes, Carlos Drummond de Andrade, Oswald de Andrade, Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa.

¹⁶¹ A comunidade se reúne durante sete sextas-feiras na Igreja Nossa Senhora das Dores para evocar as sete dores de Maria, com orquestra e coro que executam música sacra colonial.

Na qualidade de apresentações públicas, as representações das simbologias dos personagens e a construção de objetos simbólicos - indumentária, adereços, “objetos de cena”, adornos, efeitos especiais -, são disputadas no interior dos grupos organizados ou que se organizam sazonalmente. É a “moeda de troca” para garantir lugar na hierarquia do evento em questão, símbolo de status social, em papéis de centenas de figuras bíblicas: personagens, anjos, arcanjos, carpideiras, bailarinos, músicos e cantores. Quem de Minas Gerais e demais estados de forte religiosidade católica não vivenciou, conviveu ou conhece quem tenha conseguido ser indicado a “ser o anjo” - mais do que representar o anjo - que porta a coroa em uma cerimônia de Coroação de Nossas Senhora? Esses são momentos de grande significado e simbologia do patrimônio cultural imaterial, que compõem territorialidades específicas.

Nesse período a cidade é mobilizada também por concertos de música sacra, encenações litúrgicas nas escadarias e adros das igrejas, vias-sacras com quadros vivos, filmes e exposições em salas e galerias de arte. Cada uma dessas atividades gera fluxos específicos diversos, objetivados no território em diferentes frequências e intensidades, compondo ritmos do cotidiano no processo de totalização ininterrupta da vida urbana. Se apresentam como fragmentados simbólicos das tradições que dão concretude às modalidades de apropriação cotidiana do território.

Os rituais religiosos e pagãos são um campo potencial para pesquisas de várias ordens e também objeto permeável à aplicação da *hermenêutica dialógico-reflexiva* que propomos - sendo que ambos extrapolam nossos limites de análise neste trabalho. De toda forma, a compreensão da simbologia de tradições vivas e presentes no cotidiano, como as acima examinadas, abre perspectivas de renovar ou de dar, enfim, sentido aos conteúdos da história e da cultura, revisitando seus valores essenciais. Semelhante à tomada de consciência da inconsciência da realidade, compreender as interpretações e representações dos símbolos que permeiam o território é tarefa da *hermenêutica dialógico-reflexiva* que a Geografia Humana pode encampar, senão encabeçar. É insondável o aporte que sua aplicação pode dar à afirmação de identidades culturais territorializadas.

No caso específico da metodologia de percursos sensoriais interpretativos, a experiência hermenêutica neles impressa abre perspectivas de superação de comunicações distorcidas ou

inconsistentes. A força da reflexão na qual o sujeito é introduzido pertence à comunicação dialógica e ao conhecimento revisado do território que a experiência sensorial dos lugares promove. Trata-se de processo individual e coletivo de autorreflexão que decorre do diálogo mais que verbal realizado entre os participantes daquele “acontecimento”, como tratado por Quéré. Para além do processo de “lançar pontes e transpor distâncias” de Gadamer, a metodológica que fundamenta aqueles percursos constrói novos filtros e lentes de percepção e interpretação do patrimônio, para sua compreensão, assimilação e apropriação, humanizando as relações cotidianas com o patrimônio, o território e a tradição.

Milton Santos defende a construção de um modelo cívico-territorial composto, essencialmente, pela cultura e pelo território, a partir das definições: do indivíduo como ser social, de uma visão comum de mundo, do modo de vida que se deseja para todos e das regras de convivência. (SANTOS, 2012, p. 17). Trata-se de um modelo “... não mais subordinado ao modelo econômico, (...) que oriente a ação política e alicerce a solidariedade social ...” (idem, p. 126). A recuperação dos elementos da cultura por esse modelo, implica na substituição da noção de “recursos” pela de “valores”, a primeira restritiva e condizente com práxis repetitivas e, a segunda, portadora de racionalidade diferenciada, sensível e criativa, definidora de ações redentoras.

A discussão conceitual e metodológica sobre as possibilidades de engendramento de práxis desalienantes e emancipadoras, através da revisitação do patrimônio cultural em comunidades historicamente submetidas à racionalidade da expropriação - a que expropria a ação - nos incita a considerarmos práticas educativas com formatos, amplitudes, efetividade e metodologias diferenciadas, desenvolvidas no âmbito de programas de educação patrimonial que se utilizam de caminhamentos urbanos. No âmbito desta tese, essa discussão antecipa a análise do potencial da comunicação praxiológica para interpretação do patrimônio, cujo princípio fundamentou a concepção do *Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania*, uma educação pelo patrimônio, originalmente objetivado com a comunidade no núcleo histórico de Ouro Preto e que, paulatinamente, expande sua aplicação aos bairros e distritos de Ouro Preto e a outras cidades. Não se trata propriamente de um estudo de caso, como inicialmente estruturamos nosso projeto de tese, mas de uma experiência em execução e estudos, desde 2008. Sua simplicidade propositiva e metodológica contrasta com os impactos e resultados sobre a intersubjetividade que é objetivada nas ações daquele programa. Como

perspectiva concreta de transformações desencadeadas individual e coletivamente, caracterizamos o programa como ação educativa de contra-racionalidade, própria às horizontalidades miltonianas e potencial desencadeadora de outras.

As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora (...), quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta. (SANTOS, 2009, p. 286).

Nesses termos é mister relacionarmos o desconhecimento, a cegueira e a indiferença para com o patrimônio à produção de comportamentos predatórios por parte da comunidade ouro-pretana - sua potencial guardiã - e não necessariamente pelo visitante descomprometido com a cultura do lugar e com o território, como se costuma avaliar. De um lado, a cegueira para com os valores históricos e estéticos de seu patrimônio. De outro, sentimentos de revolta e atitudes de rebeldia perante, simultaneamente, o pseudo rigor da norma vertical preservacionista, a impunidade às infrações e a diversidade de critérios institucionais não compreendidos pelo cidadão comum. Esses critérios são parcamente explicitados pelo órgão regulador do patrimônio e não são orientadores quando da submissão de projetos de intervenção no território patrimonializado.

A *hermenêutica reflexivo-dialógica* que propomos conceitual e empiricamente, aporta perspectivas de elevar à consciência individual e coletiva dogmas e tradições - construídas ou inculcadas autoritariamente - e tende a desvelar preconceitos historicamente enraizados na cultura, ao tornar transparentes os quadros de referência normativos. Assim, da visão hermenêutica da estrutura pré-conceitual da compreensão deriva a perspectiva de reabilitação de conceitos e valores. No cerne dessa perspectiva de aprendizagem encontra-se a contradição de o morador de Ouro Preto, sem tanto se dar conta, desconhecer a gênese e o significado de sua cultura e história do lugar. Essa situação crônica o mantém alijado do patrimônio, bem como das decisões sobre seu presente e seu devir. Perante seu “analfabetismo patrimonial”, o morador se percebe em situação de desigualdade de conhecimento com relação ao entusiasmo e às informações que “nativados” e visitantes - curiosos, apaixonados e estudiosos - detêm sobre aquela cidade, projetada internacionalmente pelo volume, diversidade e qualidade das expressões de suas tradições.

Capítulo 4 - Da Informação Unilateral e Monológica à Comunicação Dialógica, Polifônica e Praxiológica

4.1. Breve apreensão de roteiros urbanos em Ouro Preto

Inumeráveis e diversificados são os roteiros turísticos e seus formatos, disponíveis aos visitantes da cidade - oferecidos por guias credenciados e informais - bem como os roteiros pedagógicos temáticos elaborados para estudiosos de fora e para estudantes locais. Via de regra se enquadram no padrão de “guiagem dirigida”, controlada, estruturados sobre itens previamente selecionados, não necessariamente afetos ao território, mas a elementos patrimoniais isolados e de destaque artístico, arquitetônico e histórico. Podem se estender a partes do núcleo histórico ou limitarem ao centro histórico e seus monumentos.

No bojo da denominada Educação Patrimonial, ganharam destaque cartilhas, livretos e, sobretudo, programas de visitação escolar a monumentos que podem ou não se utilizar de caminhamentos urbanos apresentado os elementos de relevância na paisagem. Tais iniciativas introduzem moradores na questão patrimonial, sobretudo crianças e jovens, oferecendo-lhes relevante repertório cultural, de forma lúdica e informativa, quando são visitados museus e edifícios de importância histórica. Não se enquadra no nosso objeto de tese a avaliação de suas metodologias ou seus resultados na comunidade e na formação de cidadãos. Mas, certos programas recentes e consistentes, em funcionamento contínuo ou esporádico, não podem ser aqui omitidos. É que, a partir da incorporação da educação patrimonial e ambiental como matéria transversal do ensino formal, ações educativas de todo tipo passaram a ser orquestradas por instituições de ensino e, até mesmo, pela iniciativa privada, como é o caso das grandes empresas Samarco, Alcan e Vale, no âmbito da denominada responsabilidade social. Destacam-se hoje:

- PMOP: publicações, eventos e parcerias;
- Programa Educação Patrimonial Trem da Vale: registros da memória ferroviária, publicações, passeios, cursos, concursos e oficinas;
- Iphan: publicações, parcerias e eventos;

- Faop: publicações, visitas, parcerias, cursos técnicos, oficinas, eventos, consultoria e prestação de serviços;
- Ufop: parcerias, oficinas e projetos extensionistas;
- IFMG: parcerias e cursos técnicos e superiores.

4.2. A comunicação praxiológica na apropriação do território pelo patrimônio

Em contraposição aos modelos informacionais de comunicação tradicional, de caráter monológico e unidirecional, os estudos recentes na área da comunicação social avançam na construção de novas possibilidades comunicativas, na perspectiva da interatividade, do diálogo e da troca de informações, experiências e conhecimento. Subvertendo a linearidade e a verticalidade autoritária do método cartesiano de ensino-aprendizagem, novas correntes teóricas se impõem, agregando valor e qualidade às dinâmicas educativas como um todo.

Roteiros urbanos tradicionais - turísticos, técnicos ou pedagógicos -, oferecidos como recurso idealizado de apresentação de referências especializadas - produtos culturais, atrativos turísticos ou empresariais -, via de regra, têm a premissa do desconhecimento do indivíduo sobre os objetos e processos abordados. Nem sempre são consideradas o conhecimento eventual e anteriormente assimilado, informações prévias ou impressões do público sobre aquela experiência. Estruturados na forma de “guiação dirigida”, delimitada e controlada a espaços, instalações ou objetos, esses roteiros focam a hierarquia do domínio dos dados na figura do “guia” que seleciona e direciona o que, como, onde e por quanto tempo observar.

No caso específico da disseminação intencional de características e valores relativos ao patrimônio cultural, roteiros dependem do domínio da retórica e costumam dispor de volumes de dados que são repassados nos moldes da hermenêutica tradicional de tradução de conteúdos e valores consagrados pela história. Independente da qualidade ou da credibilidade das informações oferecidas nesses “cardápios”, a absorção por parte do público de papel passivo acaba sendo limitada, efêmera e sua efetividade como conhecimento, comprometida. Sob o formato de “prato feito”, há poucas ou nenhuma alternativa, seja do roteiro, temática ou elementos de exploração previamente definidos.

O embasamento teórico e conceitual do modelo praxiológico desenvolvido pela Nova Comunicação,¹⁶² tem sua concepção e objetivação na construção social da realidade, coletivamente, em oposição ao modelo transmissivo de informações, de caráter unilateral, simplificador e reducionista. Para operacionalização dessa abordagem, importa construir alternativas metodológicas de produção compartilhada de conhecimento da realidade, através da percepção, compreensão e interpretação de ambientes, fatos e objetos, que promovam a passagem da observação dirigida e da contemplação passiva, de recepção parcial e unilateral de informações, para modalidades de experiências partícipes e integradas dos elementos identitários de cada cultura em questão.

Conforme defende Merleau Ponty (1984),¹⁶³ a experiência acontece através da produção e da transferência de conhecimento sobre o mundo e sobre as pessoas, no esquema da representação. Para ele, a percepção pode ser tão aprimorada quanto mais se exercita o que denomina “participação sensível”, processo fundamental a todo e qualquer tipo de experiência que se realiza a partir do próprio corpo físico. Por essa abordagem, o ato de perceber se dá através da articulação de dois horizontes: o do espaço exterior e o do espaço corporal. No vocabulário da fenomenologia, as expressões *encontro* e *diálogo* traduzem essa implicação mútua entre sujeito e mundo.

No âmbito da Geografia, o debate sobre a relação entre as dimensões espacial e corpórea considera que

O espaço no mundo físico é constituído *via* a experiência corporal do próprio sujeito através do eu consciente em movimento. O agente experimenta assim o mundo físico e representa as suas dimensões espaciais *da perspectiva de seu próprio corpo*. (...) A perspectiva subjetiva principia com a idéia de que por intermédio do corpo o agente assume uma posição concreta no mundo físico. (WERLEN, 1993,¹⁶⁴ apud SANTOS, 2009, p. 83).

¹⁶² Nos debruçamos, particularmente, sobre a obra de Louis Quéré, sociólogo francês contemporâneo, cuja abordagem acompanha o pensamento hermenêutico de Jürgen Habermas e Hans Georg Gadamer e o pragmatismo de John Dewey et George Herbert Mead.

¹⁶³ Ponty, em sua abordagem epistemológica divergente da praxiológica, foi uma das primeiras referências teóricas sobre a questão da experiência, quando da concepção da metodologia de percursos sensoriais interpretativos, analisada a seguir.

¹⁶⁴ Obra não localizada.

Para Werlen, a ação subjetiva deve ser destacada na pesquisa geográfica, advogando que a Geografia seja uma ciência da ação e não do espaço, o que Santos contesta remetendo à inseparabilidade da relação entre os sistemas de ações e objetos. Nesse sentido, entendemos que o espaço, bem como a imagem urbana socialmente construída, representa a expressão sempre inacabada das relações entre usuários e espaço, corroborando a perspectiva interacional de Mead (1993) sobre a determinação recíproca e simultânea de ações e ambientes. Contribui para essa reflexão a epistemologia da complexidade de Morin (1996), cujo paradigma quer “religar o que o pensamento disciplinar disjuntou e parcelizou”, de forma a “...confrontar-nos com a indizibilidade e indecidibilidade do real”.

Cette capacité de percevoir directement des significations - plutôt que d’abord des formes auxquelles seraient ensuite ajoutées de significations, comme le soutenait Kohler - est une dimension essentielle de l’organisation de l’expérience sociale, puisque nous ordonnons nos conduites en nous ajustant aux comportements significatifs tant des autres personnes que des objets, et en nous réglant sur la compréhension immédiate que nous avons des événements et des situations rencontrés, tous éléments qui comportent des significations directement perceptibles - il s’agit de totalités significantes ou de “tous qualitatifs”. (QUÉRÉ, 2000, p. 9, grifos nossos).¹⁶⁵

Quéré atinge frontalmente as abordagens rasas do patrimônio cultural e sua apresentação formal focada no objeto patrimonial em si, seus atributos estéticos, sua presença no espaço e certos significados a ele atribuídos. Avaliamos que, tanto visitas guiadas cronometradas, quanto a vivência cotidiana pouco referenciada no território, dificilmente demarcam os valores intrínsecos e únicos dos lugares, acontecimentos e objetos. É quando olhamos sem ver, passamos sem estar, ouvimos sem escutar ou tocamos sem registrar. Sob essas condições contemporâneas de abstração das variáveis tempo e espaço, do aqui e agora, é minimizada a experiência do viver, ignorando-se o *genius loci* próprio dos ambientes plenos de significados, memória afetiva, registros históricos e representações simbólicas. Para além das formas visíveis e concretas, há um arsenal de significados históricos e socioculturais impregnados no patrimônio e no território. O esvaziamento ou a ruptura desses significados e

¹⁶⁵ Tradução livre: “Essa capacidade de perceber diretamente os significados - mais do que perceber primeiro as formas às quais serão, em seguida, acrescentados os significados, como defendia Kohler - é uma dimensão essencial da organização da experiência social. Ordenamos nossas condutas ajustando-nos aos comportamentos significativos dos outros e dos objetos e regulamos a compreensão imediata que temos dos acontecimentos e situações encontradas - elementos constituídos de significados diretamente perceptíveis. Trata-se de totalidades significantes ou de “todos qualitativos””.

a abstração de suas simbologias - parcialmente provocadas por padrões de vida cotidiana desatenta - são responsáveis pela redução dos níveis de percepção dos indivíduos e, conseqüentemente, da sua compreensão plena de sua cultura e do mundo.

A cidade é um espaço de encontros e convivências. Convivência entre o espírito do tempo (o *Zeitgeist* alemão) - o ambiente social, cultural e econômico que reflete uma determinada época - e o espírito do lugar (o *genius locci* latino) - o conjunto de singularidades que faz com que as cidades transpirem essências, ritmos e ambientes distintos. (REIS, 2012, p. 12).

Vasculhando a noção de que “Os olhos não veem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas.” (CALVINO, 1990, p. 17), nos perguntamos: o que veem, afinal, os olhos que não decodificam alegorias ou interpretam significados? Figuras, formas, contra-formas, cores, volumes, elementos decorativos, cenário...? O edifício do Museu da Inconfidência é revelador dessa percepção rasa cotidiana: as quatro virtudes cardinais¹⁶⁶ são representadas no coroamento das fachadas. Entretanto, apesar de sua imponência arquitetônica e visibilidade total em localização nobre na cidade, poucos sabem que representam virtudes, quais seriam elas e por que foram essas as escolhidas para compor aquele edifício ou como se relacionam com suas funções originais. Quando muito, são fracamente percebidas como estátuas decorativas, sem maior significado na obra e na paisagem. “Compreender uma cidade significa colher fragmentos. E lançar entre eles estranhas pontes, por intermédio das quais seja possível encontrar uma pluralidade de significados. Ou de encruzilhadas herméticas.” (CANEVACCI, 1993, p. 35). Evocamos novamente Gadamer, aquele que “lança pontes, abre caminhos e aproxima distâncias”, pela necessidade de disseminação de informações básicas e de (re)sensibilização que desobstruam os olhos, revigore os sentidos originais da obra e constitua um significado compreensível às pessoas.

Em outros tempos a alegoria podia ser traduzida pelos espectadores (...). Mas hoje esse significado (...) parece ter se evaporado. As alegorias parecem resíduos emudecidos. São como enigmas que não podem mais ser decifrados pelas pessoas. Seu significado perdeu-se, dissolvido nos novos fluxos da comunicação urbana. Estas figuras alegóricas (...) colocam-se no interior da mais vasta catástrofe dos símbolos. Não existe mais relacionamento algum entre significante e significado. Por isso, as alegorias que sobreviveram até os dias de hoje estão reduzidas a inertes significantes. Ninguém mais está interessado em saber por que estão lá e o que significam. (...) estão ali, como fragmentos insignificantes, ruínas restauradas, acumulações (...) que já se

¹⁶⁶ Prudência (sapiência), Justiça, Fortaleza e Temperança.

tornaram incapazes de permitir uma clara visão de seu objetivo ... (CANEVACCI, 1993, p. 158).

O que perseguimos com esta tese, em última instância, é a construção de “olhos de ver e (dever de) preservar”¹⁶⁷, questão fundante na estruturação da metodologia que analisamos nos próximos itens. O desafio está em promover a incorporação nas políticas públicas de patrimônio, de uma modalidade valorativa e interpretativa, que extrapole o objeto patrimonial e suas versões oficiais e ou acadêmicas, uma

interpretação que não é unívoca, que pode e deve ser diferenciada na medida em que não possui um única chave de leitura: o sujeito que decodifica e multiplica os juízos torna-se ele próprio *polifônico*, bem como, simultaneamente, o objeto urbano de que fala.” (CANEVACCI, 1993, p. 212).

Essa simultaneidade entre objeto e observador apontada por Canevacci, é trabalhada por Quéré que, ao apontar a dimensão praxiológica dos espaços públicos urbanos, destaca sua “potência formante” e a codeterminação dos ambientes e dos comportamentos. A versão naturalista da informação que Quéré recupera em sua obra, trata da correlação permanente que se observa entre espaços, objetos e práticas socioculturais:

Il informe les manières de se comporter, les manières de se rapporter les uns aux autres, ainsi qu’aux lieux e à ce qu’ils contiennent, tout en étant produit et rendu sensible par ces manières”. (QUÉRÉ, 1995, p. 98).¹⁶⁸

4.3. Dimensões fundamentais da experiência

*Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.
Sem memória não existimos. Sem responsabilidade, talvez não mereçamos existir.*
José Saramago

Neste ponto da reflexão, é mister considerar que a apreensão contemporânea do mundo, além de se efetuar de forma cada vez mais fracionada, pontual e efêmera, é prioritariamente comandada pela dimensão *logos* - da razão e da objetividade, que privilegiam valores de

¹⁶⁷ Combate patrimonialista exercido por Janice Nascimento, até seu desencarne em 2005.

¹⁶⁸ Tradução livre: “Ele [o espaço público] informa as maneiras de se comportar, as maneiras de se relacionar uns com os outros, bem como com os lugares e com o que eles contêm, tudo sendo produzido e tornado sensível por essas maneiras”.

finalidade. E a percepção da paisagem, do território e seus componentes na vida cotidiana, de forma míope, progressivamente se enfraquece e se torna opaca, ao ser desvinculada das demais dimensões fundamentais à experiência humana plena. Trata-se, particularmente, de *pathos* - a dimensão do sentimento, da emoção e da afetividade; de *eros* - a dimensão da corporeidade, das pulsações, da revelação e, por analogia, da sedução que os lugares exercem sobre os indivíduos; e de *mythos* - a dimensão das relações do homem com seus mistérios, mitos e lendas, e que se vincula às interpretações tradicionais de fatos ou notícias que compõem o imaginário coletivo. Ao intensificar as dimensões *Pathos*, *Eros* e *Mythos* e minorar a dimensão *Logos* da experiência urbana, tão enfatizada pelos sistemas educacionais, esta fundamentação metodológica incita o morador a fazer “estranhas” sinapses e a perceber a correlação permanente que há entre todas as coisas: as que lhe cercam diretamente e as que lhe escapam à percepção e registro, na rotina.

Já em 1933, Walter Benjamin, se referindo à cultura do homem moderno e reconhecendo que “ficamos pobres”, questionava: “Qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (BENJAMIM, 1996, p. 119).

Perdemos a abrangência de avaliação proporcionada pela totalidade dos sentidos, e dessa forma nos afastamos da perspectiva sistêmica de estar no mundo. Em consequência, as percepções veiculadas pelos sentidos que têm sido reprimidos e anestesiados são desvalorizadas, o que favorece a unidimensionalização e a manipulação. (MARIOTTI, 2002, p. 3).

Por sua vez, Milton Santos define o cidadão como multidimensional, considera que “Cada dimensão se articula com as demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo, aquela individualidade verdadeira (...) dotada de uma nova sensibilidade” e nos previne sobre os processos de produção impregnados de objetivação, racionalização e coisificação. (SANTOS, 2012, p. 56).

O rigor e o padrão próprios à racionalidade não se restringem à percepção e vivência dos lugares, mas se projetam sobre a organização espacial, os usos e as modalidades de apropriação do território. A síntese desta questão nos remete à controvérsia filosófica conceitual provocada pelo arquiteto austríaco Camilo Sitte, em fins do século XIX, sobre a concepção do espaço urbano moderno, expressa com sucesso internacional pelo modelo

geométrico higienista de desenho urbano haussmanniano,¹⁶⁹ implantado na reestruturação física de cidades europeias, a exemplo de Viena e Paris. Esta última se tornou ícone do controle estatal sobre o território, sob o comando militarista de Napoleão III, cujas diretrizes de reordenamento urbano exigiam espaços públicos ampliados a grandes proporções, visíveis, previsíveis, panópticamente controláveis, indiferenciados e rígidos. Mais do que higienista, aquele modelo logrou expulsar a classe trabalhadora das áreas centrais e destruir a principal arma de revoluções socialistas recorrentes, que era a rua e sua ocupação por barricadas populares. Muitos foram os desdobramentos da experiência parisiense - sobretudo para reconstrução racionalista de cidades destruídas pelas guerras. Muitos de seus seguidores no planejamento urbano fizeram escola, como Le Corbusier, celebrados pela lógica instrumental e pela razão técnica e operacional que imprimiu linguagem matemática ao espaço funcionalista. A essa nova ordem urbana Sitte contrapunha, heroicamente, a concepção urbanística própria de cidades antigas de espaço múltiplo, relacional, orgânico, plástico, semiaberto, aconchegante, propício à experiência estética, a surpresas e apropriável em escala humana.

O combate de Sitte (1843-1903), objetivado em projetos executivos de pequena escala e de micro intervenções sobre espaços modernizados, se destaca como voz solitária de contraracionalidade e crítica à tendência, então inquestionável, de estruturação cartesiana das cidades, devidamente justificada. Em sua única obra publicada em 1889, *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos*, o autor destaca as qualidades das cidades antigas, caracterizadas pelas relações de intimidade, elasticidade, convivência, solidariedade, vizinhança e emoção, reforçando a necessidade de manutenção das demais dimensões não lógicas da experiência urbana. A tendência à racionalização da cidade e de seu funcionamento cotidiano se vincula diretamente à divisão do trabalho capitalista, cuja expressão social é a predominância do valor de troca sobre o valor de uso e das relações mecânicas sobre as relações orgânicas. Naquele embate, Le Corbusier chega a denominar o traçado urbano orgânico e não axial preconizado por Sitte - para quem o melhor trajeto entre dois pontos não é a linha reta -, como “caminho de asnos”.

¹⁶⁹ Barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito de Paris durante 17 anos, conhecido como "o artista demolidor".

Nesse debate aparecem objetivadas duas categorias de estruturação espacial que são determinantes da dinâmica urbana cotidiana e objeto de conflitos sociais e debates históricos entre profissionais afetos à projeção, à organização física e à gestão do território: uma que corresponde à razão universal, em que prevalece o controle da informação e a ordem socioterritorial; e outra, que atende à razão local e orgânica, em que prima a comunicação. Em ambos os casos e em todas as escalas urbanas, o cotidiano da vida contemporânea é submetido a exacerbado volume de informações e ao ritmo acelerado do tempo. Renovadas leituras da cidade são possíveis e emergem através de estratégias que potencializam a correlação entre homens em ação, objetos e território, e otimizam a experiência humana, na perspectiva de (re)qualificação do público como sujeito ativo de sua história. Identificamos uma lógica redutora do saber sobre si próprio, como ser social, construída sobre o pensamento cartesiano e que predomina no cotidiano utilitarista, cujo ritmo não dá trégua ao tempo para o acidental, o imprevisível ou o subjetivo. O pensamento calculista e funcionalista impõe sua lógica matemática em detrimento da vivência plena do território, sendo a fluidez e os valores de troca predominantes sobre a fruição urbana e os valores de uso.

A fluidez urbana cotidiana, que atende às regulamentações sobre o uso e a apropriação das vias públicas, é objeto de constantes conflitos socioterritoriais em Ouro Preto, na medida em que interfere em fluxos e ritmos próprios do lugar, os dos “homens lentos”, afetos à morfologia local. Interesses pela otimização do tempo e fluidez do espaço, frequentemente se confrontam com os diversificados tempos do lugar, estabelecidos pela dinâmica e pela fruição tradicional da cidade. Aqui, nas contradições que se verifica entre fluir, se apropriar e fruir, o que está em questão são os conflitos territorializados entre a circulação do capital e as diminutas possibilidades do encontro, do estar plenamente no lugar, na vida e no mundo.

4.4. Metodologia de percursos sensoriais interpretativos

*A primeira tarefa da educação é ensinar a ver.
Aprendemos palavras para melhorar os olhos.*
Rubem Alves

Algumas premissas desta proposição metodológica, além dos elementos da problemática sobre a qual trabalhamos, incluem a notória carência de planos interpretativos, tanto da cidade

em sua totalidade, quanto de seus valores patrimoniais. Constatase, sobretudo, a lacuna de ações educativas pautadas na comunicação dialógica e voltadas para a população moradora, constituída por segmentos muito diferenciados entre si. Nesse cenário de informações unilaterais sobre o legado histórico cultural, são construídas leituras difusas e parciais do patrimônio, do território, dos tempos da cidade, sua história, seus lugares de memória, sua gente, sua cultura, seu passado e devir.

Subentende-se, nessa metodologia, que a fruição e a experiência estética do patrimônio, calcadas na apropriação simbólica do território se diferenciam do utilitarismo, da automação e da fluidez funcional da eficiência imposta ao fazer cotidiano contemporâneo, gestados na estruturação funcionalista do urbanismo moderno. A fruição pressupõe apropriação simbólica e ultrapassa o que o domínio da visão é capaz de observar na paisagem e o que trajetos cotidianos automatizados podem efetivamente informar, registrar ou fazer compreender. Essa metodologia, estruturada na reflexividade inerente às trocas sociais, promove a desconstrução de práticas cotidianas repetitivas e de deslocamentos urbanos automatizados, objetivando requalificar o olhar viciado do morador, na qualidade de sujeito dialógico que é. Assim, a experimentação diferenciada da cidade com ênfase na acuidade sensorial, potencializa a reativação da memória social e de relações de afetividade para com o legado cultural impresso no território. Também pode desencadear atitudes individuais e ações coletivas sobre o trato do espaço urbano, da história, do fazer social e da cultura. No âmbito dos impactos que tal modalidade de experiência provoca e seus efeitos sobre o público podem ser efêmeros ou duradouros, proporcionais ao grau de enrijecimento da interpretação que aporta. Mas costumam extrapolar limites espaciais e temporais corriqueiros, podendo prolongar-se na descoberta de renovadas possibilidades de fruição e apropriação do território, do patrimônio como um todo e de participação cidadã em associações e organismos de gestão da cidade.¹⁷⁰

O princípio relacional dessa estrutura metodológica emerge expressivamente em caminhamentos urbanos com moradores permanentes e temporários, utilizando instrumentos e técnicas de incitação sensorial e cognitiva, especialmente concebidas para aguçar a percepção do público participante. É o que aporta aos percursos o caráter mais de “visitação assistida” do que de “guiagem dirigida”, o que consubstancia uma primeira diferenciação quanto ao

¹⁷⁰ Os impactos e desdobramentos individuais e coletivos, de médio e longo prazos, deverão ser analisados em pesquisas posteriores, no decorrer e com o recuo do tempo, daqui em nível de pós doutoramento.

modelo transmissivo unilateral de informações, comumente utilizado. Nesses percursos com ênfase no conjunto de recursos sensoriais, não se aponta e descreve elementos “significativos” da paisagem, mas se provoca e instiga a percepção adensada de ambientes e objetos familiares para que o público traga para o plano da reflexão, como figura, o que o hábito transforma em fundo difuso. Este é o princípio da hermenêutica reflexivo-dialógica, potencialmente capaz de promover a passagem da contemplação visual e da recepção passiva de informações, para a vivência de experiências públicas únicas, pessoais, diferenciadas, partícipes e integradoras dos elementos identitários da cultura e do território, em sua totalidade.

De forma lúdica, porém consistente em conteúdos, informações facilitadoras e através de técnicas de sensibilização são mesclados recursos perceptivos e interpretativos. Em conjunto, estimulam a percepção aguçada e a interação diferenciada com tempos e espaços de vivência cotidiana e com lugares de memória, ambos parcial ou superficialmente conhecidos como pseudoconcretidades. Os níveis de (des)conhecimento da essência da própria cultura tendem a ser a primeira constatação que aflora e surpreende os participantes, dando início ao processo de tomada de consciência do território para construção de novas interpretações. Desta forma se promove a ressignificação do “olhar que vê” o território e que é, simultaneamente, transformado. Como atividade organizante (QUÉRÉ, 1991), essa modalidade de vivência adensada da cidade apresenta potencial de transformar os indivíduos, seus posicionamentos, atitudes e relações com os objetos, a cidade e entre si, ao se revisarem como sujeitos da história.

Trata-se de uma proposição hermenêutica singular e abrangente, objetivada na *metodologia de percursos sensoriais interpretativos*, concebida sob condições experimentais específicas: participação voluntária; comprometimento com as “regras do jogo”; técnica analítica de livre associação para exploração da memória, de sentimentos e saberes imanentes; técnicas teatrais de sensibilização, integração e dinâmica de grupo;¹⁷¹ e socialização de impressões e descobertas advindas da incitação à acuidade perceptiva e às recontextualizações. As ressignificações e ressimbolizações então produzidas rearticulam as relações que o morador estabelece com os objetos, espaços e seus símbolos.

¹⁷¹ Muitas dessas técnicas são inspiradas nas obras de Augusto Boal e Viola Spolin, cuja força mobilizadora de energias humanas aporta resultados pedagógicos imediatos, tamanho é seu potencial lúdico de imersão sensorial e expressão criativa.

4.4.1. Elaboração, aplicações e desdobramentos

A metodologia de percursos sensoriais interpretativos foi desenhada, de forma experimental, como subsídio a atividades de pesquisa de campo acadêmica.¹⁷² Sua concepção decorreu da prática docente e da constatação inquietante da lentidão e dos conflitos com que os estudantes, em sua maioria oriundos de outras regiões, constroem suas relações com a cidade que os acolhe. Muitos deles, ao se formarem - 4 ou 5 anos depois - é que avaliam seu nível de abstração dos meandros da história e das intimidades da cultura local, tamanho é o envolvimento que mantêm com a vida universitária - moradia estudantil, festas particulares e construção de relações em grupos fechados de convivência. Essa é uma questão que delineia uma problemática relevante no cotidiano de Ouro Preto, na medida em que o funcionamento de “guetos estudantis” tende a romper com as relações harmoniosas e solidárias de vizinhança.

Na sequência, em 2008, aquela experimentação pedagógica foi formatada como projeto de extensão universitária, então denominado *Sentidos Urbanos*, com apoio de monitores bolsistas. Naquele formato, foi possível estender o público, paulatinamente, às repúblicas estudantis, às famílias de “comadres”,¹⁷³ a associações de moradores e alunos do Curso de Requalificação Profissional de Oficiais da Construção Civil, do Núcleo de Ofícios da Faop, em parceria com o Programa Monumenta/BID/Unesco. Dessas primeiras aplicações metodológicas com moradores resultou, a partir de 2009, importante parceria da Ufop com a Faop e o Iphan-OP, tendo em vista que os objetivos do projeto atendem, diretamente, às missões precípuas daquelas instituições públicas de ensino e gestão do patrimônio. Esses órgãos públicos se defrontam com processos acelerados e nefastos de descaracterização do legado cultural e da própria imagem urbana de Ouro Preto. Daí seu imediato apoio institucional, dada a oportunidade que o projeto e sua metodologia representam para o enfrentamento daqueles processos depreciativos e da objetivação de suas ações reguladoras e educativas. Ampliada a equipe de monitores, de coordenadores - um de cada instituição - e de recursos financeiros, a metodologia e o projeto galgaram patamares, visibilidade e escopo,

¹⁷² Foi originalmente proposta, em 2007, na disciplina eletiva do Curso de Bacharelado em Turismo da Ufop, *Percepção e Interpretação do Patrimônio Ambiental Urbano*. Sua demanda expressiva justificou seu reenquadramento como disciplina obrigatória no primeiro período da grade curricular.

¹⁷³ Designação carinhosa dos estudantes para suas faxineiras, que agregam valor familiar às moradias estudantis. Os convites às “comadres” para participação no programa foi estratégico para inclusão de moradores permanentes, em geral autóctones.

com articulações institucionais, novos instrumentos e técnicas e redenominação como *Projeto Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania*, analisado abaixo.

Por seu potencial como instrumental pedagógico não formal, e como alternativa institucional para renovação das relações deterioradas com a comunidade, em 2009 o Iphan-OP absorveu a coordenação executiva do projeto e o elegeu como carro-chefe de suas ações educativas na Casa do Patrimônio. Então recentemente estruturadas, as casas do patrimônio passaram a representar a face social do Iphan, em nível nacional, na perspectiva de amenizar sua imagem de órgão regulatório autoritário, amplamente rejeitada localmente. Pela repercussão dos resultados obtidos pelo projeto, outras seções regionais e escritórios técnicos do Iphan passaram a demandar discussão e repasse da metodologia utilizada no projeto em curso em Ouro Preto.¹⁷⁴ Por sua vez, a Faop inseriu a metodologia em suas diversificadas ações educativas em Minas Gerais, como módulo inicial de sensibilização para com o patrimônio, em cursos de formação continuada, oficinas, ateliês e trabalhos técnicos nas comunidades onde atua como prestadora de serviços de restauração.¹⁷⁵

Em seu conjunto, essas práticas educativas pelo patrimônio, de múltiplos formatos, suscitaram o potencial de universalização que essa metodologia apresenta, com vistas à afirmação identitária, ao desempenho ampliado da cidadania e, sobretudo, ao comprometimento com a questão da compreensão e preservação patrimoniais.

Posteriormente, o projeto foi revisto e estruturado como programa de mesmo nome, estruturado em quatro eixos de ações da parceria Ufop/Faop/Iphan e concebidos sobre os mesmos princípios metodológicos: 4 Roteiros Sensoriais Interpretativos no núcleo histórico, o Circuito Expositivo da Casa da Baronesa - sede do Iphan em Ouro Preto -, a Base Criativa Laboratório Patrimônio - produção de audiovisuais (nas instalações do Iphan-OP e no

¹⁷⁴ Houve apresentação do projeto na Fundação Casa Grande, na cidade de Nova Olinda - CE; na UFCE - Universidade Federal do Ceará; nas superintendências regionais do Iphan em Belém - PA e na Cidade de Goiás - GO; e oficinas continuadas de repasse metodológico com construção e experimentação coletivas de roteiros em Iguape - SP, um a pé e um de bicicleta, principal meio de locomoção naquela cidade.

¹⁷⁵ Bairros de Ouro Preto e municípios mineiros: Mariana, Cataguases (patrimônio modernista), São Vicente de Minas e Betim: Sede do município, Colônia Santa Isabel (antiga reclusão de hanseníase) e Assentamento Rural do Movimento sem Terra 2 de Julho.

ICSA/Ufop - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, na cidade de Mariana) - ¹⁷⁶ e o projeto *Eu também sou Patrimônio*. Este último, com a intermediação da Secretaria Municipal de Educação da PMOP, foi desenvolvido com as comunidades escolares da Escola Municipal Juventina Drummond, Bairro Santana; da Escola Municipal Isaura Mendes, Bairro Piedade e da Escola Municipal Celina Cruz no subdistrito do Mota, Distrito de Miguel Bournier.

Vale destacar que, com a reestruturação do projeto como programa de ações diversificadas, foi possível ampliar o escopo de instituições e públicos envolvidos, expandir geograficamente a aplicação da metodologia para além do núcleo histórico de Ouro Preto - sua escala original - e adaptá-la às realidades diversas e específicas de bairros, distritos e municípios. É onde se consegue, mais enfática e efetivamente, desenvolver criticamente a percepção da totalidade urbana, das nuances que diferenciam os territórios fragmentados, bem como a reflexão sobre o cotidiano e, nele, a participação do centro histórico. Tem sido de especial interesse analítico o despertar social para os valores dos elementos patrimoniais de sua cultura e do território, até então pouco reconhecidos como tal pelos moradores “acostumados” com a cidade. Ao revisitarem o patrimônio consagrado e protegido, avaliado como sendo “para turistas e bacanas”, os moradores podem rever preconceitos, repensar as estruturas segregadoras, reconceituar patrimônio, se reposicionar na totalidade urbana, revelar seus valores e se reconhecer como “cidadãos-patrimônio” (COSTA, 2011).

O poder de rememoração não é algo natural, mas sim uma conquista, uma invenção difícil, por meio da qual os homens aprendem a se apropriar progressivamente do seu passado individual e coletivo. A memória - faculdade tão importante para a construção da cultura que ganha a forma de uma deusa entre os antigos gregos - vai ser também uma capacidade seletiva: para se lembrar é preciso esquecer. (CASTRIOTA, 2003, p. 186).

¹⁷⁶ Os produtos videográficos da Base Criativa Ufop/Faop/Iphan podem ser acessados nos seguintes links: “Se essa rua fosse minha...” http://www.youtube.com/watch?v=_Tu8s8UbSbI&feature=share, “Vivência Criativa - EM Juventina Drummond” http://www.youtube.com/watch?v=OZd2_ewrMzI, “Sinestesia da urbe” <http://www.youtube.com/watch?v=LqeeJ5M90h8> e “Circuito Expositivo Casa da Baronesa” <http://www.youtube.com/watch?v=Tn5K-W5-0v8>.

Uma ação emblemática decorrente de impactos imediatos sobre a rememoração e o exercício da cidadania foi a mobilização de moradores do Morro Santana, encabeçada por professores e alunos da Escola Municipal Juventina Drumond,¹⁷⁷ junto à Câmara de Vereadores, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Corpo de Bombeiros, para mutirão de limpeza e recuperação da Bica do Córrego Seco, lugar de memória social abandonado há anos naquele bairro e soterrado por lixo residencial. Empoderados de seu território, para a celebração da Semana da Pátria em 2010, aquela escola organizou desfile original no centro histórico, apresentando à “cidade” os elementos patrimoniais do bairro inventariados pelos alunos. Outra movimentação de importante valor simbólico, porém não levada a cabo, foi a adoção do tema “Sou do Morro, eu também sou Patrimônio” pela Escola de Samba Império do Morro Santana.

Foto 93 - Desfile da Escola Municipal Juventina Drumond na Semana da Pátria.
Fonte: Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania, 2010.

¹⁷⁷ Esta foi a escola pioneira na incorporação da metodologia em sua estrutura curricular, em 2010 e, após ampla reflexão pedagógica, desenvolveu trabalhos escolares diversificados no âmbito patrimonial e participou da construção de um roteiro sensorial interpretativo no bairro, com alunos e professores, oferecido aos familiares e demais moradores.

Figura 10 - Logomarca criada por alunos da Escola Municipal Juventina Drumond.
Fonte: Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania, 2010.

Para além da precariedade estrutural de muitos dos bairros onde o programa ou sua metodologia são implementados, os inventários locais realizados pelos moradores suscitaram, de imediato, sentimentos de orgulho cidadão e o reconhecimento de valores patrimoniais e potenciais culturais pouco valorados: edificações históricas descuidadas pelo poder público e pela comunidade, flora medicinal e culinária, expressões artísticas, festas populares, tradições civis e religiosas e recursos naturais.

4.4.2. O Projeto Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania ¹⁷⁸

*Os melhores professores são aqueles que mostram onde procurar,
mas não dizem o que enxergar.*
Alexandra K. Trenfor

Estruturado objetivando a reconfiguração e a ressignificação do “olhar” da comunidade e oferecido a moradores em geral, o foco do projeto se voltou, em sua primeira fase de implementação, para a comunidade universitária, manifestamente promotora de impactos e conflitos socioculturais e ambientais, porque é temporária, desenraizada, desconhecadora da cultura local e numericamente significativa na ocupação do casario colonial do centro histórico de Ouro Preto. Entretanto, o horizonte do projeto que aplica e aprimora a

¹⁷⁸ O projeto recebeu duas premiações: A Medalha João Veloso, da Câmara Municipal - homenagem às pessoas e instituições que trabalham pela conservação e recuperação do patrimônio natural e cultural ouro-pretano -, e o Prêmio Gentileza Urbana do Instituto de Arquitetos do Brasil, seção MG, ambos em 2011.

metodologia de percursos sensoriais interpretativos é a população moradora como um todo, em sua diversidade e estratificação.

Como anteriormente problematizado, até mesmo a população permanente, nascida e ou criada na cidade, apresenta alto grau de desconhecimento de seu legado cultural, seja pela educação formal precária sobre a história local oferecida pela rede de ensino, seja pela não construção ou desconstrução do sentimento de pertencimento sociocultural. Os processos de ocupação precária do território patrimonializado e a falta de identificação com as referências históricas consagradas também desempenham papel importante nesta análise. Ocorre que, como explicitado anteriormente, a população de Ouro Preto, além de ter sofrido expropriação sistemática de seus valores e riquezas, foi radicalmente substituída em dois períodos históricos singulares do século XIX, que representaram importantes forças centrífugas desagregadoras e desestruturantes da cultura local. Em contraponto não menos importante, a região se submeteu a diferentes momentos e modalidades de atração e fixação de levas de migração ao longo do século XX: artística, intelectual, industrial e educacional, conformando uma população moradora extremamente diversificada em sua origem e em suas relações com a cidade. Essas particularidades históricas da formação socioespacial de Ouro Preto é que nos permitem relativizar a máxima legada por Aluísio Magalhães de que a comunidade seja sempre a melhor guardiã de seu patrimônio.

4.4.2.1. Objetivos

Na perspectiva de construção coletiva do exercício da cidadania pelo patrimônio, objetiva-se o seguinte encadeamento processual:

conhecimento ► interpretação ► amorosidade ► ação cidadã ► preservação

O programa objetiva, pois:

- aprofundar o conhecimento da comunidade sobre seu território e lugares de memória;
- despertar novos “olhares” e “sentires” sobre a cidade;
- qualificar o diálogo entre cidadãos e instituições voltadas à proteção do patrimônio cultural, inter e intra agentes;

- sensibilizar moradores para a necessidade de atitudes de valorização e corresponsabilidade pela proteção do patrimônio cultural;
- instrumentalizar moradores para o exercício pleno de sua cidadania, qualificando-os como legítimos guardiões de seu patrimônio.

4.4.2.2. Roteiros e percursos sensoriais interpretativos

A partir da seleção de alunos da Ufop, sobretudo dos cursos de Turismo, Artes Cênicas, História e Arquitetura, os monitores recebem treinamento intensivo em:

- ✓ arte, arquitetura e organização espacial barroca, pluralidade cultural, identidade dos lugares de memória social, patrimônio cultural - material, não material, afetivo, imagético e humano -, técnicas de percepção e interpretação e elementos de semiologia;
- ✓ Processo histórico da formação e evolução socioespacial da malha urbana de Ouro Preto, conforme Sylvio de Vasconcelos (1977);
- ✓ Políticas públicas de preservação do patrimônio.

É o que garante que os roteiros pontuem elementos de arte, arquitetura, paisagem, cultura, história, estrutura espacial e particularidades dos elementos identitários do patrimônio cultural, apoiando-se em informações históricas - factuais ou míticas: lendas, “causos”, estórias e histórias vividas ou repassadas -, porém com ênfase na percepção ativa da cidade pelo público envolvido e em seu conhecimento prévio. “O mais elementar conhecimento sensível não deriva em caso algum de uma percepção passiva, mas da atividade perceptiva”. (Kosik, 1976, p. 27). Cada roteiro é minuciosamente planejado para percursos de até uma hora e trinta minutos, com até 15 participantes, o que confere a cada grupo unidade e similaridade, no interior de sua heterogeneidade. Dois monitores acompanham cada grupo.

Em conjunto, coordenadores e monitores organizam e se munem de informações detalhadas de cada roteiro, denominado “Guião”, como referências a serem socializadas, sobretudo em caso de perguntas do público participante, sem compromisso de tudo repassar. Produto de pesquisa bibliográfica e de campo, esse documento contempla dados da paisagem, valores patrimoniais, elementos arquitetônicos e qualidades sensoriais dos lugares visitados, além de

contos, lendas e casos de conhecimento popular. O “Guião” é retroalimentado e enriquecido pelas informações, dúvidas e reflexões acrescentadas pelo público.

Quatro roteiros foram assim estruturados e são oferecidos mediante agendamento:

- 1- Roteiro Cabeças - Tem início na Galeria de Arte Nello Nuno, sede administrativa da Faop, explora a Rua Alvarenga e tem término no adro da Igreja Nossa Senhora do Rosário, extremidade do centro histórico como delimitado nesta pesquisa.
- 2- Roteiro Centro - Tem início no adro da Igreja Nossa Senhora do Rosário e término na Casa da Baronesa, sede do Escritório Técnico do Iphan, na Praça Tiradentes. Explora as ruas Getúlio Vargas, São José e Direita.
- 3- Roteiro Antônio Dias - Tem início no adro da Igreja São Francisco de Assis, Largo de Coimbra (outra extremidade do centro histórico), e término na Ponte de Marília, no Bairro Antônio Dias. Explora ladeiras, ruas e becos daquele bairro.
- 4- Roteiro Noturno - Tem início no adro da Igreja Nossa Senhora do Rosário e término no Largo do Pilar. Explora a Rua Getúlio Vargas, ladeiras e becos centrais.

Fotos 94 e 95 - Exercícios de auscultar o silêncio noturno e perscrutar meandros da cidade.
Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2009.

4.4.2.3. Estratégias de sensibilização, leitura e interpretação do patrimônio: os “Alteradores de Percepção”

Não é simples nem imediata a adesão ao projeto e a aceitação de convite para “visitar” a própria cidade, tendo em vista a crença de ter conhecimento e domínio sobre ela. É o que demonstram 66% dos 200 entrevistados nesta pesquisa, quando dizem conhecer todos ou quase todos os bairros da cidade. (Gráficos 08 e 09, p. 145, Capítulo 2). Para vencer aquele primeiro constrangimento de acesso ao público, o programa recorre à intermediação de organizações sociais, profissionais e estudantis de todos os tipos: Federação das Associações de Moradores, Associação de Guias de Turismo, Associação de Taxistas, Associação das Repúblicas Federais, Diretório Central dos Estudantes, Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural/Ufop, Formação em Arte, Restauro e Ofícios/Faop, Instituto de Arquitetos do Brasil, secretarias municipais, professores universitários, grupos religiosos, associações de pais e mestres e outros. A ampliação das possibilidades de disseminação da metodologia de percursos sensoriais interpretativos na comunidade ouro-pretana, com entrada pelas escolas (diretores, coordenadores e professores), se deve à parceria com a Faop e com a Secretaria Municipal de Educação. A psicóloga da Diretoria de Desenvolvimento Educacional da PMOP assim avalia o impacto imediato do projeto:

Os educadores (...) falam especialmente do fato de, a partir do roteiro, começarem a pensar e olhar para a vida cotidiana de forma diferenciada, com menos vícios e acomodações. (...) expressam a satisfação de poder parar, por algum tempo, e se desligar do resto do mundo para sentir o cheiro dos lugares, (...) e entrar em contato com sua memória e história, sua saudade... Falam ainda do desperdício dos olhos, do mau uso que fazem deles, da dificuldade de olhar com olhos de estréia para a vida, para as pessoas e lugares. (...) A partir daí discutiram sobre a educação sensorial, os sentidos que o corpo percebe e experimenta - hoje de forma tão diminuída - como canais de entrada e saída para o mundo, locus de afeto e memória, lugar de ter e fazer sentido... Sentindo o mundo, sentindo a vida a partir dos sentidos, todos os sentidos. (ITABORAHY, p. 51).

Uma vez agendado, o trabalho tem início com uma oficina curta para explicação sucinta do que vai ocorrer, de explicitação das “regras do jogo”, de convite à viagem interior que se propõe - sem conversas paralelas -, com dinâmicas de relaxamento,

sensibilização corporal e interação do grupo, estruturadas sobre jogos teatrais consagrados por Augusto Boal e Viola Spolin.

Fotos 96 e 97 - Oficina inicial de sensibilização e acuidade sensorial.
Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2010.

Durante o percurso, são utilizadas técnicas de desligamento do “piloto automático”, situação de desatenção a que se recorre amplamente nos deslocamentos cotidianos, a ponto de não se saber com precisão o trajeto percorrido entre um ponto e outro. É quando se manifesta com clareza a abstração das dimensões tempo e espaço da vivência urbana. Através de exercícios pontuais de estar integralmente “aqui e agora”, é trabalhada a acuidade dos sentidos, com ênfase nas modalidades não visuais de percepção e de registros corporais.¹⁷⁹ Para isso, é proibido o uso de qualquer modalidade de registro que não seja feito no e pelo próprio corpo durante os percursos sensoriais: aparelho celular, máquina fotográfica ou filmadora. É a oportunidade que se apresenta para observar e vivenciar, exploratoriamente, os lugares em seus detalhes aparentes e essência, suas características culturais e qualidades espaciais de cada uma das ambiências urbanas que podem ser descortinadas através de tantos sentidos e possibilidades: cheiros predominantes, sons próximos e distantes, formas, texturas, cores, luminosidades, correntes de ar, umidade, temperaturas, tempos, ritmos, sensações, usos, fluxos, conflitos e complementaridades socioespaciais, práticas e dinâmicas socioculturais que se materializam em modalidades de uso e apropriação, volumetrias, técnicas e detalhes construtivos, significados originais e atuais, visadas, relações com a totalidade do território, dentre outros.

¹⁷⁹ As abordagens psicanalíticas de José Ângelo Gaiarsa e Wilhelm Reich também são de grande contribuição para as dinâmicas de grupo, sempre aprimoradas com os monitores.

Fotos 98 e 99 - Observação e descoberta do “nunca visto” na paisagem histórica do dia-a-dia. Chalé de influência francesa nas encostas do Bairro Lajes, visto da Igreja São Francisco de Assis, e fachadas posteriores dos edifícios da Praça Tiradentes, no Beco do Pilão.
Fonte: acervo do autor, 2009 e Projeto Sentidos Urbanos, 2010.

Também são postas em evidência a sucessão e a simultaneidade das variadas temporalidades territorializadas; e são identificados o que denominamos “portais do tempo”, que correspondem às rugosidades miltonianas. “... o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos.” (SANTOS, 2009, p. 160). As Fotos 100 e 101, abaixo, ilustram a mudança radical de ambiências para quem sai da Praça Tiradentes e acessa o Beco do Pilão em direção ao interior do Bairro Antônio Dias, portal do tempo não percebido como tal. As diferenças de características são flagrantes para o observador atento: insolação, ventilação, temperatura, sons, cheiros, vegetação, amplitude espacial, luminosidade, materiais, texturas e sensações que o espaço provoca.

Foto 100 - Entrada do Beco do Pilão. Praça Tiradentes.
Fonte: acervo do autor, 2008.

Foto 101 - Interior do Beco do Pilão. Bairro Antônio Dias.
Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2009.

Para o adensamento das experiências individuais dos lugares, foram criados e ou organizados o que denominamos “Alteradores de Percepção”, elementos estratégicos para acuidade dos sentidos. Um deles, distribuído na oficina inicial de sensibilização, é o espelho de bolso usado para redirecionamentos e reenquadramentos visuais: de si próprio, do outro, dos outros, de objetos e detalhes do entorno imediato, da paisagem próxima e distante, dos movimentos e fluxos.

Foto 102 - *Pop-card* vazado para pinçamento de detalhes imperceptíveis da paisagem: figuras, fundos, formas e cores.

Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2009.

Foto 103 - Exercício com *Pop-card* para foco visual em elementos significativos da paisagem, despercebidos no cotidiano.
Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2009.

Fotos 104 e 105- Detalhes “imperceptíveis” da paisagem histórica. Fechaduras de 3 épocas e guarita do Palácio dos Governadores. Rua Alvarenga e Praça Tiradentes.
Fonte: acervo do autor, 2007 e 2009.

Foto 106 - Álbum de fotos antigas para comparação de mudanças e permanências, continuidades e rupturas, sucessões e simultaneidades dos elementos do espaço.
Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2009.

Foto 107 - Observação com uso de protetor auricular para destaque visual da paisagem histórica apropriada por fluxos contemporâneos.
Fonte: acervo do autor, 2010.

Foto 108 - Caminhamento de costas flagram visadas pouco observadas no fluxo cotidiano. Travessa do Arieira.
Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2009.

Foto 109 - Caminhamento de olhos fechados incitam o imaginário e revelam usos e formas de apropriação em tempos distantes. Adro lateral da Igreja São Francisco de Assis.

Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2009.

Fotos 110 e 111 - Tateamento de revestimentos com diferentes partes do corpo. Beco do Pilão e adro da Igreja Nossa Senhora do Rosário.

Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2010.

Os percursos se encerram em locais apropriados ao encontro em oficinas curtas de reflexão, expressão e socialização das experiências vividas. No núcleo histórico são utilizados os acervos e recursos didáticos da Casa do Patrimônio do Iphan e dos 3 núcleos da Faop,¹⁸⁰ distribuídos ao longo do Caminho Tronco de Ouro Preto.

Figura 11 - Arte final do Projeto Sentidos Urbanos. Representação do trajeto de roteiros sensoriais, ao longo do Caminho Tronco de Ouro Preto, entre os bairros Cabeças e Padre Faria. É aplicado em peças gráficas e camisetas de identificação dos monitores.
Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2009.

Nessas oficinas de encerramento são disponibilizados materiais para expressão livre e ou direcionada: palavras síntese, construção de história coletiva, desenho e colagem.

Fotos 112 e 113 - Oficinas de encerramento de percursos sensoriais com atividades de síntese, criação individual ou coletiva, reflexão e compartilhamento de impressões e experiências.
Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2009.

¹⁸⁰ O Núcleo de Arte no Bairro Antônio Dias, o Núcleo de Conservação e Restauração no Bairro Rosário e o Núcleo de Ofícios no Bairro Cabeças - que compõem a Escola de Arte Rodrigo Mello Franco de Andrade da Faop.

Para integração do público em rede e acompanhamento de possíveis desdobramentos, foram criadas ferramentas de comunicação do projeto: telefone, e-mail, facebook, blog e twitter para registros, depoimentos, intercâmbio de impressões e informações e novos agendamentos de roteiros:

sentidosurbanosop@gmail.com e www.projetosentidosurbanos.blogspot.com,

4.4.2.4. O acontecimento percurso sensorial interpretativo

Para analisarmos os atributos do Projeto Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania, na qualidade de “acontecimento”,¹⁸¹ nos valem do modelo praxiológico de comunicação, em oposição ao modelo informacional e cujas categorias de análise são: mediação, experiência pública, individuação e formação de público. (QUÉRÉ, 2000). A primeira análise desta questão resultou em artigo anterior à diferenciação conceitual que passamos a fazer entre roteiros e percursos (VILLASCHI, 2010). Roteiro corresponde a um trajeto ou itinerário escolhido e delimitado previamente, com descrição pormenorizada dos elementos que o compõem (formatado como “Guião”) e que serão explorados ou não no percurso. A concretização de um roteiro, a ação de se movimentar explorando aqueles fragmentos de espaço, se constitui em um percurso. Nessa diferenciação, um roteiro pré-estabelecido e programado gera tantos percursos específicos quantos forem os roteiros executados, diferenciados a cada situação: horário, condições climáticas, número de participantes e características do grupo.

A mediação que a metodologia do projeto desenvolve assume três modalidades que se complementam. Fundamental é a postura dos orientadores que direcionam e estimulam a experimentação sensorial dos lugares, incompatível com o papel de guia com *script* definido de informar. Esse papel acaba sendo secundariamente desempenhado, como apoio e esclarecimentos, na medida da demanda e dialogicamente. Os dados do “Guião” lhes servem mais para formular perguntas que instiguem a reflexão do grupo, levantar dúvidas, discutir dados e suposições que o grupo apresenta, do que para recheiar uma explanação sem interlocução. A rigor,

¹⁸¹ Em vocabulário corrente, a palavra *événement* poderia ser traduzida do francês como “evento”, mas optamos por manter sua tradução como “acontecimento”, como adotado nos textos traduzidos de Louis Quéré, de acepção comunicacional específica e expressa como categoria de análise.

diferente da competência retórica requerida pela “guiança dirigida”, essa “visitação assistida” exige sensibilidade, escuta e humildade para que o outro se sinta confiante para se expressar. Modalidade complementar de mediação é a utilização dos “alteradores de percepção”, de diferentes formatos e objetivos, que operam como novos filtros de percepção da realidade. Assim os denominamos porque, por menor que seja o estranhamento ou a alteração que provoquem no conhecimento prévio que os indivíduos portam, ali já se criou um movimento em direção a nova compreensão e interpretação do objeto investigado. Operam como “petelecos” que rompem a inércia da percepção acostuada. Uma terceira modalidade de mediação é a linguagem não verbal utilizada nos percursos, seja nas oficinas de sensibilização e expressão, seja no caminhar.

A mediação assim estruturada envolve múltiplas dimensões e exige participação integral do público, acuidade dos sentidos e envolvimento com certos condicionantes da percepção ambiental individual: interesse pela cidade, inserção cultural, consciência corporal e disponibilidade para perscrutar os elementos do espaço em todos os aspectos que compõem sua leitura. Trata-se de desvendar ou de redescobrir elementos identitários desconhecidos ou que se tornaram imperceptíveis, irreconhecíveis, indecifráveis ou sem sentido. Para cada roteiro estruturado, portanto, a mediação promove percursos sempre únicos, cuja especificidade é promovida pelo perfil do grupo e pelas experiências diferenciadas de cada membro. São mobilizados processos individuais e coletivos de (re)visão, de (re)conhecimento, de (re)encontro e de (re)qualificação do olhar, do sentir, do estar e do vivenciar lugares de memória ou espaços indiferenciados, alguns frequentados cotidianamente, em busca de um “fazer incorporado”, conforme Quéré. Os elementos da herança cultural assim revisitados em sua aparência e essência, operam como detonadores da anestesia cotidiana e da anomia social, o que se expressa em revigoramento da emoção pela própria cultura, em produção de sentido, em novas possibilidades de relações com o território, e no reposicionamento do cidadão.

César Guimarães e Bruno Leal (2008), ao delimitarem o termo *mediação*, o diferenciam de *tradução*, considerando que a mediação

... rompe os limites do textual e atravessa espaços e tempos heterogêneos; o trabalho do mediador que não pode ser equiparado

ao de um autor, está livre da fidelidade ao seu objeto (...) e é desenvolvido por instituições, grupos e tecnologias. A mediação (...) se expande, se multiplica, se dissemina, até alcançar a leitura e o leitor, que se engaja ativamente na produção de sentido. (GUIMARAES & LEAL, 2008, p. 4).

Os percursos sensoriais interpretativos se apresentam como ação formativa integradora, que propicia a partilha de experiências e que é reciprocamente referenciada nos sujeitos e nos ambientes (re)visitados, ambos sendo dialeticamente afetados e transformados. Nessa interação, são compartilhadas a reciprocidade e as significações mentais e emocionais, provocando a reflexividade, na perspectiva de (re)adequação de comportamentos cristalizados e automatizados no uso cotidiano e indiferenciado do espaço. Na síntese de cada percurso, produzida nas oficinas de encerramento e facilitada por variados suportes de expressão, o compartilhamento de experiências se faz diálogo, conforme o conceito elaborado por Humberto Mariotti:

Diálogo (reflexão conjunta e observação cooperativa da experiência) é um método de conversação que busca melhorar a comunicação entre as pessoas e a produção de idéias novas e significados compartilhados. É um método que permite que as pessoas pensem juntas e compartilhem os dados que surgem dessa interação, sem procurar analisá-los ou julgá-los de imediato. (MARIOTTI, 2001, p. 6).

O Projeto Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania, quando analisado à luz do modelo praxiológico de comunicação, revela um conjunto de operações que respaldam ou incitam a um fazer diferenciado do sujeito em seu universo codificado e esvaziado de sentido, em diferentes intensidades. Assim, é (re)ativado o que lhe vem de dentro, de forma imanente, a partir de seu próprio estoque de informação prévia, de conhecimento acumulado e do arsenal de recursos sensoriais mais ou menos desenvolvidos. Esse é o objetivo dos exercícios de sensibilização, concentração, e experimentação ambiental, como estratégia de renovação endógena, como um religar de nossas “antenas parabólicas”. Como essas práticas são estruturadas no diálogo e na conexão dos universos exterior e corporal, conforme Ponty, é oferecida ao sujeito e ao lugar que ocupa na cultura e na história do lugar a possibilidade de se (re)construir em suas relações sociais e com o mundo, tanto material quanto simbolicamente.

Avaliamos que os impactos dessa metodologia sobre os moradores ¹⁸² se aproximem do que Habermas designa por “sujeitos conscientes”, ao provocar um desligamento, seja ele pontual ou extensivo, momentâneo ou permanente, dos “pilotos automáticos”, fartamente utilizados no fazer da vida cotidiana e no uso desatento do território. Perceber-se como integrante da cena urbana já demarca o início de processos subsequentes de transformação individual e coletiva. Essa “inteligência” aguçada amplia o potencial e a vitalidade do fazer social que se manifesta nas relações e interações, podendo se superpor às forças verticais ordenadoras do território, às determinações cartesianas do uso e apropriação do espaço, potencializando sobremaneira a fruição urbana, no exercício integral e integrado das trocas e da vivência cidadã cotidiana. Consubstancia-se como possibilidade concreta de refazimento da ligação dos homens com os lugares e com a história em movimento, e de integração do particular com o universal.

Para enquadramento conceitual e análise do evento Percurso Sensorial Interpretativo enquanto “acontecimento”, também é preciso considerar sua individação como ação singular no território, portadora de identidade e significado diferenciados, no interior de uma ordem social.

... un événement est individué lorsqu’il est pourvu d’une identité et d’une signification qui le singularisent nettement. Cette individuation est une socialisation: un événement individué est un événement inscrit dans un ordre social, un événement dont l’identité et la signification sont articulées par les formes symboliques d’une culture (les symboles sont avant tout des “interprétants”: ils fournissent des règles d’identification et de signification). Cette individuation de l’événement se fait à travers un parcours interprétatif. (QUÉRÉ, 1995, p. 100). ¹⁸³

A divulgação dos roteiros em redes sociais e organizações socialmente estruturadas e a publicação de matérias jornalísticas em mídias escritas e televisivas, agrega

¹⁸² Como anteriormente considerado, a abrangência desses impactos poderão ser qualitativamente aferidos mediante investigações futuras, preferencialmente com equipe multidisciplinar.

¹⁸³ Tradução livre - “... um acontecimento é individuado quando provido de uma identidade e de uma significação que o singularize claramente. Essa individuação é uma socialização: um acontecimento individuado é um acontecimento inscrito em uma ordem social, acontecimento cuja identidade e significado são articulados por formas simbólicas de uma cultura (os símbolos são, antes de tudo, “interpretáveis”: eles fornecem as regras de identificação e de significação. Essa individuação do acontecimento se faz através de um percurso interpretativo”.

visibilidade, distinção e singularidade ao projeto na cena pública, reforçando sua diferenciação, individuação e significado como acontecimento de pequeno porte. Como nenhum acontecimento ocorre isoladamente, também a experiência pública de um percurso se inscreve no contexto cotidiano do consumo e da produção do espaço, imerso em volumes de informações rotineiras que tendem a entorpecer os sentidos e, até mesmo, a retirar o sujeito da experiência integral da vida social no seu fazer cotidiano.

Do ponto de vista da denominação do acontecimento, enquanto fase de sua individuação, a materialização dos roteiros pressupõem o ato voluntário de buscar novas e diferenciadas vivências da e na cidade, o que abre a perspectiva de requalificação do olhar sobre as próprias origens desse público então constituído, sobre o contexto histórico cultural e sobre a gênese da construção e reprodução das referências simbólicas, dos ícones e dos índices formadores do espaço urbano.

Três aspectos essenciais do acontecimento são apontados por Quéré como definidores de sua individuação: Primeiramente, sua descrição como categorização, presente no anúncio do acontecimento - divulgação dos roteiros para captação e formação de grupos -, o que suscita três perguntas: “do que se trata?”, “o que aconteceu?” e “o que se tornou?”, o que, no projeto perpassa sua divulgação, agendamento, vivência do percurso, síntese final coletiva e mudanças presumidas de percepção e de comportamento para com o patrimônio e o território, constatadas nos depoimentos do público. O segundo diz respeito à “mise em intrigue”, uma espécie de incitação a que o público é provocado durante a experiência do percurso, o que é objetivado quando cada indivíduo é convidado a se manifestar e a compartilhar impressões, sensações e (re)descobertas, ao final. Por fim, o terceiro aspecto essencial para configuração de um “acontecimento”, em Quéré, é sua normalização, relacionada à sua estrutura explicativa, sua tipificação e diferenciação de outros roteiros de visita. Nesse sentido, o projeto se apresenta como um divisor de águas com relação a outros roteiros de visita guiada, sobretudo os de caráter contemplativo e passivo, pelo efeito reflexivo e comportamental que produz. Aqui, é possível associar esse acontecimento a um estilo de gestão do campo espaço-tempo, em que o espaço público se apresenta como “potência formante”, fabricando comportamentos e

fornecendo referências de orientação, não somente espacial, e de organização de uma certa forma de existência no mundo.

É importante considerar que parte do mérito da metodologia em questão se encontra, justamente, na simplicidade de sua proposição - ampliar a exploração do território com recursos sensoriais -, em contraste à complexidade e contundência dos impactos reflexivos que provoca nos participantes. São inúmeros os depoimentos, a exemplo de:

O roteiro foi de suma importância para desenvolver melhor o nosso olhar sobre aquilo que está ao nosso redor. Fez com que aprendêssemos a valorizar as pequenas coisas que fazem parte do dia-a-dia e que muitas vezes passam despercebidas, até mesmo pela falta de tempo. Com o Projeto Sentidos Urbanos conseguimos parar, observar e guardar aquilo que há de melhor dentro de nós. Ouvir os sons, sentir as pedras no chão, olhar as grandes montanhas fez com que eu pudesse parar e refletir sobre as minhas atitudes e minha vida...

Magda Guida, moradora do distrito de Antônio Pereira.

Se a consciência fosse coletiva o preservar seria diferente. Ao invés de guardar, as chaves serviriam para abrir a vista ao olho nu, sem teleobjetiva, seria só sentir a obra viva. Passado e presente não se aprende, se sente.

Márcio, profissional da construção civil, ex-aluno da Faop.

Aprendi a olhar para os meus gostos e desgostos...

Ângela Maria, moradora do distrito de Santa Rita de Ouro Preto.

O roteiro foi significativo para a minha trajetória de vida. Comecei a observar a partir desse encontro que a vida é muito especial desde que eu permita que ela seja.

Márcia Otaviano, moradora do bairro Veloso.

Quanto à matriz de individuação dos acontecimentos desenvolvida por Quéré - descrição, pragmatismo e perspectivas temporais -, esse último elemento chama a atenção pela relação que os acontecimentos estabelecem com o passado e o futuro. Sobre isso, R. Koselleck, citado por Quéré, propõe os metaconceitos de “campo da experiência” (memória, lembrança, recepção do passado) e do “horizonte de expectativas” (esperança, crença, desejo, vontade): “L’histoire concrète se réalise au

croisement de certaines expériences et de certaines attentes.”¹⁸⁴, ou seja, a história sendo produzida no limiar entre o passado e o futuro.

Ao analisarmos os percursos sensoriais como acontecimentos de pequeno porte e escala destacamos, em sua proposição, a perspectiva de estranhamento e desconstrução de práticas socioterritoriais e de deslocamentos cotidianos automatizados, através da ressignificação de sentidos, com leituras diferenciadas do passado, do presente e do futuro, potencializando novos comportamentos cidadãos. Essas reações individuais e coletivas se inscrevem nos objetivos do projeto de sensibilizar moradores para a valorização da cultura e para a necessidade de atitudes de corresponsabilidade para com a preservação do patrimônio cultural, problema público de monta em cidades históricas. Sintetizando como (re)qualificação do olhar e do estar integral e lucidamente presente no mundo, promissores podem ser seus desdobramentos sobre a dinâmica cultural e sobre a vida social plena, participativa, consciente e engajada, em oposição ao reducionismo da vida urbana contemporânea e à robotização cotidiana com forte abstração do território. Vale destacar o potencial hermenêutico dos acontecimentos, também segundo Quéré, que sinaliza para a capacidade que detêm de provocar reflexões, revisões, desdobramentos e mudanças de atitudes de vários tipos e em vários níveis.

Certaines occurrences font précisément événements parce qu’elles font problème par rapport à des attentes d’arrière-plan, à des croyances ou à des habitudes d’action, ou parce qu’elles contrarient, complexifient, accélèrent, etc, des “intrigues” en cours dans une collectivité (...) Par leur caractère problématique, les événements ont le pouvoir de nous affecter et de nous faire réagir. (QUÉRÉ, 1995, p. 103).¹⁸⁵

¹⁸⁴ Tradução livre: “a história concreta se realiza no cruzamento de certas experiências e de certas expectativas.”

¹⁸⁵ Tradução livre: “Certas ocorrências se tornam acontecimentos justamente porque problematizam expectativas escondidas e crenças ou hábitos de ação; ou porque elas contrariam, tornam complexas, aceleram, etc, as provocações em curso em uma coletividade (...) Por seu caráter problemático, os acontecimentos têm o poder de nos afetar e de nos fazer reagir.”

4.4.2.5. A experiência vivenciada e a formação de público

O grupo reduzido de pessoas agendadas para um roteiro, ao partilhar exercícios de sensibilização e acuidade sensorial, conceitos, referências simbólicas, informações históricas, detalhes “imperceptíveis” da paisagem, reflexões livres e estimulações interpretativas, também se submete à apreciação ambiental de um mesmo ponto de vista exploratório e, por isso, adquire características de comunidade estética.

... il faut spécifier le genre de forme impliqué dans la perception des objets “intentionnels”, i.e. des objets dont l’individualité dépend d’un point de vue, ou incorpore une interprétation (un “voir comme” ou un “compter pour”). (QUÉRÉ, 2000, p. 1).¹⁸⁶

Esse compartilhamento e identificação, a partir de representações comuns e da emanção de uma mesma história, tende a engendrar ou reforçar sentimentos de pertencimento social, cultural e político, e a forjar a consciência do que seja potencial coletivo. Na qualidade de público os participantes refletem, selecionam, interagem e intercambiam informações prévias, impressões, surpresas, dúvidas e aquisições, particularmente nas oficinas curtas de encerramento dos percursos, que disponibilizam suportes variados: desenho, pintura, colagem, palavra-síntese, criação de história coletiva, etc, o que varia conforme cada grupo. É o que identificamos como “*práticas concretas*” e “*reflexividade inerente às trocas sociais*” do paradigma praxiológico. Não há registro de público que tenha saído ileso do acontecimento percurso sensorial interpretativo, por seu poder de afetação e impacto imediatos, correspondente ao modo inusitado como a experimentação do patrimônio e do território é conduzida e arrematada com o compartilhamento daquelas práticas concretas em momentos singulares de troca que são as oficinas finais de livre expressão.

¹⁸⁶ Tradução livre: “É preciso especificar o tipo de forma implicada na percepção dos objetos “intencionais”, ou seja, os objetos cuja individualidade depende de um ponto de vista ou que incorpora uma interpretação (um “ver como” ou um “considerar como”)”.

Foto 114 - Desenho de memória da paisagem histórica. Oficina de encerramento para expressão e socialização de experiências.
Fonte: Projeto Sentidos Urbanos, 2011.

Como resultados da aplicação dessa metodologia, não há exatamente uma predeterminação, mas a expectativa de algum nível de alteração de comportamentos proporcional e compatível a cada sujeito e seu universo de atuação social e política. “A intervenção dos sujeitos faz emergir seus mundos - partilhados ou distintos. É nos aspectos concretos da experiência da interação que se torna manifesto o mundo que cada um constrói como base de inferência e ação.” (FRANÇA, s.d., p. 8).

Utilizando a concepção de Dewey (1980), o percurso sensorial interpretativo pode ser enquadrado como uma “comunicação de aventura”, na medida em que seu público é voluntário e se define como tal para uma experiência conjunta, independentemente das bagagens vivenciais e das especificidades socioculturais de cada participante. Daí sua abrangência, já que perpassa universos diferenciados de sentido, conhecimento e comprometimento com a gestão urbana e a preservação do patrimônio. O público é captado para aquele acontecimento por diferentes sistemas de agenciamento, e se mobiliza por motivos e determinações de várias ordens. Por isso não é possível, nem é objetivo do projeto, pré-estabelecer respostas do público de forma generalizada. E a metodologia oferece total liberdade de posicionamento e alternativas de expressão dos

participantes que evidenciam a singularidade de cada sujeito, cada grupo e suas aquisições individuais e coletivas.

No formato adotado de oficinas finais de síntese e socialização de experiências, os grupos também se reafirmam como público pelo compartilhamento de suas vivências individuais, impregnando-a de cumplicidade coletiva. No momento da síntese daquela “travessia”, em diversos suportes de expressão - gráfica, escrita, verbal e corporal - se opera, com clareza, a construção da individuação desse acontecimento. Nos registros dessa socialização se encontra matéria prima inicial para análise qualitativa dos tipos e níveis de impactos provocados.¹⁸⁷ Para tanto, haveremos de testar, sobre os percursos, a noção de “eventos infinitos”, de Milton Santos, caracterizados como “... distribuição de possibilidades e recursos cujo uso não os esgota, sua distribuição podendo ser cumulativa e não competitiva, como no caso dos recursos finitos.” (SANTOS, 2009, p. 148). Nesse sentido, destaca-se o potencial de reverberação do despertar para a dimensão territorial da vida cotidiana e de reprodução da compreensão interpretativa vivenciada, para além da efemeridade daquele acontecimento específico, extensivo a outros espaços de convívio: trabalho, família, vizinhança, lazer e organização social e política. Naquela análise poderá, então, ser mensurada a extensão temporal e espacial daquela experiência, ou seja, sua durabilidade e sua amplitude.

Os três elementos da matriz de individuação do acontecimento, formulada por Quéré , se sobressaem na análise dos percursos: o quadro de sentidos, a prática relacionada e a temporalidade. Essas experiências se deslocam do universo individual e se tornam públicas, na medida em que incorporam pontos de vista do outro, permitem a discussão mediada e ampliam o potencial de ação individual e coletiva sobre o espaço, a história, o fazer social e a cultura. “... pour le modele “praxéologique”, la communication est essentiellement un processus d’organisation de perspectives partagées, sans quoi aucune action, aucune interaction n’est possible.” (QUÉRÉ, 1991, p. 76).¹⁸⁸ O autor ainda defende a tarefa atual de desenvolver atividades conjugadas

¹⁸⁷ Tal questão poderá se constituir em objeto de estudos posteriores, o que extrapola os limites desta tese, após mais tempo de experimentações, maturação e desdobramentos da metodologia em questão.

¹⁸⁸ Tradução livre: “... para o modelo praxiológico, a comunicação é essencialmente um processo de organização de perspectivas compartilhadas, sem o que nenhuma ação e nenhuma interação é possível. (grifo nosso).

de modelagem de um mundo comum e de configuração recíproca dos termos da relação na interação com os outros e com o mundo.

A concepção metodológica do projeto demonstra dois aspectos que Quéré identifica no modelo praxiológico aplicado à comunicação, em termos de atividades, de práticas ou de operações: o engajamento na ação e o caráter “encarnado” da compreensão comum, mediada pela construção comum de objetos. Sobre a “intriga” gerada pelo percurso, esse acontecimento extrapola a interpretação ambiental em moldes de representação e passa a ser apropriado por seu público de forma consistente, porque é calcado na apreensão e na compreensão plenas da experiência única vivenciada, através de seus próprios recursos sensoriais. “Ao participar do projeto nós acordamos para um mundo diferenciado: o mundo dos sentidos e das emoções!” (Ceumar Rampazzo Mendonça, ex-aluno do Curso de Turismo da Ufop, 2008).

O projeto promove impactos e alterações imediatas, quiçá prolongadas, nos participantes pela sedução (*Eros*) que os ambientes provocam - então também modificados pelo olhar ressignificado -, a partir da revisitação consciente a fragmentos da cidade, sob modalidades diferenciadas de percepção e com sentidos reativados e renovados. Esse público, ao levantar indagações e reflexões, é motivado a buscar mais informações, a renovar sua interpretação e a se (re)situar como agente social e participe da produção daqueles territórios de forma ativa e integrante, e não apenas passiva e assistente. É o que lhe abre possibilidades de desenvolver rápida e consistentemente o sentimento de pertencimento cultural e de capacitar-se como ator político. Ao requalificar seu conhecimento e vivenciá-lo com seus próprios sentidos, emerge o potencial desse ator social, agora diferenciado com relação à informação rasa, à imagem midiática e à vivência automatizada do território que detinha até então. “Une telle refiguration et une telle appropriation semblent être les conditions de l’inscription de l’expérience dans les réseaux de la communication et de la réflexion sociale.” (QUÉRÉ, 2000, p. 6).¹⁸⁹

¹⁸⁹ Tradução livre: “Tal refiguração e tal apropriação parecem ser as condições de inscrição da experiência na rede de comunicação e da reflexão social”.

O auto (re)conhecimento sensorial do território possibilitado pelos percursos também tende a colocar em cheque a familiaridade que o morador adquiriu com as regras locais do jogo social, familiaridade esta relacionada a hábitos enraizados - e nem sempre questionados -, à capacidade estabelecida de ação e a saberes rotineiros. E a continuidade do aprendizado assim produzido vai além dos seus limites espaciais e temporais, podendo prolongar-se na descoberta de novas possibilidades de ação social ou de modificação de situações e crenças cristalizadas, no âmbito das vivências, das reflexões e dos impactos provocados. Para Quéré, a experiência designa uma travessia que modifica aquele que a realiza. Esta travessia é uma prova e pode ser ocasionada pela confrontação com um texto (o território), uma obra de arte (a cidade), um acontecimento (o percurso sensorial interpretativo) ou uma situação (o compartilhamento de experiências). (QUÉRÉ & OGIEN, 2005). Implicada na exploração do território e na explicação dos efeitos de interação que funda tal travessia, essa experiência é fonte de descobertas sobre si e sobre o mundo, e revela novas modalidades de compreensão e interpretação. Ela é produtora não somente de verdade, na forma de conhecimento e compreensão, mas também de identidade de quem faz a travessia e é orientado por ela.

Tanto a memória social quanto as identidades culturais podem ser mantidas, reforçadas ou alteradas pelo acontecimento percurso sensorial, quando reativadas pela experiência espacial apoiada em sentidos adormecidos e pouco exercitados no fazer cotidiano. Por outro lado, a experiência da vida insere-se na relação do homem com o mundo, consigo próprio e com os outros. É nas manifestações simbólicas da cultura que o homem preenche o abismo que o separa das coisas, de si próprio e dos outros, acedendo assim à consciência reflexiva e à experiência da vida em comum. (RODRIGUES, 1991).

Dewey, ao refletir sobre a arte como experiência considera que:

A experiência exige a mobilização sensorial e filosófica do corpo humano; ela é uma atividade prática, intelectual e emocional; é um ato de percepção e, portanto, envolve interpretação, repertório, padrões; existe sempre em função de um “objeto”, cuja materialidade, condições de aparição e de circunscrição histórica e social não são indiferentes. (DEWEY, 1980, p. 5).

Ressignificar pela experiência pode, assim, ser metaforicamente associada ao telefone que toca. Está no chamamento da campainha. Quando alguém atende, ele para de tocar e é nesse momento que acontece a vivência na comunicação.

... cette individualization passe par une socialization, aux sens d'une inscription dans un monde social (de sens et de cohérence établis, d'institutions, d'us et de coutumes, d'habitudes et de capacités d'action, etc.). (QUÉRÉ, 2000, p. 2).¹⁹⁰

Na qualidade de ato comunicacional e ação propositiva organizante, o projeto Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania propõe o resgate da historicidade da troca social, na busca dos caminhos que se estabelece entre o local e o global, entre o cotidiano e a ação cidadã. Por fim, no cerne dessa modalidade de revisitação intencional do patrimônio, consideramos que é palmeando as marcas dos tempos da cidade, delineando a alma de seus lugares e tocando a emoção cidadã com curiosidade e afetividade, que serão evocados novos olhares, “sentires” e “fazeres”, para (re)instalar sentimentos de pertencimento, de orgulho e atitudes de zelo pela memória cultural.

O suporte sensorial à compreensão do patrimônio para fins de fruição plena do território e da vida cotidiana passa pela redescoberta lúdica das dimensões não racionais do espaço superficialmente conhecido ou insuficientemente interpretados. Como “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (SANTOS, 2009, p. 314), tais experimentações sensoriais do espaço de uso cotidiano tendem a abrir certos baús empoeirados da memória individual e do inconsciente coletivo. Trata-se de buscar ultrapassar as práticas conformistas do cotidiano repetitivo e, com a consciência produzida pela reflexão sobre os valores e símbolos herdados, construir novas práxis libertadoras.

Na experiência comunicacional, intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre os indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum. (RODRIGUES, 1994, apud SANTOS, 2009, p. 316).

¹⁹⁰ Tradução livre: “essa individuação passa por uma socialização no sentido de uma inscrição no mundo social (de sentido e de coerência estabelecida, de instituições, de usos e de costumes, de hábitos e de capacidades de ação, etc.)”

Pela posição de destaque que a dimensão territorial assumiu nas ciências humanas e na pesquisa geográfica, há perspectivas de, ao (re)visitar lugares “conhecidos”, com refinamento do conjunto de sentidos humanos disponíveis, enriquecer o cotidiano dirigido pela razão - o *Logos* - com renovas dimensões, descobrir antigos significados, redimensionar valores e construir novos sentidos. Nesse caso, a interação intensa com o entorno provoca pausas na racionalidade funcional do dia-a-dia e passa a ser mediada por símbolos, representações e emoções silenciadas.

4.4.3. Revisão conceitual e operacional

A revisão da metodologia de percursos sensoriais interpretativos e o aprimoramento de suas técnicas e instrumentos são procedimentos realizados regularmente, em formato de seminários periódicos que reúnem os coordenadores indicados por cada uma das instituições parceiras - Ufop, Iphan e Faop - e o grupo de monitores que a executa. Sobretudo desses últimos emergem sugestões, avaliações da assertividade dos instrumentos utilizados, dos resultados obtidos com o público e propostas de renovação.

A coordenação executiva do Projeto Sentidos Urbanos se encarrega de promover o rodízio das duplas que acompanham cada percurso e de alterná-los nos 4 roteiros, com o objetivo de renovar sua motivação e evitar que o trabalho se torne repetitivo e enfadonho. Desta forma, cada percurso carrega a possibilidade de ser uma experiência diferenciada também para os mediadores da “visitação assistida”, diferenciando-se pragmaticamente da “guiação dirigida” e automatizada de outros roteiros urbanos.

Conceitualmente, a estruturação metodológica inicial foi sendo amadurecida e, paulatinamente, vão sendo avaliadas e incorporadas contradições da realidade e das informações a seu respeito. Reforçados pelo aguçamento dos sentidos, multiplicam-se os pontos de vista e se confrontam versões unilaterais da história consagrada, na recomposição de sentido ao que o território apresenta de concreto e de simbólico. Desta forma, novas perguntas e inquietações passam a compor o conhecimento dos moradores sobre o patrimônio, os componentes do território e o papel cidadão na

produção do espaço urbano, na preservação da memória e sua apropriação cotidiana. Ao pensamento lógico e linear positivista se sobrepõe a abordagem dialética dos fenômenos, facilitando a compreensão da cidade em seu processo de totalização permanente, para além do artefato acabado como costuma ser percebida a cidade. A vivência diferenciada que cada morador socializa na experiência coletiva do espaço aporta controvérsias, agrega informações, incita dúvidas e alimenta a reflexão. É nesse movimento de ideias e emoções que a hermenêutica cumpre seu papel de revisar preconceitos e consensos historicamente estabelecidos.

Por sugestão de monitores estudantes de artes cênicas, experiências foram feitas no sentido de agregar valor poético aos percursos com apresentação de extratos de poemas e crônicas que retratam os encantos da cidade em diferentes épocas. É o caso de escritos apaixonados de Dirceu - o poeta inconfidente Tomaz Antônio Gonzaga - para Marília, anteriores ao seu exílio e morte. A história desse amor platônico parece ser razoavelmente conhecida na cidade, mas não sua obra e as referências raras que faz a detalhes da paisagem de fins do século XVIII. Outros relatos e declarações de amor a Vila Rica e suas ambiências foram experimentados, seja em forma de declamação, seja como esquetes teatrais. Apesar do valor que tais referências à produção artística local - sobretudo literária, dramática e musical - podem agregar aos moradores, avaliamos que tais interferências especializam por demais o percurso, comprometendo sua simplicidade de execução e as possibilidades de sua disseminação e universalização. Assim como os roteiros urbanos tradicionais exigem domínio da retórica, essas interferências exigem habilidades interpretativas específicas e *performance* que limitam a seleção de monitores. Internamente, os próprios monitores fizeram a crítica às dificuldades operacionais dessa proposta.

Algumas diretrizes podem ser delineadas para aperfeiçoamento dos percursos e sua objetivação interpretativa:

- Dosagem da retórica dos monitores na transmissão de informações históricas sistematizadas nos “Guiões” que acompanham a formatação dos roteiros. É o que garante o caráter dialógico a essa hermenêutica.
- Controle da ansiedade do morador participante, ávido em comentar suas descobertas, sensações e impressões imediatas, no momento mesmo da

experiência. Esse material compõe de forma mais abrangente e profícua as reflexões na oficina de encerramento do percurso. Tal controle e garantia do silêncio e concentração necessários à imersão naquela experiência se faz, mais facilmente, com a diminuição de explicações verbais do monitor e a indução à exploração dos sentidos não visuais e seus registros corporais. Os convites esporádicos a fechar os olhos, escutar e registrar as sensações específicas proporcionadas por cada lugar explorado, por exemplo, se revela de grande valia ao mediador, para a concentração e a diminuição de conversas paralelas. Da mesma forma, o registro das demais qualidades do espaço - cheiros, temperaturas, fluxos e texturas específicas - é arsenal estratégico e de grande potência para identificação do *genius loci* específico a cada lugar, para comparações posteriores e para percepção de unicidades na totalidade.

- Construção de roteiros mais curtos do que os atuais, sem alterar sua duração.
- Oferta de horários variados, a exemplo do roteiro noturno, que permitem flagrar a cidade em momentos diferenciados de sua expressão. Assim como as pessoas, os lugares também reservam e mostram suas facetas em condições ambientais diferenciadas. Cada espaço pode se desdobrar e se apresentar de muitas formas, conforme os usos e fluxos predominantes, a luminosidade que o colore, a sonoridade que produz e assim por diante. São múltiplas e excludentes as “roupagens” do Largo do Rosário ou da Rua Direita, por exemplo, seja nas manhãs sonolentas, ao meio dia frenético ou nos finais de tarde que convidam à contemplação dos espetáculos únicos de luz, sombras e cores. São essas nuances que tradicionalmente mobilizam artistas de todas as áreas, sobretudo pintores, fotógrafos e músicos.
- Adequação dos percursos a pequenos grupos de visitantes. É constante a demanda por roteiros por parte de professores, profissionais de várias áreas e organizadores de eventos externos na cidade. Experimentos revelam que esse público traz um olhar diferenciado e mais atento do que o do morador mas, em contrapartida, seu tempo limitado de permanência na cidade e a objetividade de sua visita tende a levá-lo a priorizar o aspecto visual da experiência estética, perante o impacto provocado pela beleza cênica da cidade, em detrimento da abordagem sensível do território e da cultura que o anima. Salvo exceções, para esse público externo os roteiros turísticos são mais apropriados

e lhes permite percorrer, adentrar e fotografar monumentos, museus e demais ícones do patrimônio urbano, com informações e interpretações prontas disponíveis.

- Reforço no encaminhamento dos percursos sensoriais e suas oficinas de reflexão para compreensão das relações dialéticas do particular ao universal e da percepção da totalidade urbana a partir de seus fragmentos na escala do miúdo.
- Persistência na absorção da metodologia pelas redes pública e privada de ensino, como atividade transversal aos conteúdos programáticos. Importantes retornos e avaliações foram feitas pelas escolas de bairros periféricos que, com professores e alunos construíram roteiros em seus territórios e despertaram as comunidades escolares para valores culturais e elementos patrimoniais considerados banais e menores perante o patrimônio monumental consagrado do centro histórico. Discussões e relatórios das coordenações e diretorias acentuam as transformações observadas no processo ensino-aprendizagem e no comportamento de alunos e professores na escola, na família e na comunidade: motivação, empoderamento cultural, envolvimento com causas sociais, comprometimento com a preservação e reposicionamento como partícipes ativos da história do lugar.
- Sensibilização de gestores municipais para com a metodologia em questão, de forma a incorporá-la como instrumental de política pública em duas vertentes de interesse institucional: 1) qualificar os representantes de órgãos colegiados consultivos e deliberativos, e 2) ampliar a pontuação municipal junto ao Programa de ICMS Cultural do Iepha, cuja repartição de recursos financeiros é diretamente proporcional às ações de preservação, conservação e educação patrimoniais promovidas pelo município.
- Reforço ao agendamento de roteiros junto aos professores de disciplinas afetas à questão geográfica, urbana e patrimonial da Ufop e do IFMG.
- Estruturação de novo projeto de extensão universitária articulado a outros projetos e programas desenvolvidos pela Ufop com a comunidade.
- Incorporação de roteiros sensoriais ao Programa de Recepção de Calouros da Ufop para apresentação da cidade aos novos moradores.

Vale considerar que essas diretrizes aqui esboçadas são dinâmicas e passíveis de revisão, adequação e ampliação. Entendemos que à administração central da Ufop cabe chamar para si a articulação dessas diretrizes, tanto por seu papel institucional de destaque em Ouro Preto, quanto por ter sido nela gestada a concepção da metodologia de percursos sensoriais interpretativos.

A avaliação rigorosa do potencial de universalização desta metodologia prescinde, todavia, de sua disseminação para além das experiências já realizadas de construção coletiva de roteiros e da implementação de percursos em realidades culturais e socioterritoriais diversificadas, conforme anteriormente tratado no item 4.4.1. deste capítulo. Entretanto, delineamos esse potencial de se consolidar como instrumental de política pública e de universalização através de duas de suas características estruturais, quais sejam a de ser adaptável e ampliável.

Conforme a análise desenvolvida nesta tese, sua concepção forjada em princípios dialéticos e hermenêuticos a capacita a ser flexível e adaptável a circunstâncias socioterritoriais e a conteúdos culturais os mais diversificados. Objetivada em transpor imagens e aparências mercantilizadas de valores patrimoniais e territoriais, essa metodologia se enquadra no rol de possibilidades de seu empoderamento pela compreensão e interpretação de sua essência. A rigor, para além de moradores - foco de sua estruturação - essa metodologia pode ser adaptada a projetos destinados a visitantes não enquadrados no turismo de massa, interessados no entendimento de valores fundamentais da cultura local e nas entrelinhas de suas aparências materializadas, de forma a transpor os limites fenomênicos da realidade.

Por outro lado, constatamos a característica de ser ampliável em tempo de execução, extrapolando os limites de um percurso sensorial e inserindo-a em ações educativas de maior abrangência formativa e de conteúdos, conforme anteriormente relatado. A essa metodologia atribuímos o papel de chave de acesso ao aprofundamento em qualquer área de conhecimento que incorpore a dimensão territorial ou lhe faça interface. É o que nos sinaliza a heterogeneidade dos níveis e das áreas de formação e atuação dos moradores que a experimentaram.

Pela sutileza de sua dinâmica operacional, não recomendamos sua ampliação em escala geográfica, nem em número de participantes, mas seu aprofundamento em escala simbólica com grupos de tamanho reduzido. Definitivamente, não se trata de educação de massa. Significa dizer que a exploração de pequenos fragmentos urbanos, sejam quais forem, têm demonstrado potencial de produção de conhecimento aprofundado e diferenciado da realidade; e que roteiros totalizantes que abarcam grandes porções do território correm o risco de ser superficialmente tratados. Ou seja, não é a exploração do território em maior escala e com maior público que garante a compreensão da dialética fragmento-totalidade e de seus processos de totalização. Entendemos que é no aprofundamento do resíduo, do miúdo do território e do cotidiano que podem ser construídas as pontes apregoadas por Gadamer.

Considerações Finais

As modalidades de apropriação do território patrimonializado de Ouro Preto materializam as contradições inerentes ao cotidiano, em que se mescla a vida comum da população moradora com suas formas de resistência ou de submissão a novos ritmos e valores que se acumulam e superpõem naquela cidade tricentenária. Sob a égide capitalista da lógica modernizante, da internacionalização da cultura pelo viés do consumo dos lugares e da equivalente mercantilização dos lugares de memória histórica e social mobilizada pelos reconhecidos valores materiais e simbólicos daquela cidade, a questão patrimonial assume papel central na gestão urbana contemporânea.

Do processo de patrimonialização de Ouro Preto, iniciado antes mesmo da concepção e estruturação dos órgãos gestores do patrimônio no Brasil, destaca-se o caráter externo e vertical de iniciativa, interesses e objetivos mais institucionais do que propriamente comunitários. Sob regimes políticos autoritários, a participação da população local foi sistematicamente excluída. Os paradigmas da patrimonialização e seus instrumentos de regulação e operacionalização caracterizam as ordens distantes lefebvrianas no lançamento das flechas do tempo miltonianas. O olhar estatal

protecionista sobre as cidades-patrimônio, no que pese sua lenta maturação conceitual, mantém vícios técnicos e políticos de priorizar sua estética e monumentalidade e abordá-las como artefatos prontos e acabados, se não estanques e passíveis de “congelamento”. Esse tratamento conflita frontalmente com a vitalidade sociocultural e com a dinâmica urbana desses lugares de temporalidades, representações e territorialidades diversas e imbricadas. No caso de Ouro Preto, sua designação como símbolo nacional no início do século XX lhe conferiu papel conflituoso de espaço-tipo imagético do que seria ou deveria ser o Brasil, fixando-lhe uma identidade territorial desconectada das dinâmicas socioculturais em transformação permanente.

Posta à margem das questões patrimoniais e submetida a ações coercitivas do Estado, a população não absorveu os significados vertical e externamente estabelecidos, sem poder interiorizar a necessidade de preservação ou seu papel de corresponsabilidade na gestão do patrimônio. Nessas condições, a comunidade passou a ser vista como potencial transgressora de normas estranhas impostas à produção do espaço no seu cenário barroco. O que não corresponde ao modelo ideologicamente definido e institucionalizado passa a ser punido como atentado à memória.

Não compreendendo sequer o sentido da então recente noção de patrimônio, o morador passou a confundi-lo com o órgão regulador e não com seu objeto. Ou seja, o “patrimônio” (leia-se o Iphan e seus funcionários) é que não permite melhorias de conforto ambiental e da qualidade de vida habitacional. Critérios imprecisos e incompreensíveis, sobretudo estéticos, geram conflitos regulares entre moradores e instituição, acirrando os desafios da dialética preservação-desenvolvimento. Desprovido de instância onde dialogar, esse cidadão-patrimônio inaugura um processo de alienação e ensimesmamento progressivos, agravado pela escalada da atividade turística e a mercantilização de seus lugares de memória. O que lhe era comum como modo de ser se torna pitoresco; e seus simples valores de uso ganham valores de troca. Seu território e sua vida adquirem caráter cenográfico, para o qual a deferência do visitante lhe é estranha, por parte de pessoas também estranhas no seu cotidiano e que sequer falam sua língua. As modalidades tradicionais de apropriação

cotidiana do território, histórica e socialmente produzidas, são confrontadas com a apropriação do espaço símbolo nacional.

O vasto perímetro tombado de Ouro Preto, em 1933, de grande heterogeneidade é sistematicamente submetido a intervenções desiguais, quer se trate do núcleo histórico ou de bairros periféricos precários e segregados social e geograficamente. Orientada pela consagração do patrimônio em nível internacional, a política de valorização e preservação patrimonial prioriza fragmentos selecionados daquele perímetro, os mais intensamente consumidos pela promoção turística, na esteira da mercantilização da cultura. A ponto de o órgão gestor do patrimônio, o Iphan, concentrar sua tímida atuação no núcleo histórico, Zona de Proteção Especial delimitada pelo Plano Diretor, em detrimento da maior área tombada que a rodeia. Por outro lado, a predominância estético-estilista da política preservacionista nacional agrava as desigualdades socioterritoriais e se atém ao patrimônio elitista edificado pelo poder colonial, com o qual o morador não se identifica. Corrobora essa discrepância no tratamento do patrimônio cultural a inscrição de Ouro Preto no Livro das Belas Artes, desde 1938 e, somente em 1986 sua inscrição no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

À semelhança de um caleidoscópio, são multifacetadas as contradições, conflitos e impasses que compõem as relações da comunidade com as normas preservacionistas, com a produção do espaço, com a apropriação concreta e simbólica do território e com a preservação da própria herança cultural. Sua descaracterização progressiva por parte da comunidade é tributária de fatores complexos que envolvem sua diminuta compreensão da essência dos valores patrimoniais e o alijamento sistemático da população dos processos de patrimonialização da cidade. É nesses termos que a presente tese converge para a perspectiva de renovação dos processos socioculturais de apropriação cotidiana do patrimônio e do território, através de sua abordagem sensível e interpretação de seus significados.

A abrangência tentacular que esta temática comporta permite transgredir fronteiras do conhecimento e faz dialogar um vasto leque de bases disciplinares afetas ao fenômeno urbanos contemporâneo e à territorialização de práticas socioculturais. Trata-se,

particularmente, da articulação profícua da Geografia com o Urbanismo, a Arquitetura, a História, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a Semiologia e a Comunicação. É o que nos autorizou a sustentar nossa análise em conceitos, abordagens e olhares diversificados, inserindo no debate acadêmico renovadas modalidades de leitura e interpretação do patrimônio cultural e da dinâmica territorial cotidiana que o anima. Tampouco nos furtamos recorrer às artes em suas múltiplas linguagens e suportes para o enquadramento do conteúdo sensível e subjetivo do nosso objeto de análise e expansão do conhecimento científico a dimensões de livre expressão.

Os métodos dialético e hermenêutico que polarizam o debate sobre produção de sentido, demonstraram ser caminhos adequados para compreensão das questões sobre reflexão e ação. Convergindo divergências, esses métodos demarcam a perspectiva de descortinar realidades históricas cada vez mais diversas, complexas e contraditórias. Enquanto um privilegia a oposição, o outro trata da mediação integradora, o que incita o debate entre os dois métodos no que têm de compatibilidade e coerência. Afinal, a crítica não recusa a mediação e a hermenêutica prescinde da crítica, ambas visando a apreensão de nosso tempo pela reflexão, base da consciência.

Particularmente na *hermenêutica dialógico-reflexiva do patrimônio*, ora proposta, apoiamos as possibilidades metodológicas de produção de sentido que instrumentalizem o morador na construção de práxis desalienantes e emancipadoras, para o exercício pleno da cidadania e do direito ao patrimônio, com atitudes de corresponsabilidade pela preservação de sua cultura. Do fortalecimento da comunidade como protagonista da história depende seu engajamento nas questões urbanas decisivas de seu devir. Pela ótica dos moradores analisamos as relações que estabelecem com o território central, para descortinar as lógicas que presidem a dialética da valorização-preservação / desconhecimento-descaracterização e do empoderamento-afastamento da comunidade de seu patrimônio.

Nosso recorte espacial para análise da dinâmica cotidiana - a 4ª dimensão do espaço em Lefebvre - privilegiou a observação do centro histórico para, através da polaridade que exerce e da dinâmica que estabelece com o todo, alcançar a compreensão da

totalidade urbana, sem transgredir a concepção dialética da realidade como um todo indivisível. A abordagem comparativa da pesquisa de campo no centro histórico e a qualificação dos 34 bairros onde moram os entrevistados, expandiram a investigação para além do centro em si, evitando a miopia investigativa reducionista. Vale destacar que a configuração e a apropriação do território como um todo se apresentam, simultaneamente, como produtos e produtores daquela dinâmica.

Como tampouco o cotidiano pode ser recortado, sob risco de mutilação de sua dinâmica totalizante, deslumbramos o cotidiano ouro-pretano a partir das relações socioculturais que os moradores estabelecem com o centro histórico e suas manifestações ali territorializadas. Aquele fragmento, que encerra uma totalidade, é indispensável à operacionalização de práticas específicas do dia-a-dia, na medida do poder de polarização de suas funções. O sujeito que trabalha, estuda, se abastece, resolve sua vida administrativa, frequenta, se entretém ou apenas cruza o centro histórico aporta consigo sua história, memórias, emoções, expectativas, valores, padrão de comportamento social e sua percepção do território, seja como uma totalidade em movimento, seja como fragmentos urbanos desconexos.

A estratégia metodológica deliberada de observação e escuta sistemáticas do ouro-pretano no cotidiano do centro histórico e não nos seus locais de moradia, nos permitiu articular a compreensão de suas relações socioculturais com o território total, o processo contraditório de periferização descontrolada da cidade legalmente “protegida” pelo instituto do tombamento e as condições que detém de acesso à informação qualificada sobre sua história e legado cultural.

Como a apropriação concreta e simbólica do território é tributária da compreensão da simbologia expressa pelo patrimônio no território, o morador se mantém cada vez mais propenso à condição de “analfabetismo patrimonial”, desvinculado dos significados de sua herança cultural. Sua tomada de consciência da exclusão a que foi submetido, de sua alienação e o domínio subjetivo sobre o patrimônio, extrapolam em amplitude e profundidade o que estruturas metodológicas monológicas e unidirecionais podem objetivar e produzir. Aquele alijamento favoreceu a ruptura da

reprodução de relações de pertencimento sociocultural e da afirmação de identidade calcada na memória coletiva.

Dicotomias e conflitos entre habitar o patrimônio, dele se apropriar e manter o espaço símbolo nacional se materializam, cotidianamente, na “escrita do território”, na produção do espaço e na degradação da paisagem. É o que constatamos na análise da centena de processos judiciais movidos pelo Estado contra moradores infratores das normas patrimoniais e da legislação urbana. Nem os avanços conceituais introduzidos pela gestão de Aluísio Magalhães na direção do Iphan, nem as garantias constitucionais ou a legislação urbanística lograram demover aquele órgão de sua postura de autoridade máxima inquestionável e sem diálogo, e promover a efetiva incorporação da população, seus valores e necessidades para construção compartilhada de políticas públicas. É neste sentido que sua bandeira de luta que elege a população como sendo a verdadeira guardiã do patrimônio deve ser relativizada, até que as condições objetivas de comprometimento social sejam construídas e garantidas.

Perante o isolamento do Iphan - apesar da face social de sua Casa do Patrimônio - e no contexto de precário domínio sobre o léxico da simbologia do legado impresso no território, a comunidade assumiu o papel de transgressora, tornando-se importante fator de descaracterização do patrimônio, apesar da admiração que revela ter pela estética e monumentalidade da cidade. As contradições entre a dinâmica da vida cotidiana e a apropriação do território foram, portanto, engendradas e se mantêm imbricadas no processo autoritário e elitista de sua patrimonialização. Na retórica da política patrimonialista, expressa nos objetivos do Programa Monumenta/BID, se destacam o aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e a “conscientização” da população sobre o significado e a importância do patrimônio símbolo nacional, terminologia que denota a perpetuação da postura paternalista autoritária das instituições oriundas da cultura elitizada, prenhe da ideologia dominante. Entretanto, a intenção de promover a “sustentabilidade do patrimônio” e considerar os significados atribuídos pela população através da educação patrimonial foi incorporada pelo Iphan local, ao encampar temporariamente o *Programa Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania*, em parceria com a Faop e a Ufop, sua mentora.

Vale destacar que a política de preservação patrimonial de âmbito nacional, concebida sobre a dialética Estado-mercado-cultura-memória social, acaba por aprofundar a lógica mercantil e estético-monumental do binômio valorização de frações selecionadas do território e precarização de outras. Seus produtos imediatos são a espetacularização do patrimônio, a valorização imobiliária e a estetização mercantil da região central de Ouro Preto. Por consequência, é reproduzido um imaginário coletivo distorcido sobre a questão patrimonial, distorção essa que se estende à introjeção do título Patrimônio Cultural da Humanidade restrita à região central e não à totalidade da cidade. Até porque aquele é o alvo prioritário dos vetores de investimentos públicos e privados em patrimônio, em detrimento do legado histórico edificado e simbólico de seus bairros, reforçando os conflitos centro-periferias.

O centro histórico, hoje, é usado para materializar funcionalmente a vida cotidiana do ouro-pretano, desprovido de recursos interpretativos para pleno usufruto e fruição estética de seu legado cultural e para dele se apropriar. É o que nos revela, tanto a baixa frequência da população aos principais equipamentos culturais ali concentrados, quanto a compreensão precária e distorcida que demonstra ter dos símbolos da arte barroca distribuídos em todo o território. A comunidade desenvolveu o respeito pelos monumentos mas não o interesse por eles, como apregoado pelos órgãos reguladores e cartas patrimoniais. Assim como também não incorporou as informações sobre seus valores, estabelecidos em gabinete e transmitidos verticalmente. Não é de estranhar, portanto, que o centro histórico seja percebido como lugar de turistas e “bacanas”, onde muitos não frequentariam se não fosse por necessidade e obrigação. Exceções são feitas, periodicamente, nas práticas religiosas tradicionais que ocupam as ruas do núcleo histórico e que revelam uma identidade coletiva em escala territorial ampliada.

A projeção amplificada do patrimônio consagrado e de sua imagem midiática se contrapõe a comportamentos anômicos da comunidade moradora, que expressam o vazio de significados identitários e a fraca comunhão com o território: desinteresse, indiferença e, sobretudo, descompromisso para com a valorização e salvaguarda do patrimônio; ao mesmo tempo que se apegam a rituais das tradições, sobretudo as religiosas. Necessidades sociais concretas de melhoria das condições de vida e a banalização da impunidade ao descumprimento das normas preservacionistas,

mobilizam moradores para intervenções que, progressivamente, descaracterizam o patrimônio, atitudes que expressam sua desterritorialização alienante.

Àquele estado de anomia que associamos às relações da comunidade ouro-pretana com o território, o método hermenêutico indica a interpretação como recurso de enfrentamento de problemas de compreensão, a exemplo de certezas culturais rompidas, de significados perdidos ou de entendimentos distorcidos. Aplicada ao território, a objetividade de sua compreensão e da construção de sentido é tributária da reflexão que vincula sujeitos, objetos e contextos. Dirigida a conteúdos semânticos e significações fixados em símbolos linguísticos e não linguísticos, a habilidade de interpretação individual e coletiva pode ser aprimorada mediante processos de aprendizagem, neste caso pelo patrimônio.

Nesse sentido, o que a presente tese persegue é a perspectiva de que a compreensão pela experiência e reflexão crítica e, por consequência, a apropriação ampliada dos signos, símbolos e significados das tradições possa transformar profunda e suficientemente os sujeitos, alterando sua experiência estética cotidiana do legado cultural e instrumentalizando-os para a ação cidadã e, conseqüentemente, para a produção de práxis emancipadoras. A formatação de processos hermenêuticos de compreensão ampliada se expressa na *metodologia de percursos sensoriais interpretativos* ora proposta, estratégica para construção de novas horizontalidades e contrarracionalidades que ampliem a coesão social. A mediação crítica entre passado e presente promove o refazimento da comunhão dos indivíduos entre si e com o território, o reposicionamento de seu lugar no mundo e a “alforria da cidadania”. No mergulho lúdico e sensorial entre aparência fenomênica e essência vislumbramos um caminho para a transparência da pseudoconcreticidade e da práxis utilitária fetichizada cotidiana nos descaminhos da alienação.

Com vistas em um devir social integrado e íntegro, perseguimos reunir consciência e sensibilidade, emoção e matéria, poesia e lógica, memória e ação, na esteira das possibilidades de reintegração das dimensões fundamentais da experiência que articule o sujeito, a comunidade, o território e o patrimônio cultural no processo de totalização urbana. Pela arte de identificar e tornar inteligível o universo “invisível”

de símbolos “mudos” dos territórios de vivência cotidiana, a *hermenêutica dialógico-reflexiva do patrimônio* ganha potência ao relacionar objetivações de diferentes períodos históricos com contextos familiares atuais, tornando compreensíveis, contextualizadas, ressignificadas e respeitadas aquelas objetivações distantes no tempo. Dialeticamente, trata-se de exercitar o estranhamento ao excesso de familiaridade para se desacostumar do que pareça óbvio e descobrir o que não se sabe ser desconhecido, para torná-lo familiar e apropriável.

Vislumbramos nessa metodologia, mais do que sua faceta utópica, um instrumental de políticas públicas que tratem e promovam a compreensão do patrimônio para além dos objetos em si, sua aparência e materialidade, explorando sua essência, estrutura e processo, para produção de conhecimento e apropriação sensível do território ou, no mínimo, seu portal de acesso. Trata-se do permanente fazer-se dos indivíduos, o que requer sensibilidade para com as questões simbólicas, em conexão com os estudos geográficos afetos à compreensão dos múltiplos sentidos do território, na perspectiva de transformação do cotidiano trivial em potência transformadora. No entendimento da realidade local e global, do particular e do universal, do horizontal e do vertical, do fragmento e da totalidade, encontra-se uma chave para decifrar enigmas, lançar pontes de Gadamer e transpor distâncias com novas práxis de empoderamento socioterritorial cotidiano.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Glória da Anunciação. *O papel do patrimônio nas políticas de revalorização do espaço urbano. Diez años de cambios en el mundo, en la geografía y en las ciencias sociales, 1999-2008*. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/226.htm>
- ALVES, Rubem. *Educação dos sentidos e mais...* Campinas, SP: Verus, 2005.
- ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: MinC/Iphan. nº 30, 2002.
- ANDRADE, Rodrigo M. F. de. *Rodrigo e o SPHAN; coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Pró-Memória, 1987.
- ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, 1967.
- BAETA, Alenice, Índios daqui, índios de lá - resistência e história indígena nas terras de Vila Rica. In: *Marcas históricas Burnier - Ouro Preto*. BAETA, Alenice & PILÓ, Henrique (orgs.). Belo Horizonte: Gerdau, 2012. pp. 40-57.
- BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- BANYAI, Istvan. *Zoom*. AQUINO, Gilda (trad.). São Paulo: Brinque-Book, 1995.
- BARBOSA, Lauro S. V. & DORNELAS, Humberto. *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: Ufop, 1993.
- BOAL, Augusto. *200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BOHRER, Alex. Jacobas e Mocotós. In: *Jornal O Liberal*, 26/08/2013. Disponível em <http://www.jornaloliberal.net/artigo/jacubas-e-mocotos/>, acessado em 15/01/2014.
- BRASIL. *Regulamento Operativo*. Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. Ministério da Cultura, 2006.
- BRUSADIN, Leandro. *Perfil e percepção dos envolvidos no Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana – Fórum das Artes 2009: comunidades, turistas e equipes de trabalho*. Relatório de Pesquisa, Ufop: Ouro Preto, 2009.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMPOS, Kátia M. Nunes. *Vila Rica: formas espontâneas e planejadas num traçado urbano setecentista*. Disponível em <http://www.academia.edu>, publicado em julho de 2012, acessado em 22/02/2014.
- CANEVACCI, Massimo. A cidade polifônica. Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 1993. (Coleção Cidade Aberta).
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: _____ (org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.
- _____. *Patrimônio cultural; conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Bernadete. Patrimônio cultural plural e singular: a dupla face da mesma moeda. In: COSTA, E. B. da; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C.. *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, pp. 37-45.

CORREA, José de Anchieta. *Um estudo da cidade*. Belo Horizonte (mimeo), s.d.

COSTA, Everaldo B.. Patrimônio, território e memória: da preservação ao significado das cidades. In: *5º Seminário Patrimônio Cultural: Conservação e Restauração no Século XXI, 2011, Ouro Preto: 300 Anos das Vilas Mineiras*. Ouro Preto: FAOP, 2011. pp. 1-12. Disponível em:

<http://www.seminariopatrimoniocultural.blogspot.com.br/p/arquivos.html>

_____. *Totalidade urbana e totalidade mundo – As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global*. São Paulo: DG-FFLCH-USP, 2011a. (Tese de doutorado).

DEWEY, John. *Art as experience*. Nova York: Perigee Books, 1980.

FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre (org.). *Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania*. Brasília: IPHAN, 2010.

FRANÇA, Vera R. Veiga. *Dos modelos da comunicação*. Belo Horizonte: PPGC-UFMG, s.d. (mimeo).

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GUIMARÃES, César Geraldo. & LEAL, Bruno Souza. Experiência estética e experiência mediada. *Intexto*. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, nº 19, pp.1-14, jul-dez 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FOULQUIÉ, Paul. *A dialética*. Europa-América, 1978. (Coleção Saber).

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio cultural e narrativas nacionais; a retórica da perda. In: *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Iphan, 2002.

GRAMMONT, Anna Maria de. *Hotel Pilão: um incêndio no coração de Ouro Preto*. Ouro Preto: Giordanus, 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. VALLS, Álvaro (trad.). Porto Alegre: L&PM, 1987.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. SZLAK, Carlos (trad.). São Paulo: Annablume, 2005.

ITABORAHY, Cláudia. Projeto sentidos urbanos e Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto: um olhar novo. In: FERNANDES, Simone M. Silvestre (org.). *Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania*. Brasília: IPHAN, 2010.

JUNG, Carl Gustav. *O homem e seus símbolos*. Maria Lúcia Pinho (trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- LEFEBVRE, Henri. *A vida quotidiana no mundo moderno*. Lisboa: Ulisséia, 1969.
- LEMOS, Amália Inés G.. Geografia da modernidade e geografia da pós-modernidade. In: *Revista GEOUSP*, nº 5, pp. 27-39, 1999.
- LEMOS, Celina B. & ALBANO, Maria C.. Entre os limites do passado e as demandas do futuro; uma análise da cidade histórica de Ouro Preto, Minas Gerais. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Nº 2, pp.87-113. Belo Horizonte: PUC-MG, 1994.
- LYNCH, Kevin. *La imagen de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1984.
- MARIOTTI, Humberto. *Os cinco saberes do pensamento complexo: pontos de encontro entre as obras de Edgar Morin, Fernando Pessoa e outros escritores*. Seminário apresentado nas 3as. Conferências Internacionais de Epistemologia e Filosofia. Instituto Piaget, Campus Acadêmico de Viseu, Portugal, abril de 2002. www.geocities.com/pluriversu/Iciclomultiplicadoresdeculturadepaznaspoliticaspublishas.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. In: Fernandes, F. (org.). Marx/Engels. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 36. São Paulo: Ática, 1989.
- MEAD, G.H.. *Espiritu, persona y sociedad*. México: Paidós, 1993.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- MISSAGIA DE MATTOS, I.. Temas para o estudo da história indígena em Minas Gerais. In: *Cadernos de História*, v.5, nº 6, PUC-Minas, Belo Horizonte, 2005.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território na geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013.
- MOTTA, Lia. A Sphan em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília: MinC/Iphan nº 22, pp.108-122, 1987.
- _____. Cidades mineiras e o IPHAN. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- NEASPOC - Núcleo de Estudos Aplicados e Socio-políticos Comparados. Relatórios da pesquisa “Assessoria Popular” em Ouro Preto. Ouro Preto: Ufop, 2005 e 2006.
- PATTO, M. Helena S.. O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. *Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1993. (Ciclo de Conferências sobre a Escola de Frankfurt, 1990).
- PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- QUÉRÉ, Louis. D’un modèle epistemologique de la communication à un modèle praxeologique. *Réseaux*. Paris, França, nº 46-47, mar-abr, 1991.
- _____. L’espace publique comme forme et comme événement. In: JOSEPH, Isaac (org.) *Espace publique et culture dramatique*. Pontigny-Cerisy: Recherches, 1995.
- _____. L’individualisation des événements dans le cadre de l’expérience publique. In: BOURDON, P. (org.). *Processus du sens*. Paris: L’Harmattan, 2000.
- REIS, Ana Carla Fonseca. *Cidades criativas: da teoria à prática*. São Paulo: SESI-SP, 2012.

- REIS Fº, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira/USP, 1968.
- RIBEIRO, Cláudio Rezende. *Ouro Preto, ou a produção do espaço cordial*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009. (Tese de Doutorado PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo).
- RICKEN, Friedo (org.). *Dicionário de teoria do conhecimento e metafísica*. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2003.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Arte e experiência. Revista de comunicação e linguagem – A experiência estética*. Lisboa: Cosmos, nº 12/13, jan 1991.
- SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EdUSP, 2009.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EdUSP, 2012.
- SINGER, Paul. Belo Horizonte. In: _____. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- SIVIERO, Fernando. *Uma encruzilhada na preservação: os lugares e papéis da educação dentro do IPHAN*. IPHAN-RN; Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, s.d. (mimeo).
- SPOLIN, Viola. *Jogos teatrais na sala de aula*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- STEIN, Ernildo. Dialética e hermenêutica: uma controvérsia sobre método em filosofia. In: HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. VALLS, Álvaro (trad.). Porto Alegre: L&PM, 1987. pp. 98-136.
- THIBAUD, Jean-Paul. La méthode des parcours commentés. In: GROSJEA, M. & THIBAUD, J-P. (Org.). *L'Espace urbain en méthodes*. Marseille: Parenthèses, 2001.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VIANNA JR, Hélio. A estrutura interna da cidade. In: KACOWICZ, Mateus (org.). *Desenvolvimento e política urbana*. Rio de Janeiro: IBAM, 1979.
- VIEIRA, Liliane de Castro. *Largo do Coimbra, Ouro Preto: a trajetória de um espaço frente ao pensamento moderno e à política de preservação da SPHAN* (Disponível em www.docomomo.org.br/.../Liliane%20de%20Castro%20Vieira.pdf).
- VILLASCHI, Juca. *Notas sobre a formação e evolução da rede urbana brasileira*. Belo Horizonte: EA-UFGM, 2000. (mimeo).
- _____. *Cidade*. Ouro Preto: FAOP. Caderno de Ofícios nº 2, 2008.
- _____. A comunicação praxiológica potencializada em roteiros sensoriais interpretativos. In: MARCONDES FILHO, Ciro (org.). *Transportizações*. Materiais do Seminário “10 anos de FiloCom e a Nova Teoria da Comunicação”. Trabalhos completos. São Paulo: ECA-USP, 2010. pp. 303-20.
- _____. *O Lugar dos lugares na Interpretação de Patrimônio Urbano*. In: Seminário de Pesquisa em Geografia Humana, V, 2011, Departamento/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, FFLCH/USP, São Paulo, Anais... São Paulo: DG, 2011. CD.

_____. Se essa rua fosse minha... eu mandava ladrilhar? *Jornal Tribuna Livre*, Ouro Preto, set/2011a, p. 7.

_____. Requalificação da cidadania pela interpretação sensorial: direito ao patrimônio. In: *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, pp. 61-80.

Anexo 1: Questionário aplicado com trabalhadores do centro histórico

Questionário nº _____ Pesquisador _____ / ____/13
Rua: _____ Estabelecimento: _____ Início: _____ h

- 1- Nome: _____ 2- Sexo ____ 3- Idade: ____ 4- Bairro: _____
- 5- Nasceu em OP? ☐ S ☐ N 6- Motivo da mudança: _____ 7- Desde _____
- 8- A família é de OP? ☐ S ☐ N 9- Motivo da mudança: _____ 10- Desde _____
- 11- Uma palavra sobre seu bairro: _____ 12- E sobre o centro: _____
- 13- Quando se fala em OP vc pensa em _____
- 14- Quantos bairros de OP vc conhece? ____
- 15- Estudou a história de OP? ☐ S ☐ N 16- Onde? _____ (escola, palestra)
- 17- Como chega ao trabalho? a pé ☐ ônibus ☐ táxi ☐ carro ☐ carona ☐
- 18- O que chama atenção no caminho? _____ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ (° percepção)
- 19- Varia de trajeto? ☐ S ☐ N 20- Porque? _____
- 21- Retorno para casa: Mesmo trajeto? ☐ S ☐ N 22- por que? _____
- 23- O que faz nos intervalos do trabalho? _____
- 24- Fora do trabalho, o que faz no centro? Supermercado ☐ Compras ☐ Igreja ☐ Banco ☐
Cinema ☐ Teatro ☐ Exposição ☐ Museu ☐ Lanhouse ☐ Parque ☐ Outros _____
- 25- Vem ao centro no fds? ☐ S ☐ N 26- Para que? _____
- 27- Gosta de andar pelo centro? ☐ S ☐ N 28- Onde/Por que? _____
- 29- Conhece bem o centro? ☐ S ☐ N ☐ ± ☐ 30- Limites do centro: _____
- 31- Gostaria de morar no centro? ☐ S ☐ N 32- Por que? _____
- 33- O que tem de melhor/diferente no centro? _____ 34- E de pior? _____
- 35- O que gostaria de mudar no centro? _____
- 36- O que não gostaria que mudasse no centro? _____
- 37- O que é melhor no bairro do que no centro? _____
- 38- O que é melhor no centro do que nos bairros? _____
- 39- Gostou da reforma da Rua S. José? ☐ S ☐ N 40- Por que? _____
- 41- O que faz o Iphan em OP? _____
- 42- Vai a festas de rua? ☐ N De bairro ☐ No centro ☐ 43- Quais? _____
- 44- Já foi? Casa de Ópera ____ CAC ____ C. Contos ____ M. Inconfidência ____ Fiemg ____ Horto ____
(marcar frequência aproximada, referência em 2012, se necessário).
- 45- Por que OP é tão visitada? _____ (patri, hist, cult, artesanato, arte, mídia, festas, título)
- 46- É bom ter turistas em OP? ☐ S ☐ N 47- Por que? _____
- 48- O turista incomoda? Indiferente ☐ N ☐ S 49- Como? _____
- 50- É bom ter estudantes em OP ☐ S ☐ N 49- Por que? _____
- 52- Os estudantes incomodam? Indiferente ☐ N ☐ S 53- Como? _____
- 54- O centro é? _____ (sujo, conservado, descaracterizado, monótono, barulhento, perigoso)
- 55- Quais estilos/influências de arquitetura tem em OP? _____
- 54- O que achou deste questionário? _____
- 55- Gostaria de participar mais desta pesquisa? ☐ N ☐ S Contato: _____

Final: _____

Anexo 2: Questionário aplicado com moradores em fluxo no centro histórico

Questionário nº ____ Pesquisador _____ /_____/13 Início: ____h
Terminal Mariana ☐ Feirinha ☐ Pça Estação ☐ Lgo. Rosário ☐ Fórum ☐ Outro _____

- 1- Mora em OP? S ☐ Bairro/distrito: _____ (Se Não, obrigado e bom dia!)
- 2- Nome: _____ 3- Sexo ____ 4- Idade: ____
- 5- O que te vem na cabeça quando se fala em Patrimônio? _____
- 6- O que tem de especial/diferente em ... ? (o bairro) _____
- 7- Quando se fala em OP vc pensa em _____ 8- Conhece quantos bairros? ____
- 9- Uma palavra sobre ... (o bairro): _____ 10- E sobre o centro: _____
- 11- O que te chama atenção no caminho p/ o centro? _____ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ (° percepção)
- 12- O que veio fazer no centro hoje? E outros dias? Compras ☐ Estudo ☐ Trabalho ☐
Igreja ☐ Banco ☐ Cinema ☐ Teatro ☐ Exposição ☐ Museu ☐ Lanhouse ☐ Passear ☐
Parque ☐ Show ☐ Bar/Restaurante ☐ Festa ☐ visita ☐ Outro _____ Serviço
Institucional¹⁹¹ _____
- 13- O que vc faz ou o que tem em ... (o bairro) diferente do centro? _____
- 14- Vem ao centro nos fds? S ☐ N ☐ 15- Para que? _____
- 16- Gosta de andar pelo centro? S ☐ N ☐ 17- Onde/Por que? _____
- 18- Conhece bem o centro? S ☐ N ☐ ± ☐ 19- Limites do centro: _____
- 20- Gosta de morar em OP? (De 0 a 10) ____ 21- Por que? _____
- 22- O que tem de melhor/diferente no centro? _____ 23- E de pior? _____
- 24- Gostou da reforma da Rua S. José? S ☐ N ☐ 25- Por que? _____
- 26- O que faz o Iphan? _____
- 27- Já foi? Casa de Ópera ____ CAC ____ C. Contos ____ M. Inconfidência ____ Fiemg ____ Horto ____
(marcar frequência aproximada, se necessário com referência em 2012).
- 28- Por que OP é tão visitada? _____ (patri, hist, cult, artesanato, arte, mídia, festas, título)
- 29- É bom ter turistas em OP? S ☐ N ☐ 30- Por que? _____
- 31- O turista incomoda? Indiferente ☐ N ☐ S ☐ 32- Como? _____
- 33- É bom ter estudantes em OP S ☐ N ☐ 34- Por que? _____
- 35- Os estudantes incomodam? Indiferente ☐ N ☐ S ☐ 36- Como? _____
- 37- O CH é _____ (sujo, conservado, descaracterizado, monótono, agitado, barulhento, perigoso, chique)
- 38- O que achou deste questionário? _____
- 39- Gostaria de participar mais desta pesquisa? N ☐ S ☐ Contato: _____
- final: ____h

¹⁹¹ Câmara Municipal/Prefeitura/Iphan/Cartório/Fórum/Corpo de Bombeiros/ Saúde/Correio.